

MÁRCIA REGINA BERTOTTO

**ENTRE O PARALELO 20 E O 30 – ANALISANDO E
PROPONDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS
NO SUL DO BRASIL**

Orientador: Professor Doutor Mario Moutinho

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa
2013**

MÁRCIA REGINA BERTOTTO

**ENTRE O PARALELO 20 E O 30 – ANALISANDO E
PROPONDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS
NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de
Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento
em Museologia, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Mario Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar acima de tudo e sempre comigo

Aos meus pais, Floravante e Maria, por despertarem e apoiarem meu desejo de formação

Aos meus irmãos, pela alegria, apoio, ensino e ternura à irmã mais jovem

Ao meu marido, Mauro, pelo amor e compreensão de todas as dificuldades

Ao meu filho, Bernardo, pelo amor, carinho e exemplo que embasaram muitos caminhos

Aos meus colegas que encerraram e virão a encerrar esta etapa do estudo

A amiga e colega Vera Rangel que trilha comigo a escalada museológica desde 1991

Aos meus mestres, da graduação, da especialização, do mestrado e do doutorado

RESUMO

Devido às mudanças sociais da contemporaneidade, a organização dos museus brasileiros na atual conjuntura, exige alterações e, terá avanços, se for embasada na sociomuseologia. O desenvolvimento de uma política museológica nacional é tarefa das autoridades constituídas e esta tese busca analisar políticas públicas para museus compreendendo seu funcionamento e aplicação. A partir de um levantamento histórico da sistematização museológica nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul e de pesquisas junto a instituições museológicas procuramos incluir as vozes de gestores culturais e demais atores sociais envolvidos. O modelo sistêmico museológico hoje vigente não se traduz, tal qual sociólogos definem, num padrão que opera em rede, com trocas entre sistemas estaduais e nacional. Apontar para a correta aplicação e avaliação das políticas para museus, solucionaria muitas das questões que afligem hoje os museus, transformando-se numa política cultural inclusiva, participativa e democrática.

Palavras-chave: museus, sistema, agentes públicos, políticas públicas, museologia.

ABSTRACT

Because the social changes of contemporaneity, the organization of the Brazilian museums in the present situation, demands modifications and it will suffer improvements if based on sociomuseology. The development of a national museologic policy is a task of established authorities and this thesis has as objective to analyze public policies to museums, understanding its operation and application. From an historical research about the museologic systematization in the states of Paraná and Rio Grande do Sul and from researches within museologic institutions we try to include the cultural managers' voices and other social actors involved. The nowadays museologic systemic model doesn't show itself, as sociologists define, in a pattern that operates in web, with changes between states' and national systems. Points to a correct application and evaluation of museums policies would solve a lot of questions that worry the museums nowadays, being an inclusive, participatory and democratic cultural policy.

Keywords: museums, public agents, public policy, museology.

RESUMEN

Debido a los cambios sociales de la contemporaneidad la organización de los museos brasileños en la actual coyuntura exige alteraciones y, avanzará, si embazada en la sociomuseologia. El desenvolvimiento de una política museologica nacional es tarea de las autoridades constituidas y esta tese busca analizar políticas públicas para los museos comprendiendo su funcionamiento y aplicación. A partir do levantamento histórico de la sistematización museologica en los Estados de Paraná y Rio Grande do Sul y pesquisas junto a instituciones museologicas buscamos incluir as voces dos gestores culturales y demás atores sociales envueltos. El modelo sistémico museologico hoy vigente no traduce tal cual sociólogos definen, en un padrón que opera en rede, con trocas entre sistemas estaduais y nacionales. Diagnosticar para la correcta aplicación y evaluación de las políticas para los museos, solucionaría muchas cuestiones que afligen hoy a los museos, transformando-los en una política cultural inclusiva, participativa y democrática.

Palabras claves: museos, museologia, sistema, agentes públicos, políticas públicas.

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABM – Associação Brasileira de Museus
ARM - Associação Riograndense de Museologia
CEAM – Centro de Estudos Avançados Museológicos
CEM/RS – Coordenadoria Estadual de Museus / Rio Grande do Sul
CDM – Coordenadoria de Museus (Paraná)
CNM – Cadastro Nacional de Museus
COFEM – Conselho Federal de Museologia
COREM – Conselho Regional de Museologia
COSEM – Coordenação do Sistema Estadual de Museus (Paraná)
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
DIBAM - Dirección de Bibliotecas, Achivos y Museos
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FUNBA – Faculdades Unidas de Bagé
FZB – Fundação Zoobotânica
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM - The International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INL – Instituto Nacional do Livro
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IR – Imposto de Renda
ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MARGS - Museu de Arte do Rio Grande do Sul
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MINC – Ministério da Cultura
MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MJC – Museu Júlio de Castilhos
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
OSPB - Organização Social e Política e Brasileira
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNM – Política Nacional de Museus

PNSM – Plano Nacional Setorial de Museus

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SBM – Sistema Brasileiro de Museus

SEEC – Secretaria de Estado da Cultura (Paraná)

SEDAC - Secretaria de Estado da Cultura

SEM/RS - Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul

SEM/PR – Sistema Estadual de Museus do Paraná

SEM/SC – Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

SISEM/SP - Sistema Estadual de Museus / São Paulo

SNI - Serviço Nacional de Informação

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura)

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - CULTURA E SISTEMA – MATRIZ E O ESTADO DA ARTE	27
1.1. Fatos marcantes da Museologia e seus Documentos Basilares	29
1.2. Sociomuseologia na Pós-modernidade	35
1.3. Teoria dos Sistemas na compreensão dos sistemas museológicos	41
1.4. Visão cultural da América Latina através do pensamento de Néstor Garcia Canclini	50
1.5. Documentos constitutivos do Sistema Museológico Brasileiro	54
CAPÍTULO 2 – O SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS EM DIÁLOGO COM O SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ E COM O SISTEMA DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL	57
2.1. Sistema Brasileiro de Museus	58
2.2. Sistema de Museus do Paraná	61
2.3. Sistema de Museus do Rio Grande do Sul	67
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS	82
3.1. Revisitando alguns dos principais conceitos de políticas públicas	83
3.2. Uma abordagem histórica sobre políticas culturais	88
3.3. Delineamento de uma política pública cultural brasileira	93
3.4. Política Nacional de Museus na atualidade	105
CAPÍTULO 4 – MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL E DO PARANÁ SINTONIZADOS E SISTEMATIZADOS À POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS?	114
4.1. Estudos exploratórios	115
4.2. Pesquisa com museus	123
4.3. Pesquisa Edital de Modernização de Museus	137
4.3.1. Pesquisa com museus do Rio Grande do Sul	148
4.3.2. Pesquisa com museus do Paraná	167

CONCLUSÃO	189
BIBLIOGRAFIA	202
ÍNDICE REMISSIVO	222
APÊNDICES	I
ANEXOS	X

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro Categorias de Análise – Teoria dos Sistemas em Niklas Luhmann	46
Quadro 2 – Explicação do sistema museológico embasado na teoria de Katz e Kahn	50
Quadro 3 – Quadro comparativo do Sistema de Museus Rio Grande do Sul, Paraná e Sistema Brasileiro de Museus	78
Quadro 4 - Amostra de público	116
Quadro 5 – Definição de museu pelo termo CULTURA	118
Quadro 6 - Definição de museu pelo termo CONHECIMENTO	119
Quadro 7 - Definição de museu pelo termo INFORMAÇÃO	120
Quadro 8 – Outros termos citados na definição de museu	121
Quadro 9 - Você acha que o governo deveria investir mais em museus?	122
Quadro 10 - Se sim, indique quais destas atitudes são mais adequadas para estimular os museus	122
Quadro 11 - Museus pesquisados	125
Quadro 12 - Você observa avanços nas políticas públicas de cultura refletidas em que setores	128
Quadro 13 - Em relação às instituições listadas abaixo, com que frequência seu Museu mantém contato	129
Quadro 14 - Dentre as atribuições do Sistema Estadual do seu estado, indique quais ocorrem efetivamente	131
Quadro 15 - Em que áreas você percebeu mudanças na sua instituição após a criação do Sistema Brasileiro de Museus em 2004?	131
Quadro 16 - Atribuições efetivas do Sistema Estadual do RS	135
Quadro 17 - Atribuições efetivas do Sistema Estadual do PR	136
Quadro 18 – Projetos para o Programa Modernização de Museus	138
Quadro 19 – Museus do RS contemplados pelo programa Modernização de Museus	138
Quadro 20 – Museus do PR contemplados pelo programa Modernização de Museus	140
Quadro 21 – Concretização da pesquisa (RS)	144
Quadro 22 – Retorno museus RS	148
Quadro 23 - Quem confeccionou o projeto	151
Quadro 24 - As melhorias (equipamentos de informatização, mobiliário, projetos educacionais, etc.) que o museu obteve com este projeto poderão ser disponibilizadas ou compartilhadas com outros museus de sua vizinhança?	152
Quadro 25 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM durante realização do projeto com sua instituição?	156

Quadro 26 - De que forma foi?	157
Quadro 27 - Quantas vezes ocorreu este acompanhamento?	158
Quadro 28 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM depois de realizada a prestação de contas?.....	158
Quadro 29 - Caso tenha inscrito e o projeto não tenha sido contemplado, acredita que foi por quê?	166
Quadro 30 – Retorno Museus Paraná	168
Quadro 31 – Concretização da pesquisa (PR)	169
Quadro 32 - Quem confeccionou o projeto?	173
Quadro 33 - Você acha que o que foi solicitado correspondia à prioridade do Museu no momento?	173
Quadro 34 – Melhorias compartilhadas	174
Quadro 35 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM durante a realização do projeto com sua instituição?.....	175
Quadro 36 - De que forma foi?	175
Quadro 37 - Quantas vezes ocorreu este acompanhamento?	175
Quadro 38 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM depois de realizada a prestação de contas?.....	176
Quadro 39 - O museu inscreveu projetos em edições anteriores/posteriores do Edital Modernização de Museus?	178
Quadro 40 - Caso tenha inscrito e o projeto não tenha sido contemplado, acredita que foi por quê?	178
Quadro 41 – Quadro comparativo do Sistema de Museus Rio Grande do Sul, Paraná e Sistema Brasileiro de Museus	183

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você costuma ir aos museus com que frequência?	118
Gráfico 2 – Aspectos avaliados (1 a 5)	127
Gráfico 3 – Aspectos avaliados (6 a 9)	127
Gráfico 4 - De modo geral, consideram que a comunicação entre estas instituições e o seu museu é	130
Gráfico 5 - Avanços das políticas culturais no RS	134
Gráfico 6 – Avanços das políticas culturais no Paraná	135
Gráfico 7 – O solicitado era prioridade?	152
Gráfico 8 – Acompanhamento IBRAM.....	157
Gráfico 9 – Acompanhamento IBRAM pós-projeto.....	160
Gráfico 10 - Como foi acompanhamento do IBRAM depois do projeto?.....	160

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das regionais de cultura do estado do Paraná e instituições museais	64
Figura 2: Divisão regional do SEM/RS	72
Figura 3: Mapa da América do Sul (destaque dos países participantes em verde)	74

INTRODUÇÃO

Analisando a política museológica do Rio Grande do Sul, busca-se compreender como se dá a organização do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul desde o seu surgimento, fazendo um paralelo com o Sistema Estadual de Museus do Paraná e o diálogo destes com o Sistema Brasileiro de Museus. A percepção do funcionamento do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, do Sistema Estadual de Museus do Paraná e do Sistema Brasileiro de Museus buscará explicitar a atuação destes órgãos como sistematizadores de políticas museológicas vigentes e ao mesmo tempo identificar o entorno onde existem lacunas para a efetivação destas políticas, cada uma a seu tempo e âmbitos de atuação.

A proposta central desta tese é analisar as políticas públicas para museus. Considerando o período de 1990 a 2011, abordando o desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus Paraná e do Rio Grande do Sul e as mútuas relações com o Sistema Brasileiro de Museus. A escolha por esse objeto se deu por ter trabalhado profissionalmente com essa temática e ter desenvolvido um estudo precedente na dissertação do Mestrado em Ciências Sociais no ano de 2007.¹ A frase que intitula esta tese faz menção a Porto Alegre – onde nasci, vivo e trabalho e junto aos habitantes desta cidade é desenvolvida parte da minha pesquisa – e a Curitiba, capital do Paraná, onde se desenvolve a outra parte da pesquisa. A capital do Estado do Rio Grande do Sul, o mais meridional do país, é cortada pelo paralelo 30, no trigésimo grau Sul no plano equatorial terrestre.

Compreende-se que os atores sociais do processo e o grande público, aos quais os museus se detêm, não estão diretamente envolvidos e nem estão preocupados com o desenvolvimento destas políticas culturais. Elas não são realizadas nem em conjunto, nem em consonância com a comunidade, desde a sua concepção, até a implantação e posterior avaliação e diligenciamento. Os operadores de museus, enquanto agentes sociais, também não oferecem uma participação ativa e efetiva, segundo percebe-se. A política existe, formal, protocolar, mas na prática não há engajamento na aplicação. Falha o funcionamento

¹ Bertotto, M. R. (2007). Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul – Um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Léo Peixoto Rodrigues. Porto Alegre.

sistematizado. Falta o comprometimento, que se daria se os operadores compreendessem neste rol de ações a forma de efetivar suas tarefas em conjunto com o público.

Políticas públicas em democracias² há muito consolidadas são direitos básicos dos cidadãos. São as bases para as ações públicas em benefício da sociedade, devendo primar pela inclusão social, buscar a inclusão cultural, podendo ser medidas pela qualidade de vida de uma população: moradia, acesso à educação, cultura, saúde e transporte. Nesta tese, a abordagem situa-se especificamente na área cultural e, mais diretamente, na museológica. A pesquisa trata da esfera estatal para estudar as políticas, ou seja, o mapeamento da atuação do Estado³ neste âmbito. Desse modo, pretende-se, através da avaliação de indicadores sociais, pesquisas realizadas por instâncias governamentais e institutos privados na área de cultura, pesquisas com operadores de museus e grande público, perceber de que forma as políticas de cultura estão cumprindo as suas recomendações.

A Constituição Brasileira de 1988, vigente, detalha no artigo 24: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico".

Comumente, as políticas públicas como um todo são desconhecidas pela maioria da população brasileira e, de modo particular, as políticas culturais também o são. A sociedade não faz o seu papel de acompanhamento crítico, focado para a transformação da realidade, o que tem ocorrido nos museus brasileiros de modo muito peculiar. Aliás, a população não tem um entendimento amplo do que seja cultura⁴. A população carente de educação, conhecimento e com poucas condições de acesso é excluída do processo de formação dessas políticas. A agenda não está alcançando esta fatia, menos favorecida em termos de conhecimento, da sociedade.

Conforme levantamento desenvolvido pelo IPEA:

"As políticas culturais estão ancoradas nos direitos e na idéia de universalidade do acesso a bens culturais, simbólicos ou materiais. A democratização e o acesso à cultura são valores de amplo acolhimento entre os diferentes atores sociais. De maneira geral, os objetivos gerais que guiam outras políticas sociais se aplicam às

² Utiliza-se aqui o conceito de democracia de Holden, Berry no Dicionário do pensamento Social do século XX (1996, p. 179): "um sistema político no qual o povo inteiro toma, e tem o direito de tomar, as decisões básicas determinantes a respeito de questões importantes de políticas públicas". O que o autor chama a atenção é de que o povo tem o direito de tomar as decisões, direito este proveniente de um "sistema de regras básicas, tais como a constituição". (p. 179)

³ Toma-se o conceito de Estado de Anthony Giddens (2005, p. 342): "Um estado existe onde há um mecanismo político de governo (instituições como um Parlamento ou Congresso, além de servidores públicos) controlando determinado território, cuja autoridade conta com o amparo de um sistema legal e da capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas."

⁴ O conceito de cultura é vasto e de uso corrente na Sociologia. Usa-se o conceito de Anthony Giddens (2005, p. 38): "A cultura refere-se às formas de vida dos membros de uma sociedade. Inclui como eles se vestem, seus costumes matrimoniais e vida familiar, seus padrões de trabalho, cerimônias religiosas e ocupações de lazer" (...) "A cultura de uma sociedade compreende tanto aspectos intangíveis – as crenças, as ideias e os valores que formam o conteúdo da cultura – como também aspectos tangíveis – os objetos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo."

políticas culturais, que também são consideradas como meios para enriquecer a existência das pessoas e criar igualdade social. No entanto, as instituições culturais encontram-se diante de fortes restrições que limitam sua abrangência e acesso.” (Silva, 2007, p. 11)

No século XXI, ainda que tenham se dado avanços técnicos, estruturação de espaços, bem como alargamento de acesso público aos museus, a comunidade (em sua grande maioria) permanece distanciada dos museus, que ainda continuam sendo criados como ações oficiais, dedicados à exclusiva guarda e preservação de acervos ou mesmo ações políticas, institucionais e, por vezes, eleitoreiras e momentâneas. De uma maneira geral, permanece a ideia de museu como lugar ‘das coisas velhas’, ainda associado à percepção de algo sem vida. A despeito disso, temos exemplos de museus que têm se disseminado pelo mundo, nos países desenvolvidos e nos emergentes, coadunados com o que preconiza a museologia contemporânea, social em seu âmago.⁵ Este desafio deve ser enfrentado pelos museus da sociedade contemporânea, complexa e em permanente construção e reconstrução. De acordo com princípios de Inovação⁶, o museu é um serviço público que, fortalecido pelas políticas públicas e, caracterizado como tal, se valendo também da inovação, pode tornar esses serviços eficazes e efetivos. Trabalhando os conceitos de políticas públicas da sociedade para os formuladores, poderemos identificar variadas formas de acesso à comunidade, promovendo a inclusão e a consequente transformação das instituições de memória.

Ao abordar os museus como instituições prestadoras de serviço:

“reconhece-se que um serviço é essencialmente um produto intangível cuja produção pode ou não assentar em bens materiais. Esse produto intangível não pode ser objecto de apropriação para consumo posterior mas tem por isso a característica de ser produzido e consumido em simultâneo”. (Moutinho, 2008, p.37)

Este consumo precisa ser caracterizado pela visita aos museus, pela apropriação das exposições pelos usuários, pela inserção da comunidade nas ações inclusivas e na intrínseca característica educativa que o serviço prestado deveria encerrar.

Mario Chagas (1985) comentou que o mundo contemporâneo demanda uma reformulação de conceito do museu. A dinamicidade da sociedade e dos testemunhos, dos acervos museológicos, não é percebida dentro dos museus. A definição de museu pode ser uma nova forma de ver o mundo, uma nova forma de pensar e aproximar-se dos

⁵ Sobre o conceito de Museologia Social ver MOUTINHO, Mario. Cadernos de Museologia nº 1 – 1993.

⁶ Utiliza-se o conceito de inovação como algo novo, criativo, conforme desenvolvido por Daniel Augusto Moreira e Ana Carolina Queiroz (2007, p. 6): “Na verdade, a inovação pode preceder e causar a mudança social ou ser desenvolvida em resposta a necessidades criadas pela mudança social (Zaltman, Duncan e Holbek, 1973). Existe uma interação contínua e dinâmica entre novas idéias, práticas e produtos, e um lado, e a estrutura e a função social, de outro. As inovações podem criar mudança social e a subsequente mudança social pode trazer inovações adicionais que podem reagir sobre as estruturas e/ou funções alteradas que as fizeram existir ou influenciam outros aspectos da organização”.

testemunhos que foram preservados até então e uma nova relação entre o que está preservado e o público que vivencia os museus hoje.

No final do século passado, deram-se importantes transformações no museu e na museologia mundial. A partir dos anos 70 do século XX foram realizadas discussões entre profissionais da área, a ponto de serem traçadas importantes diretrizes que delinearam toda uma nova forma de pensar o museu e a museologia, reforçando uma integração entre museu e comunidade.

A Mesa-redonda de Santiago e a Declaração de Quebec são apontadas como documentos fundamentais para as transformações pelas quais o termo museu passou. A definição de museu integral como um agente de desenvolvimento comunitário (caráter social do museu) é de Santiago do Chile. Como marcos da cunhagem do termo nova museologia, este corpus de informações hoje já deixou de cobrir a totalidade dos problemas que as instituições museais enfrentam.

A Mesa-redonda de Santiago do Chile, encontro de profissionais ocorrido em 1972, reforçou a ideia de que a política ditatorial que envolveu Brasil e Chile e o desenvolvimento econômico importante em ambos – um já mais desenvolvido e outro saindo da crise e com boas perspectivas – são aspectos relevantes a serem avaliados quando se fala em política cultural, não só brasileira, como as influências destas discussões para a América Latina. A partir das discussões, foram retiradas recomendações versando sobre: museu integral, formação e aperfeiçoamento de pessoal, museu como meio de difusão de pesquisas científicas, técnicas e culturais e fomento ao ensino.

As indicações constantes da Declaração de Quebec, em 1984, serviram como uma retomada das questões que se originaram no Chile, em 1972, e novamente havia a necessidade de reforçar o fato de que tudo fosse feito para que os poderes públicos reconhecessem e ajudassem a desenvolver as iniciativas locais que aplicassem os princípios delineados nos anos 1970. Detalhando a oposição entre museologia tradicional e nova museologia, propôs uma reflexão crítica, principalmente em termos da preocupação com a comunidade, no contexto econômico, social e cultural, e não só com a preservação dos acervos.

A Declaração de Caracas, em 1992, apontou para a falta de políticas culturais coerentes e estáveis, desenvolvidas através de relações significativas com a comunidade e com a nova museologia. A museologia social, o museu integrado, a participação da comunidade, o ecomuseu – atributos das discussões contemporâneas da área – nos levam a vivenciar as mudanças que estão se processando atualmente.

Na área cultural e, mais especificamente, na área museológica, a temática política pública está diretamente vinculada aos órgãos formuladores das políticas, visto que a

grande maioria dos museus no Brasil é mantida por órgãos governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal.

Mas ainda se apresentam pontos que carecem de uma investigação mais abrangente e que estão imbricados à temática das políticas públicas para a cultura – e designadamente para os museus – que se refletem nas questões de acervo, nas questões de qualificação profissional, nas ações e atividades expositivas, de difusão, de ampliação de acesso e de inclusão de variados segmentos de públicos, ou seja, uma política pública por excelência. Pelas pesquisas já publicadas pelo Instituto Brasileiro de Museus (2010), a grande maioria dos 3.025 equipamentos museológicos em funcionamento atualmente no Brasil é de tutela pública; nos museus privados, existe uma forma diferente de tratar a cultura, notadamente na sociedade em permanente transformação em que estamos vivendo, onde as instituições tem tido uma preocupação mais ampla, ainda que precisem compreender as políticas públicas como desenvolvidas para todos os âmbitos.

Ao desenvolver os assuntos atinentes à sociomuseologia, torna-se premente a manifestação dos novos rumos que a museologia vem tomando através dos tempos.

O lugar que o museu ocupa hoje na sociedade suplantou em muito o seu significado de anos atrás, levando-se em conta o surgimento da instituição como ‘gabinete de curiosidades’, que tal qual as câmaras de maravilhas⁷ reuniam um sem-número de objetos curiosos, obras raras e fragmentos da história e ainda hoje povoam o imaginário popular. As características de um museu como local de guardar preciosidades vêm da definição de museu como templo das musas e têm se perpetuado por longo tempo no Brasil. Isto é, sem dúvida, uma das heranças recebidas da Europa, influência dos grandes naturalistas estrangeiros que aqui coletavam materiais para seus estudos e para lá os levavam, como já mencionado. A partir do conhecimento da história de outros museus criados no século XIX no Brasil verifica-se que a importância primeira era com a preservação da história natural⁸, com as coleções, com as novas espécies e suas classificações e descrições.

Outras instituições que ao longo dos anos discutiram e ainda discutem as temáticas museológicas também servem de fundamentação para nossa pesquisa: UNESCO, ICOM e MINOM.

Criada em 1945, com sede em Paris, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), organismo essencial para a cultura, esteve e permanece envolvida em todos os grandes momentos da museologia, com iniciativas expressivas. Dentre os objetivos estratégicos para o desenvolvimento da cultura no Brasil,

⁷ Maiores detalhes em Giraudy e Bouilhet (1990).

⁸ Acervo de exemplares encontrados na natureza, principalmente de fauna e flora, de caráter classificatório.

destaca-se a contribuição com a concepção de políticas públicas para a conservação integrada e sustentável de centros históricos. Para a UNESCO ainda persistem desigualdades sociais no Brasil e a cultura é um dos setores mais atingidos, apesar da diversidade cultural tão presente. O acesso à produção cultural é preocupação deste órgão: “A focalização das políticas culturais nos níveis estaduais e municipais pode favorecer a superação desse quadro e reforçar a diversidade cultural como fator da sustentabilidade do desenvolvimento”.⁹

Também o ICOM (Conselho Internacional de Museus), nascido em 1946, surgiu como órgão consultivo da UNESCO para assuntos de patrimônio com 14 países e mantém-se como o braço cultural da organização até os nossos dias. Dentre seus objetivos encontra-se o apoio, organização, defesa e promoção de profissionais e ações relativas à museologia e aos museus.

O MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia – formalizado em Lisboa, em 1985, afirma a função social dos museus e o caráter global de suas intervenções. O MINOM representou a esperança de hoje ser a museologia uma grande ciência. Movimentos como este que buscam a renovação no fazer museológico apontam para a importância de assuntos atinentes à museologia que não são novidade: formação, preocupações com o mundo globalizado, multiculturalismo¹⁰, discussões e, obviamente com as políticas para as instituições que preservam a memória. Importante salientar a participação do MINOM em recentes discussões ao redor do mundo e, mais especialmente nos Fóruns Nacionais de Museus, que ocorrem no Brasil desde 2004.

A sociomuseologia e o museu integrado apontam para o estado da arte no campo museal hoje. A museologia social não limita uma instituição, mas determina uma forma de trabalho. A sociomuseologia está inserida na museologia e estamos engajados enquanto profissionais atuantes nessa construção. Para Mario Chagas (2008), a museologia é a ciência dos museus e todo o museu é social, reflete e faz parte da sociedade.

A Política Nacional de Museus, como política pública cultural, estimula a ampliação de uma rede sistêmica, buscando integração e aprimoramento. O Sistema Brasileiro de Museus, criado em 2004, bem como os Sistemas Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul e do Paraná, em atuação, servirão de base para esta verificação empírica. Outros sistemas recentemente criados e em atuação no Brasil encontram-se no Ceará, Bahia, Alagoas, Maranhão, dentre outros, e as ações de criação de novas unidades, ampliando a rede já existente, seguem sendo multiplicadas, inclusive em âmbito municipal, o que não é

⁹ Ver mais em www.unesco.org

¹⁰ Mais detalhes podem ser vistos em Anthony Giddens (2005, p. 213 e 214), onde destaca o pluralismo cultural como um dos modelos de integração étnica e apresenta como exemplos dessa diversidade os estados Unidos e a Grã-Bretanha.

objeto desta tese. O estado de Santa Catarina, apesar de situar-se na Região Sul do Brasil não foi incluído nas pesquisas por ter sido recentemente reestruturado e não ter influência direta na criação do Sistema Brasileiro de Museus, tal qual comprova-se com os Sistemas Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul e Paraná.

O Plano Nacional Setorial de Museus, que no momento se consolida, criado em 2010, é fruto das novas perspectivas do governo federal na área museológica. Segundo a publicação Plano Nacional Setorial de Museus (2010): “[...] o PNSM representa um marco de regulação de longo prazo para as políticas públicas do setor de museus”. Entendido como um modelo de planejamento setorial, este plano, inserido também no Plano Nacional de Cultura, servirá para que as instituições do poder público e da sociedade civil sejam elos de uma mesma corrente que possa servir de condutora para um aprendizado de realização de ações mútuas e não somente de discussões.

O Poder Público não pode sozinho propiciar subsídios e soluções para as demandas da área da cultura, represadas há tantos anos no Brasil. É premente a parceria com as empresas privadas e com outras organizações sociais. Aliás, são as organizações privadas que ultimamente têm preenchido em parte estas lacunas deixadas pelo Estado na área de políticas culturais, quer seja dando apoio direto a projetos culturais ou através da Lei Rouanet (lei 8.313 de 23/12/1991 – que institui políticas públicas para a cultura nacional), recentemente reformulada. Esta lei serviu e em parte ainda serve e convém ao governo como uma forma de participação das empresas, do capital, na inclusão cultural da sociedade. Entretanto, o que nota-se são ações, apoiadas pelas empresas naquilo que traga um retorno positivo de imagem, visto como efetivamente mais importante do que as escolhas que esta iniciativa privada faz para a sociedade desfrutar.

No dizer de Garcia Canclini (1997), a inovação no acesso à cultura é também serviço das empresas e órgãos privados e aos governos cabe proteger e salvaguardar o patrimônio histórico. O público e o privado deveriam unir-se em benefício do social, cabendo a cada um efetivamente o papel de prover e salvaguardar com responsabilidade de inclusão social. Os escritos de Garcia Canclini, profundo conhecedor da realidade latino-americana, serão utilizados para demonstrar e comprovar algumas das propostas de análise.

Objetivos e Hipóteses de trabalho

A intenção é analisar a criação do Sistema Estadual de Museus do Paraná e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (advindos da criação do Sistema Nacional de Museus, surgido em 1986), comparando as semelhanças e diferenças,

identificando as continuidades e descontinuidades e o relacionamento destes órgãos com a atual Política Nacional de Museus e com os demais órgãos de sistematização em ações que continuam sendo criadas no século XXI. Outro ponto é verificar como se comportaram e como influenciaram na criação do Sistema Brasileiro de Museus, também levando em conta a atuação de outros órgãos ligados ao campo da museologia, como associações de classe, conselhos regionais, Conselho Internacional de Museus e demais órgãos formuladores de políticas culturais.

Objetivos

Analisar, pormenorizadamente, os documentos relativos à criação do Sistema Estadual de Museus do Paraná, do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e do Sistema Brasileiro de Museus, comparando a atuação sistêmica, as semelhanças e diferenças, as continuidades e descontinuidades, e identificar se alguns dos editais, os decretos, as leis, com estrutura em rede, são impactantes para as instituições museológicas, percebendo de que forma as políticas de cultura estão cumprindo as suas recomendações.

Hipóteses

Para atingir os objetivos propostos, formula-se hipóteses de investigação, que procuram dar conta do objetivo principal:

1. As políticas públicas para museus desenvolvidas pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, pelo Sistema Estadual de Museus do Paraná e pelo Sistema Brasileiro de Museus – através da Política Nacional de Museus – promovem, aplicam e avaliam o desenvolvimento de atividades, programas e ações que visam qualificar as instituições museais.
2. Os atores sociais envolvidos nesse processo podem colaborar para formatar as agendas de proposição de políticas públicas.

Compreende-se que os atores sociais também são os operadores de museus que não estão trazendo sua parcela de colaboração para que as políticas sejam propostas. As agendas também não são propostas por estes operadores que dominam os códigos, que atuam nas instituições. Nos sistemas de museus estaduais, as políticas não são tão novas quanto às do sistema brasileiro, mas à sociedade (como um todo) não são revelados os serviços que estão sendo realizados. O bem cultural é um bem público e não é

responsabilidade só do Estado e nem somente da sociedade civil, mas do conjunto dessas duas esferas.

Metodologia

Como metodologia para o estudo ora desenvolvido utiliza-se as técnicas de análise de discurso e estudo comparativo. Busca-se compreender e comprovar em que medida a análise dos documentos de criação (decretos, leis) do Sistema Brasileiro de Museus, do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e do Sistema Estadual de Museus do Paraná, estão visando o serviço de atendimento à comunidade e de que forma as várias vozes dos operadores de museus e do público estão transparecendo quanto à melhoria do serviço público que encerra o museu, à participação da comunidade e a compreensão e usufruto das políticas propostas.

Buscando informações junto aos trabalhadores de museus procura-se identificar como se comportam as semelhanças e diferenças entre estes, a integração e os conflitos, as relações entre sistema e entorno, considerando as complexidades que perpassam por estas categorias de análise.

Analisa-se também os documentos basilares da museologia, nos três momentos importantes do seu surgimento enquanto ciência, e o conteúdo das muitas discussões já desenvolvidas desde a Mesa-redonda de Santiago (1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Caracas (1992).

O conteúdo documental extraído dos textos selecionados, das entrevistas e dos questionários aplicados servirá para revelar-nos qual a exata finalidade da sistemática de redes dos órgãos formuladores de políticas.

A aplicação da metodologia será constituída por estratégias diversificadas, com entrevistas com o grande público e os atores sociais que trabalham nos museus escolhidos para aplicar a pesquisa.

Segundo Luiza Helena Pereira (1998), os documentos que servem a uma análise de conteúdo podem ser naturais (quer dizer – já existentes na realidade social) e elaborados, para atender às necessidades de levantamento de dados das pesquisas.

Spink (2000) faz uma abordagem fundamental:

“Admitir que as práticas discursivas são polissêmicas, não significa, entretanto, dizer que não há tendência à hegemonia ou que os sentidos produzidos possuem igual poder de provocar mudanças. Por outro lado, a natureza polissêmica da linguagem possibilita às pessoas transitar por inúmeros contextos e vivenciar variadas situações.” (Spink, 2000, p. 48)

O que aborda Spink sobre os discursos de diferentes grupos sociais e de diferentes estruturas, quer dizer que, existem versões distintas e incompatíveis a respeito de um determinado fenômeno social. Questão esta estreitamente ligada a esta proposta de investigação, uma vez que serão entrevistados colaboradores de diversos setores da museologia (e deles é que virão as práticas discursivas), com formações e pertencimentos sociais bem diversos.

A análise comparativa centra-se nas relações existentes entre fenômenos análogos, apontando suas diferenças e semelhanças.

Mirian Goldenberg (1999) didaticamente aponta que é importante analisar, comparando as diferentes respostas e as novas ideias que são aparentes e ainda o que confirma e o que rejeita as hipóteses.

Para os estudiosos Sérgio Schneider e Cláudia Job Schmitt (1998), abordando o método comparativo: “É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.” (Schmitt & Schneider, 1998, p. 77). Citam ainda que: “Bloch identifica dois momentos inerentes ao método comparativo: um momento *analógico*, relacionado à identificação das similitudes entre os fenômenos e um momento *contrastivo*, no qual são trabalhadas as diferenças entre os casos estudados.”¹¹ (Schmitt & Schneider, 1998, p. 77).

Relativamente ao método comparativo é interessante o que relata Duverger (1969) “(...) no se comparan dos cosas absolutamente idénticas ni dos cosas completamente diferentes. La comparación requiere cierta analogía entre las cosas comparadas y toda la dificultad reside precisamente en determinar el grado de dicha analogía”¹² (Duverger, 1969, p.412)

Esta citação reforça a utilização de comparações entre os museus e os sistemas de museus brasileiro e estaduais, pois ainda que sejam diferentes, são análogos.

As categorias que emergirem da análise da legislação e documentos e as categorias que emergirem dos discursos dos entrevistados, de cada um dos museus, serão verificadas em termos de semelhanças e diferenças, a fim de compará-las.

Como aponta Camargo: “ao elaborar e ao executar as políticas públicas estamos atingindo essencialmente, as relações entre as pessoas, relações sociais que podem ser transformadas e aprimoradas”. (Camargo, 2005, p.117)

¹¹ Grifo nosso.

¹² Tradução livre: “não se comparam duas coisas absolutamente idénticas nem duas coisas completamente diferentes. A comparação requer certa analogia entre as coisas comparadas e toda a dificuldade reside precisamente em determinar o grau da dita analogia”.

Ainda há o que melhorar no tocante a uma participação mais efetiva da comunidade na formulação e disseminação das políticas públicas brasileiras para a área museal. A inclusão e a ampliação do acesso da comunidade aproximariam o público das instituições museais e melhorariam a qualidade de vida e de fruição dos cidadãos, contribuindo para sua formação e informação.

No dizer de Marconi e Lakatos (2005):

“Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.” (Lakatos & Marconi, 2005, p. 107)

Na oportunidade em que se examinam tópicos para comparar à política pública cultural museológica, desde o surgimento dos dois organismos sistêmicos, as comparações são proveitosas para corroborar e refinar a política da atualidade. No entanto, precisa-se entender o ‘ir e vir’ desta política e a possibilidade de aprofundar o estudo e propor melhorias.

Através de um estudo exploratório inicial, por meio de entrevistas com a população que transita e desloca-se em frente a museus públicos, seja visitando-os ou não, a intenção é conhecer o que o grande público pensa dos museus, da programação, da política cultural. Dados extraídos desta pesquisa inicial apontam para a busca de outras informações que revelem como as políticas públicas são aplicadas e compreendidas por quem faz museu e por quem usufrui do museu.

Assim, a coleta de dados seguinte ocorre em museus públicos. Esta escolha se deu em acordo com a perspectiva desse estudo: a comparação, de tal modo que foram elencados museus com tipologias diferentes, propriamente para conseguir atingir os objetivos propostos de realizar comparativos entre as ações e reflexões.

Os sujeitos da pesquisa são os trabalhadores de museus de três níveis hierárquicos da administração com a finalidade de compor a análise de dados da forma mais inclusiva possível, buscando ouvir as vozes, visões e opiniões dos agentes de setores diferenciados, impondo a possibilidade de percepção de comparativos também neste âmbito.

Um terceiro momento de coleta de dados, se dá junto aos museus contemplados pelo edital de Modernização de Museus desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), neste momento buscando comparativos, possibilidades de interação e futuras intervenções que possam indicar melhorias e trazer contributos à área museológica.

As técnicas de entrevistas, aplicação de questionários com perguntas estruturadas e semi-estruturadas, são as mais adequadas aos propósitos deste estudo, a fim de atender às premissas básicas e às categorias de análise desenvolvida.

A aproximação com a teoria sistêmica, embasada nos conceitos do sociólogo Niklas Luhmann, traz em formato de quadro, as categorias conceituais deste sociólogo, quais sejam: autopoiesis social, sistema-entorno, sujeito-objeto, acoplamento estrutural, contingência, dupla-contingência e sentido e comunicação, a fim de compreender o pensamento luhmanniano, introduzido no estudo da sociedade e, neste caso, designadamente nas políticas públicas para museus.

No capítulo 1, buscando aproximar o conteúdo políticas públicas e museologia, é abordado o surgimento da sociomuseologia como fio condutor para os estudos museológicos no século XXI, fazendo um histórico de documentos fundamentais para o desenvolvimento da museologia enquanto área de conhecimento. A apresentação da teoria luhmanniana é retratada com a abordagem da teoria sistêmica; a apresentação dos decretos de criação dos sistemas de museus brasileiro e estaduais descrevem o funcionamento destas organizações. A especificidade da América Latina e a forma como a cultura está posta nesta parte do globo, servem de pano de fundo para este posicionamento abordado conforme conceitos de Garcia Canclini

No capítulo 2, por entender-se que na lógica de apresentação desta tese este assunto seja mais representativo do que o histórico, a análise é centrada nas políticas públicas de cultura no Brasil, detalhando a organização do Sistema Brasileiro de Museus e a comunicação deste com o Sistema Estadual de Museus do Paraná e com o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, realizando comparativo das legislações de implantação dos organismos, que apesar de suas diferenças, inclusive conjunturais, apresentam muitas semelhanças de funcionamento e aplicação.

No capítulo 3, o que se compreende sobre a conceituação de políticas públicas e a preocupação dos governos com este tema. Abordando dados históricos gerais e, a partir de 1937 (com o decreto-lei nº 25), a fim de situar o início do desenvolvimento de ações políticas culturais no Brasil, através da observação de modo mais detalhado da cronologia das políticas públicas que foram formuladas para a área museológica (a partir de 1975, com o Plano Nacional de Cultura) e as ações desenvolvidas ao longo dos anos até o surgimento da Política Nacional de Museus.

No capítulo 4, apresentando os dados dos relatórios de pesquisa, as comparações do conteúdo das políticas públicas para museus, estaduais e federal, com as atuais práticas discursivas dos operadores de museus, analisam-se os dados obtidos, a fim de verificar em que medida as mesmas correspondem à situação em que se encontram os museus,

avaliando as mentalidades que estão por trás das políticas e de que forma podem ser propostas novas ações públicas visando a qualificação dos museus.

A norma utilizada na tese para organização das referências da pesquisa é a da American Psychological Association (APA), adotada preferencialmente pela Universidade Lusófona.

CAPÍTULO 1

CULTURA E SISTEMA – MATRIZ E O ESTADO DA ARTE

Neste capítulo apresenta-se a matriz teórica e a matriz geográfica da tese. Na primeira parte, que compreende os três primeiros subcapítulos, a matriz teórica é explicada através de um breve histórico da museologia, como se comporta na atualidade e a teoria dos sistemas para Niklas Luhmann. Na segunda parte, os dois últimos subcapítulos demonstram o embasamento para explicar a localização e a importância da América Latina na visão cultural de Garcia Canclini, bem como a criação dos sistemas museológicos nesta conjunção.

O sistema museológico compreende todas as relações sociais que são desencadeadas dentro e no entorno dos museus, instituições de ensino, órgãos formuladores de políticas, órgãos consultivos, associações de classe e conselhos de museologia.

A museologia teve um de seus mais importantes momentos em 1972, com a realização da Mesa-redonda de Santiago do Chile. Outro marco foi a cunhagem do termo nova museologia, em 1984 e, mais recentemente, a sociomuseologia, que hoje representa os estudos avançados na área. Vários outros momentos somaram-se: Declarações de Quebec e Caracas, as discussões em torno do museu integral e integrado, as novas tecnologias e a inovação.

Garcia Canclini, teórico da América Latina, adiciona a estes significativos marcos seus estudos sobre a realidade desta área geográfica, presente em todas estas discussões.

Nesta tese a proposta é fazer um estudo da colaboração que a teoria sistêmica desenvolvida por Niklas Luhmann pode trazer, com sua conceituação de sistema social, conforme já explanado anteriormente, à interpretação do sistema museológico.

O sistema museológico brasileiro propõe-se a estabelecer elos com uma gama de instituições, quais sejam: museus (públicos e/ou privados), associações de classe (museólogos, conservadores, historiadores), conselhos profissionais, sistemas regionais, universidades (cursos afins) dentre outros agentes, o que forma, segundo o pensamento luhmanniano, os subsistemas. Estes elos são para Luhmann, a comunicação.

A criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004, do Sistema Estadual de Museus do Paraná (SEM/PR) e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS), instituídos em 1990 e 1991 respectivamente; a organização do Conselho Federal de Museologia (COFEM), órgão fundado em 1982 para regulamentar a profissão de museólogo, e a consequente criação dos Conselhos Regionais (nesta pesquisa 3ª e 5ª regiões do COFEM), da Associação Riograndense de Museologia (ARM), criada no desordenamento político e econômico dos anos 1980, da tentativa de estabelecimento de uma nova associação de profissionais de museus no Rio Grande do Sul, em 2007 – findada

em 2012 por falta de participação da categoria de trabalhadores em museus –, em seu conjunto, vieram trazer integração e também tensão ao sistema museológico como um todo.

1.1. FATOS MARCANTES DA MUSEOLOGIA E SEUS DOCUMENTOS BASILARES

A manifestação dos novos rumos que a museologia (ciência em construção) tomou através dos tempos nos leva ao entendimento da importância do conceito de sociomuseologia.

Pensada e gestada a partir da Mesa-redonda de Santiago do Chile (1972) e da Declaração de Caracas (1992), do curso de Especialização em Museologia Social (da ULHT), do germe do Curso de Mestrado em Museologia (da ULHT) e da criação do Centro de Estudos em Sociomuseologia (da ULHT), a sociomuseologia, como pensa Mario Moutinho (1993), traz aspectos do novo processo de discussões advindos destes encontros e da participação dos profissionais envolvidos com estas temáticas:

“O alargamento da noção de patrimônio, é a conseqüente redefinição de "objecto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada”. (Moutinho, 1993, p.6)

Salienta Moutinho (2007), que o museu e a museologia tem na comunidade e na participação, as novas ferramentas para inovar os conceitos e que a sociomuseologia é considerada como uma disciplina articulada com as ciências humanas e as áreas de ensino e serviços, engajada no desenvolvimento sustentável, na inclusão socio-econômica e na busca de uma adequação dos museus aos novos pressupostos da sociedade contemporânea, aos novos problemas e às novas realidades.

Como documentos fundamentais, que influenciaram este processo inovador da sociomuseologia, a Mesa-redonda de Santiago, a Declaração de Quebec e a Declaração de Caracas são ponto de partida.

Inicia-se, cronologicamente, com a Mesa-redonda de Santiago do Chile, em maio de 1972. O documento final tem como princípios embasadores: a resolução dos problemas do contexto que se apresentava (meio rural, meio urbano, desenvolvimento técnico-científico, educação permanente), que a solução desses problemas devia ser compreendida pelos seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos, a tomada de consciência

pelos museus e a integração dos museus à vida da sociedade, a fim de desempenharem um papel decisivo na educação da comunidade.

Segundo as observações de Hugues de Varine¹³, a Mesa-redonda de Santiago era a sucessão dos eventos precedentes organizados pelo ICOM a pedido da UNESCO, em 1958 (Rio de Janeiro/Brasil), 1954 (Jos/Nigéria), 1966 (Nova Délhi/Índia). A realidade era a dos grandes museus do México, Brasil, Cuba e Argentina e que “não tinham lições a receber” (Varine, 1995). A principal questão é que na América Latina não se falava nem francês e nem inglês e foi tomada a decisão de organizar um encontro com especialistas da América Latina e com a língua única do espanhol. Paulo Freire, que foi convidado a participar, mas teve seu nome vetado pelo delegado brasileiro da UNESCO por razões políticas, teria como colegas de mesa um grupo formado por um peruano, um panamenho e dois argentinos. Um destes argentinos, Jorge Enrique Hardoy, foi o responsável pela “revolução nos espíritos” que pautou as decisões da carta chilena. Como urbanista e especialista em cidades, este expoente fez ver ao público que era necessário conhecer as suas localidades, os seus públicos, e saber antever as necessidades sociais e culturais das imensas e, muitas vezes, muito pobres populações. Para Varine, o essencial da mensagem de Santiago resume-se a dois pontos: a noção de museu integral e de museu enquanto instrumento de mudança social. E reforça: “esquecia-se assim, aquilo que havia se constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão da coleta e da conservação”. (Varine, 1995)

No mesmo documento, Hugues de Varine aponta as dificuldades que ocorreram nos mais de vinte anos pós Mesa-redonda de Santiago nos países latino-americanos que, grosso modo, não conseguiram implementar muitas das ideias gestadas. Embora, importantes museus tenham sido criados seguindo a conceituação de ecomuseu¹⁴ (tipo de museu onde a comunidade é chamada a discutir, interagir, criar e gerir e que representa aquela comunidade) e de museu integral e, a despeito do Encontro de Caracas, Varine aponta o rejuvenescimento da Mesa-redonda de Santiago.

No Chile, bem como nas demais nações sulamericanas que se democratizaram ao longo do último quartel do século XX, nota-se ainda uma retomada cultural. Em termos de políticas públicas, os ‘pensares’ de 1972 ainda estão por serem realizados. Um volume expressivo de ações foi efetivado, mas ainda faltam ações para a concretização da totalidade do que foi discutido.

¹³ Análise do documento oficial feita por Hugues de Varine “A respeito da mesa-redonda de Santiago (traudação de Marcelo M. Araújo e Maria Cristina O. Bruno (1995, p.17)

¹⁴ A respeito da conceituação de ecomuseu verificar os Escritos de George Henri Riviere em: <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-evolutiva-de-ecomuseu-por.html> - acesso em 24/03/2012.

Olhando hoje, após a recente comemoração dos quarenta anos da Mesa-redonda de Santiago do Chile, o Brasil possui uma rede organizada de museus, traduzida pela manutenção de uma Política Nacional de Museus, proposta e mantida pelo governo federal e com uma gama de órgãos sistematizadores em várias unidades da federação.

A Declaração de Quebec, em 1984, foi uma retomada das discussões de 1972, onde surgiu um movimento por uma nova museologia. Num dos únicos encontros realizados fora da América Latina, foi no Canadá, que se reforçaram as ligações da museologia com outras ciências, destacando a interdisciplinaridade e a ação cultural como fundamentais para as novas necessidades do mundo contemporâneo, quais sejam (em termos de museologia): a ação cultural e novos métodos de gestão.

A nova museologia, tão presente nas discussões realizadas em Quebec, utiliza-se de todos os recursos da museologia – coleta, conservação, investigação científica, restituição e difusão, criação – que se adapta a cada meio e realiza projetos em conjunto com a sociedade.

São adotadas a partir da Declaração de Quebec as seguintes resoluções: o reconhecimento do novo movimento museológico e a aceitação de todas as formas de museologia ativa; o dever dos poderes públicos em ajudar as iniciativas locais a aplicarem os novos princípios; a criação de um comitê de museus comunitários nos quadros do ICOM; a criação de uma federação internacional da nova museologia e a criação de um grupo de trabalho provisório visando organizar as propostas e a aplicação de um plano de encontros e de colaboração internacional.

Mario Moutinho (1995) ao fazer um balanço da Declaração de Quebec, destaca que a contextualização desta Declaração – e que veio a lhe dar forma – se relaciona com a organização do Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia, que também ocorreu em outubro de 1984, em Quebec. Moutinho ressalta o intercâmbio entre a nova museologia e a museologia até então instituída e diz: “por uma oposição a uma museologia de coleções, tomava forma uma museologia de preocupações de caráter social”. Ao destacar a existência de uma resistência de alguns setores do ICOM (particularmente o ICOFOM), manifestada numa reunião ocorrida em Londres, um ano antes de Quebec, que rejeitava a existência de práticas que não estivessem em consonância ao *status quo* da museologia, Moutinho alerta para a tomada de consciência de um movimento simultâneo em vários países que davam conta de uma realidade nova da museologia.

Uma nova ordem museológica era então representada pelas reflexões de quem preconizava uma museologia participativa que seria: interdisciplinar, de forte implicação popular, fonte de novas solidariedades, trataria das memórias coletivas e teria o público como colaborador. Transbordaram exemplos de museus em várias partes do mundo

(México, Espanha, Suécia, Reino Unido, Nigéria), que já atuavam coadunados a esta nova estrutura.

O texto final da declaração não foi aprovado sem extensas discussões, em razão da quebra de paradigma que se impusera. Dentre as ações que foram levadas a efeito destaca-se a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, um ano após e que, posteriormente, veio a ser reconhecido como instituição afiliada ao ICOM. Mario Moutinho aponta que o importante da Declaração de Quebec, do Ateliê de 1984 e da criação do MINOM foi “o reconhecimento no seio da MUSEOLOGIA, do direito à diferença”.

O MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia – organizado em Lisboa no ano de 1985, serviu de ponto inicial para o desenvolvimento de uma nova forma de pensar o museu e define-se como um movimento que compreende a museologia comunitária, a sociomuseologia, a ecomuseologia e a museologia social. Renova-se pelo processo de globalização através de intercâmbios, ligações em rede, integrações regionais e, ainda, pelo contato com ICOM e UNESCO. Na agenda dos últimos dois anos do MINOM priorizam-se temas como: multiculturalidade, museus como prestadores de serviços, programas de formação e problemáticas de gênero¹⁵.

Dando continuidade a linha do tempo, a Declaração de Caracas destacou, duas décadas após o marco museológico chileno, a importância da avaliação permanente e:

“Que os planos e programas elaborados com instrumentos de planejamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso, e que a realização de tais planos e programas leve em conta as necessidades prioritárias do museu e defina objectivos e metas a longo, médio e curto prazo; [...] Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu.” (ICOM - Declaração de Caracas, 1992)

A Declaração de Caracas foi emitida em 1992, durante a realização do Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”. Reunindo gestores de museus dos diversos países da América Latina, refletiu sobre a missão do museu como agente de desenvolvimento e ocorreu com o intuito de “atualizar os conceitos e renovar os compromissos adquiridos” na reunião de Santiago do Chile. Esta Declaração, visando retomar as decisões tomadas em Santiago, aponta de forma direta a falta de uma política coerente e duradoura para a cultura, cobrando do Estado o seu papel enquanto mantenedor do patrimônio público que os acervos museais representam. Enfatiza a importância da comunidade no relacionamento com o Museu, também ressaltando características típicas da nova museologia.

¹⁵ Movimento Internacional para uma Nova Museologia [MINOM – ICOM]. (2011). www.minom-icom.net. Acedido a 21 de Março, 2011 de MINOM – ICOM em www.minom-icom.net.

Dentre as considerações, destacam-se as que se apresentaram como mais pertinentes a esta tese e, pela atualidade de seus preceitos, nas recentes quatro décadas transcorridas:

“[...] É lamentável a falta de uma política cultural coerente que transcenda a temporalidade e garanta a continuidade de ações. [...]

O Estado não pode abandonar totalmente seu papel de guardião do acervo patrimonial de nossos povos, e deve contribuir para garantir sua conservação e integridade como o órgão mais idôneo. [...]

Que se reformulem as políticas de formação de coleções, conservação, investigação, educação e comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade, com a qual o museu desenvolve suas atividades; [...]

Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu; [...]” (Declaração de Caracas, 1992)

Maria de Lourdes Parreiras Horta (1995) escrevendo após vinte anos da realização dos debates ocorridos em Santiago aponta para o programa intenso de mais de vinte dias de convivência em debates, reuniões e grupos de trabalho, dos quais participaram representantes de: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, Nicarágua e um grande volume de venezuelanos, todos da área diretiva de museus. Pelo depoimento de Horta, diferentemente da reunião de Quebec, na Venezuela houve consenso e harmonia de ideias, pensamentos, vivências, crenças e esperanças. Foram cinco os pontos de enfoque que fizeram resultar a redação do documento final: Museus e Comunicação, Museus e Gestão, Museus e Liderança, Museus e Recursos Humanos, Museus e Patrimônio.

Horta (1995) destaca novidades no documento final de Caracas, que sintetiza em três ângulos:

1. Mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas na América Latina que gerou a transformação ocorrida nas instituições museológicas;
2. A releitura do documento de Santiago e sua atualização tomando por base o limiar do século XXI;
3. Uma nova visão das instituições museais em relação a suas funções e modos de atuação na América Latina.

O que se apresenta de mais inovador na Declaração de Caracas é o alargamento do conceito de museu integral, transpondo-o para a expansão, a abertura para o entorno e a realidade de cada museu; o museu é uma ação concreta, comprometida com seu território e com as realidades de seu entorno, como parceiro em busca do desenvolvimento, enfim, o museu integrado à vida da comunidade.

Os três documentos observados até aqui, foram os suportes mais importantes de sustentação da museologia e, estão, ainda, muito atuais, seja pelo que preconizavam, seja

pela atuação dos profissionais e pelos estudos que partiram deste período final do século XX e seguiram em direção à adoção de uma museologia inclusiva, reflexiva, comunitária e comunicante, a museologia preocupada com o social.

A UNESCO¹⁶, organismo essencial para o campo¹⁷ museológico, traçou há poucos anos objetivos estratégicos para o desenvolvimento da cultura no Brasil, visando contribuir com a problemática museológica, apoiando programas de formação e pesquisa para o desenvolvimento de políticas públicas.

Há que se pensar que na América Latina, como explanado acima, muito se tem discutido a respeito da museologia, mais propriamente a partir dos anos 1970. É a partir destes marcos que se desenrolaram histórias, práticas, reflexões, que contribuem com suas potencialidades para a função social que os museus hoje desempenham.

A museologia produzida até os anos 1970 no Brasil como procedimentos de Gustavo Barroso (bastião e decano da museologia brasileira) detalhava a história do herói, da identidade nacional, revelando uma narrativa oficial. De outro lado, aqui, falava-se na democratização do acesso aos museus. Há pontos sobre a valorização do objeto, valorização acima de qualquer coisa, mas o que importa não são os objetos, mas as ideias.

Segundo Mario Chagas (2008), em 1983 a museologia passa por novas discussões, e na Declaração de Quebec, se reconhece o nascimento da nova museologia como um conjunto de postulados que vieram a reforçar no mundo contemporâneo a interdisciplinaridade e a comunicação nos museus e que permitiu a integração das populações.

Foi o período de repensar uma nova realidade, de compreender uma museologia sobre outros aspectos. Aqui se propõe que a museologia passe a ser uma ciência em construção. Mario Chagas chama de uma arqueologia e que devemos observar as sedimentações do tempo. Podemos estudar o campo da museologia sob diferentes perspectivas: nova museologia, micro museologia, bio-museologia¹⁸, alter museologia – conceito este cunhado por Pierre Mayrand em 2007¹⁹ e destacado por Pedro Pereira Leite e Judite Primo (2011) no sentido de uma museologia preocupada com as desigualdades

¹⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO]. (2011). www.unesco.org. Acedido a 21 de Março, 2011 de UNESCO em www.unesco.org.

¹⁷ Desenvolvido por Pierre Bourdieu, o conceito de campo é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo) entre posições, estando associado ao conceito de habitus e dos vários tipos de capitais: econômico, social, cultural e simbólico que perpassam as ações dos agentes sociais. Mais informações em BOURDIEU, P. (2007). A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. e BOURDIEU, P. (1996). As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário, São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁸ Uma nova vertente da museologia, que incorpora as condutas sustentáveis e a utilização racional de recursos e que é desenvolvido por Rita Pedreira. Para maiores detalhes consultar: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/ritadecassiaoliveirapedreira.html

¹⁹ Ver www.minom-icom.net e http://coimbra.academia.edu/PLeite/Papers/1174402/Olhares_Biograficos_na_Museologia_O_Desafio_da_Intersubjetividade

sociais e os recursos naturais e o envolvimento do museólogo com os atores e os movimentos sociais. Para Mario Chagas (2008) isto se dá porque se produzem determinados marcos teóricos, determinadas correntes ou linhas de força.

Para Waldisa Rússio (1984), a museologia é tratada como ciência que estuda o fato museológico, a relação entre homem e objeto num cenário institucional, o museu. Nos anos 1990, se faz distinção entre museal (que se refere ao museu) e museológico (que se refere à museologia). Mas nisso ainda não há consenso, é um esforço necessário para o conhecimento. Rússio não faz essa distinção. Dizia ela: “(...) a musealização (...) exige novas técnicas, novos métodos, novos tipos de cenários museais, quer dizer, uma nova tipologia museológica e, também, um museólogo que seja um cientista mais completo e um trabalhador social mais atuante.” (Rússio, 1984, p. 4)

Os anos 1990 já trazem uma reflexão mais ampla acerca dos museus e da museologia, ampliando o raio de atuação dos museus e trazendo novas formas de pensar o museu, distante da sacralização do século anterior e mais próxima da disseminação que a abertura política trouxe no final dos anos 1980.

Verificando a ‘Carta de Salvador’, documento elaborado pela categoria museológica no ano de 2007, no Brasil, revela-se a importância de citá-la como um testemunho das inquietações que, ao findar-se a primeira década do século XXI, ainda preocupam os pensadores da museologia. No item 2 das Recomendações, postula: “Que os governos nacionais de todos os países da Ibero-América implementem políticas públicas de museus, que contemplem, entre outros aspectos, a comunicação, a educação, a preservação e a investigação científica do patrimônio cultural e natural.” (Ministério da Cultura [MINC], 2007). Parece que os países signatários, uns mais e outros não tanto, já estão desenvolvendo ações neste sentido, e são ações não muito diferentes das aconselhadas desde o século passado. Entende-se que a população destas nações não está representada, não se identifica com seus patrimônios, com suas memórias, talvez porque os museus não estejam comunicando-se ou exercendo seu papel de salvaguarda da memória local.

Destarte as discussões do Chile terem sido feitas com profissionais de toda a América Latina, o panorama dos museus no Brasil é diferenciado e têm sido feitas muitas ações políticas na área. No Chile, embora não seja foco desta pesquisa, importante de ser citado em função de ter sido palco de discussões em 1972, também há uma atuante política museológica, que se traduz nos museus em melhores condições.

1.2. SOCIOMUSEOLOGIA NA PÓS-MODERNIDADE

Para tratar sobre políticas para museus na atualidade, analisa-se os principais aspectos teóricos da museologia e suas relações para a efetivação das políticas públicas de cultura no Brasil, levando em conta as inovações da conformação sistêmica e o comportamento cultural do continente sul-americano, a partir dos anos 1970, momento de descontinuidades, complexidade e transformação. A intenção é entender de que forma é possível, na sociedade pós-moderna²⁰ em que vivemos, inserir a problemática dos museus.

Avaliando os recursos públicos obtidos, compreende-se que os museus podem e poderiam entregar muito mais à sociedade, em termos de conhecimento e mesmo de solução de problemas para outros museus que se situam geograficamente próximos dele.

Nos dias de hoje, segundo Mario Moutinho²¹ os museus são compromissados com eles próprios, com a indústria cultural, com suas exposições, com o desenvolvimento e com a cidadania e, enquanto processo, estão a serviço de uma sociedade mais inclusiva, tal qual deveria ser uma política para museus.

Durante a realização do Curso de Estudos Avançados em Museologia (CEAM) em 2008, os primeiros textos trabalhados em aula remeteram às novas formas de pensar a museologia e o museu. Se entendermos que temos cicatrizes, que elas são nosso patrimônio, que falamos através das mesmas e recordamos bons e maus momentos é sinal que, de alguma forma, elas são importantes para nós. Lembrar o que as recordações nos trazem é salutar ou não em determinadas ocasiões. E estes vestígios são as memórias que os museus preservam.

No dizer de Mario Chagas (2008), o público que vem aos museus não é tábula rasa, vem ao museu com suas memórias²². O entendimento de qual é a percepção deste público, que nuances são percebidas pelos diferentes públicos é o que nos desafia. É preciso repensar o que vamos dizer e conhecer que público é este, respeitando todas as vozes, a polifonia.

Ao planejarmos qualquer atividade, esquadrihamos o que é necessário realizar e vamos buscar. Assim, Mario Moutinho detalha: “(...) é sem dúvida na museologia social (...) que encontramos a inovação, a mudança e certamente novos caminhos.” (Moutinho, 2001, p.3)

Somos cotidianamente desafiados a dar corpo à museologia crítica com responsabilidade ética e política. Portanto, inovação é saber como usar o que dispomos e

²⁰ Período de intensas mudanças, de avanço tecnológico, pluralidade cultural, crise no trabalho, mudanças no sistema produtivo, perda de fronteiras, efemeridade. Pensadores que trabalham com esta temática: David Harvey (2002), Zygmunt Bauman (2010).

²¹ Discurso do Professor Mario Moutinho proferido em aula do Curso de Estudos Avançados em Museologia, 2008.

²² Importante salientar os conceitos desenvolvidos por Maurice Halbwachs (2009), para quem a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva.

saber buscar o que não dispomos. Estes são problemas fundamentais e não necessariamente precisamos resolvê-los, mas é importante entender que eles estão aí e precisamos nos preocupar. São dados para reflexão. Ao propor inclusões nas atuais políticas para museus, a inovação está posta.

Temos que tomar por base e refletir que não há uma ação museológica boa ou ruim, que o processo é por vezes muito complicado e construir algo consistente é também buscar o crescimento das pessoas. Por isso a inquietação em delinear as preocupações sociais e realidades sociais, na tentativa de a museologia assimilar as mudanças na sociedade contemporânea e de tornar-se, de fato, uma sociomuseologia. A museologia é mais do que se faz dentro dos museus, é recurso de comunicação.

Dentro dos museus do Rio Grande do Sul, o nível de conhecimento museológico dos profissionais nos bastidores, não é elevado; conforme considerações feitas em levantamento realizado no ano de 2007 (dissertação de mestrado, já citada na introdução), a respeito de profissionais que atuavam em quatro museus públicos de importância no cenário da capital gaúcha: Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Museu Julio de Castilhos, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. De um total de cerca de setenta profissionais, foram entrevistados doze servidores e, destes, apenas um tinha Especialização em Museologia, dez tinham graduação na área das Ciências Humanas e dois em Administração. Sessenta por cento eram funcionários de carreira do governo estadual. Muitas vezes, o que também foi arguido nestas entrevistas, os operadores museais não tinham conhecimentos teóricos sobre uma museologia voltada para o social. Nas instituições analisadas faltavam políticas para aquisição de acervo, desenvolvimento de pesquisas e havia carência de uma participação mais ampla e efetiva da comunidade. Desta pesquisa pode-se extrair o seguinte aprendizado: ainda são insipientes os conhecimentos que os operadores de museus têm no século XXI. Mais de quarenta anos nos distanciam da realização da Mesa-redonda de Santiago do Chile e verifica-se que nem o que lá foi dito é conhecido pelos profissionais que hoje *fazem* museus.

Este processo poderá ter modificação se as políticas para museus levarem em conta esta realidade, se as instituições que formulam, desenvolvem e aplicam as políticas conhecerem mais proximamente esta situação. Além disso, um fator, que também poderá vir a alterar este quadro é o número de cursos de graduação que vem sendo criados em todo o Brasil e mais especificamente no Sul do país, onde existem dois cursos de graduação em museologia funcionando regularmente no Rio Grande do Sul, quando há menos de cinco anos não tínhamos nenhuma formação superior nesta região. Os egressos desses cursos poderão atuar nos museus que, pelo que se comprova, precisam de mão-de-obra capacitada. No sentido de avaliar as políticas para museus, está aqui um ponto de

investigação que carece de um olhar mais profundo. É chegado o momento de avaliar a necessidade de criação de mais vagas para profissionais especializados que possam atuar nos museus. Não basta que o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) apoie a criação de cursos de formação, se os locais de trabalho (neste caso, os museus públicos) não dispuserem de concursos públicos para seleção de pessoal que formem seus quadros e que façam carreira, vindo a mudar a situação de desmantelamento que se verifica na atual conjuntura.

Mario Moutinho (2008) desafia: “quando esquecemos as coleções de museus, saem coisas interessantes”. E aponta: “cuidar para que as universidades não busquem uma museologia desconectada com a realidade museal pensada na atualidade”. Pode-se inferir que a universidade ainda não dá conta da complexidade da ciência museal, inclusive por detectarmos que não existe formação para licenciados em museologia nas universidades brasileiras. A grande quantidade de cursos criadas nos últimos anos é exclusivamente para formação de bacharéis. Para o ensino da museologia a formação deverá ser de licenciado, tal qual nos cursos de graduação nas demais áreas de conhecimento, onde a licenciatura é exigência para a docência.

Mario Chagas colabora e reforça que: “sem memória não há inovação”²³. Não se trata aqui de mudar tudo, mas de buscar outros e mais caminhos para tornar os museus associados às novas questões da pós-modernidade²⁴, momento de descontinuidades, desconstrução, esfarelamento da verdade, discordâncias e de novas formas de justificar as verdades e conceitos tomados até então pela sociedade. Somos nós os responsáveis pela tomada de decisão e por resolver o que faremos neste sentido, a fim de identificar até que ponto vamos fazer algo. Os museus devem investigar os mercados de novas tecnologias, entender que há muito a absorver e aprender, carregando para si, melhorias que venham a ampliar as ações junto aos frequentadores, às atividades, à avaliação e às pesquisas.

Para Moutinho na medida em que, de fato, o museu é visto como um serviço, pois consumimos as mostras, o produto é imaterial e procuramos sempre algo tangível (livros, folders ou objetos). O autor detalha:

“Reconhece-se que um serviço é essencialmente um produto intangível cuja produção pode ou não assentar em bens materiais. Esse produto intangível não pode ser objecto de apropriação para consumo posterior, mas tem por isso a característica de ser produzido e consumido em simultâneo”. (Moutinho, 2008, p. 2).

²³ Discurso do Professor Mario Chagas proferido em aula do Curso de Estudos Avançados em Museologia, 2008.

²⁴ A respeito da pós-modernidade, David Harvey (2002) e Jean-François Lyotard (2002) trabalham com os conceitos apontados.

Moutinho²⁵ destaca quatro características essenciais dos serviços em referência às exposições e atividades dos museus. São eles: inseparabilidade, variabilidade, intangibilidade e perecibilidade. Estes conceitos são fundamentais aos abordar-se o museu hoje já que o serviço no museu deve ser novo, atraente, acolhedor, em consonância com o que o visitante quer conhecer, prestado em tempo real e deve ser consumido no local, é a relação do visitante com o acervo que deve prever suprir estas vontades.

Somos levados a entender, como profissionais de museus, que os serviços podem ser vistos como desafios, que ainda não se disse que para economizar os governos devam fechar os museus. Para os jovens e crianças que recebemos nos museus, repassamos muito pouco para o seu conhecimento e crescimento, mas iniciamos uma jornada, são os recursos de que dispomos, enquanto profissionais da museologia, para que museus e jovens se alterem, conheçam e se adaptem a estas novas realidades.

Existem limites e há dificuldades em enquadrar determinadas atividades em serviços culturais (os que não são vendáveis, por exemplo) e o que não é quantitativo e for qualitativo torna-se difícil de ser um serviço. Interessante frase proferiu o Prof. Moutinho: “Muitos museus são alegremente uma espécie de sorvetes vendidos fora de prazo e requentados”.²⁶ E quem se entusiasmaria com isso? O museu tem que cativar seus públicos, tem que disseminar o conhecimento de forma atrativa e em consonância com as mudanças, complexidades e conflitos da sociedade pós-moderna. Ao vivenciar uma visita ao museu, o frequentador depreende muito mais do que na visita virtual; o contato e a fruição são fundamentais para a compreensão, existe a interação.

Abordando teorias sobre inovação, verificamos que o museu que busca a inovação pode atualizar-se tecnologicamente porque as empresas produtoras podem fazer isso e elas o oferecem, mas precisam ser criados novos serviços que obedeçam a essas características. Discussão análoga tem sido realizada pelos estudiosos de Administração. Conforme artigo de Corrêa e outros:

“A inovação de produtos pelas empresas pode permitir que elas atendam novas necessidades do mercado, melhorem suas posições em relação aos substitutos e reduzam a necessidade de produtos complementares, e assim resultando em melhores condições para seu crescimento.” (Corrêa et al, 2003, p. 2)

Os museus podem ser inseridos no rol de organizações que buscam melhorar seu desempenho para entrar na competitividade com outros serviços. E os museus precisam exatamente buscar formas de se colocarem no mercado onde tudo é inovador, na sociedade em constante mudança e ebulição da atualidade. Se não se atualizarem, no contexto das

²⁵ Moutinho embasa-se na descrição feita por Marcos Kahtalian disponível em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/mkt/2.pdf>

²⁶ Discurso do Professor Mario Moutinho proferido em aula do Curso de Estudos Avançados em Museologia, 2008.

mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, os museus continuarão vendendo produtos não atrativos e desinteressantes aos consumidores. Estes frequentadores estão aí e tem como escolher o que desejam e é melhor para eles.

Maria Célia Moura Santos (2008) entende que a museologia é participativa, social e que o museu enquanto processo engloba: escola, território, população, patrimônio global, melhoria da qualidade de vida, afetividade e compromisso social dos sujeitos envolvidos.

Moutinho e Santos dão elementos que reforçam a noção de que ao avaliar os serviços que o museu vem prestando à sociedade, ao perceber que ações vêm sendo realizadas nestas instituições, as políticas públicas devem absorver este olhar mais amplo, identificando em que ponto faz-se necessário intervir, buscar o foco para propor melhorias, em termos de fomento, diligência, avaliação e qualificação.

Em consonância com o objeto deste estudo – as políticas públicas –, museus também são aparelhos do Estado, ideológicos, da não libertação. Por isso, em períodos ditatoriais, aparecem muitos museus para perpetuarem a ideologia daquele contexto histórico. Em momentos de democratização é a coletividade que se organiza e pede a criação de memoriais. No Brasil isso não é diferente, vide a criação dos primeiros museus brasileiros que surgiram seguindo o modelo europeu de preservação. Também para perpetuar uma ideologia ditatorial, houve o surgimento de muitos museus à época dos anos de chumbo (último quartel do século XX). A conservação destas memórias, desta representatividade identitária, não pode tentar apagar uma era, contudo também não deve enaltecer, a ponto de dominar, o conhecimento vindouro. Aqui se tornam importantes as conceituações de poder e esquecimento²⁷ que operam em todos os processos museológicos, sem exceção.

A sociomuseologia e o museu integrado representam o estado da arte no campo museal hoje. A museologia precisa de novas experimentações. O século XXI está experimentando novas variáveis. Os museus hoje devem seguir construindo os instrumentos que ficaram de fora do contexto em mudança e ampliar os olhares, não perdendo a característica inclusiva e visando estimular a consciência crítica, ser espaço de diálogo e ampliação de saberes e trocas.

O museu hoje é o espaço para promover e oferecer a inclusão, todos estão convidados a adentrar, consumir, comover-se, apropriar-se deste espaço que pertence a todos. É o museu hoje espaço de descoberta, de troca, de mudança, de aprendizado, de elo entre o que foi e o que é, mas também do que virá a ser.

O museu, na atualidade, período da pós-modernidade, deve ser o museu inclusivo, prever ações voltadas à diversidade, à interdisciplinaridade, à inovação e às interfaces entre

²⁷ Estes conceitos são detalhados por Maurice Halbwachs (2004) e Michel Pollak (1989).

o homem e o que ele produziu, a fim de que a comunidade tenha condições de reconhecer-se e refletir-se nele. Um museu de caráter social e que aplique os conceitos da sociomuseologia.

1.3. TEORIA DOS SISTEMAS NA COMPREENSÃO DOS SISTEMAS MUSEOLÓGICOS

Nesta tese existe uma conjugação de fatores de importância para estabelecer um diálogo com a teoria sistêmica de Niklas Luhmann²⁸. A Teoria dos Sistemas Sociais, inicialmente desenvolvida por Niklas Luhmann, segundo Neves e Samios (1997) é a que melhor traduz as premissas da pesquisa:

“Luhmann parte da sociedade moderna, para propor sua teoria, sociedade esta que tem como características principais a complexidade e a diferenciação funcional. A complexidade, sinônimo de modernidade é entendida como a totalidade das possibilidades no mundo. Reduzir esta complexidade é a tarefa principal dos sistemas.” (Neves & Samios, 1997, p. 11)

A sociedade complexa é a sociedade do nosso tempo. O museu, representa este social, mas não abrange a complexidade. Luhmann (1990) postula: “El concepto de sistema significa, pues, algo que realmente es un sistema, y por consiguiente asume la responsabilidad de la verificación de sus proposiciones en relación con la realidad”²⁹.

Luhmann publicou seus estudos após Ludwig Von Bertalanffy, biólogo alemão que desenvolveu a Teoria Geral dos Sistemas, buscando analisar as organizações como um todo.

Sistema é um conjunto de elementos inter-relacionados, formando um todo organizado e estruturado. É utilizado em várias disciplinas do conhecimento científico: Física, Biologia, dentre outras, contudo é na Sociologia que se estabelece o diálogo para esta tese, fazendo a aproximação e o relacionamento da museologia com os atores sociais, instituições e com o poder público que estão ou deveriam estar em interação para o desenvolvimento dos museus no Brasil.

Luhmann (2009) detalha que se pode entender o sistema quando se têm determinadas características que, se forem suprimidas, põem em questão o caráter do objeto do sistema e que também podemos chamar de sistema o conjunto destas características.

²⁸ Um dos mais importantes sociólogos do século XX, falecido em 1998, que teorizou sobre a complexidade social.

²⁹ Tradução livre: “O conceito de sistema significa, pois, algo que realmente é um sistema e, por conseguinte, assume a responsabilidade da verificação de suas proposições na relação com a realidade”

Não se busca desenvolver um histórico da definição do termo sistema³⁰, mas examinar como este conceito poderá auxiliar no entendimento das redes e relações de um processo social tão complexo e interdisciplinar quanto os museus e suas práticas museais.

Partindo da teoria desenvolvida por Humberto Maturana e Francisco Varela, biólogos chilenos que, em torno de 1970, desenvolveram uma visão contemporânea de sistema, identifica-se que ambos conceberam uma teoria chamada de *Autopoiésis*³¹ (Rodrigues, 2000). A conclusão a que eles chegaram naquela investigação é a de que o ser vivo é um sistema e o sistema é autopoiético. No corpo humano, a sistematicidade não é alterada pela sua manutenção. Este sistema é fechado em si mesmo em função da retroalimentação. Não há sistema aberto, os sistemas são fechados do ponto de vista informacional.

O conceito de autopoiésis tornou-se importante para a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann. Verificando-se a mudança paradigmática na segunda fase da obra de Luhmann, que é a nova teoria dos sistemas, vemos que ela envolve novos conceitos-chave: autopoiésis, autorreferência e operacionalmente fechados. Substitui-se, portanto, o conceito de sistema aberto/fechado pelo conceito de autopoiésis.

Maturana e Varela restringiram o conceito de autopoiésis aos sistemas vivos, enquanto Luhmann amplia este conceito para os sistemas sociais e psíquicos.

Rodrigues (2000) assinala que:

“(...) a estrutura existe exclusivamente como resultado de processos sistêmicos que se auto-organizaram e, no ato de se auto-organizarem, os processos sistêmicos formam uma circularidade operacional que propiciam (ao observador) uma diferenciação entre esses processos (que se auto-organizam) e um entorno (meio) que não participa (diretamente) da auto-organização desses processos.” (Rodrigues, 2000, p. 269).

Este é o referencial dos sistemas de museus que são analisados. Eles se adaptam cada um ao seu meio e se autorreferenciam no momento em que existe a possibilidade de moldarem suas ações através do que é requerido pela comunidade que deles faz parte. Comunidade e entorno compostos de operadores de museus e, portanto, profissionais da área e pelo grande público, que frequenta os museus e usufrui das atividades. As políticas públicas, as agendas, os fóruns de discussões fazem o papel de auto-organização desses processos.

³⁰ A abordagem sistêmica sofre mudanças desde sua concepção. Tomando-se um ponto de partida, temos o ano de 1850, com a 2ª Lei da Termodinâmica, embora Hegel e os pré-socráticos já falassem em sistema, vemos detalhar-se sistema fechado, sistema aberto e novamente fechado, levando-se em conta os escritos de Bertalanffy, os conceitos de entropia e homeostase e as idéias de Talcott Parsons.

³¹ Do grego: AUTO = por si só POIESIS = trabalho / produção. Há mais de uma forma de grafar este termo, optando-se por utilizar o termo como autopoiético e autopoiésis, conforme Rodrigues (2000).

Segundo Luhmann (1998) os sistemas existem concretamente, não são somente uma categoria de análise. Nos sistemas há uma interdependência das partes que compõem o todo e isto comprova a ideia de relacionar dois sistemas estaduais e o sistema brasileiro, com o conjunto do sistema museológico, ainda que diferentes em sua concepção.

Conforme Rodrigues e Mendonça: “Luhmann (...) foca a noção de sistema como unidade discreta, isto é, circunscrita a seus limites e, portanto, uma unidade autorreferida, como estratégia epistêmico-metodológica para reduzir a complexidade do sistema mundo”. (Mendonça & Rodrigues, 2006, p. 8)

Sistema sempre foi confundido com estrutura e ambos os conceitos têm um poder explicativo muito semelhante: são sinônimos. Contudo, em teoria, a estrutura é mais estática e o sistema traz maior mobilidade. Muitas vezes, a estrutura pode gerar um “engessamento” nos sistemas museológicos, conflitos de interesses de diferentes agentes.

Para Rodrigues (2006) os conceitos de sistema e estrutura, embora tenham sido usados por vários autores antes de 1970, começaram, a partir deste período importante de mudança paradigmática global, a demonstrar que o conceito de sistema passa a incorporar duas noções fundamentais: sistema aberto e sistema autorreferido.

Sistema e meio somente existem juntos.

“Luhmann ao se referir à nova abordagem sistêmica, tem defendido a perspectiva de que toda a teoria sistêmica deva constituir-se na observação da diferença entre sistema/teoria sistêmica e entorno. Para ele, a noção de sistema obriga-nos a percebê-los, como estando orientados sempre em relação ao que lhes circunda, ou seja, em relação ao seu meio-ambiente (entorno).” (Mendonça & Rodrigues, 2006, p.89)

Há várias instâncias do sistema museológico aqui apresentadas. E são estas mesmas instâncias que serão os *irritantes* do sistema, o que resultará em um sistema que se auto-organize e responda ao sistema museológico, ou seja, se comunique.

As ações sistêmicas tanto no Paraná, quanto no Rio Grande do Sul, como no Brasil apresentam uma especificidade, influência do entorno.

Luhmann (1990) diz:

“Hoy en día, en la comunidad científica existe seguramente el consenso de que el punto de partida de cualquier análisis sistémico-teórico tiene que ser la diferencia entre sistema y entorno. Los sistemas no sólo se orientan ocasionalmente o por adaptación hacia su entorno, sino de manera estructural, y no podrían existir sin el entorno. Se constituyen y se mantienen a través de la producción y el mantenimiento de una diferencia con respecto al entorno, y utilizan sus límites para regular esta diferencia. Sin la diferencia respecto al entorno ni siquiera existiría la autorreferencia, pues la diferencia es la premisa para la función de las

operaciones autorreferenciales. En este sentido, el mantenimiento del límite significa el mantenimiento del sistema”³². (Luhmann, 1990, p. 50).

Estes limites de que Luhmann fala, são as fronteiras entre os subsistemas e o sistema, ou seja, o entorno social, a comunidade museológica que tenta invadir as fronteiras, atingindo sua membrana sistêmica. Se os sistemas regionais têm condições de atender aos anseios destes agentes, fazendo cursos, oferecendo programas de fomento, desenvolvendo publicações, eles se auto-organizam e respondem, senão, eles não comunicam. Em razão disso, a não comunicação é um retorno, pois pela teoria luhmanniana: não comunicar também é comunicar.

Para Luhmann (1990), o sistema social é reprodutor das comunicações a partir das comunicações. A sociedade é um sistema autopoiético cujo componente básico é a comunicação.

Estes sistemas sociais, para se tornarem viáveis, necessitam de fronteiras (de sentido), que devem ser relativamente invariáveis em relação ao meio, o que só é conseguido se as relações de sentido entre as ações não forem atingidas pelas variações de sentido do meio, pois a interação das ações dá a estabilidade ao sistema.

O conceito de comunicação é fundamental para a compreensão do sistema social proposto por Luhmann. Para ele, a comunicação é um fato emergente tal como a vida e a consciência e se realiza como tal porque traz em si três dimensões distintas, quais sejam: informação, mensagem e comunicação. Luhmann diz: “A comunicação tem todas as propriedades necessárias para se constituir nos princípio de autopoiésis dos sistemas sociais: ela é uma operação genuinamente social (e a única enquanto tal), por que pressupõe o concurso de um grande número de sistemas de consciência, embora, precisamente por isso, enquanto unidade, ela não possa ser imputada a nenhuma consciência isolada” (Luhmann, 2009, p. 293). Reforçando esta ideia, Nafarrete ao realizar notas introdutórias sobre a obra de Luhmann comenta: “La sociedad es un sistema autoconstituido, ya que es capaz de contenerse a sí misma y a todos los demás sistemas sociales. [...] La sociedad hace comunicación y todo lo que haga comunicación es sociedad.”³³ (Nafarrete, 2006, p. 26)

Aí está o sistema museológico, na complexidade de suas tarefas, buscando firmar-se numa estrutura que não vê na memória um instrumento de desenvolvimento. Aqui

³² Tradução livre: “Hoje em dia, na comunidade científica existe seguramente o consenso de que o ponto de partida de qualquer análise sistêmico-teórica tem que ser a diferença entre sistema e entorno. Os sistemas não só se orientam ocasionalmente ou por adaptação com seu entorno, senão de maneira estrutural, e não poderiam existir sem o entorno. São constituídos e mantidos através da produção e da manutenção de uma diferença ao entorno, e utilizam seus limites para regular esta diferença. Sem a diferença em relação ao entorno nem sequer existiria a autorreferência, pois a diferença é a premissa para a função das operações autorreferenciais. Neste sentido, a manutenção do limite significa a manutenção do sistema”.

³³ Tradução livre: “A sociedade é um sistema autoconstituído, já que é capaz de conter-se em si mesma e a todos os sistemas sociais [...] A sociedade faz comunicação e em tudo o que haja comunicação é sociedade.”

podemos ter: cultura / museologia / nova museologia / sociomuseologia / sistema de museus ou associação de museus.

O que faz o sistema ser sistema é a relação dele com o meio. Assim, nos sistemas autopoieticos, quando o ambiente se transforma, o sistema se readapta. Um sistema existe por existir, mas está no meio-ambiente. Só interferimos no sistema fechado mudando o entorno. As mudanças que ocorrem no entorno do sistema são, no caso desta pesquisa, o público, a comunidade, as pautas para as agendas, a vontade política dos agentes e as autoridades.

Luhmann (1990) diz que nenhum sistema pode operar fora de seus limites e pretende-se demonstrar que as fronteiras são bem delimitadas em cada um dos sistemas que fazem parte da pesquisa.

Segundo Luciano Fedozzi (1997):

“Para Luhmann, a permanência desses obstáculos epistemológicos (preconceito humanista, preconceito das unidades ou fronteiras territoriais, preconceito da objetividade do social) e a dificuldade de colocá-los no ‘museu das antiguidades sociológicas’ [grifo nosso] está na decisão sobre a possível existência de uma teoria alternativa a eles”. (Fedozzi, 1997, p. 20).

A citação do autor demonstra muito claramente o preconceito ainda existente em relação ao museu. O sistema museológico ‘briga’ atualmente, através da museologia e seus estudos contemporâneos, para desmistificar este preconceito, para que se entenda que museu não é mais (como se pensava há muito tempo) depositário de coisas velhas, sacralizadas, ícones, mas sim lugar da memória e da preservação da história e do patrimônio, que comunica.

A construção do quadro abaixo, onde se assinala algumas categorias de análise, extraídas de conceitos cunhados por Niklas Luhmann ao longo de sua produção, são chaves para analisar os museus e os sistemas de museus regionais e brasileiro, sendo utilizados no capítulo 4 e na conclusão.

Quadro 1 - Quadro Categorias de Análise – Teoria dos Sistemas em Niklas Luhmann

Categoria	Descrição
Poder	<p>Forma de relação comunicacional que pré-estrutura as interações sociais. Tal qual o poder, também a economia, o direito e a educação, são formas de relação. Poder = comunicação: mensagem que delimita ações de outras pessoas. Quem detém o poder é quem apresenta maiores possibilidades de ação dentro de sistemas sociais.</p>
Comunicação	<p>O elemento dos sistemas sociais, assim, é a comunicação. Para a teoria de Luhmann, a comunicação não é uma relação entre pessoas. Comunicação só se comunica com comunicação, gerando mais comunicação. No caso, o que interessa não é o que foi compreendido da comunicação, mas o que foi realizado para dar continuidade à sociedade. A má compreensão também contribui para a comunicação. No caso, não é compreensão como processo psíquico, como percepção. A compreensão não é a mera duplicação em uma outra consciência, mas no interior do sistema permite a criação de uma nova comunicação. É, assim, o elemento autopoietico da sociedade, permitindo a sua própria recriação. A comunicação é a (única) operação genuinamente social e ela é autopoietica por que pode ser criada somente no contexto recursivo das outras comunicações, dentro de uma rede, cuja reprodução precisa da colaboração de cada comunicação isolada.</p> <p>Síntese de três seleções: mensagem, informação e compreensão da diferença entre mensagem e informação.</p>
Sistema	<p>Constitui-se e se mantém mediante a criação e a conservação da diferença com o entorno e utiliza seus limites para regular dita diferença. Sem diferença com o entorno não haveria autorreferência, já que a diferença é a premissa para a função de todas as operações autorreferenciais.</p>

Categoria	Descrição
Sistema social	Forma de relação comunicacional que a delimita frente a outras.
Sub-sistema	Meio de elaboração de estrutura própria para sua comunicação.
Autopoiésis social	<p>A expressão autopoiético é um aporte conceitual decisivo do biólogo chileno Maturana. Para ele os sistemas vivos (organismos) são unidades fechadas. Para Luhmann, os sistemas sociais também são autopoiéticos. Eles são autorreferenciais. Em todas as suas funções, se referem a si mesmos e produzem seus elementos constitutivos a partir dos elementos dos que estão compostos. Produzem-se e se reproduzem a si mesmos. Isto porque não é possível que haja sistema sem meio-ambiente, mas ambos são independentes entre si porque são sistemas autopoiéticos.</p> <p><i>Autopoiesis</i> significa que um sistema complexo reproduz os seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado com ajuda dos seus próprios elementos. Enquanto Maturana/Varela restringem o conceito da <i>autopoiesis</i> a sistemas vivos, Luhmann o amplia para todos os sistemas em que se pode observar um modo de operação específico e exclusivo, que são, na sua opinião, os sistemas sociais e os sistemas psíquicos.</p>
Sistema e Entorno	<p>Entorno é meio-ambiente.</p> <p>A constante diferença que resulta do estímulo (entorno) e do autoprocesso (sistema).</p>

Categoria	Descrição
Acoplamento estrutural	<p>No acoplamento estrutural, os sistemas influenciam-se entre si de modo bastante abrangente e permanente. Ocorre uma irritação entre estes dois sistemas, que precisam deste acoplamento estrutural para se diferenciar entre si. Por exemplo, o acoplamento estrutural entre política e economia é a tributação (sistema de decisão e sistema de pagamento); entre política e direito é a Constituição; entre direito e economia são o contrato e a propriedade. Portanto, o acoplamento estrutural é a ponte entre um sistema e outro, é onde se concentra a troca de informações entre sistemas. É um espaço de trânsito, com fronteiras precisas. É a relação de dois sistemas autopoieticos que precisam, para seu funcionamento, da presença de outros sistemas.</p>
Contingência	<p>Luhmann afirma que um sistema é sempre menos complexo do que o ambiente em que ele está inserido e que o objetivo do desenvolvimento de um sistema é a redução dessa complexidade para facilitar seu estudo. Para reduzir a complexidade é preciso que haja uma seletividade dos elementos presentes na relação do sistema com seu ambiente e uma seletividade dos elementos oriundos do próprio sistema. A isto se dá o nome de contingência. Contingência é o fato de que, entre as possibilidades que se mostram no sistema ou para o sistema, pode sempre ocorrer das expectativas esperadas naquelas relações, frustrações. Em outras palavras, cada seleção atribuída a um sistema é produto de alternativas que foram deixadas de lado. Numa situação contingencial, não se sabe quais os resultados a serem escolhidos visto que se trabalha com possibilidades. Portanto, depende-se de expectativas futuras, ou seja, há a necessidade de assumir riscos. Algo que não é necessário e nem impossível, algo então que é (era ou será) assim como é, mas também poderia ser diferente.</p>

Categoria	Descrição
Limites/fronteira/bordas	Diferente do meio-ambiente/entorno. A conservação dos limites é a conservação do sistema. Não são fixos e nem físicos, mas abstratos, de sentido.
Avaliação	O resultado, o produto do processamento. A retroalimentação.

Quadro elaborado especialmente para a pesquisa, 2011.

Encontram-se aqui semelhanças entre o objeto do estudo e o pensamento luhmanniano em razão de que o sistema museológico estabelece elos institucionais e sociais, configurando os subsistemas. Esta ligação é feita pela comunicação, conceito que, para Niklas Luhmann, é decisivo para determinar o conceito de sociedade.

Buscar as raízes do pensamento sistêmico e a participação dos usuários da comunidade neste sistema encaminha-nos a ressaltar:

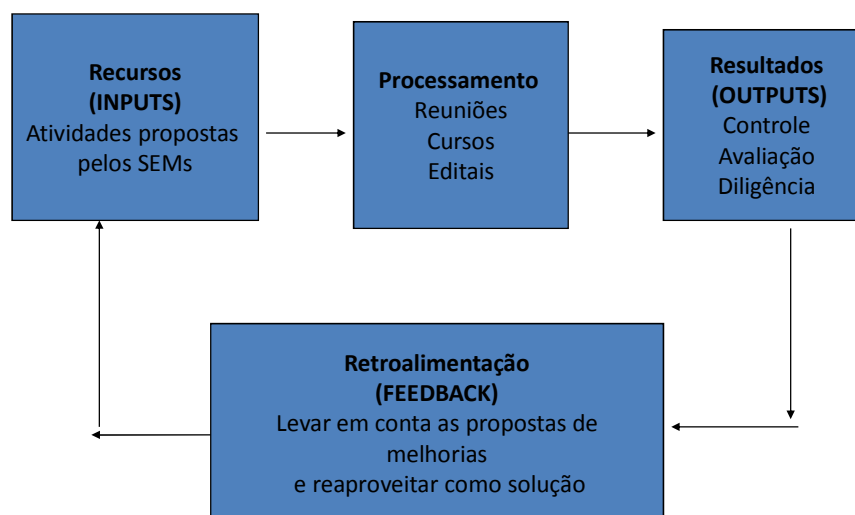
“Outro aspecto importante na obra de Luhmann, e frequentemente mal interpretado, é o de que embora a sua teoria tenha pretensões totalizantes, generalizantes (...) ela abre espaço para a construção de possibilidades experimentais (...). O pesquisador, na teoria sistêmica autopoietica é parte integrante do conhecimento.” (Mendonça & Rodrigues, 2006, p.9).

Luhmann (1990) diz que o conceito de sistema assume a responsabilidade de verificação de suas propostas em relação à realidade. Assim, nenhum sistema pode operar fora de seus limites e cremos ter demonstrado que as fronteiras são bem delimitadas em cada um dos sistemas que estão sendo analisado e em interação.

A fim de ilustrar com mais detalhes como funciona o sistema museológico embasado nos elos que estabelece com toda a rede, busco referências em outros dois autores: Daniel Katz e Robert Kahn, que focam suas pesquisas no campo da Administração e da Psicologia e aplicaram os conceitos de sistema, para explicar de que forma as organizações se comportam ao realizarem trocas com o ambiente externo. Eles entendem a abordagem do sistema como aberto.

O quadro abaixo, embasado na teoria de Katz e Kahn tem o propósito de explicar o sistema museológico:

Quadro 2 – Explicação do sistema museológico embasado na teoria de Katz e Kahn.



Quadro elaborado especialmente para a pesquisa, 2011.

O diálogo com o diagrama original apresentado pelos autores detalha, na adaptação do esquema acima, o sistema museológico e o seu entorno, ao representar a realidade museal brasileira. A configuração que os museus possuem por fazerem parte do sistema é representada na série de atividades que são organizadas e gerenciadas pelo Sistema de Museus que têm a participação dos operadores museais através das reuniões, cursos e fomento. Existe a necessidade de avaliação para a identificação de falhas nesta sistemática e a melhoria se dá no momento de absorver as propostas que surgem com a participação e a absorção das novas ideias como implementação.

A apresentação dos conceitos de Niklas Luhmann neste subcapítulo é fundamental para os comparativos que serão realizados com base na análise dos dados coletados junto aos museus e na intenção de comprovar as hipóteses.

1.4. VISÃO CULTURAL DA AMÉRICA LATINA ATRAVÉS DO PENSAMENTO DE NÉSTOR GARCIA CANCLINI

A América Latina diferencia-se por ter uma situação geográfica caracterizada por fronteiras naturais importantes (cordilheiras, oceanos) e pela formação política distinta e peculiar embasada na figura de um governante forte, expressivo e solucionador de todos os problemas na nação. Estas diferenças estão presentes na visão cultural de Garcia Canclini e são fundamentais para a compreensão do processo de formação brasileiro exercendo influência no sistema museológico do Brasil.

Autores como Emir Sader, Roque Laraia e Fernando Baez³⁴ também dedicaram seus estudos à temática cultural latino-americana, contudo, Garcia Canclini, argentino radicado no México, aborda a temática cultural na América Latina tomando por base a complexidade das relações que a configuram na atualidade, as tradições culturais coexistindo com a modernidade, aspectos que condunam aos objetivos deste estudo. Segundo Garcia Canclini, a modernidade ainda não terminou de chegar por aqui e os projetos de modernização ainda em curso têm seus valores já desacreditados pelas filosofias pós-modernas. "(...) na América Latina, onde as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar, não estamos convictos de que modernizar-nos deva ser o principal objetivo, como apregoam políticos, economistas e a publicidade de novas tecnologias". (Canclini, 1997, p.17)

Para Canclini, atualmente há uma visão mais complexa sobre as relações entre tradição e modernidade. Não há substituição da cultura tradicional pela industrialização da arte. Há expressiva difusão e disseminação da arte popular, até por que mantém a função tradicional de dar trabalho aos agentes (camponeses e indígenas) e por que desenvolvem outras atividades modernas: atrair turistas e consumidores que procuram nos bens folclóricos uma diferenciação personalizada que não encontram nos bens industrializados.

Canclini cita Habermas, que demonstra o pensamento sobre como a modernidade se constrói em diálogo com autores pré-modernos e pós-modernos.

"Para apreciar uma obra de arte moderna, é necessário conhecer a história do campo de produção dessa obra, ter a competência suficiente para distinguir, por seus traços formais, uma paisagem renascentista de outra impressionista ou hiper-realista. Essa 'disposição estética', que se adquire por pertencer a uma classe social, ou seja, por possuir recursos econômicos e educativos que também são escassos, aparece como um "dom", não como algo que se tem, mas ao que se é". (Canclini, 1997, p.37)

Compreende-se a situação da América Latina, no tocante aos museus, como se fosse um espaço de novas experiências, mas, pelo enredamento de formação política que existiu neste lado do mundo, tem-se no Brasil diferenças do restante do espaço geográfico

³⁴ Os referidos autores abordam em suas publicações entre os anos 1980 e 2010, assuntos como comunicação, antropologia, democracia para a compreensão da formação social da América Latina.

sul-americano. A formação cultural, proveniente da influência portuguesa, nos diferencia, e muito, dos demais países de gênese espanhola. Esta condição trouxe realidades culturais distintas, mas vivências políticas e econômicas semelhantes. Basta dizer que as ditaduras militares foram uma constante, no Sul da América Latina, além das dificuldades econômicas, com planos financeiros e alterações no sistema monetário que, por longo tempo, tiveram ações continuadas nesta região.

A formação das instituições museológicas latino-americanas se deu em cima do mito, da reverência aos grandes ícones históricos, deixando menos espaço para as manifestações culturais da população, dos cidadãos e de sua representatividade enquanto participante do fazer a história.

O Chile, palco de um dos mais interessantes – senão o mais importante – momentos de discussão da área museológica, a Mesa de Santiago, em 1972, não está – museologicamente falando – em melhor situação que o Brasil. Os museus chilenos e a política governamental andam a passos lentos, se comparados com o Brasil e, mais, se comparados com a situação de destaque que o Chile teve ao pensar a museologia na contemporaneidade. Alan Trampe Torrejon, subdiretor nacional de museus do Chile, aponta dados de que em 2008 existiam cerca de 200 museus no Chile e relata a experiência da Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (DIBAM), que existe desde 1929 e que em 1982 criou uma Subdirección Nacional de Museos, visando promover o desenvolvimento harmônico e sustentável dos museus. (Torrejon, 2008, p. 58)

Canclini reforça:

"A hipótese mais reiterada na literatura sobre a modernidade latino-americana pode ser resumida assim: tivemos um modernismo exuberante com uma modernização deficiente. [...] No final do século XIX e início do XX, impulsionadas pela oligarquia progressista, pela alfabetização e pelos intelectuais europeizados, entre os anos 20 e 30 deste século, pela expansão do capitalismo e ascensão democratizadora dos setores médios e liberais, pela contribuição de migrantes e pela difusão em massa da escola, pela imprensa e pelo rádio; desde os anos 40, pela industrialização, pelo crescimento urbano, pelo maior acesso à educação média e superior; pelas novas indústrias culturais." (Canclini, 1997, p. 67)

Para Canclini, os modernistas beberam em fontes duplas e antagônicas - as informações vindas de fora (principalmente da França) e um nativismo de busca de nossas raízes. Os escritores e artistas faziam reelaborações para contribuir com a transformação social. O modernismo cultural deu o impulso para a construção da identidade nacional, que compreende-se inclusivamente como identidades, exatamente pela miscigenação, multiculturalidade e diversidade. Ou seja:

"A consequência é que nos próximos anos o melhor, ou ao menos o mais cotado da arte latino-americana, não será visto em nossos países; os museus se tornarão mais pobres e rotineiros, porque não terão com o que pagar nem ao menos seguro

para que os colecionadores privados lhes emprestem as obras dos maiores artistas do próprio país." (Canclini, 1997, p.62)

Hoje se desenvolve o pensamento de uma cultura das cidades. Não é à toa que Teixeira Coelho organizou "A cultura pela cidade". Nesta publicação, vários autores, dentre eles, Garcia Canclini abordam questões culturais que se iniciam pelo habitante da cidade, o cidadão, que tem anseios por "uma nova ideia de política cultural, firmada na hipótese da centralidade da cultura para as políticas públicas e que trate de encontrar soluções culturais criativas para a vida em comum na cidade" [...] que trate "do apoio às instituições culturais centrais, [...], a definição do que podem ser os indicadores dessa nova gestão cultural da cidade [...], traduzir a cultura em vetor da vida cotidiana." (Teixeira Coelho, 2008, p. 9).

E Garcia Canclini aponta mais fatores para o entendimento da multiculturalidade do nosso tempo: fomentar a articulação entre instituições acadêmicas, organizações e cidadãos, facilitar acesso às novas tecnologias da informação, elevar o nível educacional da população (Canclini, 2008). Para ele:

"As cidades multiculturais do século XXI podem propor-se a desenvolver bairros do conhecimento ou dos museus ou da cultura e do espetáculo, com a qual atrairão mais cientistas, técnicos informáticos, turistas e outros peregrinos estrangeiros que a farão mais multicultural." (Canclini, 2008, p. 25)

Ainda que o pensamento seja reforçado na direção de inovações, de crescimento, observa-se que o Estado ainda permanece, especialmente na área dos museus, como o provedor, aquela instituição em quem o povo acredita e deposita toda a resposta às suas necessidades, o que vem ao encontro da temática políticas públicas.

"Enquanto o patrimônio tradicional continua sendo responsabilidade dos estados, a promoção da cultura moderna é cada vez mais tarefa de empresas e órgãos privados. (...) Enquanto os governos pensam sua política em termos de proteção e preservação do patrimônio histórico, as iniciativas inovadoras ficam nas mãos da sociedade civil, especialmente daqueles que dispõem de poder econômico para financiar arriscando. Uns e outros buscam na arte dois tipos de crédito simbólico: os Estados, legitimidade e consenso ao aparecer como representantes da história nacional; as empresas obter lucro e construir através de cultura de ponta, renovadora, uma imagem não interessada da sua expansão econômica." (Canclini, 1997, p. 89)

É chegada a hora de unir esforços, é tempo de parcerias e ações conjugadas. As autoridades e os cidadãos atuando em simbiose, como um verdadeiro sistema, a colaborar para que sejam alcançados os objetivos propostos e os anseios da população. Conforme Carvalho (2009) o poder público fornece modelos de regulamentação que podem nortear as ações das organizações culturais.

É papel da sociomuseologia e dos acadêmicos de museologia, dos gestores e trabalhadores de museus forjar os elos de ligação entre as autoridades e a comunidade, que podem organizar o sistema. Esta nova forma de pensar o museu é também uma nova forma

de pensar a sociedade, o cidadão, que por si só nem sempre compreende seu papel de cidadão e os museus devem prestar também este serviço, visando incluir, comunicar e educar.

1.5. DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DO SISTEMA MUSEOLÓGICO BRASILEIRO

A criação de instituições ordenadoras de museus no Brasil foi preocupação das autoridades instituídas a partir dos anos 80 do século XX. Período de abertura política, término dos governos ditatoriais, representa também uma nova forma de ver a cultura na tentativa de fomentar princípios reguladores.

O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) foi criado através do decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991 (anexo I). Este decreto organiza sob a forma de sistema as atividades de museus do Estado do Rio Grande do Sul e postula que estas atividades serão desenvolvidas sistematicamente, nos termos do decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970.

Portanto, já havia desde os anos 1970 uma abordagem sistêmica na estrutura governamental do Rio Grande do Sul, fruto de uma teia de informações que possivelmente alcançou as nossas fronteiras, com o Estruturalismo³⁵, no qual as motivações dos indivíduos são construídas, cimentadas através de indivíduos em relação. O Estruturalismo vai se constituir em um importante paradigma das Ciências Sociais nos anos 50, do século XX, mas vinha sendo desenhado academicamente há algumas décadas.

Esta organização museológica estadual tem como atribuições³⁶: promover a articulação entre os museus existentes no Rio Grande do Sul, definir diretrizes gerais de orientação museológica, estabelecer e acompanhar programas de atividades, propor formas de provimento de recursos destinados à área, promover contatos dos museus com entidades capazes de contribuir para a viabilização dos projetos, entre outros. Estas atribuições têm a proposta de comunicar, tal qual para Luhmann que entende que a comunicação é o componente fundamental do sistema social.

O Sistema de Museus do RS prevê que a coordenação se reunirá mensalmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, por convocação do Secretário de Estado da

³⁵ São nomes representativos do Estruturalismo: Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Lacan, Louis Althusser, que, dentre outros, desenvolveram estudos em suas áreas de atuação.

³⁶ Conforme decreto 33.791 de 21/01/1991 que criou o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.

Cultura. O mesmo decreto registra o que é considerado uma unidade museológica³⁷ para o SEM/RS e também detalha a constituição.

A composição do sistema é assim determinada: o coordenador do SEM/RS, o representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o representante da Associação Rio-grandense de Museologia ou outra entidade de classe, o representante dos museus mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, os representantes de regiões museológicas constituídas pelos órgãos de intercâmbio (museus municipais, federais ou privados que aderirem)³⁸ e o representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

O Sistema de Museus do Paraná, criado através da lei nº. 9375, datada de 24 de setembro de 1990 (anexo II), serviu de base para a implantação do sistema rio-grandense. Para efeito desta lei, consideram-se museus os organismos caracterizados como instituições formais, dotados de quadro funcional, com acervo aberto ao público, destinados a coletar, pesquisar, conservar, expor e divulgar esse acervo com objetivos educacionais, culturais e de lazer.

A criação destes dois sistemas tem suas diferenças desde a fundação. No Rio Grande do Sul foi criado por decreto, uma regulamentação exclusiva do Poder Executivo, enquanto no Paraná foi criado por lei, normativa exclusiva do Poder Legislativo.

Objetivando promover a articulação entre os museus existentes no Estado do Paraná e desenvolver programas de assessoria técnica na área da museologia, o Sistema Estadual de Museus promove exposições, programas de capacitação de recursos humanos, intercâmbio com entidades congêneres e projetos voltados aos interesses da comunidade. O estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus visam à democratização das instituições e o acesso aos bens culturais.

É atribuição deste sistema implementar políticas de integração e democratização dos museus paranaenses, através de algumas diretrizes: desenvolver modelos de gestão que estimulem redes de sistemas municipais de museus, incentivar a democratização do acesso aos museus e a produção de bens culturais musealizados, apoiar a implementação de projetos nos museus para valorização da memória das comunidades locais, fomentar a capacitação de pessoal e proporcionar a realização de treinamentos e encontros, articular

³⁷ "Os museus ou entidades afins desde que sejam instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidas por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinadas a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio-ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer" (Lei nº 8.313, de 24 de dezembro de 1991).

³⁸ A divisão do mapa do Rio Grande do Sul em sete partes, com um representante eleito democraticamente pelos museus partícipes é uma forma orgânica muito estruturada. Esta divisão foi proposta por dois museólogos do Rio Grande do Sul: Tarcísio Taborda e Telmo Lauro Müller.

parcerias com órgãos culturais que venham resultar no desenvolvimento do trabalho museal no Paraná, consolidar a integração com a política museológica nacional junto ao Sistema Brasileiro de Museus e Sistemas Internacionais, Estaduais e Municipais.

A complexa tarefa de articular a diversidade museal do Paraná conta com a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), como gestora desse processo, em parceria com os municípios das diversas Regionais de Cultura do Estado. A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM) tem levado a esses parceiros novos conceitos na área da museologia, além disso, implanta projetos que tornam visíveis o trabalho com os museus, agentes de transformação e construção de uma nova sociedade.

A despeito da criação de redes de museus, de sistemas museológicos na Região Sul, havia um órgão sistêmico em São Paulo, criado em 13 de janeiro de 1986 por decreto 24.634, no qual ambos os sistemas de museus da região Sul se embasaram. O órgão paulista teve sua denominação recentemente alterada para Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP).

Pelo decreto 5.264 de 05 de novembro de 2004 (anexo III) foi criado o Sistema Brasileiro de Museus. Este sistema, juntamente com o Sistema Nacional de Cultura, faz parte da política governamental vigente. Atuando em consonância com suas diretrizes de ampliação e modernização de museus, dando reforço e organicidade a essa área de preservação museal, origina-se, quase vinte anos depois da criação, em 1986, do anterior Sistema Nacional de Museus, um órgão proponente e de implemento de políticas museológicas. A instituição também preconiza estar em movimento e construção, buscando uma museologia alinhada com o contemporâneo e que mantenha uma posição crítica e peculiar em relação à museologia do nosso tempo. O Instituto Brasileiro de Museus³⁹, organização governamental instituída em 2009, também protagoniza o entorno destes sistemas que estamos analisando.

No próximo capítulo apresenta-se detalhadamente esta complexa rede sistêmica brasileira e regional.

³⁹ Criado pela lei 11.906, este órgão é responsável pela Política Nacional de Museus e por buscar a melhoria dos serviços do setor, tais como: arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

CAPÍTULO 2

O SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS EM DIÁLOGO COM O SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ E COM O SISTEMA DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo detalha-se o processo de formação do Sistema Brasileiro de Museus e a criação dos Sistemas Estaduais de Museus do Paraná e do Rio Grande do Sul, apresentando quadro comparativo com as atribuições dos mesmos, comparativo este, importante para a compreensão do objeto de estudo.

O Sistema Brasileiro de Museus, criado há quase dez anos, não foi o primeiro organismo sistematizador nacional. O início se deu com o Sistema Nacional de Museus que foi a origem dos sistemas regionais, surgidos nos anos 1990, que, com o encerramento do órgão sistematizador nacional acabaram por ser a origem do atual Sistema Brasileiro de Museus.

2.1. SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS

O Sistema Brasileiro de Museus foi criado em 2004 para consolidar e regulamentar uma rede de museus e para a elaboração dos rumos que o setor museológico deve tomar. O Relatório de Gestão do IBRAM (2010, p. 44) indica: “O SBM faz parte de um sistema maior, o Sistema Nacional de Cultura, que prevê a constituição de diversos subsistemas temáticos na área cultural a fim de preencher lacunas da cena cultural brasileira.”

Como em toda a organização, para que um museu possa fazer parte destas instituições existe um pertencimento a uma estrutura⁴⁰, a um sistema. É necessário enquadrar-se em regras que permitem estar neste ou noutro sistema. Por exemplo, para fazer parte do sistema de museus do Rio Grande do Sul, tem que existir uma instituição museu, conceituada⁴¹ como tal ou pelo menos reconhecida como tal, mesmo sem os parâmetros mínimos de qualidade preconizados hoje pelo Conselho Internacional de Museus, e já definidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (sobre o qual faremos referência nas próximas páginas), através da elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴², que trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos. Para ser membro da ARM, havia a exigência de trabalhar numa instituição e, para ter o registro no COFEM, é preciso ser graduado em museologia ou ter mestrado e/ou doutorado também em museologia.

É também atinência do SBM incentivar a criação de sistemas estaduais e, daí a importância dos sistemas da região Sul, já existentes e que serviram de base (com seus decretos, estrutura, organização e rede, já formatados) para a criação do sistema federal.

⁴⁰ Frequentemente os termos estrutura e sistema são tomados como sinônimos, tal qual utilizamos nesta análise.

⁴¹ O conceito de museu por mim adotado nesta tese é o do ICOM: instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

⁴² Ver Portaria Normativa número 1 de 05 de julho de 2006.

Um dos marcos da museologia no Sul do Brasil foi a criação do Museu Julio de Castilhos, primeira instituição oficial de guarda da memória no estado do Rio Grande do Sul, em 1903. No estado do Paraná, o primeiro museu de que se tem notícia data de 1876, é o Museu Paranaense em Curitiba, idealizado por Agostinho Ermelino de Leão e José Candido Murici. A partir do surgimento destes dois museus, começa a formar-se uma rede museológica que se efetivará muito mais adiante e que ainda está por efetivar-se, em alguns casos.

O Sistema Brasileiro de Museus que, neste estudo está sendo analisado por alguns de seus propósitos é parâmetro para o estabelecimento de diálogos com todos os sistemas hoje existentes no Brasil. Contudo, é difícil compreender-se porque os dois sistemas institucionalizados, do Sul do Brasil, nos moldes em que foram criados e vem sobrevivendo, não agem em rede no atual momento e tampouco trabalham em conjunto, na práxis, com o Sistema Brasileiro.

A preocupação com a organização sistêmica dos museus no Brasil deu-se com as tratativas para a organização do Sistema Nacional de Museus a partir de 1986. Durante o IX Congresso Nacional de Museus em São Paulo – de 24 a 28 de agosto de 1986⁴³, Sônia Guarita e Maria Ignez Mantovani⁴⁴ expuseram seus ideais de criação de uma ação conjunta já que viajavam pelo Brasil discutindo com a categoria museológica uma forma de trabalhar em rede. As discussões se davam em todos os estados, com os profissionais que então atuavam nos museus e com as secretarias de cultura locais, com o anseio de organizar o que viria a ser uma política de atuação conjunta.

Apesar de não ser um documento que se proponha a ser ou mesmo retrate (com minúcias) questões atinentes aos museus, o decreto-lei nº 25, de 1937 (anexo IV) é o primeiro documento que trata, ainda que de forma singela, a questão de uma política para as instituições de memória, já apontando para a manutenção das coleções nos museus e a salvaguarda do patrimônio. Não obstante somarem-se quase cinquenta anos de sua publicação para efetivar-se a instalação do Sistema Nacional de Museus, em 1986, este decreto legislativo foi importante como forma de diminuir o ostracismo e a falta de interesse pelo patrimônio no período do Estado Novo⁴⁵ e nos governos imediatamente posteriores, dado a lacuna de tempo que o separou da política delineada aos museus. A primeira organização sistematizada era ligada à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico

⁴³ Fraga, Thais Gomes. (2004). Os Subterrâneos emergem: A institucionalização da Cultura e a temporada dos Museus no Rio Grande do Sul (1987-1990). Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Sandra Jatayh Pesavento, Porto Alegre.

⁴⁴ Profissionais da área de museologia atuantes em São Paulo e Rio de Janeiro

⁴⁵ Período de governo do presidente Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, com instauração de uma política marcada pelo autoritarismo e forte intervenção estatal.

Nacional (SPHAN) e desempenhava a função de traçar uma política museológica participativa, efetivada através de discussões com a categoria museológica em todas as unidades da federação.

No Rio Grande do Sul já existiam, nos anos 1980, alguns profissionais preocupados com os rumos que a museologia deveria tomar e de que forma os agentes de museus deveriam atuar. Contudo, não havendo escolas de formação, os estudiosos e trabalhadores de museus reuniam-se periodicamente e recebiam os profissionais do Sudeste e Nordeste do país (onde existiam cursos de formação – Rio de Janeiro e Salvador – mais especificamente) para aprenderem e também para fazerem parte dos grupos de discussão sobre esta temática que estavam ocorrendo no Brasil. Aqui se encontra a raiz do pensamento museológico riograndense, uma vez que posteriormente (será indicado mais adiante) é exatamente o estado situado mais ao Sul do Brasil que dará sustentação à manutenção das políticas para o setor.

Neste histórico, apesar de ater-se aos dois estados da região Sul, é citado o Sistema de Museus de São Paulo por ter sido o precursor do desenvolvimento de atividades em rede e conforme os preceitos do Sistema Nacional de Museus, à época, recém-desenvolvido. O decreto 24.634 de 13/01/1986, assinado por Franco Montoro, criou o Sistema Estadual de Museus (SISEM/SP), formado pelo conjunto de museus do estado de São Paulo, articulados no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. Sua missão é integrar os museus do Estado, públicos ou privados, por meio de políticas públicas que objetivam a capacitação e a instrumentalização para a gestão contemporânea dos espaços museológicos, centrando o foco das ações na salvaguarda, conservação, investigação e difusão do patrimônio museológico tangível e intangível brasileiro. Ao mesmo tempo, e com a mesma importância, essas políticas objetivam criar espaços de encontro para diálogos e trocas de informações da mais alta relevância para a adaptação das instituições à dinâmica e exigências da sociedade atual, em constante mudança. Nas palavras do governador do estado de São Paulo, José Serra⁴⁶:

“Assim sendo, o SISEM-SP visa a ser o fórum de articulação dos equipamentos museológicos paulistas em prol do desenvolvimento, da qualificação e do fortalecimento da área de museus no Estado. Para atuar como instância operacional do Sistema, a Secretaria de Estado da Cultura criou o Grupo Técnico de Apoio ao SISEM-SP. Com a organização deste Encontro Paulista de Museus, o SISEM encontra um espaço privilegiado para a reunião dos vários agentes e dirigentes da área de museus em São Paulo, que debaterão as principais demandas e alternativas para a melhoria e valorização dos nossos museus. Apoiar e difundir a preservação, a pesquisa e a divulgação do patrimônio cultural

⁴⁶ Encontro Paulista de Museus. (2009). http://www.abacai.org.br/encontro_museus/index.php. Acedido a 06 de Junho, 2010 de http://www.abacai.org.br/encontro_museus/index.php.

histórico, artístico e científico material e imaterial presente nos museus paulistas, contribuindo para aperfeiçoar, valorizar e ampliar o acesso a esses museus são objetivos prioritários da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura”. (Encontro Paulista de Museus, 2009)

São Paulo hoje faz parte, juntamente com os demais estados da região Sudeste, do maior conjunto de museus do Brasil. São 517 museus (Museus em Números, 2010) em São Paulo que ocupa o primeiro lugar dentre os estados das regiões Sudeste e Sul, que comportam 67% dos museus brasileiros. Também a capital paulista é a campeã em número de museus em capitais, são 132 instituições. É na cidade paulistana que se desenvolvem as principais exposições e mostras em museus e espaços culturais, fazendo com que a dinâmica das práticas museológicas locais sejam observadas e copiadas por outros museus, transformando a capital num pólo difusor de ideias.

A perspectiva é ampliar a análise sobre as ações que são realizadas pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM), visando verificar continuidades e descontinuidades para traçar o paralelo com os sistemas regionais. A criação do Sistema Brasileiro de Museus veio fomentar a política nacional de museus, com estímulo à criação dos Sistemas de Museus junto aos diversos entes federativos.

2.2. SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ

Através de buscas no site do governo do Paraná e entrevistas concedidas⁴⁷, obteve-se informações de que o Sistema Estadual de Museus foi instituído em consequência da criação do Sistema Nacional de Museus (1986). O Sistema Nacional, exatamente por se propor a ser uma política integral, para todo o território nacional, estimulava, através de sua Coordenadora, Priscila Freire, a criação de sistemas estaduais, para fortalecer as instituições museológicas e buscar melhorias para a categoria de profissionais. Neste momento, encaminhava-se no Brasil a abertura e distensão política que culminaram na finalização de um extenso período de ditadura militar⁴⁸ e, nada mais profícuo do que tentar ampliar este setor que ficou – como grande parte dos setores ligados à cultura nacional – em compasso de espera por longo período.

Antes da efetivação do sistema museológico do Paraná, profissionais ligados à área de patrimônio, pesquisa histórica, ciências sociais, bem como educadores e interessados em temáticas patrimoniais fizeram parte do delineamento de uma política museológica local. Destacam-se personalidades como Telêmaco Borba (nome ligado à defesa e à preservação

⁴⁷ Entrevistas de Claret Maganhoto (20/07/2010) e Eliana Moro (12/07/2010), realizadas por e-mail.

⁴⁸ Referência ao período compreendido entre os anos de 1964 até 1985 que teve como presidentes exclusivamente militares e caracterizou-se pela supressão de liberdades individuais e dissolução do Congresso Nacional

da cultura indígena), José Cândido Muricy e Agostinho Ermelino de Leão (participantes da luta para criar o Museu Paranaense, surgido em 1874). Romário Martins, Oldemar Blasi e José Loureiro Fernandes construíram os primeiros pilares de uma política museológica e de pesquisa científica. Na cidade de Londrina, o padre Carlos Weiss, que hoje nomina o museu da cidade, foi também partícipe das primeiras ações em prol da preservação em terras paranaenses.

Na capital do Paraná, Curitiba, em março de 1987, surgiu a proposta de criação da Coordenadoria de Museus (CDM), na Secretaria de Estado da Cultura. Esta ideia, independentemente da existência do Sistema Nacional de Museus, foi amplamente discutida junto à Fundação Pedroso Horta e à Comissão de Modernização da Secretaria de Estado do Planejamento. Na época, o então chefe da Coordenação de Museus da Secretaria de Estado da Cultura era o artista plástico e designer Ivens Fontoura, que foi o pioneiro na articulação de uma sistematização para a área dos museus no Paraná. Além disso, foram realizados vários contatos com o Sistema Nacional, inclusive com a visita de sua então presidente Priscila Freire, ao estado, para incentivar a criação do SEM/PR. Na ocasião, foram alavancados os primeiros passos para a implantação do sistema paranaense.

A partir da data da criação da CDM organizaram-se duas assessorias: uma administrativa e outra técnica. Entretanto o grande objetivo era estabelecer um perfil das várias unidades museológicas paranaenses e a implantação do Sistema Estadual de Museus.

Após muitos estudos e um período de intensas discussões, durante a gestão de Ivens Fontoura, foi estabelecida a Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM) para gerir o organismo, ambos vinculados à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC). A aprovação de criação do Sistema Estadual de Museus do Paraná aconteceu na gestão do então coordenador de museus da SEEC, o artista plástico Vicente Jair Mendes, através da Lei Estadual nº 9375, de 24 de setembro de 1990.

Várias iniciativas foram tomadas para consolidar a organização da museologia paranaense, como: o desenvolvimento de cursos e oficinas de capacitação profissional, realização dos Encontros de Museus do Paraná e as visitas técnicas com registro fotográfico e cadastro em todos os espaços museais do estado. Portanto, temos hoje mais de vinte anos de um trabalho dedicado aos museus do Paraná, contemplando as aspirações da categoria museológica e o fortalecimento de uma política engajada e comprometida com os processos de transformação social.

Na época, não houve integração com o Sistema Nacional de Museus, mesmo porque o órgão nacional foi extinto em seguida, durante o período do Governo Collor de Mello, que a partir de 1990 fez uma série de reformulações, inclusive transformando o

Ministério da Cultura em uma Secretaria da Cultura e extinguindo vários órgãos, dentre eles o Sistema Nacional de Museus. As atividades da COSEM eram voltadas exclusivamente para o Paraná.

Em 1988, realizou-se na cidade de Guarapuava o 1º Encontro de Museus do Paraná, que deu início a um processo para o estabelecimento das políticas estaduais na área, com a elaboração da Carta de Guarapuava⁴⁹. Este documento, cujos signatários são os diretores e técnicos das unidades museológicas do estado, e que contou com a presença de Priscila Freire (Coordenadora do Sistema Nacional de Museus), dirigiu às autoridades e ao público um documento composto de trinta itens, dentre os quais destacamos os seguintes assuntos:

- estabelecimento de política de capacitação, regulamentação e aperfeiçoamento do corpo funcional dos museus;
- adoção de política global para os museus;
- garantia de autonomia administrativa aos museus;
- adequação dos espaços físicos dos museus às novas normas museológicas;
- empenho na criação de cursos de graduação em Museologia;
- criação de cargo e carreira de museólogo no quadro geral do funcionalismo público estadual;
- reconhecimento e apoio na criação da Coordenadoria de Museus, visando à consolidação do Sistema Estadual de Museus.

A criação do sistema museológico paranaense foi uma ação de suma importância e muitas atividades que vem sendo desenvolvidas no estado vem ao encontro do que os profissionais envolvidos buscaram em anos anteriores.

Também nesse período inicial foi concebido o Prêmio Ermelino de Leão, designado aos colaboradores e atuantes das instituições museológicas paranaenses, durante três anos. Em 1989 houve o 2º Encontro de Museus do Paraná, em Cascavel, onde também foi elaborado o documento 'Carta de Cascavel'.

O Sistema Estadual de Museus do Paraná, através de sua Coordenação (COSEM), tem suas atividades contínuas (apesar de interrompidas em alguns períodos) como articulador da museologia paranaense.

A COSEM atua nos espaços museológicos do estado por meio de 18 regionais. As Regionais de Cultura estão organizadas com base no agrupamento das microrregiões de municípios da Associação de Municípios do Paraná, entidade de representação dos municípios. O Sistema de Museus utiliza esta forma de organização para estimular e

⁴⁹ Site do Sistema Estadual de Museus do Paraná [SEM/PR].
<http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=80>. acessado a 13 de Setembro, 2010.

orientar as ações em consonância com os agentes culturais e atividades das mais diversas regiões, identificando este formato como facilitador, de aproximação e difusor para implemento de ações. Os nove museus estaduais da Secretaria da Cultura também são coordenados pela COSEM com sincronia de suas atividades para edição de calendário de atuação.

Abaixo a divisão das regionais e o mapa de representação das instituições museais:



Figura 1 – Mapa das regionais de cultura do estado do Paraná e instituições museais.

Fonte: Sistema Estadual de Museus do Paraná [COSEM-PR]. (2010). <http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/>. Acedido a 13 de Setembro, 2010 de COSEM-PR em www.cosem.cultura.pr.gov.br.

Sem indicação de escala na fonte.

MUSEUS E ESPAÇOS MUSEAIS POR REGIONAL DE CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

RC 01 - ASSOMEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba

RC 02 - AMCG - Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais

RC 03 - AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná

RC 04 - AMERIOS - Associação dos Municípios da Região de Entre Rios
RC 05 - AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
RC 06 - AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranaense
RC 07 - CANTUQUIRIGUAÇU - Associação dos Municípios do Médio Centro Oeste do Paraná
RC 08 - AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná
RC 09 - AMLIPA - Associação dos Municípios do Litoral
RC 10 - AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
RC 11 - COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
RC 12 - AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Paraná
RC 13 - AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná
RC 14 - AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
RC 15 - AMUNORPI - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro
RC 16 - AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrional Paranaense
RC 17 - AMSULEP - Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná
RC 18 - AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul Paranaense

A divisão regional que aparece na figura acima demonstra de que forma a conformação em rede se desenvolve e caracteriza o formato de atuação conforme as regionais de cultura do estado, o que denota uma forma de ação conjunta, que nem sempre se realiza.

A relação da COSEM com o Conselho Regional de Museologia (COREM 5ª Região – PR/SC), sempre foi muito estreita, segundo informações das investigações realizadas. No conselho consultivo da COSEM e nos conselhos dos museus da SEEC sempre houve a representação do COREM. A própria criação do COREM, em 1986, tem sua história atrelada aos espaços museológicos subordinados à COSEM, com uso dos seus espaços para reuniões, plenárias e eventos, inclusive como sede. Ainda que à época fossem poucos os museólogos inscritos e menos ainda trabalhando. A COSEM oferece assessoria técnica, quando solicitada, para a criação de instituições museológicas e de Sistemas Municipais. Dados do COREM da 5ª Região, que abrange os estados do Paraná e de Santa Catarina indicam a existência de 71 profissionais cadastrados. Existem dois cursos de graduação em funcionamento regular no estado de Santa Catarina.

Atualmente, além da implantação do site da COSEM, que funciona como um canal de pesquisa e informação para a área, a coordenação tem como um de seus mais importantes projetos o 'Diagnóstico do Campo Museal do Paraná', com visitas técnicas a todos os espaços paranaenses, por regional, treinamentos, assessoria técnica e cadastro da entidade com registro fotográfico do acervo. Esse trabalho possibilitou o Cadastro Geral dos Museus e espaços museais do Paraná, diferenciando-os por tipologia de acervo. Também vem sendo realizadas oficinas em diversos municípios do estado, possibilitando a capacitação dos profissionais que atuam na área. Tem sido realizado o desenvolvimento do Livro 'Espaços de Memória – museus e acervos do Paraná', contemplando cerca de 300 espaços museológicos do estado.

Através do site da COSEM também se pode visualizar o apoio e a facilidade de comunicação on-line com os museus, apresentando vários documentos disponíveis para consulta na expectativa e promoção da troca de experiências entre as instituições. Ao oportunizar o acesso à informação, a COSEM cumpre uma de suas atribuições principais que é a de desenvolver programas e assessoria técnica.

No Paraná, segundo os últimos levantamentos realizados pela COSEM/SEEC, existem 329 espaços museológicos distribuídos em 111 municípios das dezoito Regionais de Cultura do Estado. Sendo 164 museus denominados e 165 espaços considerados museais, destes, 98 em Curitiba. Dados do IBRAM (Museus em Números, 2010) apontam para 282 museus e 70 deles na capital. O Paraná ocupa o quarto lugar dentre os museus que se situam na região Sul e Sudeste, sendo Curitiba a quarta capital com mais museus.

Em 2009 foi realizado o 7º Encontro de Museus do Paraná – Fórum Estadual, no município de Telêmaco Borba, com significativa participação dos profissionais da área museológica de todo o estado. Significa que estão levando adiante a perspectiva de formação e agregando discussões, desde o surgimento do Sistema Estadual.

A COSEM atua em parceria com o IBRAM, com instituições de ensino superior, com departamentos municipais de cultura, dentre outros. Da associação com o IBRAM, desenvolvem-se as oficinas junto às prefeituras municipais.

Durante a realização do 7º Encontro de Museus do Paraná, em 2009, foi organizada a Carta de Telêmaco Borba, cujas ações, esboçadas na cidade do mesmo nome recomendavam: o fortalecimento do SEM/PR como órgão articulador das ações museológicas, a intensificação das ações de capacitação e formação, bem como de desenvolvimento de parcerias, ao destino de 1,5% das receitas do Estado e dos municípios para a área da cultura, desenvolver editais específicos para a área de museus, promover a realização de concursos públicos para o preenchimento de vagas nos museus e a criação de cursos de graduação em museologia no estado do Paraná, dentre outras perspectivas.

Em 2010, foi realizada a plenária estadual para discussão dos eixos estruturais do 4º Fórum Nacional de Museus, no Auditório da Secretaria de Estado da Cultura com a participação de profissionais de diversos municípios paranaenses e apoio do IBRAM.

Além disso, a COSEM participou da Comissão para a criação do curso de graduação em museologia na Universidade Federal do Paraná, cujo processo está em fase de conclusão. Existe, neste estado, uma defasagem grande de profissionais na área, e as autoridades locais entendem como importante a criação de curso de graduação, pois a lei que instituiu a profissão de museólogo não permite alterações e não contempla outros tipos de curso.

2.3. SISTEMA DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL

Estimulado pelo Sistema Nacional de Museus (1986) é que foi criado, pelo governo do Rio Grande do Sul, um órgão regional nos mesmos moldes. O Rio Grande do Sul, desde que se preocupou em instituir o seu sistema de museus (SEM/RS) até os dias de hoje, tem sido uma referência para a área museológica no Brasil, tanto por ter sido um dos pioneiros na criação do sistema de museus quanto por ter dado continuidade ininterruptamente (ainda que em muitos momentos tenha havido dificuldades), às ações e propostas de integração que desenvolve em prol da museologia.

Ainda hoje, temos no Rio Grande do Sul um dos poucos sistemas de museus estaduais que funciona ininterruptamente desde sua criação, embora com períodos permeados por muitos percalços de inoperância da instituição, ausência de coordenador, negligência no atendimento a demandas regionais ou mesmo descuido e descompromisso no tratamento de assuntos da área museológica, conforme a política de ocasião desenvolvida em determinados governos. A organização deste sistema rio-grandense baseou-se no desenvolvimento e articulação de duas organizações sistêmicas já existentes quando de sua criação: o Sistema Estadual de Museus de São Paulo e o Sistema de Museus do Paraná.

Com participação ativa⁵⁰ em alguns dos momentos e através de entrevistas realizadas junto a profissionais da área e que atuaram na construção do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, bem como das discussões iniciais que foram fundamentais no desenvolvimento de muitas das ações⁵¹, foi composto o histórico desta institucionalização no Rio Grande do Sul. Aqui são expostas observações, como autora e profissional agente de muitas das ações que estão hoje transformadas em política.

Historiando a criação do SEM/RS, destaca-se que em 1987 foi criada a Coordenadoria Estadual de Museus (CEM/RS), com a finalidade de sistematizar e agilizar operacionalmente as ações públicas e privadas na área museológica.

Este órgão, na época, integrava o comitê de coordenação do Sistema Nacional de Museus e estava vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente à Subsecretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. A esta Subsecretaria estavam afetos todos os museus da administração pública estadual.

⁵⁰ Fui Coordenadora da 1ª Região Museológica de 1994 a 1996 e Assessora da Coordenação do Sistema Estadual de Museus de 1999 a 2001, além de ter participado de todos os fóruns estaduais de museus desde 1988 como espectadora ou coordenadora de GT

⁵¹ Entrevista realizada com Teniza Spinelli em 12/08/2010 e com Véra Lucia Barroso em 01/09/2010. Teniza Spinelli foi coordenadora do Sistema Estadual de Museus à época da aprovação do decreto de criação e Véra Barroso foi a primeira coordenadora da 1ª Região Museológica do SEM/RS.

Segundo Véra Barroso:

“Pensava-se nestes tempos num órgão que, para além de um conselho ligado ao estado, fosse um órgão que tivesse certa autonomia, ligado à sociedade civil, mas com apoio logístico do governo do estado para poder sobreviver, esta discussão era muito regional, ela notava por trás disso o desejo de se fomentar uma política, era o desejo de amparar quem precisasse e, dos municípios que não tinham acervos, que tratassem de organizá-los”. (Barroso, 2010, entrevista)

Eram anos de efervescência cultural e política. Profissionais do centro do país, que estavam articulados para a criação do Sistema Nacional, vinham ao Rio Grande do Sul para participar de fóruns de discussões na área da museologia e traziam a perspectiva de organizarem-se em rede. Na oportunidade, foi de suma importância o papel que o professor Tarcísio Taborda⁵² exercia, sendo ele um dos maiores apologistas à vinda de pensadores de fora do Rio Grande do Sul, com a finalidade de disseminar e multiplicar o conhecimento que tinham recebido em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Salvador (especialmente nos dois últimos, em razão da existência de cursos de graduação em museologia). No entendimento de Teniza Spinelli:

“O Taborda foi o mais brilhante pensador da museologia e ele já trabalhava há muitos anos, ele era filho do Átila Taborda, que era o reitor das Faculdades de Bagé, então havia um respaldo institucional e de articulação regional. Ele foi o primeiro membro do ICOM no RS (...) Tarcísio tinha uma grande penetração nesta área política e cultural de estado”. (Spinelli, 2010, entrevista)

Havia uma preocupação dos profissionais que atuavam junto aos museus para discutirem a formatação de uma política, uma inquietação genuinamente vinda da categoria que, então, atuava nas casas de memória.

Em 1985 ocorreu o Encontro de Museus de Bagé⁵³, em que estiveram presentes Sonia Guarita e Maria Ignez Mantovani, que relataram as informações sobre a criação do Sistema de Museus em São Paulo, o que gerou grandes discussões com os interessados pela causa em solo sulriograndense. Via-se, por meio destes relatos, que existia a possibilidade de integração entre os museus em nível nacional, pois até então não havia articulação nem técnica, nem política. Cada instituição trabalhava de forma estanque, obviamente, conforme suas tutelas. Mas não se tinha ainda uma ideia do que o governo federal podia fazer pelos museus, mais propriamente pelos pequenos museus. Em edições posteriores destes encontros, sempre na cidade de Bagé, também compareceram Fernanda

⁵² Tarcísio Taborda foi jurista, secretário de estado e professor. Residia e trabalhava em Bagé (RS), onde nas Faculdades Unidas de Bagé - FUnBA - mantidas pela Fundação Átila Taborda exercia trabalho muito expressivo na organização de cursos e seminários na área de museologia.

⁵³ Bagé é um município da metade sul do estado do Rio Grande do Sul, cuja economia baseia-se na atividade agropecuária, com população em 2010 de 116.000 habitantes (dados do IBGE). Esta cidade, onde residia e trabalhava o Professor Taborda, como já comentamos, tinha uma efervescência cultural nesta época. Diferentemente de hoje, os museus da localidade eram muito bem organizados e a cidade ainda guarda um dos maiores acervos de gravura do Brasil, no Museu da Gravura Brasileira. www.bage.rs.gov.br, acesso em 02/03/2012

Moro e Lurdes Novaes⁵⁴, que ficaram muito tempo se alternando na direção do ICOM, além de governadores do estado do Rio Grande do Sul.

A realidade dos museus sulriograndenses neste período era tipologizada, cada profissional atuava nos museus conforme sua formação. Encontravam-se historiadores nos museus de tipologia histórica, biólogos no Museu da Fundação Zoobotânica e assim por diante. Estes profissionais não se importavam com uma formação em museologia, contudo, faziam os cursos que eram, eventualmente, oferecidos na área. Outro profissional que se destacou à época foi Luiz Inácio Medeiros, que teve importante papel na construção e desenvolvimento inicial do Conselho Regional de Museologia e da Associação Riograndense de Museologia. As pessoas que estavam envolvidas com a causa museológica, os profissionais que atuavam em museus tinham muita vontade de ver as coisas acontecerem, era um grupo de bom nível intelectual e interessado em colocar o Rio Grande do Sul no rol dos estados que pensavam a museologia e buscavam melhorias para os museus.

Ainda em 1986, houve a diligência em criar um comitê de museus junto ao Conselho Estadual de Cultura. A este comitê competia priorizar os projetos dos museus para seu encaminhamento ao Ministério da Cultura. O comitê exercia um papel de destaque ao realizar efetivamente uma ação política, envolvendo a área da museologia.

Na direção do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), em Porto Alegre, estava Evelyn Ioschpe, e Luis Antonio de Assis Brasil era o Subsecretário de Cultura do Estado. Na transição para um novo governo, a diretora do MARGS foi a indicada para assumir o cargo de representante do Rio Grande do Sul junto ao Sistema Nacional de Museus, pois já tinha uma articulação política aqui no estado. Em solo sulriograndense o Sistema de Museus ainda não havia sido criado, havia uma tentativa de fazer o órgão deslançar, mas não seria ainda o momento. Spinelli entende como importante, mas não fundamental, a indicação de Ioschpe, uma vez que esta profissional fazia parte da estrutura do governo do estado e era necessário alguém vinculado ao governo para este tipo de representação. Com certeza, Taborda, que tinha feito muito até então pela museologia no Rio Grande do Sul, teria sido uma indicação de maior quilate, segundo pensamento de Teniza Spinelli.

Analisando este momento acima relatado, com os depoimentos dos colegas que complementam a nossa memória, se levarmos em conta os conceitos de poder⁵⁵, que são permeados pelas relações de poder que se deram nesta ocasião, entendo, como Foucault (1979):

⁵⁴ Museólogas e articuladoras da área museológica brasileira.

⁵⁵ Vários autores trabalham o conceito de poder, dentre eles: Niklas Luhmann, Pierre Bourdieu, Max Weber e Michel Foucault para quem o poder é atuar sobre pessoas ou objetos em ações bem-sucedidas.

“O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder.” (Foucault, 1979, p. XIV)

Para Niklas Luhmann, quem detém o poder é quem apresenta maiores possibilidades de ação dentro de sistemas sociais. Retrata: “Precisamente por isso é que o poder só se entende como um meio de comunicação simbolicamente generalizado” (Luhmann, 1995, p. 19).

Inicialmente, os profissionais que trabalhavam em museus no Sul do Brasil queriam uma articulação profissional, mas não um sistema atrelado ao Estado que, no entendimento deles, engessaria as ações. Contudo, não havia outra forma de realizar uma rede de ações, não fosse através de algum organismo conectado a uma fonte de poder oficial, uma autoridade instituída. Olhando o entorno, compreende-se esta visão ideal, romântica da época. Vivia-se um momento de redemocratização do país e de afirmação de identidades e buscava-se inovação, liberdade. A população ligada a estas discussões era entusiasta por mudanças, não se importavam em reunir-se periodicamente, ainda que sem ter verbas para deslocamentos. Pretendiam discutir, trocar ideias, formatar uma política. Nas palavras de Véra Barroso (2010): “era tudo num primeiro momento, organização de sociedade civil, não havia muito como dar apoio governamental”.

As discussões para confecção do decreto de criação do Sistema de Museus do Rio Grande do Sul foram expressivas, realizou-se um fórum para isto. Foi o I Fórum de Museus do Rio Grande do Sul, no ano de 1988, que já estava constando como uma das atribuições sistêmicas. O documento foi amplamente discutido com os profissionais da região, com representantes do Sistema Nacional, do ICOM, das universidades, enfim, de quem estava compondo o universo museológico naquele momento. Foi um acontecimento importante para a museologia no Rio Grande do Sul e no Brasil, pois estava sendo lançada uma política cultural, sistêmica, havia ansiedade por democracia e pelo debate e participação públicos. Na visão de Spinelli (2010): “O primeiro fórum foi mais político que técnico, mas os ocupantes de cargos políticos faziam discursos e os profissionais da museologia queriam trabalhar na parte técnica”.

Na gestão do governador Pedro Simon, iniciada em 1991, é que se dão efetivamente as tratativas para a concretização do decreto de criação do SEM/RS. Este governador foi escolhido de forma direta pelos eleitores e nomeou como Secretário de

Cultura Carlos Jorge Appel⁵⁶ que, então, destacou Teniza Spinelli (jornalista e museóloga provisionada⁵⁷) para coordenar o Sistema de Museus.

Foi neste momento, também, que os envolvidos começaram a pensar em como seria a divisão regional para o funcionamento eficaz do sistema e foi fundamental o conhecimento de muitos intelectuais, destacando-se dentre eles Barbosa Lessa⁵⁸, que havia sido Secretário de Cultura e já desenvolvera um mapeamento através de núcleos culturais. Também foi fundamental a participação de Taborda, cuja ideia era de uma representação diversificada e uma ampla discussão da regionalização, o que foi feito através de estudos e reestudos em encontros e fóruns regionais. Pensava-se em divisão tipológica, econômica, afinidade cultural, mas era premente uma divisão geográfica. A proposta de regionalização final, a que ficou definida e permanece até os dias de hoje, foi aprovada durante o II Fórum Estadual de Museus, em 1990, e desenvolvida por Telmo Lauro Muller⁵⁹ e Tarcisio Taborda. Também neste segundo encontro regional foi aprovado – após acirradas discussões – o documento que viria tornar-se o decreto de criação do SEM/RS. Foi ao final do mandato de Pedro Simon – que estava sendo completado por Sinval Guazzelli – que o decreto foi finalmente acordado.

O mapa abaixo detalha como se constituiu e ainda se mantém a divisão regionalizada dos museus do Rio Grande do Sul. Conforme o decreto, são sete as regiões em que foi dividido o estado para facilitar a organização sistêmica. A primeira região abrange a capital do estado – onde se situa a maior parte dos museus do estado –, a região metropolitana, a região carbonífera e o litoral norte. A segunda região reúne os municípios cuja maior parte da população é formada por descendentes de italianos, denominada serra gaúcha. A terceira região abrange o nordeste do estado, região fortemente agrícola. Já na quarta região concentram-se os museus da região missioneira e noroeste do estado. A quinta região situa-se no centro do estado. A sexta região museológica abrange os museus da região sudoeste, também de intensa produção agrícola, com poucos e extensos municípios. Por fim, a sétima região abrange as cidades do sul do estado e do litoral, com expressiva influência da imigração portuguesa.

⁵⁶ Escritor, professor de literatura e editor, foi secretário de cultura do Rio Grande do Sul em dois períodos.

⁵⁷ Os museólogos no Rio Grande do Sul foram provisionados pela lei 7.287 de 18/12/1984, já que não existiam cursos de formação no estado. Este provisionamento se deu por conta da regulamentação profissional de museólogo, através de decreto 91775 de 15/10/1985.

⁵⁸ Folclorista, escritor e historiador nascido no Rio Grande do Sul.

⁵⁹ Pioneiro na museologia do Rio Grande do Sul, historiador. Concebeu e dirigiu por muitos anos o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na cidade de mesmo nome no Rio Grande do Sul.

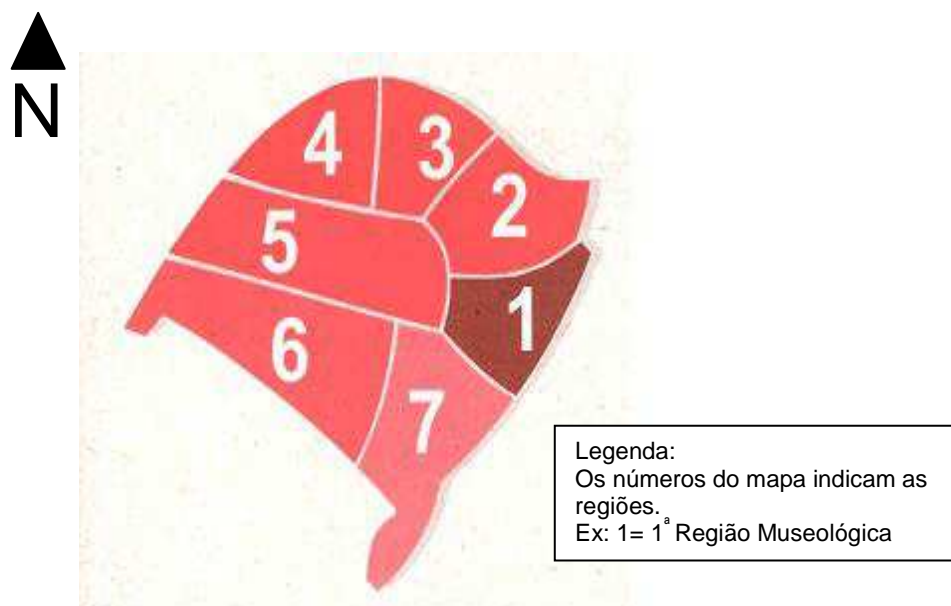


Figura 2 - Divisão regional do SEM/RS

Fonte: Guia de Museus do Rio Grande do Sul. (2005). Porto Alegre: SEM/RS, p. 5
Sem indicação de escala na fonte.

Esta divisão regional que funciona até os dias de hoje representa facilidades de atuação pela abrangência de municípios de formação cultural semelhante, o que é fundamental para um trabalho em rede, já que reforça a formação cultural e aproxima a identidade. Os formuladores da divisão foram visionários no sentido de reforçar esta conformação que permeou o viés cultural.

Segundo relata ainda Spinelli:

“Havia muita mudança na estrutura da educação e por isso também houve demora em criar-se o Sistema, por que não era uma estrutura administrativa organizada, havia a necessidade como sistema, por ser uma política pública dentro do governo, de ser atrelado a uma secretaria de estado, até por que as verbas tinham que vir do governo federal pro governo do estado.” (Spinelli, 2010, entrevista)

Neste período de mais de quatro anos, até que o decreto fosse aprovado e implantado, se trabalhava na informalidade, conforme destaca Spinelli. Não existia, nos primeiros tempos, uma Secretaria de Cultura na composição estadual de governo.

A coordenadoria já vinha atuando com o status de um sistema estadual, embora este ainda não estivesse criado. Sendo assim, ela foi a origem do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. A coordenadoria propunha-se a estabelecer uma política ampla, dinâmica e participativa a respeito das linhas básicas de preservação, conservação e comunicação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Esta pré-organização é muito respeitável na medida em que foi um primeiro movimento da sociedade gaúcha em prol da área museológica. O Estado tinha um número de oito museus — que eram de sua

administração direta — e mais oito que faziam parte de instituições mantidas pelo governo estadual (como por exemplo: Banrisul, Brigada Militar e Instituto de Previdência do Estado). Além disso, por sua conformação, esta CEM/RS permitia que os museus federais, municipais e privados também pudessem dela fazer parte, a fim de usufruírem dos programas e projetos de fomento, incentivo e promoções, ligados à área da museologia no Rio Grande do Sul.

Desde 1987, a CEM/RS funcionava de fato, mas não de direito, o que foi definido em 1988. Em 1989, por meio do relatório da representante do Rio Grande do Sul no Sistema Nacional de Museus e da Coordenadora Estadual de Museus é expresso o desejo de institucionalização de uma política cultural relativa à área museológica.

A criação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) se efetivou através do Decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991. Este Decreto organiza sob a forma de sistema as atividades de museus do Estado e postula que estas atividades serão desenvolvidas sistematicamente, nos termos do Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970.

O Decreto de 1970 regulamentava todas as atividades do Poder Executivo do Estado e traçava as normas para que se organizassem sob a forma de sistemas. Um trecho deste decreto, abaixo transcrito, faz crer que, sendo o período da ditadura militar brasileira, nada melhor do que manter sob o olhar do estado (leia-se dos militares) todas as ações que fossem realizadas nos mais diversos âmbitos, incluindo o cultural, e este Sistema Estadual de Museus não escapou a esta verticalidade, embora tenha sido criado muitos anos depois.

“Considerando que essa nova modalidade de integrar atribuições afeta às diversas unidades de trabalho do Executivo, elimina paralelismos de ação e pluralidade de interpretações ou de tratamento de um mesmo tema, e une, por via de fluxo permanente de comunicação e dentro de uma mesma política específica, órgãos e agentes da Administração.” (Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970)

Quando surgiu o SEM/RS já existia a Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), que havia sido desmembrada da Secretaria de Educação (a Cultura era uma subsecretaria). Coube à gestão comandada pelo PMDB implantar a primeira coordenação do sistema de museus sulriograndenses, em 1991.

Durante o governo seguinte (1991/1995), gestão de Alceu Collares, ocorreu um desmantelamento do sistema museológico do Rio Grande do Sul, pois, buscando suprir a carência de professores nas escolas, foram retirados os profissionais dos museus. Estes profissionais não eram museólogos e não tinham formação em museologia. Eram professores, técnicos ou funcionários antigos das instituições que desenvolviam suas atividades com conhecimentos adquiridos na prática do dia a dia. O SEM/RS manteve-se e, com o apoio das regiões museológicas, deu continuidade ao importante trabalho realizado

até então. Figura de destaque neste momento foi o Professor José Albano Volkmer (arquiteto, que havia sido Coordenador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE), que ficou coordenando a área museológica, realizando encontros de profissionais que vinham do Uruguai, Argentina, Bolívia, uma vez que havia que se dar conta de uma política cultural do Cone Sul⁶⁰.

Conforme o mapa abaixo, podem ser identificados os países que fazem parte desta região, que engloba aqueles do continente sul-americano: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Estes países estão integrados no MERCOSUL⁶¹ (Mercado Comum do Sul), projeto que envolve políticas econômicas, sociais e culturais, visando constituir-se num verdadeiro mercado comum, conforme objetivos do Tratado de Assunção, de 1991, que constituiu o bloco.

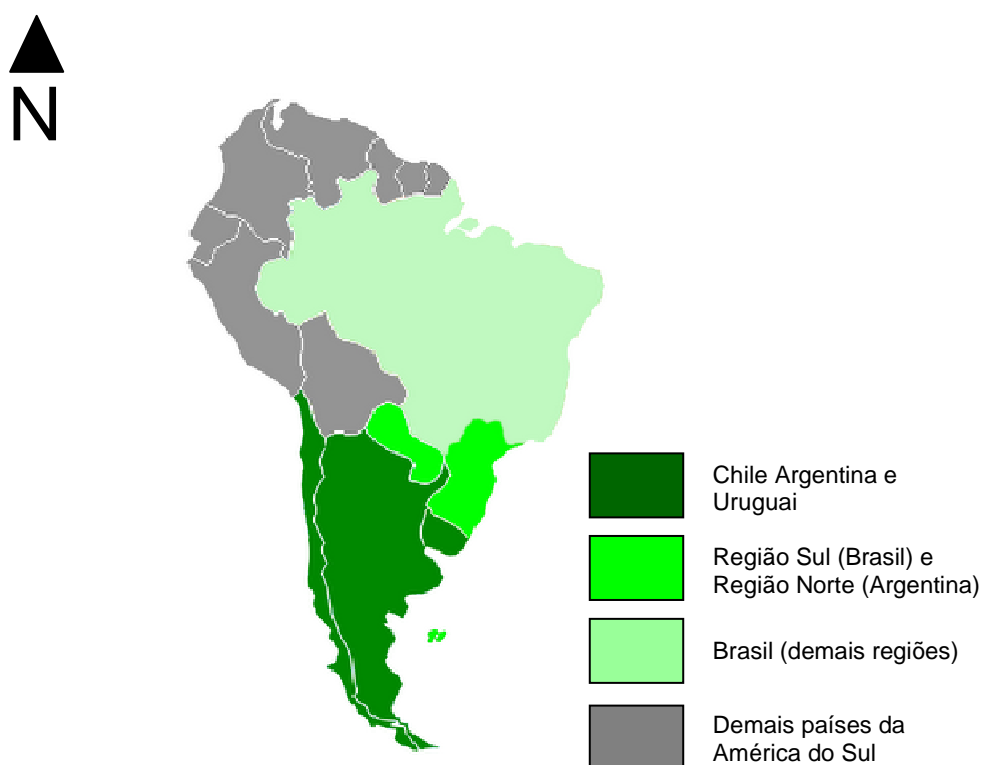


Figura 3 - Mapa da América do Sul (destaque dos países participantes do MERCOSUL em tons de verde)

Fonte: <http://panisetsemsono.blogspot.com>. Acesso em 07/10/2010.
Sem indicação de escala na fonte.

A observação do mapa leva ao entendimento da localização geográfica do Paraná e mais especialmente do Rio Grande do Sul, já que a proximidade com os países que fazem

⁶⁰ Grupo de países que fazem parte da região ao sul do continente sulamericano, cujas características dos países de economia emergente fazem desta uma das mais prósperas regiões da América do Sul

⁶¹ Maiores informações podem ser obtidas em <http://www.geomundo.com.br/geografia-30146.htm>

fronteira com o Brasil o fazem por esta região, o que torna diferenciada a relação entre os habitantes das fronteiras. O Rio Grande do Sul possui muitas relações econômicas, culturais, sociais, especialmente onde existem fronteiras secas e esta realidade traz influências e trocas cotidianas que não ocorrem com tanta facilidade nos demais estados do Brasil.

A então Secretária de Cultura, Mila Cauduro, no ano de 1991, desenvolveu um concurso público para provimento de cargos técnico-científicos, muitos dos quais – os que ainda não se aposentaram – são os mesmos que mantêm os museus em funcionamento ainda hoje. No ano de 2010 foi realizado novo concurso, quase vinte anos depois, contudo não foram disponibilizadas vagas para museólogos. Existe expressiva carência de profissionais habilitados em áreas específicas mais apropriadamente nos museus, tais como: arqueólogos, conservadores, restauradores, historiadores, geógrafos, biólogos, dentre outros.

Durante este governo, por volta dos anos 1990 e 1991, estava coordenando a 1ª Região Museológica Vera Barroso. Professora de uma escola de ensino médio ligada ao Estado, ela promoveu uma comissão para organizar um curso técnico de museologia para profissionalizar estudantes que futuramente viriam a atuar como técnicos em museus. A Escola Estadual Ernesto Dorneles, fundada em 6 de junho de 1946 oferecia cursos técnicos nas áreas de nutrição, prótese e decoração de interiores.⁶² A direção da escola apoiava a criação do Curso Técnico de Museologia, pois existia na escola laboratório, biblioteca e oficinas. Verificaram nos instrumentos do Ministério da Educação que havia a possibilidade de estabelecimento de formação para museus e arquivos. Projeto formatado foi enviado para a Secretaria Estadual de Educação. Contudo, como já mencionado anteriormente, a conjuntura era desfavorável. Os professores que atuavam em museus haviam retornado para suas instituições de origem. Após a escola ter sido visitada por comissão de avaliação, o veredicto: a Secretaria de Educação não entendia como pertinente numa escola ter curso de museologia, alegando que não seria importante esta qualificação. Este projeto de curso foi engavetado e não se tem no estado hoje, e nem no Brasil, curso que possa trazer esta qualificação em nível médio e profissionalizante.

A inexistência de um curso nestes moldes, ensino médio, técnico, é hoje uma das grandes falhas na área de formação profissional da museologia no Brasil. A efetivação e extensa multiplicação, nos últimos anos (elogiável e indispensável) de cursos de graduação e pós-graduação, seria robustecida, qualificada e inovada se as autoridades, conselhos de categoria, academia e sociedade civil se unissem na criação de cursos de formação de nível

⁶² Atualmente os cursos da escola são: Design de Interiores, Prótese Dentária e Nutrição e Dietética.

intermediário, que viria a qualificar e preencher a lacuna de pessoal para atuar nos cargos técnicos, área de carência nas instituições museológicas, especialmente no Sul do Brasil.

Waldisa Rússio, citada anteriormente neste estudo, já discutia há mais de 30 anos o que ainda falta na formação e na atuação da museologia. Publicação recente organizada por Maria Cristina Bruno (2010) reúne uma série de textos e documentos da museóloga no qual foram várias as tentativas de criação de cursos de formação em vários níveis, na área da museologia, que não foram continuados.

No mandato subsequente (1995/1999), no governo Antônio Britto (coligação entre os partidos políticos PMDB e PSDB), é fundamental destacar uma descontinuidade do SEM/RS, que estava sem liderança no ano de 1996. A saída da coordenadora (pela primeira vez uma profissional que não possuía registro de museóloga) – para acompanhar o trabalho do cônjuge em Brasília, a pedido do governo – enfraqueceu o que havia sido realizado ao longo dos anos. Não foi nomeado outro profissional para o cargo e somente graças à coesão de alguns trabalhadores de museus fez com que não ficassem esquecidos os anseios da categoria. Foi pela persistência da 1ª Região Museológica⁶³ que o SEM/RS manteve-se em funcionamento. Este foi um movimento de resistência de profissionais, principalmente os trabalhadores dos museus de Porto Alegre e arredores.

No governo seguinte, o sistema museológico e a comunidade museológica rio-grandense exigiram a retomada dos trabalhos. Na administração de Olívio Dutra (PT – 1999/2003) destacou-se a atuação do Coordenador do SEM/RS, dando ênfase aos objetivos do órgão e trazendo melhorias aos projetos já implantados. Com apoio do SEM/RS, foram criadas campanhas de fomento (Pró-Museu, através da FAPERGS), cursos de nível superior e oficinas de formação profissional e várias atividades no mês dos museus, além de uma série de ações integradas entre órgãos do estado, da área cultural e também de convênios com outros estados e sistemas de museus de outros países.

Levando-se em conta a atuação do SEM/RS, em conjunto com o governo federal e com o governo estadual, podemos entender que o Rio Grande do Sul, mesmo tendo sido um dos primeiros estados a criar o seu sistema de museus, ainda apresenta problemas de implemento de políticas públicas. Em verdade, as ações e programas são descontinuados e esta sazonalidade reflete-se no dia a dia dos museus públicos sulriograndenses.

No governo Germano Rigotto (PMDB – 2003/2006), o SEM/RS desenvolveu uma política de parceria com o governo federal, dando continuidade às atuações anteriores, o que faz com que o Rio Grande do Sul, como já citamos, seja um referencial na organização sistêmica, uma vez que funciona ininterruptamente desde sua criação. Cabe destacar que,

⁶³ Esta Região se delimita geograficamente com Porto Alegre, Litoral Norte, Região Carbonífera e Vale do Rio dos Sinos.

além do Sistema de Museus do Rio Grande do Sul, existem hoje sistemas de museus em funcionamento no Brasil nos estados de São Paulo, Ceará, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Maranhão, embora nem todos eles estejam ainda regulamentados e muitos estados estejam em processo de criação de sistemas estaduais. Sistemas de museus municipais também são organizados. No RS os municípios de Santa Maria, Pelotas e Rio Grande são pioneiros.

O governo Yeda Crusius (PSDB – 2007/2010) foi de descompromisso com a área cultural e especialmente na museologia. Não havendo interesse em enfatizar a importância de uma política pública para a área, a Secretaria da Cultura, sob o comando da secretária Mônica Leal, deixa que seja perpetuada a política até então existente. A impressão é de que os últimos oito anos no Rio Grande do Sul foram de descontinuidades no setor. O Sistema de Museus do Estado permaneceu sendo controlado pela mesma coordenação que não colocou em prática o que o decreto de criação postula. Apenas para citar um exemplo, não existe cumprimento da composição da Comissão do Sistema Estadual de Museus que não é chamada a participar das decisões. Sendo assim, os museus encontram-se em situação precária, especialmente os afetados diretamente ao governo do estado.

Atualmente o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul está em fase de planejamento de novas atividades. O ano de 2012, ano de realização do Fórum Estadual de Museus não presenciou a realização desta importante atividade. Pela primeira vez na história da museologia do Rio Grande do Sul, o evento maior de discussão será realizado fora de prazo. A indicação é de que seja efetivado no primeiro semestre de 2013.

No final de 2012 foi lançado pela Secretaria de Estado da Cultura, através do Fundo de Apoio à Cultura, edital de apoio para projetos que visem qualificar as instituições museológicas municipais. Trata-se, segundo a Secretaria de um investimento direto na área. Dados constantes do Informativo do SEM/RS de 06/3/2013 detalham que 21 projetos foram inscritos, tendo a participação de todas as regiões museológicas, exceto da 4ª Região.

Como já comentado, a realidade catarinense e a não inclusão da análise do estado de Santa Catarina nesta pesquisa prende-se ao fato de o Sistema de Museus do Estado não ter funcionado ininterruptamente. Ocorre que este sistema foi reativado há pouco tempo, na esteira da estimulação e interesse de ampliação da rede museológica pelo Sistema Brasileiro de Museus. Pelo decreto 615 de 10/9/1991 foi criado o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina que prestava assessoria técnica aos museus e não teve seu escopo de trabalho continuado. No ano de 2004, em decorrência da criação do Sistema Brasileiro de Museus ocorreram discussões para reestruturação da política estadual de museus e em 2005 se dá em Florianópolis, o 1º Fórum Estadual de Museus onde são aprovadas as diretrizes do que veio a ser o decreto 4.163, que reinstitui o SEM/SC e fez a

retomada da Política Estadual de Museus. No 2º Fórum Estadual de Museus, realizado em 2010, na cidade de Joinville foram revistas as diretrizes da política estadual que resultaram na sanção do decreto 599 de 18/10/2011 que reformula a atuação do SEM/SC em consonância com a Política Nacional de Museus.

O surgimento do Sistema Estadual de Museus do Paraná, órgão fomentador de políticas por ser pioneiro na região Sul do país e analisar a realidade do órgão que sistematiza a política museológica no Rio Grande do Sul no detalhamento das legislações de criação e as ações desenvolvidas ao longo dos anos nos dois sistemas, como políticas públicas de cultura serviram como lastro para a necessidade de criação do Sistema Brasileiro de Museus que surgiu depois e relaciona a necessidade de um órgão nacional para a efetivação de políticas conjuntas.

Para traçar um paralelo de comparação entre os três sistemas que estão sendo analisados, seguem nas três páginas seguintes quadro com o comparativo das atribuições de cada órgão, extraídos dos documentos de criação dos três sistemas o qual será comentado no capítulo 4, onde são apresentadas as pesquisas e, conseqüentemente, na conclusão.

Quadro 3 – Quadro comparativo do Sistema de Museus Rio Grande do Sul, Paraná e Sistema Brasileiro de Museus.

QUADRO COMPARATIVO SISTEMA DE MUSEUS RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ E SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS			
I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004
A T R I B U I Ç Õ E S	definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do sistema	promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, programática e técnica	promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica

I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004
A T R I B U I Ç Õ E S	estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado		estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com suas especificidades
	estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus	desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus	divulgar padrões e procedimento técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas
	proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico	promover programas de capacitação de recursos humanos destinados à área museológica	estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas
	estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade	incentivar a realização de atividades culturais: dos museus junto à comunidade	estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico
	estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades	sugerir formas de visitação aos museus, com destaque para o sentido didático	estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas

I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004
A T R I B U I Ç Õ E S	promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais e internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas	manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais	incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de
	aos sistemas		Museus
	propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado	estabelecer um padrão museológico baseado no papel que cada museu desempenha na comunidade;	propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas do país
	acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados	acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados	
	prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus	fomentar as atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento	estimular práticas voltadas para a permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos
		estimular a participação da iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema	incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas

Quadro elaborado especialmente para a pesquisa, 2011.

Na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann a conjugação de elementos necessários para que o sistema funcione estão postos, já que reforça a existência de um âmbito maior, um sistema, que é a Política Nacional de Cultura, que contém a Política Nacional de Museus, que engloba o Sistema Brasileiro de Museus, onde estão contidos os sistemas estaduais de museus e os sistemas municipais de museus. Mas, na práxis, esta engrenagem não tem funcionado a pleno. Algumas redes deixam de estar conectadas e não permitem o perfeito resultado.

O quadro comparativo demonstra a similitude dentre as atribuições dos três sistemas, indicando a proximidade de elementos para fazer-se o comparativo, ainda que os organismos tenham sido criados em momentos próximos, mas diferentes, encaminhando a compreensão de que existe a possibilidade de ação conjunta, para atendimento de demandas.

No próximo capítulo, complementa-se o histórico da política cultural brasileira, ao abordar cronologicamente os momentos importantes, culminando na criação da atual Política Nacional de Museus (PNM).

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Como historiado no capítulo anterior, a política museológica hoje vigente no Brasil originou-se na região Sul.

Construir uma rede de contatos entre instituições culturais e, mais especificamente, de museus, não é tarefa fácil. Demanda vontade política, competência, conhecimento e possibilidades de atendimento a uma gama de organizações que atuam com a salvaguarda da memória.

Com a alavancagem de um sistema que nacionalmente, desde 2004, dá conta de propor políticas e, para além desta proposta, atua como um incentivador de várias ações, visando a preservação da história, igualmente recorreu-se à história para situar o terreno em que objetiva-se propor medidas de maior eficácia, verificando a efetivação da atual política de museus em níveis estadual e federal.

Para compor uma breve explanação da política de museus no Brasil necessário se faz retornar ao período imperial, mais propriamente, à visão do Brasil como Estado-nação.

Aqui, a partir da chegada da família real portuguesa, os museus eram raros e criados sob o paradigma do Evolucionismo⁶⁴, ou seja, juntava-se tudo o que era representativo de fauna, flora para preservar em coleções, chamadas ‘enciclopédicas’. Mas isto era, sem dúvida, influência da Teoria da Evolução, criada por Charles Darwin, e dos grandes naturalistas estrangeiros que aqui coletavam vestígios para seus estudos. Desde 1808, nota-se a preocupação com a preservação de acervos importantes, tanto para perpetuar a política de dependência então vigente, quanto para guardar os testemunhos que traziam em suas bagagens os novos donos do poder.

Além dos museus criados por Dom João VI, da Biblioteca Nacional, do Jardim Botânico, o Real Gabinete Português de Leitura⁶⁵ é destaque. Uma jóia rara da arquitetura e da cultura portuguesa ainda existente no Rio de Janeiro, desde sua criação em 1837, que mantém acervo, colaborando para a difusão e ampliação de conhecimento.

3.1. REVISITANDO ALGUNS DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

⁶⁴ Escola Antropológica que vem das Ciências Naturais para a social, vinculada à História. Para ler mais sobre Evolucionismo e Teoria Social ver: Giddens, A. (2009). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p.269-274.

⁶⁵ O edifício da atual sede, projetado pelo arquiteto português Rafael da Silva e Castro, foi erguido entre 1880 e 1887 em estilo neomanuelino. Este estilo arquitetônico evoca o exuberante influência gótico-renascentista vigente à época dos Descobrimentos portugueses. O Imperador D. Pedro II lançou a pedra fundamental do edifício e sua filha, a Princesa Isabel, junto com seu marido, o Conde d'Eu, inauguraram-no em 10 de setembro de 1887 (site: www.cycity.com acesso em 16/02/2012).

Políticas públicas são um direito básico do cidadão e podem ser medidas pela qualidade de vida de uma população: moradia, direito ao voto, aposentadoria, acesso à educação, cultura, saúde e transporte. Devem, sempre, primar pela inclusão social e buscar a inclusão cultural.

Segundo Frey (2000) há, na ciência política, abordagens diferenciadas para a análise das políticas públicas, quais sejam: o Estado na situação de garantidor e protetor do bem-estar do cidadão e das sociedades, as contribuições estratégicas para solução de problemas e, no caso específico das políticas públicas, a inter-relação entre instituições políticas, processo político e conteúdos de política. Waldisa Rússio (2010), em 1976, citava: “uma política cultural só se desenvolve através dos poderes públicos, diretamente ou por delegação destes a outrem.” (Rússio, 2010, p.57)

Elementos apontados por estes autores indicam que ao Estado, ao poder público e aos governantes cabe a elaboração das políticas e a sua efetiva aplicação, atendendo ao que os cidadãos precisam e almejam, preferencialmente com a participação deles. Todavia, a realidade brasileira não é a de participação do povo em ações de atendimento a necessidades. A população espera que venha das autoridades, a definição e o traçar do caminho para que se efetivem. Sim, é o poder público que deve discriminar as políticas de ação, mas à comunidade cabe a união de fazer-se cumprir e acompanhar o que é proposto, a fim de identificar se o caminho é o indicado. A participação e a troca de informações de ambos os lados é fundamental.

No Brasil, os estudos sobre políticas públicas vêm sendo realizados muito recentemente. Estudos estes que, conforme Frey (2000), em geral, carecem de um embasamento teórico, oferecendo abordagens dissociadas de análises mais amplas, tornando-se restritos a estruturas e setores específicos.

Para Santos (2002, p. 201) “políticas públicas são – ou devem ser – o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e organizações não-estatais”. O autor insiste no fato de que o Estado não seja o principal e único componente relevante neste processo.

Comumente, as políticas públicas são desconhecidas pela maioria da população. Há lançamentos de programas, projetos, apoios, mas a população não (re)conhece da melhor forma a implantação dos mesmos. A sociedade fica impossibilitada de realizar um acompanhamento crítico, além de não vislumbrar uma prestação de contas desta implementação. O poder público deveria atentar para a diversidade cultural e para a universalidade das políticas, voltado para o resgate das identidades e memórias, contribuindo efetivamente para a ampliação da cidadania.

Como detalha Amaral (2003) é importante que a sociedade civil articule-se politicamente para contrabalançar o poder do Estado. A população deve sensibilizar-se, a fim de canalizar para seus interesses esta opção de acesso e que o Estado proporciona o atendimento a demandas que são (ou pelo menos deveriam ser) dos atores sociais.⁶⁶ É neste âmbito que o cidadão, como participante ativo dos processos da democracia, tem a possibilidade de opinar, sugerir e apresentar os seus anseios. Neste mesmo sentido, Sérgio Costa argumenta que:

“No regime democrático, ordem política fundada no consentimento, as decisões políticas têm que ser permanentemente fundamentadas e justificadas, e dependem, obviamente, de algum tipo de anuência da sociedade para que adquiram validade e possam ser efetivadas. Neste contexto, cabe à esfera pública uma posição central: ela se torna a arena onde se verificam, numa direção, a aglutinação da vontade coletiva e, no sentido oposto, a justificação de decisões políticas previamente acertadas.” (Costa, 1997, p. 180)

Este autor chama a atenção para o fato de que o mercado de opiniões, formado pelos atores sociais, cujos interesses diferenciados concorrem pela atenção pública, busca tomar parte do processo de geração da opinião pública, influenciando os processos decisórios. Segundo este autor, a opinião pública não se transforma rapidamente em decisões políticas. Para ilustrar tal argumento, ele destaca que:

“Tal ‘conversão’ ocorre conforme um modelo de dois níveis que descreve o *policy process*⁶⁷. No primeiro estágio, verificam-se a formulação pública e a apresentação de posicionamentos acerca de determinado problema; trata-se, portanto da formação da opinião pública. Somente quando a questão tematizada é assimilada pelo sistema político – segundo estágio – é que pode então transformar-se numa decisão concreta.” (Costa, 1997, p. 181).

Esta citação revela que além de os atores sociais estarem inseridos na sociedade em que vivem e, portanto, conhecedores das questões que são importantes para determinada comunidade, grupo, localidade, precisam estar atentos aos meios existentes para expressarem suas opiniões. Estas ideias transformar-se-ão em demandas e, conseqüentemente, pautarão as agendas do poder público, dos formuladores das políticas. Mas, sem este interesse e sem esta participação, torna-se inútil efetuar reclamações em pequenos grupos que, obviamente, não serão ouvidas ou observadas por quem tem o dever de transformá-las em políticas públicas. É possível aqui fazer menção, embora sem ampliar a questão, ao orçamento participativo⁶⁸, processo de consulta popular que pautou os governos petistas durante cerca de dezesseis anos (de 1989 até 2004) na administração

⁶⁶ Entendo aqui atores sociais, as organizações em que a coletividade dos agentes sociais está representada.

⁶⁷ Tradução livre: processo político

⁶⁸ Prática de gestão pública reconhecida mundialmente como um processo dinâmico de debate entre governo municipal e população, com ampla participação popular. Ver em detalhes no site <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op>.

municipal de Porto Alegre e que vem sendo utilizado em gestões posteriores. A organização social e a participação das comunidades é fundamental.

Algumas reflexões do processo de implementação das políticas públicas são ilustrativas. Destaca-se Silva e Melo (2000), quando comentam que, no contexto institucional e organizacional brasileiro, há particularidades expressivas em relação à implementação de políticas públicas. Para estes autores, “a implementação revelou-se, portanto, o ‘elo perdido’ nas discussões sobre a eficiência e eficácia da ação governamental”. O *policy cycle*⁶⁹ é discutido em suas duas visões - clássica e de processo - mas identificados, tanto num como no outro espectro, como padecendo de sérias dificuldades de pressupostos. Os autores colocam o *policy cycle* como sendo

“[...] representado por redes complexas de formuladores, implementadores, stakeholders e beneficiários que dão sustentação a política; e por “nós” críticos. Esses “nós” ou “elos críticos” representam os pontos no tempo onde questões referidas ao processo de sustentação política dos programas, de coordenação interinstitucional e de capacidade de mobilizar recursos institucionais se conjugam.” (Melo & Silva, 2000, p. 14).

É exatamente neste ponto que as políticas necessitem de mais atenção dos seus formuladores (sejam os sistemas museológicos, sejam os legisladores) neste ciclo de opções que englobem as necessidades dos grupos, dos atores e as perspectivas do poder público para atender às demandas da população.

Santos (2002, p. 197) analisa os grupos de interesse que conceitua como “organizações apartadas do governo – embora muitas vezes em estreito contato ou parceria com órgãos governamentais – cujo objetivo é exercer influência sobre políticas públicas”. Os grupos de interesse constituem-se em elementos importantes a serem destacados neste estudo. Os grupos de interesse exercem influência sobre políticas públicas, pois estão (ou deveriam estar) em contato direto com as instâncias governamentais. Neste caso, na área museológica, em alguns períodos históricos, esses grupos inexistem ou são formados esporadicamente, inclusive se prestando à manipulação. Para ilustrar citamos a criação do Conselho Federal de Museologia⁷⁰ e da Associação Rio-Grandense de Museologia⁷¹.

Em 2007 um grupo de profissionais de museus iniciou um movimento para a criação de uma associação que congregasse, como a citada anteriormente, os profissionais que atuavam em museus. A perspectiva era de unir o grupo de pessoas que, embora sendo profissionais de museus, com prática e tempo de serviço nas organizações, não tivessem

⁶⁹ Tradução livre: ciclo de política

⁷⁰ O Conselho Federal de Museologia (COFEM) é o órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, criado em 1984.

⁷¹ A Associação Rio-Grandense de Museologia foi fundada em 1985, no Rio Grande do Sul, tendo por finalidade congregar os museólogos e incentivar o aprimoramento técnico e promover a valorização dos trabalhos museológicos, conforme consta de seus estatutos. Esta Associação não teve suas atividades encerradas formalmente.

formação específica em museologia (no âmbito da lei que reconhece os profissionais), já que os novos cursos de museologia estavam sendo formatados para a criação em vários estados da federação. Esta Associação foi fundada em 2008, contudo não teve continuidade por falta de participação. Sendo assim, também teve encerradas as suas atividades em 2010.

Em mais uma ocasião, se vê a falta de união da categoria, seja pelo momento político, pelo desconhecimento, pela falta de incentivo ou mesmo desmobilização. Tendo papel relevante na retomada de uma reunião de profissionais, não vemos empenho de alguns para a continuidade e, por este motivo, entendemos (como os demais profissionais envolvidos) que era o momento de brechar a ação. A impressão é de que mesmo os profissionais que estão trabalhando nos museus sentem-se distantes, enfadados e sem perspectivas.

Santos (2002, p. 200) se debruça sobre a análise dos conceitos de comunidade de política pública (*policy community*), que são “os atores com interesse direto ou indireto em um mesmo foco de políticas”. E também detalha o que é compreendido por rede de políticas públicas (*policy network*): “entende-se a caracterização geral do processo de formulação de políticas na qual membros de uma ou mais comunidades de políticas estabelecem uma relação de interdependência.” (Santos, 2002, p. 201).

A área museológica, dos anos 70 do século XX até a atualidade, vem se organizando, ainda que lentamente, para propor suas reivindicações. As comunidades e redes que Santos (2002) detalha são percebidas nesta área, contudo não nos parecem ter avançado suficientemente. Fica muito mais a cargo das autoridades governamentais propor políticas, formular diretrizes, do que estas demandas serem propostas pelos grupos de interesse. Como mencionado, existem entidades de associação de operadores da museologia que não funcionaram como suas propostas originais e isto reforça a hipótese de falta de participação dos agentes.

Não se pode deixar de citar o esforço que também é realizado pelo Ministério da Cultura ao desenvolver o Plano Nacional de Cultura e a reboque as discussões para a construção do Plano Nacional Setorial de Museus⁷², cujas estratégias, diretrizes, ações e metas resultantes versam sobre as temáticas da diversidade cultural, cidadania, desenvolvimento sustentável, gestão cultural e economia criativa, dentre outros. A impressão que se tem é de que os envolvidos nestas pautas de discussões são escolhidos na falta de outras pessoas que possam também colaborar, exatamente pela falta de

⁷² Sobre este assunto consultar www.museus.gov.br e a publicação Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020.

interesse e ação. Ao examinar a nominata de representantes, os nomes sempre se repetem ou fazem parte dos museus da estrutura do IBRAM.

3.2. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS

Investimento em cultura existe desde a Grécia antiga. Na época de Péricles foi adotada uma política cultural relativa à reconstrução arquitetônica da cidade (destruída pela guerra) e de incentivo ao teatro, que era apresentado ao ar livre. Já na Roma Imperial é que se origina a função que depois ficou conhecida como mecenato (artistas ou pensadores são amparados por algum poder econômico ou político), conforme descreve Martim César Feijó (1992). Mecenas, que era ministro do imperador Otavio Augusto, atuava no sentido de desenvolver ações que enaltecessem a figura do Imperador e seu poderio.

Posteriormente, o Renascimento e o Iluminismo, movimentos de grandes impactos no pensamento, na política e na cultura, demonstraram a importância da temática política cultural em vários momentos da história social desde que se vive em repúblicas e democracias, onde o povo pode e deve (ou deveria) ter livre expressão. Neste período de renascer da cultura greco-romana, a censura e a repressão, além do forte papel inquisidor da Igreja, denotavam uma riqueza cultural em contraponto com uma intensa coação política. O Iluminismo no século XVIII trazia o racionalismo em contraposição ao pensamento medieval, obscuro. Este movimento foi um preparo para a queda do Antigo Regime e para a defesa dos ideais da Revolução Francesa, quando a burguesia apareceu no cenário cultural e político.

Mas é com a Revolução Industrial, que promoveu mudanças significativas na vida das pessoas – como a mecanização – que surgiram o Capitalismo e a classe operária, trazendo novas configurações na política, na indústria e na cultura. Com o passar do tempo, estes operários tomaram consciência de suas diferenças com os donos das fábricas e ficaram claras as posições de cada um. As classes, cujos interesses são antagônicos, geraram as lutas. A economia era o foco principal, mas eram também os interesses políticos que alargavam as diferenças. Feijó (1992, p. 19) destaca: “[...] a classe dominante confundia cultura com ideologia [...] a burguesia temia a democratização da cultura, pois não queria democratizar o poder”. Muito atual esta citação, apesar do tempo. Hoje, sob um conceito de cultura mais amplo e democrático, tenta-se impor o que as autoridades entendem ser o mais apropriado.

Nestes anseios foi gerido o Socialismo. A classe operária se politizava e o Marxismo vinha no discurso dos operários contra o Capitalismo, extremamente exploratório nos seus primórdios. A industrialização levou à urbanização e à facilidade das comunicações e à tomada de uma consciência histórica do período vivido.

Na Modernidade, o Estado Liberal⁷³, de uma maneira geral, interage com a iniciativa privada, a fim de suprir demandas para as quais na maior parte das vezes há deficiência. A cultura é uma destas áreas, que é apoiada pelas empresas e ganha suporte da sociedade para seu desenvolvimento, já que a classe operária, depois de mobilizar-se, adquire alguns direitos. Garcia Canclini (1997) retrata a tentativa de diminuição da intervenção do Estado nas instituições culturais latino-americanas na contemporaneidade.

Para Porto (2004), as políticas públicas para a área cultural no Brasil estão ancoradas desde 1985 em políticas de incentivos fiscais. E estas políticas trazem um novo agente ao cenário político, os departamentos de marketing e comunicação de empresas e as grandes fundações culturais privadas.

“Potencializar o capital social e cultural de um povo é uma tarefa complexa que exige o alargamento das possibilidades das políticas culturais de se integrarem ao esforço de desenvolvimento do país. Isso, naturalmente, implica um esforço de potencializar as áreas de planejamento e gestão de um segmento identificado pela aversão a essas áreas da ação pública, com o investimento sistemático em formação de quadros públicos habilitados a operar com a gestão cultural. Planejamento requer pesquisa, mapeamento, diagnósticos continuados, avaliação e monitoramento, quadros públicos e não-públicos qualificados, desenho de programas estratégicos e menos táticos.” (Porto, 2004, p. 32)

No Brasil, após 1990, existe a possibilidade de o Estado interagir com a iniciativa privada. Atualmente, as empresas utilizam o investimento na cultura como uma forma de melhoria de sua imagem, junto aos segmentos de público que lhes interessa conquistar e cujo custo-benefício colhe, na maior parte das vezes, bons frutos. A Lei Rouanet⁷⁴, por exemplo, permite que pessoas físicas e jurídicas invistam em cultura e abatam tais quantias do Imposto de Renda (IR) devido ao Estado. Estes incentivos fiscais têm sido utilizados no Brasil como forma de impulsionar a atividade cultural, mas acabam sendo quase um novo tipo de privatização da cultura, pois os investimentos de grandes empresas se dão mais na região Sudeste do Brasil, onde exatamente se concentram estas empresas. Há também a opção de investimento através de leis de incentivo à cultura na esfera estadual e na municipal, com incentivos através do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no caso das unidades da federação, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos municípios.

⁷³ Liberalismo: corrente política com origem no Iluminismo que prega a liberdade, em contraste com as políticas da Idade Média.

⁷⁴ Lei federal 8313 de 24/12/1991 que está em avaliação para melhorias.

Além dos recursos de pessoas jurídicas, temos visto nos últimos anos ampliarem-se os investidores caracterizados como “pessoa física”, embora ainda não o suficiente para tornar-se expressivo no total de investimentos. Em Porto Alegre, a Fundação Theatro São Pedro e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul possuem programas efetivos de participação individual na construção do complexo do teatro e nas reformas de prédios históricos, respectivamente.⁷⁵

Quando se fala em investimentos na cultura, Botelho tem uma posição bem clara:

“[...] Hoje, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate, empanando a discussão sobre as políticas culturais. Render-se a isso significa aceitar uma inversão no mínimo empobrecedora: o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. Mesmo quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o papel regulador do estado, uma vez que se está tratando de renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos.” (Botelho, 2001, p. 77)

Para Botelho (2001), é de suma importância que políticas de financiamento às atividades culturais sejam feitas pelo governo, em suas instâncias federal, estadual e municipal, e em parceria com instituições privadas. Para a autora, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos a fim de solucioná-los.

O poder público tem atuado de forma dissociada da sociedade. Poucas vezes os formuladores antecipam-se ao que precisa ser feito. Acredito que os operadores da cultura, como um todo, deveriam organizar-se em torno da exigência de ações mais específicas e assíduas para a área cultural e especialmente a dos museus.

Botelho (2001) delinea as dimensões antropológica e sociológica da cultura e traz colaborações interessantes do ponto de vista da formulação de políticas públicas para a área cultural. Segundo ela, no âmbito antropológico, a cultura é tida como um conjunto de elementos que representam determinado grupo (suas origens, interesses econômicos, profissionais, de sexo, etc.) e para que esta dimensão possa ser atendida por uma política pública deveria haver uma reorganização na estrutura social e econômica. Já no âmbito sociológico, a cultura visa criar meios de constituir públicos, através de suas expressões e oferecendo condições para o aperfeiçoamento de talentos. É na dimensão sociológica que está o ‘foco de atenção’ das políticas culturais. Botelho ressalta:

“[...] Uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível

⁷⁵ Para maiores informações consultar os sites: <http://www.predioshistoricos.ufrgs.br/> e <http://www.teatrosaopedro.com.br/multipalco/contribua>

reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções.” (Botelho, 2001, p. 75-76)

A área da cultura é sempre vista como suplementar para a criação de políticas públicas e acabam sendo os próprios produtores culturais, os operadores e profissionais ligados à área, os únicos e exclusivos interessados na formulação de políticas, ou seja, os grupos de pressão, de interesse, como já abordado, para esta formulação. A população, como um todo, fica de fora da discussão. Isto acontece (em parte) em razão de o público não se reconhecer nos museus. Não há uma real apropriação da instituição pela comunidade, o que é demonstrado no desenlace existente entre as temáticas das exposições, pesquisas e práticas dos museus em relação ao público frequentador. A população, muitas vezes, não tem discernimento e nem embasamento ou até mesmo formação educacional para que possa atuar na reivindicação de melhores atividades e serviços que as instituições museais poderiam proporcionar-lhes.

Implementar políticas públicas requer estudos, planejamento, pesquisa, parceria e demanda. Estas ações não têm sido feitas com eficiência na área cultural. Comumente, não se conhece o público que deveria ir ao museu e tampouco o que vai ao museu, para que este pudesse ser chamado a debater e envolver-se em melhorias para a área museal. É a inclusão, de forma democrática e participativa, que está falhando. Para Faria:

“Uma política cultural abrangente e de caráter democrático propõe uma ampla participação cultural, com atividades permanentes de formação, criação, debate e fruição que tenham continuidade, busquem seu enraizamento na comunidade e muitas vezes partam desse enraizamento.” (Faria, 2003, p. 39)

Este autor propõe fazer políticas para as ruas, ou seja, não apenas retirar a população da rua, mas fazer com que ali se desenvolva a cidadania. Não fazer ações somente em espaços institucionalizados, mas também onde estão as pessoas, buscando, inclusive, “expropriar os territórios privatizados por traficantes, gangues, grupos de caráter privado ou simplesmente pessoas de má-fé.” (Faria, 2003, p. 40).

Isto vem ao encontro dos preceitos de uma museologia participativa e se coaduna ao que o autor revela ser uma política realmente voltada para o público. Com a criação de museus de rua, de ecomuseus, de exposições próximas aos locais onde vivem e que representem as comunidades, haverá a certeza de estar cumprindo com as significações de um trabalho realizado em conjunto com o rol de cidadãos que precisam se perceber e se reconhecer (além de serem reconhecidos) nas instituições. Ainda para Faria (2003, p. 42), “é necessário compreender que a cultura deve ser por todos e não simplesmente para todos. Isso significa dizer que é necessário que as políticas públicas valorizem a pluralidade e diversidade dos atores culturais de um país, localidade ou região”.

A organização administrativa interna dos setores governamentais ligados à formulação de políticas não permite a inter-relação dos departamentos e órgãos. Muitas secretarias da esfera pública não têm, entre si, o necessário contato. Lembramos os conceitos de Max Weber, para quem as organizações burocráticas puras tendem a ter altos graus de eficiência na realização de suas tarefas. Destarte, muitas vezes a área cultural não parecer estar conectada, em termos de organograma governamental, com as áreas da Educação, do Turismo e do Esporte. Essa falta de comunicação, através de exemplos de nossa própria história, tem trazido prejuízos irreparáveis para a área da cultura, para os museus – mais especificamente – e para as comunidades onde estão inseridos.

No Brasil, apesar de ter havido avanços, ainda carecemos de políticas públicas eficazes para a área cultural. É necessária a articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal, que ajam conjugadas entre si e em conjunto com a população, tendo autonomia para realizar seus projetos, articular e estruturar ações.

De outra parte é, na maioria das vezes, a voz dos atores sociais ligados ao poder público, aos órgãos governamentais e aos conselhos culturais que são contempladas no momento em que se formulam as políticas. Deveriam ser levadas em conta as opiniões de quem, de fato, se apropria das políticas – os operadores da área da museologia – ou através de consultas à comunidade. Os vetores estão apontados para o futuro, com a criação da atual política para museus brasileiros.

Para Coelho Neto:

“[...] A política cultural pode ser entendida como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.” (Coelho Neto, 1999, p. 285)

A participação pública é mais do que necessária e fundamental, porém, tudo isto deve ser, de certa forma, orquestrado pelo Estado.

Quando Coelho Neto (1999) se refere às políticas públicas e à questão cultural no Brasil, abordando o direito à cultura e à efetivação dos incentivos e proteção da cultura brasileira, entende-se que existe a necessidade de intervenção do Estado para que uma política pública cultural possa desenvolver-se, na democracia brasileira ainda jovem e imperfeita. É papel do Estado, definido pela legislação, estar à frente de políticas culturais do universo museal, seja em parceria com o setor privado, seja com recursos públicos, mas sem omissão.

Nesta mesma perspectiva, Coelho Neto (1986) ressalta que é através da relação que se processa entre os bens culturais e patrimoniais e a comunidade que se estabelece a verdadeira política de cultura de uma nação. Uma política cultural, uma política para os

museus é uma prática social. Além de todos estes aspectos descritos das políticas públicas para a cultura, Martim Cezar Feijó, tem analisado estas questões nos estudos desenvolvidos nesta área:

“A questão hoje não é de uma política cultural, mas de políticas culturais! E todas elas, quando legítimas, como diria o mestre Otto Maria Carpeaux, são transformadoras; principalmente quando entendem que cultura se faz, não se consome nem se ganha de graça, muito menos se impõe.” (Feijó, 1992, p. 75).

Não se tem a pretensão de esgotar o assunto, entretanto as questões levantadas podem nos mostrar como a formulação das políticas poderia ser mais eficaz, de que forma poderiam ser atendidos os anseios da categoria e do público. A sociomuseologia e suas abordagens contemporâneas, bem como as instituições que se destinam a abrigar a memória da sociedade e suas identidades, ainda carecem de maior dedicação por parte do poder público e mereceriam mais atenção e disponibilidade.

3.3. DELINEAMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL BRASILEIRA

O conceito de política relaciona-se diretamente com o conceito de democracia e cultura, o acesso aos bens culturais e a participação do povo.

A transformação da cultura faz parte do desenvolvimento humano. As políticas governamentais, como foi dito, deveriam estimular o debate, as experiências e vivências, a comunicação entre os paradigmas da museologia tradicional e das necessidades atuais e, ainda, os caminhos da construção da cidadania. A política cultural deveria ser realizada com a comunidade, a partir de ações organizadas com claros objetivos. Conforme Feijó (1992), a política sempre esteve junto à cultura, e esta é incentivada ou não conforme os interesses político-partidários do contexto histórico, econômico e social. Embora a produção cultural tenha sido reprimida, também demonstrou sua força e poder de transformação quando se organizou minimamente.

A preocupação da nação⁷⁶ brasileira com o patrimônio histórico remonta a menos de um século. As primeiras legislações que tratam mais especificamente do assunto são dos anos 30 do século XX, período do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Trechos da legislação federal (Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937) são importantes para se entender a realidade museológica brasileira: “O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e

⁷⁶ Nação: agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros possuem laços históricos, linguísticos etc. e vivem sob um governo único In: Houaiss, A. (2008). Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 521.

desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.” (Decreto-Lei nº 25, 1937).

Portanto, como mencionado anteriormente, é daquele período a origem da preocupação por parte das instituições governamentais com a área cultural e um indicativo da criação de uma política pública que viesse a dar conta deste patrimônio.

Documentos das décadas de 70 e 80 do século XX, anos da efervescência política e cultural no mundo e período de governos militares e da abertura política no Brasil, trazem novamente a preocupação da salvaguarda patrimonial e demonstram, ainda que não muito claramente, a existência de uma política governamental brasileira sobre o assunto. Em 1975, o governo federal lança a Política Nacional de Cultura⁷⁷, evidenciando seu interesse em valorizar o patrimônio cultural da nação.

Lia Calabre (2010) alerta que são poucos os estudos sistemáticos quanto ao acompanhamento e análise da atuação do estado na cultura. A autora detalha em “Textos Nômades” cinco períodos políticos e destaca aspectos importantes ocorridos. São eles: primeiro governo Getúlio Vargas, governo Emílio Médici, governo Ernesto Geisel, governo José Sarney e governo Fernando Collor de Mello. Todos períodos de exceção, o que talvez reforce a necessidade de uma política de cultura.

Registros relativos à preservação de patrimônio natural, de proteção a bens patrimoniais tombados, ao planejamento e à avaliação do Estado sobre o patrimônio e à inclusão da comunidade como agente colaborador do Estado aparecem na Carta-Magna brasileira vigente, não muito diferente das constituições do período estado-novista e de períodos posteriores em governos brasileiros. Mas o que é importante e merece ser ressaltado é que a nação volta-se para manter o que a representa, o que lhe dá identidade, e não para destruir esses testemunhos. A Constituição Brasileira de 1988 detalha no artigo 24: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”.

Os estados brasileiros pioneiros na organização de instituições de proteção ao patrimônio histórico são Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, já nos anos 20 do século XX. Em 1923, um parlamentar pernambucano apresentou proposta de criação de uma Inspetoria de Monumentos Históricos, órgão nacional, contudo, não obteve aprovação na Câmara dos Deputados. A organização do Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e Obras de Arte, em 1934, que foi presidido pelo diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, tido como um importante marco na área da preservação. Barroso foi um dos precursores na criação de uma política pública museológica, por seu trabalho pioneiro voltado à formação de profissionais da área da museologia.

⁷⁷ Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília / DF, 1975.

A reflexão em torno do conceito de museu avançou, mas as “casas de memória” não. Isto se deve à falta, durante muitos anos, e/ou à inobservância por parte do Estado, de uma política que venha a atender às necessidades sociais da ciência da museologia.

Em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência, ocorreu a criação do Museu Histórico Nacional, um dos maiores e mais visitados museus brasileiros na atualidade. Como destaca Abreu (1996), na reflexão que faz sobre a política cultural brasileira, as políticas culturais que vingaram no Brasil sempre foram resultado de atos do poder executivo. No período Joanino, no II Reinado e na República Velha foram criados três dos maiores e mais importantes museus brasileiros, e que vêm resistindo até o tempo atual. O Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emilio Goeldi (1885) e o Museu Paulista (1893) ainda não se preocupavam com a preservação da memória brasileira, mas davam ênfase à salvaguarda das espécies de vida animal e vegetal, dentro da perspectiva evolutiva, comparativa e classificatória a que se dedicavam.

Foi também em 1922, junto com o grupo envolvido na organização da Semana de Arte Moderna, que Mário de Andrade destacou-se no cenário nacional da cultura como um dos ativistas do movimento antropofágico, que visava reelaborar o passado, construindo um perfil crítico e libertário para o Brasil.

Anos mais tarde, Andrade tornou-se um dos primeiros intelectuais a preocupar-se com o patrimônio cultural. Foi o idealizador do Departamento de Cultura de São Paulo, criado em 1935, e também o responsável pelo anteprojeto que originou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)⁷⁸. É de Mário de Andrade o esboço do que se tornaria mais tarde o Decreto-Lei nº 25, já referido. Em 1934, durante a Era Vargas e seu espírito de criação de um Estado modernizador, assume o Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, seguidor de Getúlio Vargas, ligado a intelectuais e artistas modernistas. Às vésperas da implantação do Estado Novo, Mário de Andrade foi demitido de seu cargo e quem implantou de fato o “serviço de salvaguarda patrimonial” no Brasil foi Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷⁹, primeiro titular do SPHAN, por indicação de Mário de Andrade. Segundo Feijó (1992, p. 57), “o Estado Novo com sua cultura politizada acabou, indiretamente, favorecendo a politização da cultura”.

Segundo Letícia Julião,

“O surgimento do SPHAN representou um marco no processo de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país. Este e outros projetos refletiam o ideário de construção de uma identidade e cultura nacional, formulado nos anos 20 pela geração de intelectuais modernistas.” (Julião, 2002, p. 19).

⁷⁸ Posteriormente denominado Fundação Pró-Memória, depois Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e atualmente chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁷⁹ Jornalista, advogado e escritor brasileiro que comandou o SPHAN desde sua criação até 1967.

Para muitos autores, somente num Estado forte como o Estado Novo houve a possibilidade de implantar uma legislação incisiva relativa à política para a cultura. Em verdade, não se pode falar em cultura no Brasil sem lembrar o papel que Gustavo Capanema desempenhou à frente do Ministério da Educação e Saúde. Coube a ele plantar a semente daquilo que, em 1981, constituiu-se na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e que, em 1985, origina o Ministério da Cultura.

Segundo Helena Bomeny (2001), os intelectuais que compuseram o ministério chefiado por Capanema formavam a “Constelação Capanema”, que irradiou seus projetos por várias vertentes da cultura nacional. As figuras egressas do movimento modernista ocuparam cargos importantes e ajudaram a construir o Estado Nacional Brasileiro. A intelectualidade de várias formações, das mais conservadoras às mais progressistas, trabalhou lado a lado, desenhando propostas de ação. De fato, atendiam a um chamado do governo de 1930 para a formação de uma burocracia estatal e de uma política nacional de preservação de nosso patrimônio. Não fossem eles, hoje não estariam implementadas algumas das políticas ainda vigentes, embora ainda ineficazes em alguns setores, na área cultural.

Sérgio Miceli, em sua obra “Intelectuais à Brasileira”, retrata este período:

“[...] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico dependente.” (Miceli, 2001, p. 360).

O ideário do Estado Novo, ainda que perpassasse pela criação de importantes órgãos como o SPHAN e o INL (Instituto Nacional do Livro), apegava-se ao lançamento de meios de divulgação que demonstrassem sua política, como é o caso da Revista Cultura Política, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No Decreto-Lei nº. 25 (1937), transparece o interesse governamental favorável à criação de museus no País.

“A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.” (Capítulo V. Disposições Gerais artigo 24º, Decreto-Lei nº 25, 1937).

Outro intelectual, assim como Mário de Andrade, que se preocupou com uma política brasileira de cultura e, mais, com a formação de uma identidade cultural brasileira foi Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. Nem mesmo este partido assumiu a política cultural criada por Pereira, pois se tratava muito mais de uma política de valorização do que é ser brasileiro, do nacional, do que propriamente uma política

cultural partidária. Para Pereira, os intelectuais que se aproximaram do povo e do seu próprio tempo, descrevendo um Brasil de interesses populares, eram os que expressavam a política do país. Pereira pregava a democratização da cultura, que deveria vir acompanhada da democratização econômica e política. (Feijó, 1992)

Feijó cita:

“[...] Uma política para a cultura [...] envolve uma luta que una os intelectuais em torno de um “programa” de valorização em torno de nossas conquistas culturais, dando conta, ainda que parcialmente, de nossa identidade cultural, e que crie condições para o avanço cultural.” (Feijó, 1992, p. 60)

Este avanço cultural citado por Feijó (1992) é encontrado nos anos 60 e 70 do século XX, na ditadura militar. É sabido que os intelectuais não deixaram de lado os ideais de 1922, embora tenham tido percalços, com os anos de exílio de alguns e, baixas, com a cassação de outros tantos. A categoria política e cultural brasileira fez com que a cultura continuasse a ser moldada e formada como a verdadeira cultura brasileira, de luta, de valorização da cidadania, da arte e da história.

A criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, foi de relevância no contexto histórico brasileiro de então. Embora o ICOM mantenha relações formais com a UNESCO, não seja gerido pelo setor público e seja financiado predominantemente pela contribuição de seus associados, por eventos que promove e pelo patrocínio de organizações públicas e privadas, é um órgão que desenvolve atividades que correspondem às necessidades e aos desafios dos profissionais de museus. As ações realizadas pelo ICOM são orientadas em torno dos temas: cooperação e intercâmbio profissional, difusão de conhecimentos e aumento da participação do público em museus, formação de pessoal, prática e promoção de ética profissional, atualização de padrões profissionais, preservação do patrimônio mundial e combate ao tráfico de bens culturais. Estas ações do ICOM poderiam ser reconhecidas como políticas e, além de serem implementadas em vários países, poderiam ser mais bem discutidas pela categoria museológica e seguidas pelos museus, instituições que resguardam a memória pública e/ou privada.

A respeito da UNESCO, entendemos ser importante citar o papel que esta organização tem desenvolvido em prol da cultura. O relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, publicado no Brasil em 1996, visa contribuir para revisão e atualização ao Brasil atual, propondo reflexões que sejam encaminhadas ao debate público. Os participantes dessa Comissão apontam para a promoção da criatividade na política e no governo, com vistas à obtenção do desenvolvimento cultural. Para eles, “é chegado o momento de construir um novo paradigma coerente, no qual os diversos atores sociais forjem padrões de desenvolvimento humano sensíveis a todas as questões culturais” (Cuellar, 1997, p. 306). Aqui se destaca a relevância do patrimônio cultural, a consciência da

identidade cultural e a necessidade de políticas de apoio e incentivo a estas manifestações. Há que se deixar de pensar somente em orçamentos apertados e partir para ações tais como democratização e promoção de mudanças profundas. Segundo demonstra o relatório, a UNESCO poderia auxiliar aos formuladores de políticas como uma instância de consulta, contribuindo para a eficiência da aplicação das mesmas.

Em 1964, com o golpe de Estado, a deposição do presidente João Goulart e com boa parte da intelectualidade da sociedade brasileira no exílio, a cultura sofreu muitos reveses. São nestes anos de regime ditatorial – até a abertura em 1979 – que surgem noutros países os mais importantes documentos na área museológica. Foram quase duas décadas de uma política descolada do social e do cultural e mais voltada ao civismo e ao patriotismo imposto pela chamada direita. Período de enaltecimento ‘vigiado’ do que é ser brasileiro, da forte ditadura impetrada não só no Brasil como em boa parte da América Latina.

A política cultural da classe dirigente da época pode ser traduzida pelo documento ‘Política Nacional de Cultura’, que em suas mais de quarenta páginas de publicação cita poucas vezes a palavra museu. Pequeno trecho do texto evidencia as características do período vivido:

“Constitui meta prioritária do Governo promover a defesa e a constante valorização da cultura nacional. Neste sentido pronunciou-se o Presidente Ernesto Geisel ao assinalar que o desenvolvimento brasileiro não é apenas econômico; é sobretudo social, há um lugar de destaque para a cultura.” (Política nacional de cultura, 1975, p. 20).

Entrementes, em 1972, profissionais da área reuniram-se no Chile e desse encontro extraiu-se o que ficou conhecido como um dos mais importantes documentos para a área da museologia. A chamada “Mesa-redonda de Santiago do Chile” levou em conta as especificidades culturais da América Latina, recuperando seu patrimônio cultural, sem dispersá-lo para fora deste âmbito geográfico, promovendo a acessibilidade às coleções museológicas e a modernização das técnicas de comunicação dos objetos com o seu público, permitindo identificar a eficácia de atuação dos museus junto às comunidades e levando em conta a formação e o aperfeiçoamento de pessoal para o trabalho nos museus.

É também salutar relembrar o encontro de profissionais da área museológica, que traduz os preceitos da museologia e que deveria ser leitura obrigatória para quem se preocupa com o tema: a Declaração de Quebec, datada de 1984. Nessa declaração, é possível reconhecer o nascimento da nova museologia como um conjunto de postulados que venha reforçar no mundo contemporâneo a interdisciplinaridade e a comunicação nos museus e que permita a integração das populações. Esses documentos constituem o que podemos chamar de embasamento do que deve ser uma política museológica.

No pós-64 e durante os anos 70 do século XX, as decisões relativas à área cultural no governo brasileiro estavam centralizadas no Ministério da Educação e Cultura, e a cultura era vista como geradora de lucro, e não apenas como suporte ideológico governamental. Os assuntos ligados à cultura foram descentralizados em vários ministérios, pela necessidade de criação de programas ligados à educação, ao trabalho e ao desenvolvimento de pesquisas. Ilustra-se com as disciplinas, ministradas no ensino básico, de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Educação Moral e Cívica, do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), da formação de mão-de-obra para as áreas mecanizadas, do SNI (Serviço Nacional de Informação) e da Lei de Segurança Nacional, órgãos aos quais os planos culturais estiveram subordinados. Estas disciplinas obrigatórias de ensino, junto a EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros) no ensino superior, serviram por longa data como reforço a um ordenamento nacional de direita, de repressão. Contudo, a partir da abertura política, embora ainda tenham constado dos currículos escolares, serviram para momento de discussão da identidade brasileira e da importância de pensar novas formas de ação, planejamento e execução de projetos na área social. Começam a ser discutidas as temáticas de respeito ao outro, diversidade, controle familiar, que apontaram para uma tomada de consciência fundamental para os anos seguintes.

Para Ortiz (1985, p. 82) “isto significa que o Estado deve estimular a cultura como meio de integração, mas sob o controle do aparelho estatal”. Outros documentos importantes desse período, resultantes de debates, depoimentos e discussões de dirigentes e representantes de todos os estados da federação são o “Compromisso de Brasília”, de 1970, e o “Compromisso de Salvador”, de 1971. Neles está expressa a política cultural de preservação patrimonial.⁸⁰ Os referidos documentos trazem apontamentos sobre a proteção e valorização de bens culturais e naturais, a criação de cursos universitários especializados na proteção de bens culturais e a implantação de museus, arquivos e bibliotecas regionais. Interessante citar que nas propostas dos representantes do Rio Grande do Sul estava a inserção de programas culturais para formação do indivíduo, para sensibilização e estímulo a realizações criadoras na escola de ensino primário.

A despeito do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)⁸¹, Waldisa Rússio desenvolveu em 1977 o projeto Museu-Mobreal (Bruno, 2011, p. 267). Rússio coordenava a Assistência Técnica para Museus, afeta à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, e idealizou um projeto em que estudantes do Mobreal, pessoas de baixa escolaridade, visitavam museus a fim de criar o hábito da visita, inserir outros grupos e enriquecer vivências dentro

⁸⁰ Conforme os Anais do II Encontro de Governadores (Encontro dos Governadores, 1973).

⁸¹ Criado pelo governo brasileiro em 1967 o projeto visava a alfabetização de jovens e adultos visando a integração na sociedade e a redução das taxas de analfabetismo. Com a recessão econômica dos anos 1980 o projeto foi descontinuado pelo alto custo de manutenção.

do processo educativo. O projeto teve prosseguimento pelo seu caráter inovador no ano de 1977. Nota-se o interesse e a visão de Rússio no sentido de inserir o ensino e a vivência em museologia no ensino básico. Este formato de ensino conseguiu formar muitas pessoas e tinha como base a erradicação do analfabetismo brasileiro, ainda existente. A intenção de trabalhar com alunos do Mobral conjugava dois aspectos: as pessoas de baixa escolaridade já estavam reunidas em grupo e poderiam ter acesso ao universo do outro, ou seja acesso a espaços que dificilmente teriam.

Nos anos 80 do século XX foram abertos inúmeros museus. Período em que aflorava uma renovação no conceito do que é ser brasileiro: o retorno da intelectualidade, a valorização do Brasil, os anos de abertura.

É possível identificar os fatores acima citados como uma globalização do fenômeno museu. Embora Santos (2004, p. 68) afirme que “[...] os museus, entre as instituições culturais contemporâneas, foram aqueles que melhor se adaptaram ao mundo atual”, verifica-se que os museus são criados, mas não são cuidados, ou seja, há uma política para que tenham condições de se manterem, mas não há verbas suficientes e nem diligência de acompanhamento e de cumprimento de objetivos e metas. Como na maior parte das vezes os museus pertencem ao poder público, não são fechados somente porque lá se depositam antigos funcionários públicos muitas vezes ditos ‘problemáticos’ ou em final de carreira. Noutras oportunidades, deixam os museus fechados como depósitos de objetos que se deterioram e encaminham à falta de manutenção e descuido com os acervos. Há boas propostas, bons museus e coleções interessantes a preservar. Contudo, a manutenção dessas boas ideias não tem se tornado possível nos últimos tempos, devido à carência de recursos e investimentos na pesquisa científica museológica.

Este é o período de Aloísio Magalhães, *designer* que esteve à frente da revitalização do SPHAN/Pró-Memória, no período de 1979 a 1983 e que, de alguma forma, deu continuidade àquela política cultural implementada por Mário de Andrade no Estado Novo.

Ribeiro (2005, p. 51) ressalta que Mário de Andrade definiu as instituições museológicas como ‘agências educativas’, defendendo a ideia de que “os museus municipais deveriam ter seus acervos selecionados pelo valor que representavam para a comunidade local, que participaria do processo de seleção”. Aloísio Magalhães viria a retomar este enfoque quando de sua gestão no final dos anos 70 e início dos 80 do século XX. Estas ideias, eram consideradas avançadas para a época, é o que se pensa atualmente dentro dos preceitos da museologia contemporânea. Os conceitos de Mário de Andrade, conforme Ribeiro (2005), já mencionavam os conceitos de patrimônio material e imaterial. O

Decreto-Legislativo 22, de 08 de março de 2006, regulamentou o patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Esta retomada, com renovação e transformação, buscou conhecer a heterogeneidade cultural brasileira através da valorização e da criação de novas instituições, como o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). Para Regina Abreu (2004), a visão do grupo que auxiliou Aloísio Magalhães na sua gestão era a de inclusão de diferentes culturas, que deveriam ter seus patrimônios representados, diferentemente de 1937, quando somente os testemunhos de ‘pedra e cal’, ou seja, as construções arquitetônicas eram os que tinham valor histórico e artístico.

Segundo Thaís Fraga (2004), o Programa Nacional de Museus foi criado em 1982, no âmbito da Secretaria de Cultura do MEC, e operacionalizado pela Fundação Pró-Memória, por meio de uma coordenadoria nacional cujo objetivo era abranger temas ligados à museologia, à museografia, à pesquisa e à documentação, além de atividades educacionais, comunicação e finanças.

Este programa reforçou a necessidade de criação de uma política específica para a área dos museus.

“Quando ocorreu a recomposição da vertente cultural do MEC, em decorrência da nova política cultural preconizada por Aloísio Magalhães, os museus nacionais passaram para a Fundação Nacional Pró-Memória e Magalhães discutia com os diretores qual seria a melhor maneira de administrar os mesmos. Isto seria o embrião do futuro Sistema Nacional de Museus.” (Fraga, 2004, p. 46).

O Ministério da Cultura, desde a sua criação, em 1985, faz das leis de incentivo (primeiramente a Lei Sarney e depois a Lei Rouanet), sua principal política de financiamento à cultura. Entretanto, muitas vezes estas leis beneficiam somente grandes empresas, corroborando ações que deixam a desejar, pois acabam por concentrar nas mãos de poucas instituições privadas eventos de grande porte que não representam a cultura brasileira⁸². De qualquer forma, para espaços culturais ou instituições que patrocinam a realização de projetos, mas não possuem acervo, isto pode ser uma oportunidade de acesso dos cidadãos. Temos visto que qualidade dos projetos está melhorando, bem como o formato de análise e aprovação, que tem sido mais transparente e inclusiva.

As leis de incentivo à cultura foram criadas para estimular a iniciativa privada a investir e, na década de 1990, quando o governo federal fechava alguns de seus principais equipamentos e reduzia seu orçamento, faziam com que a cultura fosse financiada com dinheiro público na esfera privada. (Faria, 2003). Foi o período do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando o SPHAN passou a denominar-se IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Ocorreram várias demissões de técnicos e profissionais e o trabalho

⁸² A esse respeito, ver artigo de Marta Porto (2004).

de preservação foi mantido com grandes dificuldades. Segundo Lamounier e Figueiredo (2002, p. 632) “[...] o governo Collor promoveu verdadeiro desmonte das instituições culturais. Seu primeiro ato foi extinguir todo o equipamento cultural existente – dentre eles, o Ministério da Cultura e a lei Sarney”.

No período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), prevaleceu a ideia implantada pelo Ministro da Cultura do governo Collor, Sérgio Rouanet, de que governo e mercado devem trabalhar em conjunto, o que foi a tônica da política cultural nos anos FHC. Na área museológica, o programa Museu, Memória e Futuro visava recuperar os museus brasileiros.

As políticas governamentais de regulação e apoio para a área cultural e, mais especificamente, para a área da museologia, começam, então, a dar frutos. Historicamente, vê-se as teorias modernizarem-se, a cultura e a sociedade transformarem-se, mas os museus, principalmente aqueles pertencentes à esfera pública, não acompanharam tal desenvolvimento. A deficiência de formulação e de aplicabilidade de políticas públicas adequadas colocam as instituições museológicas em crise. A sociedade percebe as carências quando entra no museu e, muitas vezes, vê exposições em vitrinas onde há falta de manutenção, legendas de indicação do acervo mal feitas ou inexistentes, despreparo de monitores para atendimento ao público e mais um número expressivo de detalhes que ainda não são suficientemente estudados. Há um distanciamento grande entre estas instituições e seus públicos, demonstrada no capítulo 4 como resultado das pesquisas com o público.

O poder público sozinho não pode solucionar todos os problemas nacionais, precisando de parceria com as empresas. São as empresas privadas que ultimamente vêm suprimindo, em parte, estas lacunas deixadas pelo Estado na área de investimentos culturais.

Para Garcia Canclini:

“Enquanto o patrimônio tradicional continua sendo responsabilidade dos estados, a promoção da cultura moderna é cada vez mais tarefa de empresas e órgãos privados. [...] Enquanto os governos pensam sua política em termos de proteção e preservação do patrimônio histórico, as iniciativas inovadoras ficam nas mãos da sociedade civil, especialmente daqueles que dispõem de poder econômico para financiar arriscando. Uns e outros buscam na arte dois tipos de crédito simbólico: os Estados, legitimidade e consenso ao aparecer como representantes da história nacional; as empresas obter lucro e construir através de cultura de ponta, renovadora, uma imagem não interessada da sua expansão econômica.” (Canclini, 1997, p. 89)

É neste âmbito que o papel do Estado precisa ser mais incisivo. Há ainda falhas expressivas na área de políticas culturais. Principalmente na avaliação e acompanhamento da aplicação de políticas que o Estado precisa agir com mais contundência. A parceria entre Estado e iniciativa privada tem sido cada vez mais utilizada como instrumento de gestão, apresentando, na maior parte das vezes, resultados positivo. Não se trata de isentar a

função do Estado enquanto gestor, esta instância deve estar a frente, mas de qualificar e apoiar iniciativas, de modo especial no setor econômico, que possam beneficiar os museus. Resta realizar com mais rigor o acompanhamento, controle, assiduidade das ações e projetos, a fim de dar continuidade aos processos que venham, quiçá, alterar a situação de desamparo em que se encontram atualmente, muitos museus públicos que guardam e perpetuam nossa memória.

Segundo Lia Calabre⁸³:

“A radiografia da situação da cultura ligada ao desenvolvimento e à economia no Brasil é a de que hoje há desigualdade e o fundamental é praticar a distribuição. Ela sublinhou a importância de unir projetos culturais a projetos sociais e disse que boas políticas públicas em cultura geram desenvolvimento e fomentam a expansão da liberdade de escolha nas comunidades”. (Calabre, 2011, p. 32)

Nos período eleitorais – no próximo ano ocorrem eleições gerais⁸⁴ no Brasil –, são raros os candidatos que tecem comentários ou expõem suas ideias sobre o assunto políticas públicas culturais e, quando abordam, são informações insuficientes.

A identificação de uma agenda para debates políticos sobre política cultural no Brasil não é clara e nem se traduz na importância que é dada ao assunto, tanto do lado governamental quanto da população.

Trata-se de fazer uma ação afirmativa⁸⁵ em nome da definição de mais políticas sobre o assunto, na medida em que outros âmbitos da convivência cidadã em uma nação, que neste momento está inserindo-se no rol dos países ricos e em franco desenvolvimento, precisam de mais atenção do que a cultura. Mas, com certeza, em anos anteriores isto já foi menos preocupante às autoridades.

Existente desde 2009, a Secretaria de Políticas Culturais no Brasil⁸⁶, regida pelo Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, tem como competências: coordenar e subsidiar a formulação, a implementação, o desenvolvimento e a avaliação das políticas públicas do Ministério da Cultura; apoiar, coordenar, subsidiar e acompanhar a elaboração, a implementação e a avaliação do Plano Nacional de Cultura; coordenar os programas, ações e estudos relativos ao desenvolvimento das atividades econômicas da cultura, informações, pesquisas e estatísticas das políticas culturais, bem como propor medidas de

⁸³ Historiadora carioca e pesquisadora-chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa que esteve presente no Seminário sobre Políticas Públicas realizado em 06/07/2011 na Casa de Cultura Mario Quintana em Porto Alegre.

⁸⁴ Eleições para Presidente, Senadores, Deputados Federais e Estaduais e Governadores foram realizadas em outubro de 2010, com mandatos iniciados em 2011 e término em 2014.

⁸⁵ Ações afirmativas são medidas tomadas pelo estado visando eliminar desigualdades. Para maiores informações ver: Lobato, F., & Santos, R. E. (Coord.). (2003). Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A.

⁸⁶ <http://www.cultura.gov.br/site/sobre/secretarias/secretaria-de-politicas-culturais>. Acesso em 04/10/2010.

regulamentação da legislação cultural; planejar, coordenar e avaliar políticas orientadas à economia da cultura; dentre outras ações.

Há uma gama de pressupostos que a secretaria acima citada poderia cumprir com mais rigor, inclusive atuando conjuntamente com o IBRAM e com a Política Nacional de Museus (PNM), união que parece ser ainda lenta para a implementação, até mesmo em razão da juventude destas instituições. A formatação interna da Secretaria e do Instituto propiciam a comunhão em muitos itens de seus decretos de criação e, entendo que isto poderia ser utilizado em favor das organizações (museus, espaços culturais, para falar aqui somente do nosso objeto de estudo) que necessitam de apoio para avançarem.

Na minha visão, é mais fácil entender que as políticas culturais ficam em segundo plano e se desenvolvem conforme as nações desenvolvem-se. Ou seja, quando existe um entendimento mais amplo do que significam políticas de cultura, se investe nelas e a reboque do desenvolvimento em outros setores, há mais condições de olhar com lentes apropriadas para a área cultural.

Para Mario Brockmann Machado (1984):

“Essas políticas são implementadas por órgãos os mais variados, que mantêm poucas relações entre si. Nem todos os órgãos federais que atuam na área, por exemplo, estão no Ministério da Educação e Cultura, e nem todos os órgãos culturais desse Ministério estão em sua Secretaria da Cultura.” (Machado, 1984)

Apesar de ter sido escrito há muito tempo atrás, a afirmação está atualizada, uma vez que em termos de políticas culturais a situação não está muito diferente hoje ao iniciarmos a segunda década do século XXI. Muitas vezes secretarias semelhantes são criadas em ministérios diferentes e não realizam ações somadas para atingir metas comuns.

Chamam a atenção alguns aspectos que esete estudo tem discutido e, ainda me parece, não estão na pauta das discussões de governos. Machado (1984) cita:

“ 7. Como convencer os órgãos públicos de fiscalização financeira que as pequenas e modestas instituições culturais, geralmente localizadas na periferia urbana e no interior, não têm condições de manter mecanismos contábeis adequados para atender as inúmeras exigências dos complicados processos de prestação de contas de recursos financeiros recebidos para apoiar suas programações? Estabelecendo ritos sumários com base no valor do projeto? De qualquer forma, como agilizar os mecanismos operacionais de apoio financeiro a atividades culturais em geral?

16. Finalmente, como organizar procedimentos sistemáticos de avaliação dos resultados concretos da política cultural? Como medir os custos (diretos e indiretos) e os benefícios (diretos e indiretos, reais e simbólicos, a curto e longo prazo) da política cultural? E como fazer para que os resultados dessas avaliações sejam efetivamente incorporados ao processo decisório de novas políticas, impedindo assim que se transformem em relatórios técnicos cuidadosamente guardados nas prateleiras de um arquivo morto?” (Machado, 1984, p. 16 -18)

São questões que também são preocupação desta tese, a respeito de que forma a política é revista e avaliada posteriormente à sua implantação. É muito possível que os cidadãos brasileiros sequer dêem-se conta de quais são as políticas que o governo determina para a área da cultura, é muito possível que o povo⁸⁷ não entenda até onde numa democracia, o acesso aos bens culturais é atribuição do estado⁸⁸. E também é muito possível que promover este acesso não devesse ser atribuição exclusiva do estado. Dados da pesquisa junto ao grande público apresentadas no próximo capítulo apontam para esta situação.

Laura Maccioni (2002) pesquisou sobre a valorização da democracia e as políticas culturais no contexto da década de 1980 ao sul do continente sulamericano, estudo importante pela análise que viemos desenvolvendo e especialmente sobre as inter-relações entre Brasil e Chile no contexto da Mesa-redonda de 1972, apesar de compreendermos que as discussões se deram entre representantes de um conjunto mais amplo de países participantes. Uma política para a área dos museus deve contemplar também uma avaliação e uma participação popular mais ativa.

3.4. POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS NA ATUALIDADE

Segundo números do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) existem mais de 3.000 museus no Brasil (Política Nacional de Museus - Relatório de Gestão 2003-2010). Dados atualizados apontam para 3025 museus (Museus em Números, 2010).

Para dar conta do volume de instituições e atividades que estes museus promovem é que foi desenhada a atual Política Nacional de Museus, em maio de 2003.

A instauração desta política não se deu sem discussões e atendimento a algumas demandas de muito tempo. Aspiração acalentada por gerações que não viam, desde 1986, um olhar Estatal sobre a preservação da memória. Após os anos 1990 as ações estavam em compasso de espera.

Conforme destaque de José do Nascimento Júnior, no jornal Folha de São Paulo:

“A história da política cultural brasileira pode ser dividida em quatro ciclos bem definidos, marcados por iniciativas diversas de criação de uma imagem de nação, tendo o governo como indutor de ações culturais: na chegada da família real, no reinado de Dom Pedro 2º, no período getulista e na ditadura militar. Em termos de construção da política cultural do país, estamos agora no quinto ciclo, que, diferentemente dos momentos anteriores, tem na democracia a sua gênese. A

⁸⁷ Povo usado no sentido de grupo de indivíduos que formam uma nação ou vivem numa mesma região. In: Houaiss, A. (2008). Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, p.595.

⁸⁸ Usa-se o conceito de estado como referência ao poder político organizado, como utilizado pela primeira vez por Maquiavel, apesar de ter claro que o estado moderno apresenta diferenciações advindas do Capitalismo.

atitude democrática se reflete na elaboração do Plano Nacional de Cultura e na implantação do Sistema Nacional de Cultura, que articularão os setores do governo e da sociedade civil em uma nova prática de gestão da cultura, constituindo um modelo público republicano, em contraposição à velha dicotomia do estatal versus privado. O conjunto das políticas públicas de cultura tem sido percebido como fator de desenvolvimento econômico e de inclusão social, o que implica o reconhecimento da cultura como área estratégica para o desenvolvimento do país." "O debate deve avançar para uma reflexão acerca do papel do estado, o qual, mantendo-se isento do 'dirigismo' e da interferência no processo criativo, deve assumir plenamente seu papel no planejamento e no fomento da produção da cultura, na preservação e valorização do patrimônio cultural do país e na estruturação da economia da cultura, considerando sempre em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural." (Nascimento Júnior, 2006).

A Política Nacional de Museus visa articular mudanças e implementar políticas públicas democráticas de modernização, ampliação, fomento e incremento aos museus. Segundo a publicação "Relatório de Gestão 2003 – 2006", esta política repercute bem. Os resultados são positivos e as ações têm demonstrado seriedade. Vem suprir um período de descontinuidades para a área da cultura e dos museus especialmente.

"É preciso reconhecer que havia muita demanda represada, um anelo antigo de atores sociais e instituições museais interessados na elaboração e na implantação de uma política museológica para o Brasil – não de uma política qualquer, mas de uma política qualificada, democrática, participativa e cidadã, construída com o trabalho, a energia e a vitalidade de muitos. Esta conjugação de vetores resultou num clima bastante favorável." (Política Nacional de Museus, 2006, p. 21).

Os comentários da citação acima, remetem às entrevistas e vivências do período final dos anos 1980 do século XX no Rio Grande do Sul. Teniza Spinelli e Véra Barroso não economizaram palavras para descrever e destacar a energia positiva e o interesse de beber águas da democracia, que há muito deixavam os cidadãos não serem cidadãos plenos, não exercerem seus direitos mínimos e não usufruírem de momentos profícuos de discussão em grupos de mesmo interesse: melhorias para os museus.

Dos museus cadastrados no Sistema Brasileiro de Museus, 67,2% são públicos e a maioria deles, municipais. Nessa esfera, temos visto ao longo dos anos poucas melhorias em poucos museus. Existem possibilidades de captação de recursos públicos em museus ligados a universidades ou a instituições com condições de contratar profissionais para elaboração de projetos, recursos estes que podem ser aplicados em compras de equipamentos, mobiliários, etc. Entretanto, tais instituições não incentivam a realização de investimentos em melhorias de caráter filosófico, de valores e de missão da instituição, enfim, em planejamento, organização, acompanhamento e avaliação.

Na esfera privada, os museus não têm o privilégio de estarem em melhores condições. Talvez porque não sejam criados como museus, mas como centros culturais, apoiados por instituições de financiamento e geridas por administradores e pessoas das

mais diversas áreas do conhecimento, muitas vezes capacitadas em centros de formação fora do Brasil. Os centros culturais são instituições que trazem em sua concepção um caráter mais amplo em termos de atividades do que as de um museu. Um centro cultural poderá ou não abrigar um museu, mas é a diversidade de programações e áreas de ação que os diferenciam. O museu não visa lucro e permanece com sua visão de ser o guardião dos testemunhos de uma comunidade. Para Chagas:

“[...] Falta clareza – para não dizer que falta nexo – às propostas de transformação de museus em centros culturais. [...] apenas percebendo que existem diferentes tipos de centros culturais válidos e que a conceituação de centro cultural depende inteiramente da conceituação de cultura adotada, poderemos navegar neste mar tempestuoso com alguma segurança.” (Chagas, 1996, p.4)

Os preceitos museológicos aparecem, buscando a renovação museal, o museu integral, transformador, dinâmico e que ainda carece da colaboração política para operacionalizar sua missão. O Estado ainda evidencia sua fragilidade em relação às políticas culturais.

Seguindo na mesma direção, as ideias de Falcão (1985, p. 13) reforçam as nossas perspectivas “como qualquer política pública, política cultural é um conjunto articulado e fundamentado de decisões, projetos, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado”. Mas este conjunto articulado apontado ainda não atingiu as políticas públicas para os museus brasileiros. As políticas vêm sendo propostas, implementadas, mas parte de sua aplicabilidade ainda está aquém das expectativas da população. Para Judite Primo:

“As ações de política pública no domínio da cultura que contemplam, hoje, noções de preservação e proteção das referências culturais implicam, progressivamente, a aceitação da cultura como: elemento gerador de projetos, de novas ações e de empregos; elemento que potencia o entendimento do presente; bem de mérito; veículo de coesão; instrumento para o exercício pleno da cidadania; fator de competitividade; e fator de afirmação das comunidades no exterior (construção e reafirmação de identidades).” (Primo, 2006, p.90)

As políticas públicas para a museologia também necessitam de um diálogo maior com a sociedade. Os museus continuam enfrentando problemas de gestão, de recursos, escassez de profissionais com formação apropriada, falta de sistemas de avaliação e diligenciamento de suas práticas de pesquisas sobre debates recentes. Enfim, necessitam de melhorias de toda ordem.

Também discutindo um sistema público de cultura, Faria, enfatiza:

As políticas públicas de cultura devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre os valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas, enfim, caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações. (Faria, 2003, p. 35).

Na área dos museus, Botelho (2001) aborda que muitas vezes, dependendo do financiador dos projetos, acabam-se realizando grandes exposições em detrimento de melhorias que deveriam ser realizadas nos setores de acervos, pesquisa, conservação, com o exclusivo intuito de atender aos interesses dos patrocinadores que aliam suas marcas ao projeto e querem que ela tenha uma visibilidade admirável. Os incentivos fiscais acabam sendo os principais recursos de que dispõe a área cultural para realizar seus planejamentos, enquanto que o orçamento público nesta área não tem aumentado e nem sempre existe.

Isto me faz reforçar a questão dos museus privados. Para examinar apenas o Rio Grande do Sul, destaca-se a Fundação Iberê Camargo e o Santander Cultural (onde exerço minhas atividades profissionais). Ambos são instituições voltadas à arte, oferecendo ao público uma gama de atividades para além das exposições visuais. O investimento é feito, na maior parte das vezes, por lei de incentivo fiscal e reforça o preparo de profissionais, credenciando com mais propriedade aos museus privados a recepção de recursos para atividades, que poderiam, em determinadas oportunidades, ser canalizados para a manutenção de acervos e não somente de programação, já que ambas as organizações mantêm seu patrimônio nas unidades. De outra parte, a política museológica não dá conta de acompanhar estas diferenças que se dão nas esferas pública e privada, já que concorrem em mesmo nível na obtenção de recursos com instituições de menor porte e localização urbana desprivilegiada.

Dentre algumas das metas atingidas pela PNM: a realização de concurso público para diversos cargos na área da cultura, a publicação de editais “Modernização de Museus” e “Mais museus” e a aplicação do cadastro nacional de museus. No Rio Grande do Sul, várias instituições foram contempladas com verbas provenientes de editais, o que identifica a capacidade dos profissionais em formatar os projetos. Os museus sulriograndenses ficaram com 12% da distribuição dos recursos, aspecto que será abordado no capítulo 4 com a análise de dados sobre pesquisa. Em outra visão o Paraná não teve a mesma quantidade de participantes, ainda é acanhada a formatação de projetos e, mais, a contemplação das instituições com as verbas solicitadas.

“É palavra do próprio Ministério da Cultura ao publicar em seus relatórios que ‘Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais’”. (Política Nacional de Museus, Relatório de Gestão 2003/2010, p. 25)

A política ora vigente no Brasil não é uma política sistêmica tal qual Luhmann aponta em seus estudos, já que ao retratar a importância de movimento social deixa de fora o caráter de atendimento ao que a categoria museológica anseia, mais focado em

necessidades de investimento de toda a ordem e que deveria ser ouvida pela ‘irritação’ que o entorno faz ao sistema museológico.

Com princípios que visam: democratizar o acesso aos bens culturais, valorizar o patrimônio cultural, desenvolver práticas de ação e políticas orientadas, incentivar programas e ações de preservação, documentação, de atendimento à diversidade e à inclusão, a atual Política Nacional de Museus vem realizando um trabalho que ainda carece de trocas com os sistemas estaduais, que deveriam ter uma atuação de maior proximidade na prática, embora em tese isto seja demonstrado:

“Da mesma forma que a construção do texto que fundamenta a Política Nacional de Museus foi resultado de uma ação democrática e participativa, sua implementação também foi sendo conduzida pelos mesmos princípios. A Política Nacional de Museus foi sendo disseminada por todo o território nacional e vem, de forma sistemática, se enraizando na vida cultural brasileira. Sua capilaridade é notável: em todas as unidades federativas existem agentes sintonizados e comprometidos com o seu desenvolvimento.” (Política Nacional de Museus, Relatório de Gestão 2003/2010, p.27)

O trabalho conjunto não deveria partir e ser controlado somente pelo governo federal, mas atuar em constante troca com os órgãos estaduais idealizadores e propositores de políticas para museus, o que faria a cadeia operatória da museologia ir e vir e, neste movimento, ampliar, atualizar e dinamizar a política, atendendo ao que é proposto.

Um dos primeiros resultados da criação da Política Nacional de Museus foi a criação, em 2003, do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) afeto ao IPHAN, que fortaleceu os museus do Ministério da Cultura, que há muito mereciam um olhar mais profissional e de ajustes em toda a sua estrutura. “A singularidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia eram motivos suficientes para a criação do DEMU” (Política Nacional de Museus, Relatório de Gestão 2003/2010, p. 28 e 29).

Estes museus tiveram um impulso expressivo a partir da reorganização de um sistema, principalmente em âmbito interno. Necessário é reconhecer que ao iniciar uma política, primeiro se organiza a casa, ou seja, os museus que são da tutela federal, já que o programa é de Estado, a fim de que estes sirvam de exemplo e base para multiplicar as ações em todo o país.

A retomada de uma organização sistêmica na área, representando, de certa forma, uma revitalização, deu-se, em nível nacional, com a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), pelo Decreto nº 5264 de 2004. O Comitê Gestor do SBM⁸⁹, grupo formado por representantes de instituições envolvidas na discussão da museologia enquanto campo de conhecimento e permanência de atuação, propõe diretrizes e ações, apoiando e

⁸⁹ Como Diretora Secretária do ICOM, exercendo o cargo em duas gestões, fez parte do Comitê Gestor em 2006.

acompanhando o desenvolvimento do setor museológico brasileiro, propondo-se a democratizar a discussão.

O trabalho implementado no Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, no período 1999/2003, foi importante nesta retomada. Foi destacado anteriormente, ao abordar a criação do Sistema de Museus do Rio Grande do Sul, a importância desta região para a retomada da organização em rede.

Este SBM, juntamente com o recém-criado Sistema Nacional de Cultura, faz parte da política governamental vigente e vem atuando conforme suas diretrizes de ampliação e modernização de museus, dando reforço e organicidade a essa área de preservação museal. Portanto, de fato, vinte e sete anos depois da criação do Sistema Nacional de Museus, existe um órgão sistematizador de políticas museológicas. A instituição também preconiza estar em movimento e construção, buscando uma museologia alinhada com o contemporâneo, com a sociomuseologia e que mantenha uma posição crítica e peculiar em relação aos novos pensares e fazeres da museologia.

A razão da existência do comitê gestor, apesar de seus esforços democráticos de discussão, não é representativa, já que ainda não é de ampla discussão com a cidadania, muito embora seja uma troca de informação que pode vir a ser um instrumento mais amplo.

Entende-se que isso esteja sendo reconhecido pelo SBM, já que o Relatório de Gestão aponta:

“O sucesso da Política Nacional de Museus aumentou a responsabilidade do Ibram e do Ministério da Cultura. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura tem sido a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que tem produzido um ambiente de desconfiança e descrença. Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Essa preservação, em certo sentido, depende mais da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais envolvidos com o seu processo de construção do que dos aparelhos públicos – estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização.” (Política Nacional de Museus, Relatório de Gestão 2003/2010, p. 34)

Dentro dessa política nacional, para ser reconhecido como museu, cada instituição deve aderir ao Sistema Brasileiro e cadastrar-se através do Cadastro Nacional de Museus (CNM), que preconiza a existência de trabalho permanente em patrimônio cultural, a disponibilização de acervos e exposições ao público, a preservação dos mesmos e as possibilidades de comunicação e manutenção de programas educativos e de inclusão.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), busca a construção de conhecimento, a articulação e intercâmbio institucional, a democratização do acesso à memória e o provimento de recursos. Responsável por conduzir as políticas públicas e colocar em prática ações de fomento, discussão e democratização, atua no

desenvolvimento de editais, realização de fóruns, difusão de informações, cadastro e lançamento de editais. O IBRAM inaugurou para os museus a possibilidade de ter uma autarquia com autonomia administrativa e financeira que possa servir de gestor de uma política em implementação.

O Estatuto de Museus instituído pela Lei 11.904 de 2009 serve de regulação para a criação e funcionamento de museus e quiçá virá a ser um formato de avaliação eficiente para tantos espaços de memória que surgem e se dissolvem no Brasil, já que determina a obrigatoriedade de elaboração e implementação de um plano museológico para cada instituição. É premissa fundamental e institucional por que

“O estatuto mostra a face mais importante da política de museus: a democratização do espaço não apenas para o público, mas para a chegada do financiamento a todas as unidades museais, pois inclui museus de todos os portes, os comunitários e os ecomuseus.” (Política Nacional de Museus, Relatório de Gestão 2003/2010, p. 32)

A efetivação do II Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Ouro Preto (MG), no mês de agosto de 2006, foi uma ação de integração e articulação da área museológica. Este encontro realizado pelo SBM em conjunto com COFEM, ICOM e ABM teve como objetivo delinear diretrizes para o próximo governo com relação às políticas públicas para a área museológica. Desse Fórum foi extraída a ‘Carta de Ouro Preto’, que pede a continuidade de ações que reconheçam os museus como instituições decisivas “na inclusão social, na criação artística e científica, na preservação do patrimônio, na formação da identidade e na promoção do direito à cultura”.⁹⁰

Depois deste, mais três fóruns foram realizados nos anos pares, buscando a discussão permanente com a categoria museológica, o que deveria também ser realizado nos Fóruns Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul, que acabaram por perder seu caráter participativo para se tornar espaço de formação. No IV Fórum Nacional de Museus, realizado em Brasília, aconteceu o momento de construção do Plano Nacional Setorial de Museus, através da Lei 12343/2010 de 03/12/2010. No Paraná, alguns fóruns de discussão foram realizados ao longo destes anos, embora sem a permanência e recorrência necessárias a este tipo de discussão.

Em termos de investimento, segundo dados do Relatório de Gestão (2003/2010) da Política Nacional de Museus, foram aplicados neste período o montante de R\$119 milhões, quase quatro vezes o total aplicado em museus no Brasil desde 2002. Este investimento deu-se na forma de editais e programas de incentivo.

⁹⁰ Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de abertura do 2º Fórum Nacional de Museus. Ouro Preto, Minas Gerais, 22 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>.

Os vários editais e premiações fazem também parte do programa de fomento desenvolvido pela PNM. Os editais são públicos, exceto para os museus vinculados ao IBRAM.

Destaca-se, dentro da atual Política Nacional de Museus, o Edital Modernização de Museus, sobre o qual desenvolvemos pesquisa junto aos museus do Paraná e do Rio Grande do Sul. Este edital visa aportar verba para a modernização de unidades museológicas, seja na aquisição de acervos, equipamentos e serviços, seja na adequação dos espaços museais, visando não somente a preservação patrimonial quanto à difusão, ampliação de acesso ao público e efetivação de ações de importância para as comunidades. Para além destas questões ainda existe a preocupação com a diversidade cultural, movimentação na economia local de forma criativa, levando ao desenvolvimento social.

Fazendo parte da política museológica nacional, há ainda o desenvolvimento da sistemática Pontos de Memória, que, em parceria com os programas Mais Cultura e Cultura Viva (do MINC) e do programa Nacional de Segurança e Cidadania (do Ministério da Justiça) e com a Organização dos Estados Ibero-americanos, apóia ações de memória que não estão nos museus.

Na perspectiva de construção da memória pela coletividade e através do diálogo, busca-se a valorização das tradições locais e transformação social. Hoje se consolidam doze pontos de memória situados em Belo Horizonte, Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Vitória e Porto Alegre.

Em Porto Alegre, o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, juntamente com o Memorial da Família Remião, foi fundado em 26 de março de 2006, objetivando narrar a história do bairro pelo olhar dos próprios moradores.

Conforme pesquisas do IBRAM, detalhando que apenas 20% dos municípios brasileiros possuíam museus no ano de 2008, foi criado o Programa Mais Museus, que dá apoio e incentivo à criação de unidades de preservação de memória em municípios que ainda não tenham museus. As cidades beneficiadas devem ter até 50 mil habitantes e o apoio consiste na aquisição de equipamentos e mobiliários, elaboração de projetos para realizar obras e serviços, criação e montagem de exposições, restauração de imóveis, elaboração de projetos museológicos ou museográficos e melhorias em imóveis.

As referências dos diversos autores mencionados coadunam-se e reforçam a perspectiva teórica desta pesquisa acerca de uma política museológica, uma vez que a criação das instituições de memória deveria ser repensada e a rede existente deveria ser revitalizada e renovada com o propósito último de garantir as condições mínimas para a sobrevivência das mesmas. Os museus, com insuficiências de todo o tipo, desde segurança básica até gestão de recursos, passando por infraestrutura, deveriam observar critérios

mínimos de organização, que induzissem à preservação e não a guarda pura e simples dos objetos, que se musealizasse testemunhos de todas as categorias sociais, que fosse garantida a dinamicidade de sua estrutura, além de representar e testemunhar a comunidade onde estão inseridos.

Para Nilson Moraes (2009):

“Multidões encheram os museus e o transformaram em uma instituição dotada de vida própria, o transformou em sucesso cultural, imagético e de público. O museu, em particular a partir de 1970, se transforma em parte do cotidiano da cidade, da indústria cultural e da cultura de massas. O museu se transforma em referência de desenvolvimento cultural. A relação mecânica entre museu e formação do Estado Nacional é rompida pelos movimentos culturais e sociais, pelos novos aportes tecnológicos e informacionais, pelos interesses de mercados e pela cultura transnacional.” (Moraes, 2009, p. 57)

Trata-se aqui de compreender, na esteira do pensamento de Moraes, que o museu, apesar de ainda não ter na sociedade o espaço desejado por quem trabalha em museologia, está vendo alterar-se sua função de simples guarda, como nos primórdios de sua trajetória. O museu é um espaço de compreensão, participação, reflexo, aproximação com a cidadania. Se o público ainda não o enxerga como tal, devemos persistir na busca de mais eficiência em nossa atuação enquanto política e atores da transformação.

Ao encerrar este capítulo fechamos o histórico iniciado no segundo capítulo abordando a política museológica brasileira, compreendendo diversos aspectos nos capítulos 2 e 3 que complementaram a cronologia.

No próximo capítulo, os dados coletados nos museus serão confrontados com as políticas propostas pelos sistemas de museus estaduais e federal e em consonância com a teoria sistêmica.

CAPÍTULO 4

MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL E DO PARANÁ SINTONIZADOS E SISTEMATIZADOS À POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS?

Neste capítulo apresenta-se primeiramente o resultado de pesquisas iniciais com o público em geral. Em seguida, é apresentado o produto das pesquisas realizadas com profissionais de museus selecionados em Porto Alegre e Curitiba e, por fim, os dados dos museus contemplados no programa Modernização de Museus do IBRAM (entre 2003 e 2010). Igualmente, estão incluídos nesta pesquisa o cruzamento dos dados resultantes das pesquisas nos museus contemplados com o edital dos respectivos anos e as atribuições dos três sistemas museológicos abordados neste estudo.

Com a finalidade de trazer uma contribuição para o estudo da museologia atual, é traçado um paralelo com os conceitos de Niklas Luhmann sobre sistema, e as análises comparativas entre os sistemas museológicos estudados.

4.1. ESTUDOS EXPLORATÓRIOS

Um estudo exploratório inicial serviu de base para a tomada de decisão de encaminhamento da pesquisa e para uma análise de dados consolidada a ser apresentada e comprovada ou não ao final desta tese.

Para Raymond Boudon:

“Caso lhe seja possível colher a informação que se ajuste ao uso que vai fazer, se a literatura existente não lhe fornece hipóteses suficientemente seguras, ou se teme não poder de saída formular corretamente seu instrumento de observação, procederá ao que geralmente se chama de *pesquisa-piloto*. Isto significa que procederá a um reconhecimento do terreno, procurando livrar-se de suas idéias preconcebidas, ou, como dizia Bacon, de suas pré-noções, de modo a fazer com que apareçam os fatores ou variáveis explicativas que está buscando.”⁹¹ (Boudon, 1989, p. 25)

Os pensamentos de Boudon serviram de subsídio, a fim de ter mais claramente definidas as sistemáticas de pesquisa e os atores com quem se poderia contar. De outra parte, como já havia investido neste objeto das políticas públicas na dissertação de mestrado, o que propiciou que o conhecimento acumulado como profissional da área, e mais os dados já manuseados pudessem servir de categoria de análise também para atingir o objetivo e levar adiante as hipóteses inicialmente formuladas. Destarte, destaca-se informações que, além de desconhecer, também trouxeram um alargamento de conceitos, principalmente do público de rua.

Parte desta primeira pesquisa foi realizada conjuntamente com a doutoranda no mesmo programa de Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de

⁹¹ Grifo nosso.

Humanidades e Tecnologias (ULHT), Vera Rangel, notadamente por fins econômicos e de local de realização da pesquisa. A aplicação de questionários e processamento das informações foi realizada pela socióloga Márcia Barboza.

Neste estudo inicial – ou piloto, como denomina Boudon – foi desenvolvido um modelo de questionário, tendo como sujeitos, o grande público. Uma parte da pesquisa foi realizada de forma eletrônica, através de e-mail, para contatos selecionados dentre o círculo de amizades das doutorandas, razão pela qual, muitas pessoas são trabalhadores, estudiosos ou envolvidos de alguma forma com a área museal e, outra, abrangendo um público mais diversificado, escolhido aleatoriamente dentre as pessoas que circulam em frente aos museus de calçada selecionados para a realização desta primeira coleta de dados: Museu Júlio de Castilhos, Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS), Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Museu do Trabalho. Esta coleta inicial foi realizada somente em Porto Alegre.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 25/08/2010 e 09/09/2010. Foi empregada, numa primeira abordagem, o mesmo instrumento de coleta de dados (conforme apêndice 1), num período de dois dias inteiros.

A amostra totaliza 140 questionários. Via e-mail (42,9%) perfaz 60 entrevistas, as demais 80 entrevistas foram realizadas em vias públicas (57,1%), no Centro Histórico de Porto Alegre, no entorno dos museus citados.

Foram 125 pessoas (89,9%) residentes em Porto Alegre e, as demais são: 14 moradores de localidades como: Brasília, Florianópolis, Canoas, Venâncio Aires, Dom Pedrito, Pelotas, Viamão, Santa Cruz do Sul, dentre outras.

Quadro 4 - Amostra de público

Público	Nº	%
Contatos de e-mail	60	42,9
Julio de Castilhos	34	24,3
Hipólito José da Costa	23	16,4
Museu do Trabalho	17	12,1
MARGS	06	4,3
Total	140	100,0

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

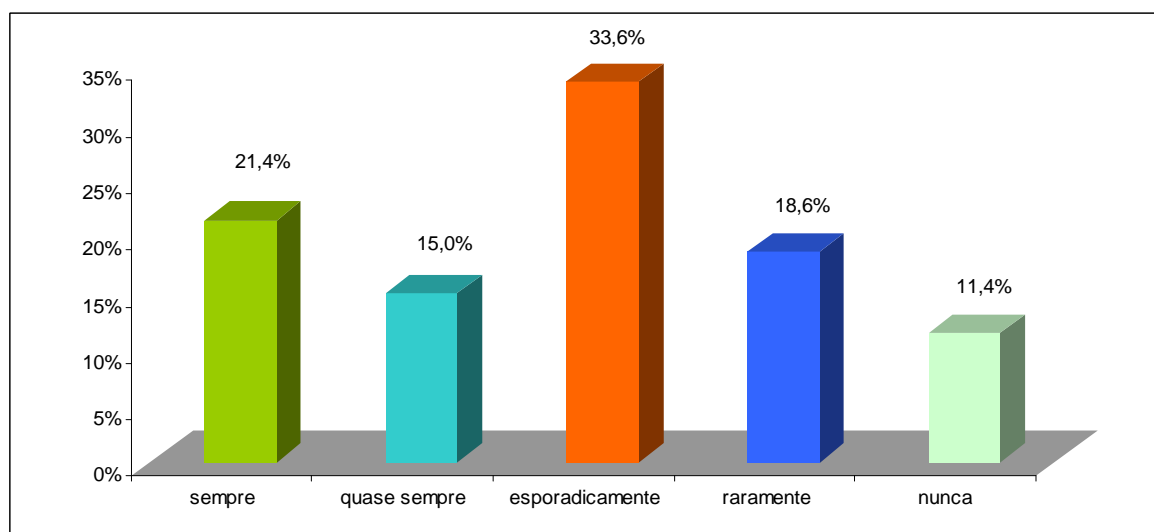
A expectativa era observar que público transita em frente a esses museus (tendo ou não entrado neles) e o que pensa sobre essas organizações, suas atividades, as políticas públicas e a comunicação. O objetivo desta pesquisa é conhecer o público que frequenta ou não os museus, seu perfil, seus hábitos, interesses, motivação, avaliações dos museus que

conhecem, e que ideias fazem do museu de forma geral, além dos efeitos das políticas públicas para a área. Extraímos os seguintes resultados preliminares, coadunados ao nosso objetivo:

- A maioria do público é feminino.
- Dos hábitos de lazer mais valorizados estão, por ordem: viajar, ir ao cinema e, depois, visitar museus.
- Mais da metade indica que visitaram museus nos últimos seis meses.
- Preferem museus de tipologia histórica aos de artes visuais, ciências e temáticos.
- O meio pelo qual se informam sobre os museus aponta para a recomendação de amigos e familiares em primeiro lugar, e a internet ou o passar em frente às organizações, neste grau de importância.
- Entendem que a falta de tempo e a falta de hábito (nesta ordem) são os motivos que dificultam a visita do público aos museus.
- No item em que foi arguido o que pensam sobre as ações e funções museais (exposição, sinalização, conforto, conservação, limpeza, iluminação, segurança, informações, acolhimento, acesso e horário de funcionamento), avaliam como bons todos os quesitos.
- Na definição do termo museu, o que aparece com mais frequência é lugar, local de cultura, de conhecimento, de informação.
- Aprovam a cobrança de ingressos para visitação (mais de 80%).
- Uma esmagadora maioria (mais de 90%) entende que o governo deveria investir mais em museus, e as sugestões para melhorias traduzem-se, em primeiro lugar, para uma maior divulgação destas instituições, em segundo, para contratação de pessoal realmente qualificado, em terceiro, acham que se deveriam levar as exposições para as comunidades, saindo dos espaços tradicionais para locais populares.

Os entrevistados consideram o museu como lazer, algo que não era presente até pouco tempo atrás nos discursos do público, apesar de apontarem que, primeiramente, buscam no museu informação e, depois, entretenimento. Isto é interessante sob o ponto de vista de que os entrevistados pouco visitam os museus.

Os gráficos e quadros comprovam:

Gráfico 1 - Você costuma ir aos museus com que frequência?

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Na definição do termo museu, conforme segue nesta e na próxima página, destaca-se a qualidade das respostas, já que atualmente o museu também é entendido como um espaço de informação, diametralmente oposto ao 'gabinete de curiosidades'.

Quadro 5 – Definição de museu pelo termo CULTURA

CULTURA	Nº	%
Lugar/local ou espaço de cultura	09	20,9
Lugar/local de conhecimento, informação, cultura e lazer	07	16,3
Um lugar que informa e incentiva arte, cultura, história.	06	14,0
Um lugar de cultura, de prazer, de entretenimento.	05	11,6
Resgate cultural e preservação	02	4,7
Lugar de lazer, informação, cultura e preservação de identidade	01	2,3
Instituição que fornece a população um conjunto de bens culturais.	01	2,3
Local onde existem objetos preservados que contam a historia de povos, cidades, culturas, etc.	01	2,3
Um lugar onde se conhece um pouco da história do país, da cultura, de um povo ou pessoa.	01	2,3
Um espaço para encontros, reflexão, atualização e inspiração cultural.	01	2,3
Instituição que conserva e estuda os testemunhos materiais e imateriais produzidos pelo homem e pela natureza, visando sua transformação em herança cultural, através de ações pedagógicas acessíveis a toda a sociedade.	01	2,3
Um local organizado, silencioso e culturalmente frequentado.	01	2,3
Um local especial para conhecer e enriquecer-se culturalmente. Espaço de relíquias.	01	2,3
Local de contato do homem com a cultura material; espaço de aprendizado, de lazer e/ou fruição estética.	01	2,3

CULTURA	Nº	%
Um acesso à cultura, baseado em pesquisa de temas atuais, palpitantes, com ou sem peças da reserva técnica, aportado de modo inventivo e esteticamente atrativo.	01	2,3
Encontro com as raízes culturais do nosso povo.	01	2,3
Casa de cultura e encontro com o ontem, o hoje e sempre com a história da humanidade.	01	2,3
Um lugar que une beleza e cultura.	01	2,3
Um meio fácil de promover a cultura da região, e ensinar sobre o passado.	01	2,3
Total obs.:	43	100

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

A ideia de cultura aparece colada ao espaço do museu, como fonte de conhecimento, de história, de arte, de informação, tanto em relação a povos como cidades, pessoas, países, e da humanidade de modo geral. Algumas pessoas relacionam este espaço cultural a entretenimento ou lazer. É destacado também o caráter de preservação, conservação deste acervo cultural.

Quadro 6 - Definição de museu pelo termo CONHECIMENTO

CONHECIMENTO	Nº	%
Um lugar de conhecimentos	10	35,7
Um lugar de conhecimento, informação, cultura e lazer.	03	10,7
Um lugar aprazível e tranquilo que nos traz conhecimentos.	02	7,1
Um local de conhecimento, cultura e entretenimento.	02	7,1
Um espaço de conhecimento e reflexão.	01	3,6
Lugar de conhecimento cultural.	01	3,6
Local para apreciação e conhecimento.	01	3,6
Local de "guardar" e mostrar o conhecimento e desenvolvimento humanos a todo indivíduo interessado em pesquisar e entender as próprias origens e as realidades científica, artística e humanística que permeiam nossa existência.	01	3,6
Local de conhecimento, de vida, de descobertas e de questionamentos.	01	3,6
Uma oportunidade para adquirir conhecimento sobre determinado tema.	01	3,6
Uma boa forma de buscar conhecimento.	01	3,6
Como um espaço de interação com objetos, temas, conceitos, formas de pensar o mundo. O museu é um espaço de produção de conhecimento e de experiências singulares.	01	3,6
Espaço catalisador de ideias, experiências e conhecimentos. Difusor de ideias e vivências.	01	3,6
Fundamental para o conhecimento.	01	3,6
Uma instituição que possui um acervo, espaço para reflexão, conhecimento.	01	3,6

Total obs.:	28	100
-------------	----	-----

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Aqui se destaca o museu como lugar de conhecimento, de reflexão, que também é aprazível, tranquilo, onde se pode apreciar. No museu se produz conhecimento conforme uma das afirmações acima, bem como se caracteriza pela guarda e mostra desse acervo a todos os interessados.

Quadro 7 - Definição de museu pelo termo INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO	Nº	%
Um lugar de informação.	02	16,7
Um lugar de conhecimento, informação, cultura e lazer.	02	16,7
Um local histórico de informações do passado.	01	8,3
É um espaço de memória, preservação e determinada tipologia de acervo com os principais fatos históricos, dinâmicos com o meio social.	01	8,3
Um local de cultura, informação.	01	8,3
Um local para aumentar a cultura e a informação.	01	8,3
Um local que propicia aprendizagem, divertimento, informação e encantamento.	01	8,3
Museu tem um conceito ou compreensão muito ampla, diria que é um local ou um "lugar" que faz a mediação entre inquietações (curiosidade, identidade, desconforto, memória, etc.) e a informação ou outra matéria que pode propor novas inquietações.	01	8,3
Um espaço que deveria ser um centro de informação e elucidação, mas que na maioria das vezes, restringi-se à exposição de objetos, com pouca informação ou informação pouco detalhada.	01	8,3
Lugar de lazer, informação, cultura e preservação de identidade.	01	8,3
Total obs.:	12	100

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Alguns entrevistados ressaltaram o caráter informativo dos museus, seja com relação a fatos históricos relevantes, à cultura, à memória, às identidades, que deveria em tese proporcionar a reflexão e aprendizagem. Coloca-se também a crítica da falta de informação, quando o museu se restringe à exposição de objetos sem a devida qualidade da informação.

Apresentamos uma única questão aberta aos entrevistados, pedindo que definissem em poucas palavras o que é um museu. Observamos que o museu é antes de tudo definido como um local ou espaço, bem delimitado, onde se encontra a cultura, o conhecimento, a informação e a história. Na realidade, a cultura está em toda parte, independente do espaço físico. Entende-se que, para a população, o saber tem endereço

bem definido, sejam escolas, universidades, museus, bibliotecas, etc. Estes conceitos aparecem entrelaçados em quase todas as observações feitas.

É significativa a manifestação do interesse por informações e atração por obras de arte e história da arquitetura do local, mas este é um indicativo de que ainda entendem o museu quando instalado em prédios antigos, como espaços sacralizados. A resposta de definição de museu como local/lugar é muito ligada a esta percepção.

Quadro 8 – Outros termos citados na definição de museu

Outros termos utilizados na definição de museus	Nº	%
Arte	09	16,1
Entretenimento	07	12,5
Passado	07	12,5
Memória	06	10,7
Lazer	06	10,7
Resgate	05	8,9
Pesquisa	04	7,1
Preservação	04	7,1
Reflexão	04	7,1
Povo	04	7,1
Total obs.:	56	100

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Quando são abordadas as atividades e instalações dos museus, aponta-se esta questão como falha, uma vez que os entrevistados deveriam dar a resposta após a visita ao museu para que então pudessem fornecer sua percepção sobre as mostras, condições de conforto, segurança, atendimento, etc.

Sobre como tomam conhecimento das informações para chegar aos museus, não é surpreendente que não seja pela mídia, já que são poucos os museus que fazem divulgação de suas ações. Outra amostra interessante seria pesquisar o cinema e as viagens, já que foram os mais respondidos. A mídia para viagem e para cinema é diferente da que é feita para os museus.

No tocante ao investimento que o governo deveria aportar aos museus, mais de 60% em média aponta a ampliação de divulgação, contratação de pessoal qualificado, expansão dos locais de exposições para fora dos museus – para os bairros e não somente nos centros das capitais – e a consulta à comunidade. Expressiva maioria relata que pagaria pra ir ao museu. Então, subentende-se que a cultura não precisa ser subsidiada, que quem se interessar não colocará neste tópico empecilho para não visitar as casas de memória.

Quadro 9 - Você acha que o governo deveria investir mais em museus?

Governo deveria investir mais em museu?	Nº	%
Sim	134	95,7
Não	06	4,3
Total obs.:	140	100

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

O governo deveria investir em museus conforme opinião de 95,7% dos entrevistados, sendo que 4,3% acham que não deveriam. A população, o grande público identificam a falta de investimento e percepção de atuação dos governos no tocante às políticas públicas. Quem consome museus compreende que enquanto serviço público, os mesmos estão aquém das expectativas e, mais, sendo equipamentos públicos, mantidos pelos governos, poderiam dedicar-se a atender e compreender as ambições de quem visita.

Quadro 10 - Se sim, indique quais destas atitudes são mais adequadas para estimular os museus

Atitudes para estimular os museus	Nº	%
Ampliar a divulgação dessas instituições	96	68,6
Contratar pessoal qualificado	79	56,4
Levar exposições para fora dos museus, em bairros populares	76	54,3
Organizar exposições que expliquem a história da cidade	69	49,3
Consultar a comunidade sobre o que gostaria de ver no museu	59	42,1
Modernizar instalações	52	37,1
Dotar de equipamentos tecnológicos voltados às mídias digitais	40	28,6
Não Resposta	06	4,3
Total obs.:	140	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Os indicadores ficam mais claros, após a visualização deste último quadro. Mais da metade dos entrevistados aponta que os museus deveriam ampliar sua divulgação (68,6%), além de contratar pessoal qualificado (56,4%), levar as exposições para fora dos museus, nos bairros (54,3%). Sugerem ainda que organizem exposições que expliquem a história da cidade (49,3%), consultem a comunidade sobre o que gostariam de ver (42,1%), modernizem as instalações (37,1%) e ainda disponham de equipamentos tecnológicos adaptados as mídias digitais (28,6%).

As diferenças de formação e de renda, quando compara-se as respostas da população no entorno dos museus e os que responderam por e-mail, são expressivas. A população de resposta eletrônica tem renda de classe A e formação de pós-graduação em quase sua totalidade; diferente do público de rua, que é de classe C e formação de nível médio. Além disso, a população que pode ser chamada de mais informada (as que responderam via e-mail) tem respostas diferenciadas no tocante às definições de museus e visitação. Estes, como já dominam mais o conhecimento e já visitaram museus em outros estados ou países, têm mais parâmetros de comparação.

A partir desta observação inicial foi possível construir outro instrumento de pesquisa que se concentrasse mais no questionamento focado nas políticas públicas e na formação sistêmica e que analisasse, especificamente os trabalhadores de museus, quem está em atuação na área museológica no interior das instituições, em setores previamente escolhidos.

4.2. Pesquisa com Museus

Na oportunidade em que estamos examinando aspectos para comparar a política pública cultural museológica, desde o surgimento dos dois organismos sistêmicos que são pioneiros na região Sul, onde o volume de museus é expressivo em comparação com o restante do país e onde o funcionamento destas organizações foi ininterrupto – embora com alguns entraves – julgamos que as comparações são proveitosas para colaborar e refinar a pesquisa sobre a política da atualidade. No entanto, temos que também entender o “ir e vir” desta política e a possibilidade de aprofundar o estudo e propor melhorias, como na pesquisa seguinte em que é analisado o Edital de Modernização de Museus sob seu aspecto de programa de fomento.

As regiões Sul e Sudeste abrigam 67% dos museus brasileiros e o Rio Grande do Sul ocupa o segundo lugar em volume de museus, já o Paraná é o dono da quarta posição. Do total de museus brasileiros, 923 instituições situam-se nas capitais brasileiras. Porto Alegre tem 63 museus e Curitiba, 70. Na Região Sul existem 28% destes museus e o Rio Grande do Sul é o estado que tem o maior número de museus distribuídos por suas cidades, são 397 unidades museológicas. O Paraná possui 282 museus, apesar de dados da COSEM⁹² apontarem para 313. Ainda há muito a ser feito: dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 1.742 – ou seja –, cerca de 20%, concentram as 3.025 unidades

⁹² Verificar informações em www.cosem.cultura.pr.gov.br

museais do país.⁹³ Vale lembrar que existem museus que não são cadastrados no Sistema Brasileiro de Museus, dos quais apenas sabemos da existência, porém não figuram nas estatísticas oficiais.

Este elenco de dados reforça nossa pesquisa nos dois estados, seja pelo interesse direto na temática, seja pelo volume de museus que ambos os estados detém e que faz com que a museologia seja percebida de forma diferente.

Nesta segunda parte da pesquisa, foi aplicado outro modelo de questionário – apêndice 2 – e algumas entrevistas abertas com trabalhadores de museus – gestores, técnicos e cargos administrativos – sendo o encaminhamento exclusivamente por meio eletrônico. Foram entrevistados também quatro profissionais que atuam ou atuaram em atividades específicas relacionadas aos sistemas de museus e que em outros momentos tiveram participação expressiva na área museológica. Dois profissionais ainda em atividade no Paraná e dois profissionais aposentados do Rio Grande do Sul (com os quais conversamos pessoalmente). Destes, somente dois ainda atuavam, no momento da coleta de dados, em órgãos formuladores de políticas públicas para a cultura.

Os dados foram coletados em museus públicos no período de 13/9 a 06/10/2010. As informações foram buscadas nos museus de Porto Alegre, dos quais foram pesquisados – Museu Júlio de Castilhos, Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – e nos museus de Curitiba, quais sejam – o Museu Paranaense, o Museu de Arte Contemporânea e o Museu da Imagem e do Som. A escolha se deu em acordo com a perspectiva de nosso estudo: a comparação, de tal modo que elencamos museus com tipologias análogas, propriamente para conseguirmos atingir os objetivos propostos de realizar comparativos entre as ações e reflexões nos territórios de atuação dos Sistemas Estaduais de Museus do Paraná e do Rio Grande do Sul – ou entre o paralelo 20 e 30 – como já justificado.

Os sujeitos da pesquisa são os trabalhadores de museus e elegemos três níveis hierárquicos da administração exatamente com a finalidade de compor a análise de dados da forma mais abrangente possível, a fim de ouvirmos as vozes, identificarmos visões e opiniões dos agentes de setores diferenciados, nos impondo a possibilidade de percepção de comparativos também neste âmbito.

A preocupação inicial foi de perceber como estes trabalhadores entendiam as políticas estaduais e brasileira para museus. A intenção, através desta investigação, foi englobar os aspectos mais relevantes que podem influenciar o porquê de a política se

⁹³ Mais dados a respeito desta pesquisa verificar *Museus em Números*, publicação do IBRAM (2010) em www.museus.gov.br.

comportar de determinadas formas e, conseqüentemente, se os sistemas atuam em rede efetivamente.

Treze pessoas retornaram com as respostas. Dois seis museus escolhidos, somente um dos museus não nos retornou em tempo hábil para análise dos dados.

Quadro 11 - Museus pesquisados

Museus	Nº de entrevistados
1. Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli – MARGS	03
2. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa/RS	02
3. Julio de Castilhos/RS	02
4. Museu Paranaense/PR	03
5. Museu de Arte Contemporânea do Paraná - MAC/PR	03
Total de entrevistas	13

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

O perfil dos entrevistados, composto por 12 mulheres e um homem, apresenta-se dividido entre os seguintes cargos, por museu:

- MARGS: 01 historiógrafo, 01 diretora, 01 assistente da direção.
- Museu Hipólito José da Costa: 01 diretor administrativo, 01 historiógrafo.
- Museu Julio de Castilhos: 01 coordenadora técnica, 01 administrativo.
- Museu Paranaense: 01 diretor, 01 auxiliar administrativo, 01 agente nível superior.
- MAC/PR: 01 administração, 01 coordenador ação educativa, 01 acervo.

Das respostas dos operadores de museu, os resultados apontados versam sobre:

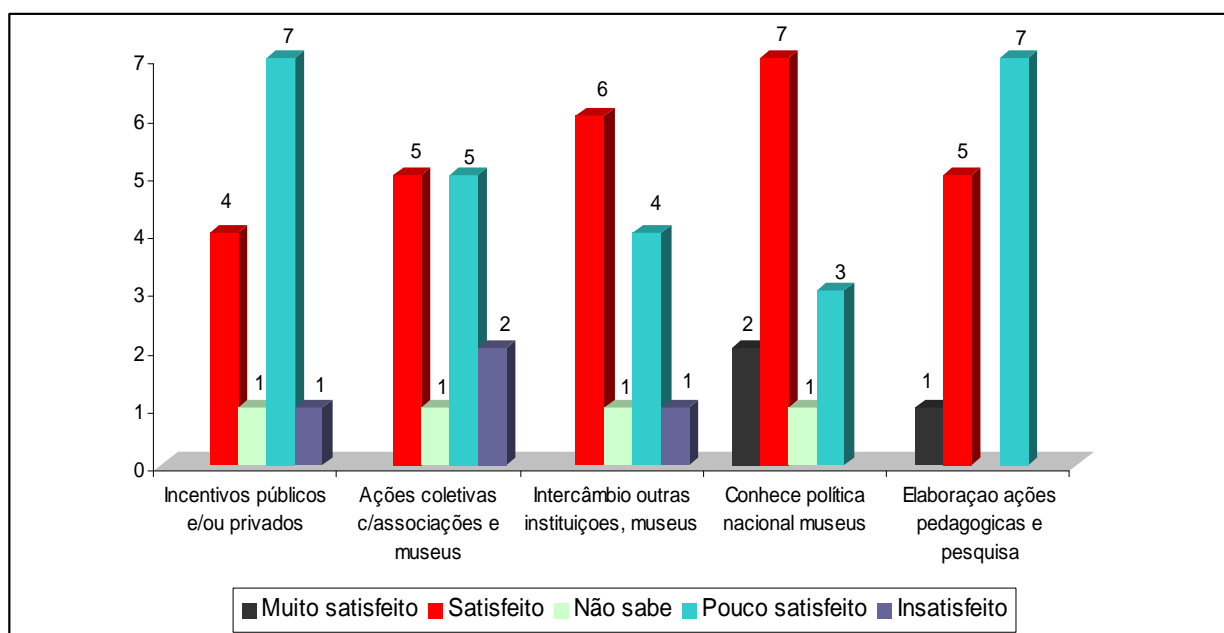
- A maioria dos entrevistados está pouco satisfeito com os incentivos públicos ou privados nos museus onde trabalham e com a elaboração de ações pedagógicas e de pesquisa.
- Mais da metade dos entrevistados estão satisfeitos com o conhecimento da política nacional de museus, reconhecendo avanços positivos nas questões de políticas públicas de cultura, bem como na ampliação do acesso e inclusão de público.
- Sobre a frequência de contatos que mantém com as organizações do setor de museologia, é unânime em relação ao sistema estadual de museus, com quem sempre mantém vínculo, e o qual acaba fazendo o papel de intermediador com as demais instituições (Sistema Brasileiro, ICOM, COREM, ABM). Avaliam a comunicação dos museus com outras instituições como regular.

- A maior parte dos entrevistados considera que o SEM/PR e o SEM/RS cumprem com efetividade principalmente as funções de articulação entre os museus do seu estado, a promoção de exposições, oferecem programas de capacitação de recursos humanos, possibilitando intercâmbio entre entidades do setor.
- Questionados sobre a percepção de mudanças nos museus após a criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004, a metade dos entrevistados destacou a comunicação entre os museus como principal mudança. Questões de planejamento, de divulgação, inclusão social, viabilização econômica e modernização quanto às mídias digitais não tiveram impacto significativo na sua avaliação.
- Percebe-se um esforço no sentido de buscar apoios e financiamentos através de projetos culturais, visto que o apoio público parece não se mostrar suficiente para manter e ampliar a estrutura de recursos humanos e materiais, citando como exemplo associações de amigos do museu. Reconhecem a necessidade de revisar seu plano museológico. E, de modo geral, se regem pela política governamental.

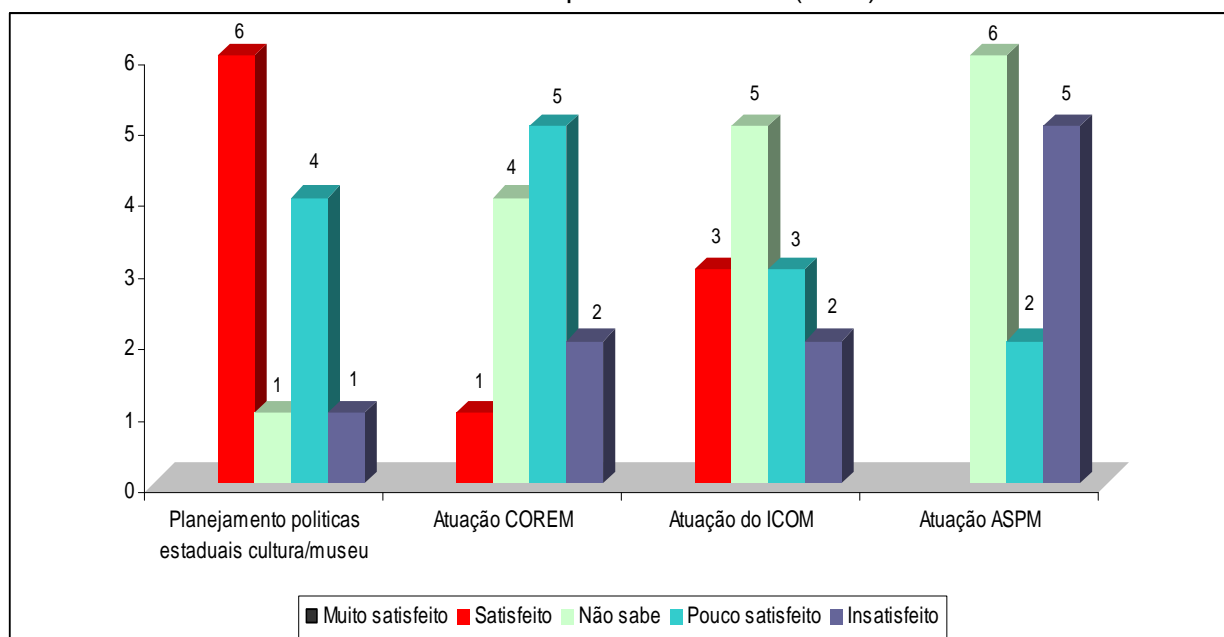
Quanto ao tema **políticas públicas**, os entrevistados avaliaram o seu museu com relação aos seguintes aspectos:

1. Incentivos públicos e/ou privados
2. Ações coletivas junto a outras associações ou museus
3. Intercâmbio com outras instituições museológicas
4. Conhecimento da política nacional de museus
5. Elaboração de ações pedagógicas e de pesquisa
6. Planejamento de políticas estaduais de cultura p/museu
7. Atuação do Conselho Regional Museologia (COREM)
8. Atuação do ICOM
9. Atuação da ASPM

Utilizando uma escala de 5 pontos: muito satisfeito, satisfeito, não sabe, pouco satisfeito e insatisfeito.

Gráfico 2 – Aspectos avaliados (1 a 5)

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Gráfico 3 – Aspectos avaliados (6 a 9)

Obs.: 01 não respondeu planejamento; 01 não respondeu COREM.

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Analisando a pontuação das questões em conjunto há um índice maior de “pouco satisfeitos” especialmente sobre os incentivos públicos ou privados dos museus (53,8%).

Os operadores de museus estão pouco satisfeitos quanto ações coletivas junto a outras associações ou museus (38,5%), bem como sobre atuação do Conselho Regional Museologia (38,5%).

Alguns entrevistados colocaram que desconhecem a atuação da ASPM (46,2%) e sobre atuação do ICOM (38,5%).

De outro lado é possível dizer que os operadores dos museus entrevistados, em sua maioria estão satisfeitos sobre o conhecimento da política nacional de museus (53,8%), com o intercâmbio entre instituições museológicas (46,2%) e com o planejamento de políticas estaduais de cultura para museu (46,2%). No quesito específico de políticas públicas, quanto aos avanços, os operadores de museus apontam resultados favoráveis.

Estabelecendo um paralelo quanto ao resultado da primeira pesquisa, é compreensível detectar que os trabalhadores conhecem as políticas públicas para museus em razão de vivenciarem diariamente, em contraposição com o grande público que não se identifica e nem vê nas ações onde seria possível detectar, que o governo promove investimentos para futuras melhorias.

Quadro 12 - Você observa avanços nas políticas públicas de cultura refletidas em que setores

Avanços nas políticas públicas de cultura	n.	%
Ampliação do acesso e inclusão de público	9	69,2
Participação da comunidade	6	46,2
Qualificação profissional dos técnicos de museu	4	30,8
Novas práticas de exposição do acervo	4	30,8
Questões técnicas de guarda e conservação de acervos	2	15,4
Outros	8	61,5
Total	13	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

O principal avanço referido pelos entrevistados é a ampliação do acesso e inclusão de público (69,2%), complementado pela participação da comunidade (46,2%).

Já sobre os contatos com instituições sistêmicas, o resultado é mais favorável aos sistemas estaduais do que ao brasileiro, numa clara demonstração de que a proximidade é mais sentida dentro do próprio estado.

Quadro 13 - Em relação às instituições listadas abaixo, com que frequência seu Museu mantém contato

Instituições	Sempre	Quase sempre	Esporadicamente	Raramente	Nunca	NR
Sistema Estadual	12	1	-	-	-	-
Sistema Brasileiro	-	4	5	1	2	1
ICOM	-	-	3	6	3	1
ABM	-	-	3	5	4	1
COREM	-	-	3	5	4	1
Total	12	5	14	17	13	4

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

A justificativa para os que responderam que nunca mantém contatos:

Museu Julio de Castilhos: “Ausência de estruturação interna, ausência de interesses mútuos, falta de profissionais na instituição.”

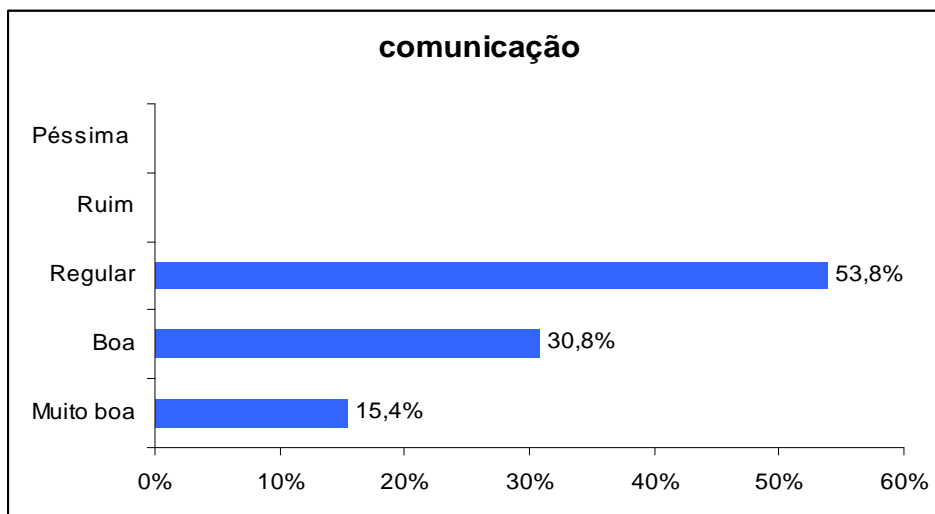
MAC/PR: “Os contatos são através da Coordenação Estadual de Museus - COSEM. Sempre com sistema estadual.” “São instituições distantes, o COSEM intermedia relações com os museus, nacionais e estaduais.”

Museu Paranaense: “Sistema Estadual redireciona para os museus as informações. Sempre com sistema estadual.”

Percebe-se que o vínculo mais próximo a todos os museus são os sistemas estaduais, em comparação com as outras organizações. E deduz-se que os sistemas estaduais fazem uma ponte, uma intermediação, como dizem os entrevistados, com os demais. De outra parte os demais órgãos que compõem o sistema museológico não são contatados ou sua atuação não é percebida e/ou entendida.

No tocante a comunicação dentre as instituições, os dados dos gráficos demonstram que os operadores de museus entendem que a comunicação com os órgãos formuladores de políticas é regular.

Gráfico 4 - De modo geral, consideram que a comunicação entre estas instituições e o seu museu é



Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Para que houvesse um aprimoramento do intercâmbio dos museus e as instituições que legislam sobre a área, os museus entendem que:

MARGS: “A Lei que determina a Adequação e Regulamentação dos Museus Nacionais até 2014, já é uma forma de aprimoramento que proporciona o surgimento de outras. A participação em eventos programados pelas instituições (Sistemas estadual, nacional, ICOM, ABM, COREM). Através da Internet, visitas, eventos.”

Museu Hipólito José da Costa: “de uma forma mais sistemática, agrupando por tipologia, como estamos realizando agora, oficinas para profissionais que atuam em instituições com acervos semelhantes aos nossos.”

“Promovendo ações para que seja possível a troca de informações entre as instituições museológicas afins, como congressos, fóruns de debate.”

Museu Julio de Castilhos: “Com mais funcionários, mais preparados, política cultural unificada a partir de debates das necessidades mínimas das instituições discutidas com quem de fato trabalha nela. Relação permanente entre as várias esferas estadual, nacional, internacional. Principalmente não mudar tudo a cada quatro anos, não improvisar, provimento de cargos através de concursos.”

Museu Paranaense: “Mediante encontros locais e regionais, contato via meio digital, boletins e visitas técnicas envolvendo os funcionários dos Museus.”

MAC/PR: “Trocas de informações – Encontros – Congressos”.

Observa-se, conforme dados da tabela abaixo que das atribuições que fazem parte do decreto de criação dos sistemas estaduais, a mais reconhecida é a promoção de articulação entre os museus, o que demonstra que deveria ocorrer efetivamente, e o índice é alto também para o acompanhamento de programas de atividades, ponto importante desta tese. Somente 15% apontam a viabilização de projetos e o provimento de recursos na área.

Quadro 14 - Dentre as atribuições do Sistema Estadual do seu estado, indique quais ocorrem efetivamente

Atribuições sistema estadual efetivas	Nº.	%
Promover a articulação entre os museus existentes no estado	9	69,2
Promover exposições	9	69,2
Oferecer programas de capacitação de recursos humanos e intercâmbio com entidades congêneres	9	69,2
Estabelecer e acompanhar programas de atividades	7	53,8
Definir diretrizes gerais de orientação museológica	5	38,5
Apoiar projetos voltados aos interesses da comunidade	4	30,8
Promover contatos dos museus com entidades aptas a contribuir na viabilização dos projetos	2	15,4
Propor formas de provimento de recursos para área	2	15,4
Não Resposta	1	7,7
Total	13	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Nota-se, conforme o quadro nesta página e na seguinte que a criação do Sistema Brasileiro de Museus ensejou mais comunicação, mas o índice de viabilização de projetos foi pequeno, por existir uma demanda represada há anos.

Quadro 15 - Em que áreas você percebeu mudanças na sua instituição após a criação do Sistema Brasileiro de Museus em 2004?

Mudanças na instituição após criação do Sistema Brasileiro de Museus	Nº.	%
Na comunicação entre os museus	7	53,8
Discussões sobre políticas públicas voltadas ao setor	6	46,2
Planejamento de ações de divulgação e inclusão social	5	38,5
Propostas de viabilidade econômico-financeiras dos projetos	4	30,8
Modernização e adequação as exigências do público em relação às mídias digitais	3	23,1
Recomendações técnicas de exposição de acervos e documentos	2	15,4

Mudanças na instituição após criação do Sistema Brasileiro de Museus	Nº.	%
Outra	5	38,5
Total	13	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Parece interessante, mas não se nota isto na prática. Em primeiro lugar está a melhoria de comunicação e, depois, as discussões sobre a política. Como a recente criação deste Sistema ainda não foi sentida, percebida e reconhecida em sua totalidade, a pura e simples remessa de informações já é uma mudança. Mas, há respostas que apontam para outras mudanças:

Museu Hipólito José da Costa: "nenhuma mudança"

Museu Paranaense: "Suponho que esteja se referindo ao IBRAM. Se for isso, a repercussão ainda é muito pouco sentida, tendo em vista curto espaço de tempo de atuação do órgão."

MARGS: "Esforço da Coordenação da 1ª Região (a qual pertence o nosso), para promover uma maior participação de "todos" os Museus que a compõe."

Perguntados sobre a missão e a política do museu, as respostas apontam para problemas mais amplos do que missão e do que é a missão:

MARGS: "Considero que o Museu no qual trabalho, está extremamente consciente sobre sua missão e política de atuação, tornando-se um parâmetro em termos nacionais e internacionais."

Museu Hipólito José da Costa: "O museu tem por missão, pesquisar, recolher, classificar, conservar os acervos das diversas áreas da comunicação produzidas nos níveis regional, nacional para fins de estudo, educação e lazer. Para atingir esses objetivos recorre a convênios ou atividades congêneres e financiadoras de apoios culturais e patrocínios, a fim de poder ter uma política de conservação e preservação de seus acervos dentro da nova museologia estabelecida em nosso Plano Museológico."

Museu Julio de Castilhos: "A instituição tem grande relevância na formação da museologia do Estado, entretanto a ausência de subsídios e recursos humanos, materiais e

suporte financeiro acarretaram na desestruturação funcional. Sobre a missão ela precisa urgentemente de revisão, uma vez que as coleções-acervos não dialogam com a proposta institucional. Urgência na realização de um novo plano museológico e articulação da Secretaria de Estado da Cultura em investimentos e estratégia cultural. A tradição do Museu é que garante a sua estabilidade institucional, ou seja, pela sua historicidade é que o público mantém o interesse no MJC. Sem isso a instituição estaria renegada ao ostracismo.” “Incrivelmente conseguimos realizar boa parte da nossa missão com os recursos que temos. Nossos critérios são técnicos, mas quem os executa não tem vínculo definitivo com o museu.”

Museu Paranaense: “O museu tem clara sua missão de ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento do patrimônio científico, cultural e artístico seja por meio da pesquisa, seja pelas exposições, preservação de acervos e divulgação de resultados obtidos com o seu trabalho.” “A missão do Museu é ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento do Patrimônio Científico e Cultural, por meio de pesquisas, exposições, preservação de acervos.”

MAC/PR: “Distanciamento entre a Teoria e a prática.”

“Promover a produção e a história da arte contemporânea paranaense e Brasileira.”

“O MAC é um espaço de preservação da memória e do patrimônio artístico contemporâneo, que oportuniza a pesquisa e a Criação.”

Outra questão aberta que foi feita, refere-se a política governamental: se os museus são autônomos na sua gestão ou seguem parâmetros pré-determinados. As respostas são dúbias e demonstram dificuldades em relação à política regional, mas ao mesmo tempo, destacam pontos que levam a compreender a criatividade com que organizam as gestões:

MARGS: “Creio que, nos museus nos quais tenho acesso, já é possível vislumbrar autonomia e sustentabilidade. Entretanto, estamos falando de um setor que possui múltiplas realidades.”

Museu Hipólito José da Costa: “Sim, são regidos pela política governamental, com alguma autonomia devido a diversidade da tipologia do museu hoje temos certa sustentabilidade através da associação de amigos.”

“Em relação ao Museu de Comunicação, possuímos autonomia para realizar as ações e os projetos em benefício da Instituição.”

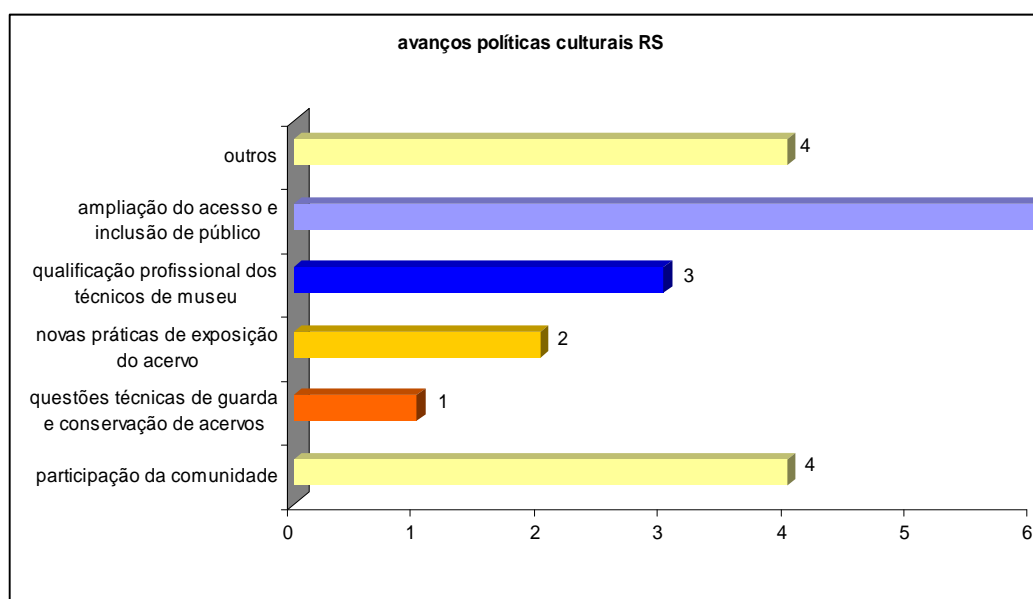
Museu Julio de Castilhos: “Acredito que isso pode ocorrer nas instituições de caráter federal principalmente aquelas com vinculação ao IBRAM, uma vez que possuem repasse direto de verbas e podem fazer seu planejamento orçamentário setorial, contratações e serviços, entre outros. Nas instituições estatais do RS, especialmente no MJC, isso não acontece. Quem de fato poderia atuar efetivamente nesse sentido são as associações de amigos, que, no entanto, não exercem efetivamente seu papel pelo baixo comprometimento dos membros. Socialmente o Museu Julio está distante.”

Museu Paranaense: “Já conquistaram certa autonomia. No caso do Museu Paranaense, é um museu público, pertence à Secretaria de Estado da Cultura e é mantido exclusivamente por recursos públicos.” “Ainda se regem pela política governamental, mas já houve mudanças.”

MAC/PR: “Se regem pela política governamental, mínima autonomia.” “No nosso caso, há um balizamento emanado pela COSEM, mas por características próprias, acervo, biblioteca, pesquisa e corpo técnico o MAC desfruta de madura autonomia.”

Por outra via, no seguimento da pesquisa, demonstramos através de gráficos, para facilitar a compreensão, que em algumas questões há diferenças expressivas entre Paraná e Rio Grande do Sul. Conforme gráfico:

Gráfico 5 - Avanços das políticas culturais no RS

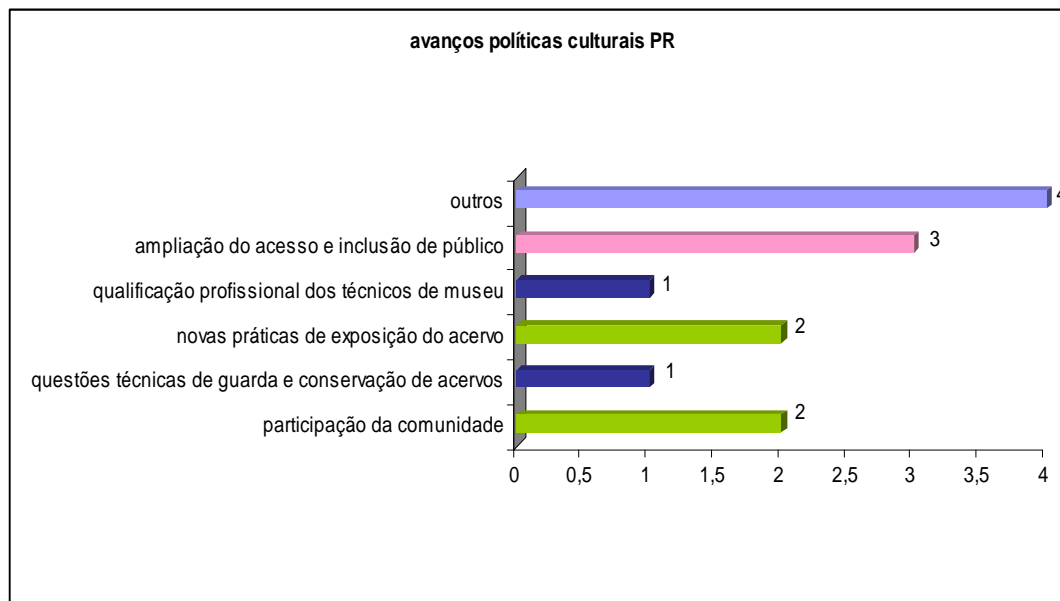


Outros avanços:

- MARGS: Lei de Regulamentação dos Museus Nacionais, de 2009.

- Julio de Castilhos: fomento, capacitação (não necessariamente no MJC), legislação

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Gráfico 6 – Avanços das políticas culturais no Paraná

Outros:

- MAC: Divulgação de diretrizes museológicas e conhecimentos técnicos.

- Paranaense: Participação voluntária da sociedade.

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

No Rio Grande do Sul, os avanços em políticas públicas são sentidos na ampliação de acesso público, enquanto que no Paraná incluem a divulgação de diretrizes museológicas como avanço. Isto aponta para a orientação com a qual cada sistema regional atua.

Quadro 16 - Atribuições efetivas do Sistema Estadual do RS

RS - Dentre as atribuições do Sistema Estadual do seu estado, indique quais ocorrem efetivamente:

Atribuições do Sistema Estadual RS efetivas	Nº.	%
Oferecer programas de capacitação de recursos humanos e intercâmbio com entidades congêneres	6	85,7
Promover a articulação entre os museus existentes no estado	4	57,1
Promover exposições	4	57,1
Apoiar projetos voltados aos interesses da comunidade	4	57,1
Estabelecer e acompanhar programas de atividades	3	42,9
Promover contatos dos museus com entidades aptas a contribuir na viabilização dos projetos	1	14,3
Definir diretrizes gerais de orientação museológica	1	14,3
Não Resposta	1	14,3
Total	7	

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Quadro 17 - Atribuições efetivas do Sistema Estadual do PR

PR - Dentre as atribuições do Sistema Estadual do seu estado, indique quais ocorrem efetivamente:

Atribuições do Sistema Estadual PR efetivas	Nº.	%
Promover a articulação entre os museus existentes no estado	5	83,3
Promover exposições	5	83,3
Definir diretrizes gerais de orientação museológica	4	66,7
Estabelecer e acompanhar programas de atividades	4	66,7
Oferecer programas de capacitação de recursos humanos e intercâmbio com entidades congêneres	3	50,0
Propor formas de provimento de recursos para área	2	33,3
Promover contatos dos museus com entidades aptas a contribuir na viabilização dos projetos	1	16,7
Total	6	

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2010.

Neste quesito as diferenças entre RS e PR se dão entre capacitação de pessoal e articulação entre os museus, respectivamente.

A colaboração que os profissionais destes museus tiveram para com a pesquisa foi de receptividade, já que a aplicação foi em momento de final de mandato nos cargos de tutela estadual. Os vencedores das eleições em ambos os estados apresentam perfis e posições políticas diferentes dos que estavam no poder até então. No Paraná assumiu Roberto Richa, político ligado ao PSDB. No Rio Grande do Sul foi vencedor das eleições de 2010, Tarso Genro, figura nacionalmente conhecida e pertencente à ideologia petista. As novas conformações políticas trarão modificações nas políticas públicas de cultura, cabendo a este estudo fazer uma pesquisa profunda e comparativa com as respostas recebidas.

A entrevista semi-estruturada apresenta resultados satisfatórios quando se trabalha com diferentes grupos. Podem-se fazer inicialmente entrevistas individuais com pessoas de diferentes setores envolvidos, avançando-se para outros, com a finalidade de complementarem-se as informações, na ocorrência de divergências ou pontos obscuros.

Nas entrevistas realizadas com profissionais atuantes ou que já atuaram na área de políticas públicas, a aplicação foi de entrevista aberta para os que estavam em Porto Alegre e por meio eletrônico (e-mail) para os que estavam em Curitiba. As pessoas falaram livremente sobre suas contribuições, sobre como visualizam esta área no atual momento, como pensam que uma política deva operar. Mas aqui também notamos as dificuldades de deixar-se em aberto na entrevista determinados pontos, já que podem perder-se muitas informações fundamentais quando o entrevistado acaba por contar mais sobre sua própria atuação do que do cargo em que atuou. De qualquer forma, boa parte das informações

foram utilizadas no capítulo 2, que abordou o histórico da formação dos Sistemas de Museus Estaduais.

Fazendo uma análise dos resultados desta pesquisa prévia, comparamos com as características sistêmicas que Luhmann detalha. Destacam-se os conceitos: poder, comunicação, sistema, sub-sistema, sistema e entorno, limites e avaliação.

Fazendo um paralelo com a Teoria Sistêmica, é visível, após as entrevistas com os operadores de museus, que o que é entendido e aplicado hoje como sistema, seja no âmbito federal ou estadual, não tem diálogo com a teoria luhmanniana. O sistema no Rio Grande do Sul tal qual o Sistema de Museus do Paraná, não são reconhecidos como deveriam ser pelos museus, quer dizer, a irritação que o entorno apresenta ao subsistema (que seria o SEM/RS e o SEM/PR) e ao sistema (SBM) não é levada em conta por ambos, já que é falha ainda a troca e o reconhecimento deles enquanto política. Falamos aqui em termos de política pública, não de comunicar, mas de oferecer subsídios para dar diretrizes a um trabalho efetivamente em rede.

Os limites na teoria sistêmica são abstratos, mas não são claros aos museus, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul. Há falta de entendimento sobre este limite, que não é percebido e, por isso mesmo, pouco absorvido e utilizado institucionalmente.

O poder aparece, mas apropriadamente nos conceitos de Bourdieu entre quem detém ou não conhecimento, apesar de as respostas sobre o que é museu apontarem para características mais apropriadas de saber. Mas é mais representativa quando analisamos quem está próximo aos sistemas e quem não está. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Museu Julio de Castilhos já receberam recursos de programas de fomento do IBRAM, contudo, não detalham em suas respostas esta aproximação, já que ainda entendem o sistema brasileiro como órgão de comunicação, faltando maior avaliação. O próprio Plano Museológico que deveria preocupar inicialmente os museus públicos não está sendo realizado a contento e no tempo previsto.

4.3. Pesquisa Edital de Modernização de Museus

Para aprimorar o estudo, foi realizada uma pesquisa com os museus do Rio Grande do Sul e do Paraná que foram contemplados através da seleção do Edital de Modernização de Museus desde o surgimento deste programa de fomento, em 2004 até 2010.

Este item visa colaborar com a comunidade museológica e com o SBM e, ainda, visa colaborar para a ampliação e qualificação das políticas públicas para museus no Sul do Brasil, a fim de que, a sociedade tenha mais participação.

Abaixo são nominados todos os museus contemplados no Rio Grande do Sul e no Paraná pelo Edital de Modernização de Museus do IBRAM, com a finalidade de comprovar e ilustrar a proposta de pesquisa.

O Edital de Modernização de Museus teve uma escala de contemplação de projetos que está decrescente desde sua criação. Conforme dados constantes do Relatório de Gestão (2010), temos a seguinte proporção:

Quadro 18 – Projetos para o Programa Modernização de Museus

ANO	QUANTIDADE DE PROJETOS APROVADOS	QUANTIDADE DE PROJETOS POR REGIÃO				
		NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL
2004	35	3	9	4	12	7
2005/2006	48	9	15	2	12	10
2007	37	8	11	3	6	9
2008	38	9	10	5	6	8
2009	19	3	6	1	5	4
2010	8	0	2	1	2	3
TOTAL	185	32	53	16	43	41

Fonte: Relatório de Gestão (2010)

E desta proporcionalidade, tivemos o seguinte quadro de museus, que segue nas duas próximas páginas que foram contemplados a cada ano no Rio Grande do Sul.

Quadro 19 – Museus do RS contemplados pelo programa Modernização de Museus

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS
Antropológico Diretor Pestana	Ijuí	2004	Dinamização das atividades culturais do museu	20.000,00
Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli	Porto Alegre	2004	Modernização/informatização do MARGS	63.382,40
Museu de Venâncio Aires	Venâncio Aires	2004	Qualificação tecnológica e museográfica	15.936,38

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS
Museu Municipal de Bom Jesus	Bom Jesus/RS	2005/2006	Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Museu Municipal de Bom Jesus	20.760,00
Museu Antropológico Diretor Pestana	Ijuí/RS	2005/2006	Mobiliar a reserva técnica do Museu Antropológico Diretor Pestana	73.347,00
Museu Municipal Dácio Thobia Busanello	Novo Machado/RS	2005/2006	Modernização e melhoria de equipamentos do museu municipal	16.233,60
Museu Julio de Castilhos	Porto Alegre/RS	2005/2006	Ampliação do mobiliário da reserva técnica do Museu Julio de Castilhos	35.557,10
Museu Getúlio Vargas	São Borja/RS	2005/2006	Modernização e readequação do Museu Getúlio Vargas	12.750,00
Museu Municipal Cônego Hugo	São Francisco de Assis/RS	2005/2006	Modernização do Museu Municipal Cônego Hugo	13.889,00
Centro Cultural Fernando Ferrari	São Pedro do Sul/RS	2005/2006	Vivificação do Centro Cultural Fernando Ferrari	40.000,00
Ecomuseu - Casa do Leite	Cachoeirinha/RS	2007	Modernização do Ecomuseu Casa do Leite	17.541,96
Museu Público Municipal do Imigrante	Jacutinga/RS	2007	Equipamentos e mobiliários destinados à promoção de projetos educacionais	15.090,00
Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga/RS	2007	Modernização do Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	11.712,00
Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	São Luiz Gonzaga/RS	2007	Modernização do Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	8.288,00

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS
Museu Antropológico de Osório	Osório/RS	2008	Revitalização do Museu Antropológico de Osório	45.357,00
Museu Histórico Regional	Passo Fundo/RS	2008	Modernização do Museu Histórico Regional	90.000,00
Museu da Baronesa	Pelotas/RS	2008	Memória, cultura e inclusão social: conhecendo o museu através da educação	15.510,00
Núcleo de Memória da FURG	Rio Grande/RS	2008	Modernizando o Nume: interagindo com a história da comunidade	98.000,00
Museu Municipal de Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul/RS	2009	Museu Municipal de Cachoeira do Sul: qualificação e interatividade social	169.776,60
Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	Porto Alegre/RS	2010	Reestruturação e modernização do Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	115.793,00
Museu Histórico Municipal Bruno Born	Lajeado/RS	2010	Modernização do Museu de Lajeado	104.000,00

Fonte: Política Nacional de Museus – relatório de Gestão 2003/2010

No Paraná, foram nove projetos contemplados:

Quadro 20 – Museus do PR contemplados pelo programa Modernização de Museus

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS
Museu de Arte da UFPR	Curitiba	2004	Segurança para o museu	7.105,60
Museu Histórico de Londrina	Londrina	2004	Revitalização do museu	19.844,49
Museu de Arqueologia e Etnologia	Curitiba	2005/2006	Sala de exposição educativa do MAE no centro histórico da UFPR em Curitiba	38.400,00

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS
Museu Histórico de Cambé	Cambé	2007	Museus, ontem, hoje e amanhã	60.407,99
Casa João Turim	Curitiba	2007	Otimização da Casa João Turim	11.616,00
Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	Londrina	2007	Implantação do setor de ação cultural e educativa do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	96.450,00
Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	Londrina	2008	Implantação do setor de ação cultural e educativa	100.000,00
Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória	Ibiporã	2009	Modernização do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã	101.720,14
Museu de Arte de Cascavel - MAC	Cascavel	2010	MAC 2010 - O ano da modernização	165.056,15

Fonte: Política Nacional de Museus – relatório de Gestão 2003/2010

Este edital, apesar de ter uma proposta ampla e focada na qualificação museal, atendendo exclusivamente casas de memória, e que não concorrem por verbas juntamente com shows ou outras modalidades culturais, ainda não estão sendo absorvidos da melhor forma pelos trabalhadores e profissionais de museus, seja pela falta de qualificação de pessoal – equipes – ou de gestão dos museus, seja pelo desinteresse das administrações municipais e comunidades.

É possível que tenha ocorrido uma desqualificação da apresentação dos projetos ou desinteresse pela política, o que indica um dos aspectos da falta de acompanhamento e avaliação do MINC. A alteração de governante, com a eleição da Presidente Dilma Rousseff, mas a continuidade na política governamental é um aspecto a ser levado em consideração.

A partir de algumas inferências iniciais e, elencados todos os museus contemplados no RS e no PR entre 2004 e 2010, partimos para a aplicação de novo instrumento de pesquisa (conforme apêndice 3). Neste momento a intenção foi de buscar o máximo de informações a respeito de como o museu e seus colaboradores formataram o projeto. Assim, uma pessoa de cada museu enviava a resposta, sem a preocupação de ser diretoria

ou cargos técnicos. O recorte utilizado entre os anos de 2004 e 2010 tomou por base duas questões:

1. A divulgação dos resultados de 2004 a 2010 numa única publicação (Relatório de Gestão IBRAM);
2. A utilização da mesma sistemática de edital até 2010, já que a partir da edição de 2011 foi incluído o edital de microprojetos.

O segundo item não tinha, ao encerrar a pesquisa, quantidade de dados publicados suficiente para comparativos.

A remessa do questionário foi realizada por e-mail entre os meses de julho, agosto e setembro de 2012 para todos os museus contemplados no Rio Grande do Sul e no Paraná, até 2010, devendo estar incluídas no rol da publicação do IBRAM. O edital de Modernização de Museus teve seu início antes da criação do IBRAM, fazendo parte, anteriormente, da estrutura do IPHAN/Departamento de Museus.

O questionário elaborado tem onze questões fechadas e nove questões abertas que exploram a participação da equipe na elaboração/discussão do projeto; o atendimento de demandas (total/parcial) do que foi solicitado; atendimento das expectativas do museu (total/parcial) do que foi realizado; formas de intercâmbio/trocas com outros museus, convênios/parcerias; com que instituições realizam este intercâmbio; fruição pela comunidade; divulgação das ações; contatos e acompanhamento do IBRAM durante e após realização do projeto; resultados no museu após projeto ressaltando pontos fortes e fracos e a participação em outros editais.

O retorno dos questionários enviados por e-mail tardou a ocorrer em alguns casos, para os quais foi realizado contato telefônico a fim de confirmar endereços eletrônicos ou mesmo solicitar a colaboração para a respostas aos dados, contudo algumas questões seguiram inconsistentes, seja pela deficiência de informações, seja pelo desinteresse ou desinformação de profissionais ou mesmo pela falta deles e até inexistência dos museus.

No caso do Rio Grande do Sul, constam 21 editais aprovados. No Paraná temos nove editais aprovados, entre 2004 e 2010.

A partir da falta de retorno foi feita uma nova busca junto ao IPHAN, na tentativa de identificar quais editais foram efetivados – especialmente até 2009 quando o IPHAN fechava os convênios. Demonstrou-se nova inconsistência de dados e falta de contato e diálogo dentre as instituições IPHAN/IBRAM. Esta confirmação de efetivação ou não do convênio entre museu e governo demonstrou falta de controle das instituições, falta de conhecimento e dificuldades de transparência na publicação dos dados.

Foram buscadas informações no Portal da Transparência IBRAM⁹⁴ para verificar e comparar dados. Neste último nos deparamos com algumas contradições nas informações que são expostas no quadro a seguir. O IPHAN dispõe de dados até 2009 e o portal de transparência do IBRAM dispõe de banco de dados a partir de 2009.

O quadro geral nas quatro páginas seguintes demonstra a forma como foi concretizada a pesquisa.

⁹⁴ Acessível no site www.museus.gov.br

Quadro 21 – Concretização da pesquisa (RS)

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS	FONE	E-MAIL	TIPO DE ENTREVISTA	RESPOSTA	RETORNO IPHAN	PORTAL TRANSPARÊNCIA
Antropológico Diretor Pestana	Ijuí	2004	Dinamização das atividades culturais do museu	20.000,00	(55)3331-8200 / 3332-0257	luciana.cardoso@unijui.edu.br	e-mail - remessa junho	ok - e-mail Luciana Cardoso	existe convênio	tem
Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli	Porto Alegre	2004	Modernização/informatização do MARGS	63.382,40	3227-2311	museu@margs.rs.gov.br; gaucafi@yahoo.com	e-mail - remessa 26/07 / reenviei para pesquisa@margs.rs.gov.br em 15/08	e-mail de ex-funcinário Henriques comentando sobre o período de sua gestão. Direção atual não tem informações	existe convênio	tem
Museu de Venâncio Aires	Venâncio Aires	2004	Qualificação tecnológica e museográfica	15.936,38	(51)3741-5713 Celular Angelita = 91577474	contato@museuvaires.com.br; angelita.darosa@yahoo.com.br	e-mail - remessa 30/07 e outro em 11/08	Ok- fone Angelita	existe convênio	tem
Museu Municipal de Bom Jesus	Bom Jesus/RS	2005/2006	Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Museu Municipal de Bom Jesus	20.760,00	(54)3237-2658	cultura@bomjesus.rs.gov.br	e-mail - remessa 15/07	ok - fone Jeferson	existe convênio	tem
Museu Antropológico Diretor Pestana	Ijuí/RS	2005/2006	Mobiliar a reserva técnica do Museu Antropológico Diretor Pestana	73.347,00	(55)3331-8200 / 3332-0257	luciana.cardoso@unijui.edu.br	e-mail - remessa junho	ok - e-mail Luciana Cardoso	existe convênio	tem
Museu Municipal Dácio Thobias Busanello	Novo Machado/RS	2005/2006	Modernização e melhoria de equipamentos do museu municipal	16.233,60	(55)3544-1033 / 1140	educacao@novomachado.rs.gov.br	e-mail remessa 17/07	falei com Eunice que cobrou o secretário Marcos (54)3544-1099	existe convênio	tem

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS	FONE	E-MAIL	TIPO DE ENTREVISTA	RESPOSTA	RETORNO IPHAN	PORTAL TRANSPARÊNCIA
Museu Julio de Castilhos	Porto Alegre/RS	2005/2006	Ampliação do mobiliário da reserva técnica do Museu Julio de Castilhos	35.557,10	3221-3959	museu_juliodecastilhos@sedac.rs.gov.br	e-mail em 10/08	ok -e-mail Liana Martins	existe convênio	tem
Museu Getúlio Vargas	São Borja/RS	2005/2006	Modernização e readequação do Museu Getúlio Vargas	12.750,00	(55)3430-4293 / (55)3431-4455 R 219	prefeito@saoborja.rs.gov.br	e-mail em 10/08	enviado e-mail para amiga da Vera - Magda e ela passará para a diretora do museu - falado com Veronica e Jaqueline	não existe convênio	tem
Museu Municipal Cônego Hugo	São Francisco de Assis/RS	2005/2006	Modernização do Museu Municipal Cônego Hugo	13.889,00	(55)3252-2747 / 1908	sectursaochico@bol.com.br	e-mail em 14/8	e-mail enviado - fone não responde	existe convênio	tem
Centro Cultural Fernando Ferrari	São Pedro do Sul/RS	2005/2006	Vivificação do Centro Cultural Fernando Ferrari	40.000,00	(55)3276-2955 / 3220-9241	atiladarosa@yahoo.com	e-mail - remessa 15/07	ok -fone	existe convênio	tem
Ecomuseu - Casa do Leite	Cachoeirinha/RS	2007	Modernização do Ecomuseu Casa do Leite	17.541,96	3439-3146 (DEFENDER)	casadoleite.cachoeirinha@gmail.com ; srsvermelho@gmail.com	e-mail - remessa 12/07 / reenvio em 30/07	ok	não existe convênio	tem
Museu Público Municipal do Imigrante	Jacutinga/RS	2007	Equipamentos e mobiliários destinados à promoção de projetos educacionais	15.090,00	(54)3368-1328 / 1291	educjacutinga@jacutinga.rs.gov.br	e-mail - remessa 15/07	ok- Carlos Alberto	existe convênio	tem

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS	FONE	E-MAIL	TIPO DE ENTREVISTA	RESPOSTA	RETORNO IPHAN	PORTAL TRANSPARÊNCIA
Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga/RS	2007	Modernização do Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	11.712,00	(55)3352-4517 / 3352-2699 / João Alberto (55)9918-4263	joao.hengen@gmail.com	e-mail – remessa 30/07	Marcia falou por telefone e João Alberto diz que não houve projeto, que o museu está precário, falta incentivo e recursos e que só os da capital ganham dinheiro	não existe convênio	não tem
Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	São Luiz Gonzaga/RS	2007	Modernização do Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	8.288,00	(55)3352-4517 / 3352-2699 / João Alberto (55)9918-4263	joao.hengen@gmail.com	e-mail – remessa 30/07	Marcia falou por telefone e João Alberto diz que não houve projeto, que o museu está precário, falta incentivo e recursos e que só os da capital ganham dinheiro	não existe convênio	não tem
Museu Antropológico de Osório	Osório/RS	2008	Revitalização do Museu Antropológico de Osório	45.357,00	(51)3663-8200 / 1157 / 3833	pmo.isabel@yahoo.com.br	e-mail - remessa 30/07	ok - Isabel	existe convênio	tem
Museu Histórico Regional	Passo Fundo/RS	2008	Modernização do Museu Histórico Regional	90.000,00	(54)3316-8585 / 3316-8587	mhr@upf.br	e-mail - remessa 12/07	ok - Priscila	existe convênio	tem
Museu da Baronesa	Pelotas/RS	2008	Memória, cultura e inclusão social: conhecendo o museu através da educação	15.510,00	(53)3228-4606	amontone@terra.com.br	e-mail - remessa 12/07	ok - Anelise	existe convênio	tem

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS	FONE	E-MAIL	TIPO DE ENTREVISTA	RESPOSTA	RETORNO IPHAN	PORTAL TRANSPARÊNCIA
Núcleo de Memória da FURG	Porto Alegre/RS É em Rio Grande está mal na publicação	2008	Modernizando o Nume: interagindo com a história da comunidade	98.000,00	(53)3233-8675	nume@furg.br	e-mail - remessa 15/07	ok - Equipe NUME	existe convênio	não tem
Museu Municipal de Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul/RS	2009	Museu Municipal de Cachoeira do Sul: qualificação e interatividade social	169.776,60	(51)3724-6017	museu@museucachoeira.com.br, direcao@museucachoeira.com.br, pesquisa@museucachoeira.com.br	e-mail - remessa 12/07	ok	existe convênio	tem
Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	Porto Alegre/RS	2010	Reestruturação e modernização do Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	115.793,00	3308-9855	museutopografia@ufrgs.br	e-mail - remessa 12/07	ok - Iran Correa	não tem conhecimento	não tem
Museu Histórico Municipal Bruno Born	Lajeado/RS	2010	Modernização do Museu de Lajeado	104.000,00	(51) 39821081	secultur.museu@lajeado.rs.gov.br; andre.buosi@lajeado.rs.gov.br	e-mail - remessa 17/07 / reenvio em 30/07	ok	não tem conhecimento	tem

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2011/2012.

Dos resultados extraídos com as pesquisas apontamos os que diretamente colaboram para o objeto deste estudo e destacamos os aspectos mais importantes.

4.3.1. Pesquisa com museus do Rio Grande do Sul

Quadro 22 – Retorno museus RS

N.º	Museus que responderam a pesquisa	Cidade	Ano do benefício	N.º editais
1	Museu Antropológico Diretor Pestana	Ijuí	2004/2005 2006	2
2	Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	Porto Alegre	2010	1
3	Museu Histórico Regional	Passo Fundo	2008	1
4	Museu Histórico Municipal Bruno Born	Lajeado	2010	1
5	Ecomuseu Casa do Leite	Cachoeirinha	2007	1
6	Museu Público Municipal do Imigrante	Jacutinga	2007	1
7	Museu Municipal de Bom Jesus	Bom Jesus	2005/ 2006	1
8	Centro Cultural Fernando Ferrari	São Pedro do Sul	2005/ 2006	1
9	Museu Municipal de Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	2009	1
10	Museu de Venâncio Aires	Venâncio Aires	2004	1
11	Museu Julio de Castilhos	Porto Alegre	2005/2006	1
12	Museu da Baronesa	Pelotas	2008	1
13	Núcleo de Memória da FURG NUME	Rio Grande	2008	1
14	Museu Antropológico de Osório	Osório	2008	1
	TOTAL			15

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

A amostra do Rio Grande do Sul compõe-se de 21 editais contemplados, sendo que o Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí aprovou duas vezes, em anos consecutivos, conforme tabela acima. No total, 15 museus do RS responderam a pesquisa. Da amostra de 21 editais, obteve-se o retorno de 15 editais/museus (71%), dois museus que não efetivaram convênio (9,5%) e quatro que não responderam a pesquisa (18,5%).

O retorno de algumas instituições dá conta de alguns museus que responderam a pesquisa, mas dizem que não realizaram o convênio; os museus que responderam não ter recebido a verba, mas constam no portal da transparência como tendo recebido; os museus que desconhecem a realização do projeto e do convênio. Destacamos as informações abaixo:

1. O Museu Getúlio Vargas, de São Borja, o qual não respondeu a pesquisa, disse que não houve convênio, no entanto, está publicado no Portal IBRAM que na data de 07/07/2006 foi liberada a verba de R\$ 12.750,00 pelo IPHAN em favor de Prefeitura de São Borja. Na resposta do IPHAN consta que não houve convênio. As pessoas contatadas por telefone desconhecem este projeto e verba.

2. O Ecomuseu Casa do Leite, de Cachoeirinha, respondeu a pesquisa e recebeu o valor conveniado na época, em 2007, em favor da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, apesar do IPHAN ter informado que não houve o convênio. Aqui fica demonstrada a falta de atualização dos dados, comunicação ou inspeção por parte dos Sistemas responsáveis.

Uma possível justificativa para este desencontro de informações pode estar exatamente nesta declaração feita pelo entrevistado do Ecomuseu da Casa do Leite: “Atualmente, o memorial está fechado em função de problemas estruturais no prédio. O acervo foi temporariamente deslocado para a Secretaria de Cultura, onde está disponível para consulta.” Considerando que o convênio foi em 2007 e a pesquisa foi realizada em 2012. Complementando ainda com o fato de que: “Os funcionários que implementaram o projeto, e que poderiam responder estas questões mais eficientemente, não fazem mais parte da Secretaria, por isso não dispomos destas informações.” Este museu foi visitado em 2010 e a situação que vimos é de descontrole, falta de funcionários e de descontinuidade de trabalho.

3. Núcleo de Memória da FURG/NUME, de Rio Grande, respondeu a pesquisa, realizou o projeto em 2008, está confirmado o convênio conforme dados do IPHAN, mas não aparece no Portal de Transparência IBRAM. No Relatório de Gestão do IBRAM, este museu consta como se localizando em Porto Alegre e não em Rio Grande. Caberia aqui refletir sobre a capacidade física e estrutural dos órgãos para lidar com esta quantidade de informações, como fazem e controlam seus registros, como se comunicam os sistemas e se relacionam com seus museus associados, as questões burocráticas, de pessoal, etc.

4. Museu Histórico Municipal Bruno Born, de Lajeado, enviou o projeto em 2010, no valor de R\$ 104.000,00 e está em situação de execução conforme o Portal da Transparência, porém o IPHAN não tem conhecimento, mas a concedente é o IBRAM. Isso pode justificar o desencontro dos dados. A data da última liberação da verba consta como 19/01/2012. A razão disto está colocada pelo entrevistado na pesquisa: “O que foi pedido não correspondia à prioridade do museu, pois não foi feito um planejamento adequado do mobiliário, por esta razão o projeto ainda não foi executado. Pedimos a prorrogação do prazo de vigência e estamos planejando novamente com um mobiliário adequado para o espaço.” O projeto ainda não foi executado.

Segundo informações de profissionais, dois projetos não foram realizados porque não houve convênio com IPHAN/IBRAM.

1. Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga.
2. Museu Municipal Senador Pinheiro Machado, São Luiz Gonzaga.

Quatro museus não retornaram contato para responder a pesquisa, após vários telefonemas e reenvios por e-mail tendo sido confirmado pelo IPHAN o convênio:

1. Museu Municipal Dácio Thobia Busanello, de Novo Machado. O convênio com IPHAN foi concluído em 30/06/2006 em favor da Prefeitura. Conseguimos falar por telefone, porém a pessoa responsável nunca se encontrava para nos atender naquele momento.

2. Museu Municipal Cônego Hugo, de São Francisco de Assis. O convênio com IPHAN foi concluído em 29/06/2006 em favor da Prefeitura. Nunca conseguimos contato com este museu.

3. Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, em Porto Alegre. Consta no Portal da transparência IBRAM que a situação é concluída, onde a concedente é o IPHAN e o conveniente é a Associação dos Amigos do MARGS, e o valor liberado em 24/02/2005. As pessoas que poderiam nos informar sobre esta época não se encontram mais no MARGS e nem na estrutura do governo, pois boa parte do corpo funcional é de cargos em comissão, que encerram suas funções, quando encerra o período de governo em que são contratados, além de muitos funcionários de carreira estarem se aposentando. Recebidas informações de um ex-funcionário por e-mail, suprimimos os nomes para preservar a identidade destes profissionais, o que não cabe aqui expor por não ser objetivo desta tese, onde faz o relato a seguir:

E-mail enviado em: domingo, 12 de agosto de 2012

“Muitos projetos foram feitos na gestão anterior (ex-diretor), época em que retornei a trabalhar no MARGS. Porém, o (diretor da época) terceirizava a elaboração de projetos, havia uma empresa de produção cultural que os fazia. Participava da empresa uma produtora que morava no Paraná, não lembro o nome, (.....) ex-funcionária ou estagiária do MARGS. A (...) participava sem aparecer às vezes oficialmente nos projetos. Fui trabalhar no projeto de inventário e reestruturação da reserva técnica, mas não sei se o nome “modernização” aparecia no projeto. Uma primeira etapa foi realizada pela (.....) com uma equipe de estagiárias (inventário do acervo), mas o resultado foi ridículo, nada acrescentou ao que já sabíamos. Por isto briguei para mudar a equipe e a coordenação da segunda etapa do projeto. Mas como eu e toda a equipe da reserva saímos do MARGS devido aos surtos do atual diretor, que deveria fazer terapia urgente, o projeto acabou sem segunda etapa. Em resumo, não preenchi teu formulário porque desconheço o projeto. Aliás, tanto o

(ex-diretor) quanto o (atual diretor) nunca se reuniram com a equipe do MARGS, que não tomava conhecimento dos projetos da direção. Desculpe se não te ajudei. Abraço, (...)”

A seguir as respostas obtidas por questionário enviadas pelos museus que participaram da pesquisa.

De quem foi a ideia de realizar o projeto?

Mais da metade dos museus respondentes (60%) contou com a iniciativa de uma equipe de trabalhadores dos museus para gerar o projeto.

Antes de inscrever o projeto que contemplou o museu com uma linha de fomento houve discussão interna com a equipe?

Na maioria dos casos (73%) houve participação da equipe dos museus na elaboração dos projetos enviados, com raras exceções onde se restringiu a direção, chefia ou pessoal do governo municipal local. O que aponta para um espaço de colaboração ativo nas instituições museais, enquanto atores sociais proponentes e interessados na qualificação dos museus que atuam.

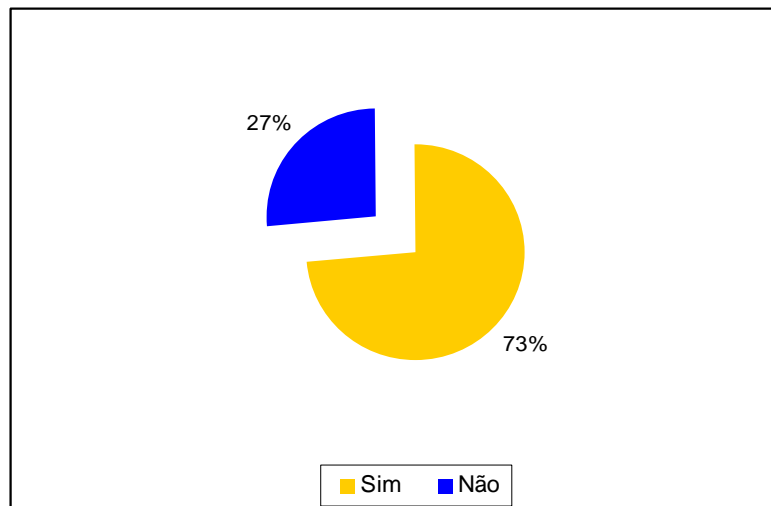
Quadro 23 - Quem confeccionou o projeto

Quem fez projeto?	Nº de respostas	%
Funcionários da própria instituição	13	86,7
Serviços de terceiros contratado	2	13,3
Empresa especializada contratada	1	6,7
Não Resposta	1	6,7
TOTAL	15	

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Você acha que o que foi solicitado correspondia à prioridade do Museu no momento?

Gráfico 7 – O solicitado era prioridade?



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus que responderam “não” a questão das prioridades foram: Museu Histórico Municipal Bruno Born Lajeado, Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul e o Museu Antropológico de Osório.

Os demais, sendo a maioria (73,3%) dizem que solicitaram o que mais precisavam no momento.

Nota-se pelos comentários que de uma forma geral os museus atenderam algumas prioridades no momento que enviaram os projetos, mas há que se considerar que tenham mais prioridades que não são possíveis de atender todas num mesmo edital pelos próprios limites de verba que contemplem aquisição de equipamentos e materiais. De qualquer modo é relevante para os museus contar com esta política pública de modernização dos mesmos.

Quadro 24 - As melhorias (equipamentos de informatização, mobiliário, projetos educacionais, etc.) que o museu obteve com este projeto poderão ser disponibilizadas ou compartilhadas com outros museus de sua vizinhança?

Melhorias compartilhadas	Nº de respostas	%
Sim	5	33,3
Não	10	66,7
TOTAL	15	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

O fato das melhorias obtidas por editais não poderem ser utilizadas com outros museus, em sua maioria, reflete que ainda se encontram focados nas suas próprias necessidades estruturais, antes de pensarem em uma rede mais colaborativa entre eles.

Além de relatarem a distância física entre eles em algumas regiões. Em alguns casos demonstram esta possibilidade de realizar empréstimos, promover eventos integrando outras instituições.

Com quais instituições?

Aqui acho importante destacar as respostas de alguns museus, já que se relacionam e comprovam nossas premissas.

Antropológico Diretor Pestana

Sem dúvida, ambos os projetos aprovados pelo MINC poderiam ser aplicados em outras instituições museológicas, afinal, viabilizaram as atividades de salvaguarda dos artefatos e de comunicação/difusão para com a comunidade. Como o museu é uma referencia regional acredito que os projetos beneficiaram os outros museus na perspectiva da disseminação/multiplicação de conhecimentos e informações. No que se refere ao arquivo deslizante o adquirido pelo projeto/museu foi o primeiro de uma instituição museológica na região e serviu de modelo/referência para outros.

Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe

Na realidade o projeto não contou com o desembolso do auxílio devido a burocracias do próprio IBRAM. Os empenhos deveriam ser efetuados até o dia 20 de dezembro e nos foi avisado no dia 4 de dezembro, não havia tempo hábil.

Museu Histórico Regional Passo Fundo

De certa forma. Em relação aos equipamentos, possibilita empréstimos, apoio e/ou atividades em conjunto, instituições referidas na questão: (quais são as principais instituições que você interage), são exemplos de instituições parceiras.

Museu Municipal de Bom Jesus

Nessa região não tem muitos museus, o mais próximo é de Vacaria e estava desativado na época.

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul

Basicamente houve a melhora da parte física, com a reforma, iluminação adequada, e a distribuição interna do acervo. O que beneficia somente o próprio museu neste projeto.

Museu Municipal de Cachoeira do Sul

Se for no sentido de virem até o Museu, e aqui usá-las, sim. Se for no sentido delas poderem ser transferidas, emprestadas para outros, não.

Vistamos este museu em 2010, quando o equipamento adquirido pelo edital já estava nas instalações do museu. Esta instituição situa-se numa antiga residência e tem divisão dos espaços por salas, sendo que a primeira sala à entrada do museu abrigava o equipamento que havia sido adquirido, ou seja, era do tamanho da sala e serviria para digitalizar o acervo de uma instituição. Entendemos que outros museus da região que situam-se próximos, poderiam utilizar o equipamento mediante parcerias institucionais e deslocamento dos acervos que fossem possíveis, já que após digitalizado o acervo do museu que foi contemplado, o equipamento ficaria sem uso.

Museu de Venâncio Aires

As melhorias na época foram equipamentos expositores e de informatização. A forma de organizar o material de exposição melhorou bastante, o que possibilitou ser itinerante e socializar fora do museu. Não há muitos museus próximos ao nosso.

Museu da Baronesa

O projeto não foi finalizado em virtude da dificuldade em concluir as licitações necessárias para a aquisição dos equipamentos. Houve uma prorrogação e depois a verba foi devolvida.

Quais são as principais instituições com as quais você (respondente) em sua área de atuação, interage?

Antropológico Diretor Pestana

Eu, Museóloga, costumo interagir com alguns profissionais que trabalham em Museus da Região, também interagimos com a 4ª Região Museológica, Sistema Estadual de Museus, Curso de Bacharelado em Museologia e Bacharelado em Conservação e Restauro de Artefatos Móveis da UFPel, além de instituições que realizam atividades direcionadas a capacitação de trabalhadores de Museus.

Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe

Museu de Mineralogia da UFRGS e Museu de Paleontologia da UFRGS

Museu Histórico Regional Passo Fundo

Com o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Museu Zoobotânico Augusto Ruschi, Arquivo Histórico Regional, Memorial da UPF, trabalhamos muito em parcerias com os Cursos de História, Artes Visuais e Jornalismo, da Universidade de Passo Fundo. Além de apoio a outros Museus da cidade.

Museu Histórico Municipal Bruno Born Lajeado

Sesc, Sesi, Senac, Amturvals, Clube de Mães, União das Associações de Moradores de Bairros de Lajeado, Casa dos Artesões.

Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha

Atualmente, o memorial está fechado em função de problemas estruturais no prédio. O acervo foi temporariamente deslocado para a Secretaria de Cultura, onde está disponível para consulta. Quando estava em funcionamento, porém, as principais instituições com as quais nos relacionávamos eram o Sesi e as redes municipal e estadual de ensino.

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul

Unisinos.

Museu Municipal de Cachoeira do Sul

Instituições histórico culturais do Município, instituições religiosas, universidades, escolas das três redes, associações de estudiosos e pesquisadores, museus do SEM.

Museu de Venâncio Aires

Museu do Colégio Mauá, com o SEM, Museu da História da Medicina, participamos de eventos internacionais do ICOM.

Museu da Baronesa

Com o Curso de Museologia e Curso de Conservação e Restauro, ICH, UFPel; Sistema Estadual de Museus; IBRAM; Sistema Municipal de Museus de Pelotas; Fundação Casa de Rui Barbosa; Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo; Restauratus Restauração de Bens Móveis.

Núcleo de Memória da FURG NUME

Temos contato com o IBRAM e procuramos participar de todas as ações promovidas.

Museu Antropológico de Osório

Alunos e professores em geral, outros museus da região, associações comunitárias (estamos desenvolvendo projeto de geração de renda através da implementação dos pontos de cultura e memória em algumas localidades do município), associação quilombola, pesquisadores da região.

Observamos aqui uma grande disponibilidade para integração, sejam entre profissionais da área, com universidades, com os sistemas estaduais e brasileiro, e com a comunidade local, o que demonstra o potencial dos atores sociais para trocas e proposições de políticas públicas para museus. Mas parece também e, ao mesmo tempo, que a comunidade não usufrui efetivamente e que as trocas não são tão expressivas dentre as instituições que implementam as políticas públicas, até mesmo por que alguns museus fecharam durante a implantação dos projetos ou sequer trocam informações com outras.

Quadro 25 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM durante a realização do projeto com sua instituição?

Acompanhamento DURANTE	Nº de respostas	%
Sim	9	60,0
Não	3	20,0
Não resposta	3	20,0
TOTAL	15	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus que obtiveram acompanhamento do IBRAM foram:

Antropológico Diretor Pestana, Museu Histórico Regional Passo Fundo, Museu Público Municipal do Imigrante Jacutinga, Museu Municipal de Bom Jesus, Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul, Museu de Venâncio Aires, Museu da Baronesa, Núcleo de Memória da FURG NUME, Museu Antropológico de Osório.

Estes representam 60% dos museus, que foram atendidos positivamente durante a execução do convênio.

Não responderam a questão:

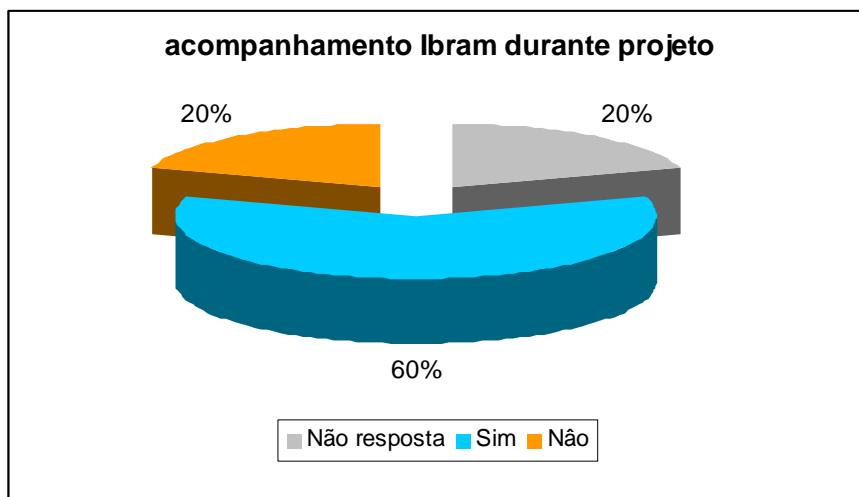
- Museu Histórico Municipal Bruno Born Lajeado, por que o projeto ainda não foi executado.
- Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha justifica que os funcionários que implementaram o projeto, e que poderiam responder estas questões mais

eficientemente, não fazem mais parte da Secretaria, por isso não dispõe destas informações.

Os museus que não tiveram acompanhamento do IBRAM foram:

- Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe, informa que não pode usufruir, pois o auxílio não foi liberado. Não efetivou convênio.
- Museu Municipal de Cachoeira do Sul.
- Museu Julio de Castilhos.

Gráfico 8 – Acompanhamento IBRAM



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Quadro 26 - De que forma foi?

De que forma foi acompanhamento? DURANTE	Nº de respostas	%
Por telephone	7	46,7
Por email	4	26,7
Pelo correio prestação de contas	2	13,3
Visita técnica ao local	1	6,7
Não Resposta	6	40,0
TOTAL	15	

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (4 no máximo).

O museu que recebeu uma visita técnica foi o Núcleo de Memória da FURG/NUME.

Quadro 27 - Quantas vezes ocorreu este acompanhamento?

Quantas vezes	Nº de respostas	%
1 vez	0	0,0
2 vezes	1	6,7
3 vezes	4	26,7
Mais de 5 vezes	1	6,7
Nenhuma	3	20,0
Não resposta	6	40,0
TOTAL	15	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Observações feitas pelos respondentes:

Antropológico Diretor Pestana

Sempre tivemos contato técnico para execução do projeto. Uma coisa que acho positiva no IBRAM é o não aparelhamento dos projetos usando muitas vezes para projeção política. Em nenhum dos casos houve necessidade de fazer inaugurações e projeção de quem quer que fosse. O número de vezes que ocorreu o acompanhamento dependiam das dúvidas e solicitações da equipe do Museu, ou seja, não tem como mensurar.

Museu Histórico Regional Passo Fundo

Foram feitos alguns contatos por parte do Museu quanto à aplicação de recursos, dúvidas, entre outros.

Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha

Os funcionários que implementaram o projeto, e que poderiam responder estas questões mais eficientemente, não fazem mais parte da Secretaria, por isso não dispomos destas informações.

Museu da Baronesa

Houve contato por telefone referente ao andamento burocrático do projeto. Menos de 5 vezes, não me recordo exatamente.

Quadro 28 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM depois de realizada a prestação de contas?

Acompanhamento DEPOIS	Nº de respostas	%
Sim	5	33,3
Acompanhamento DEPOIS	Nº de respostas	%
Não	6	40,0
Não resposta	4	26,7
TOTAL	15	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus que foram acompanhados pelo IBRAM depois do projeto foram:

Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha

Museu Público Municipal do Imigrante Jacutinga

Museu Municipal de Cachoeira do Sul

Museu de Venâncio Aires

Núcleo de Memória da FURG/NUME

Os museus que NÃO foram acompanhados pelo IBRAM depois do projeto foram:

Antropológico Diretor Pestana

Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe

Museu Histórico Regional Passo Fundo

Museu Julio de Castilhos

Museu da Baronesa

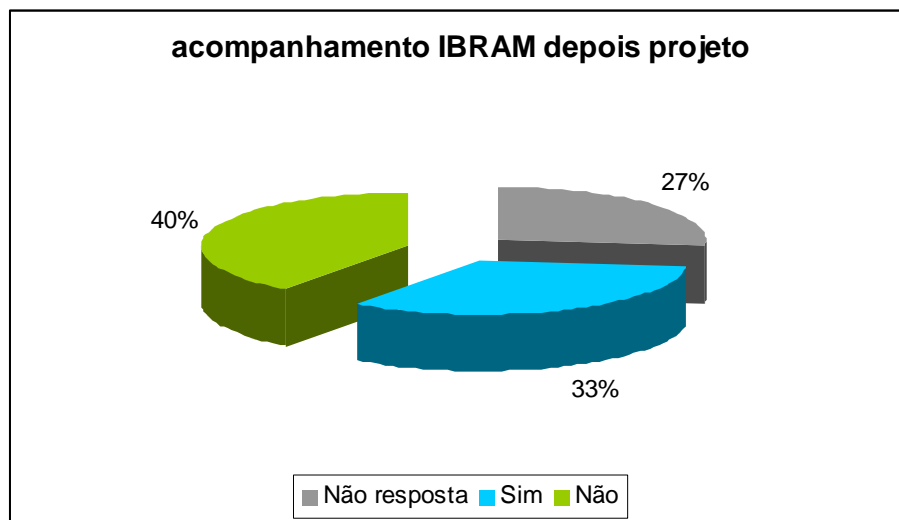
Museu Antropológico de Osório

Não responderam a questão:

Museu Histórico Municipal Bruno Born Lajeado. O projeto ainda não foi executado.

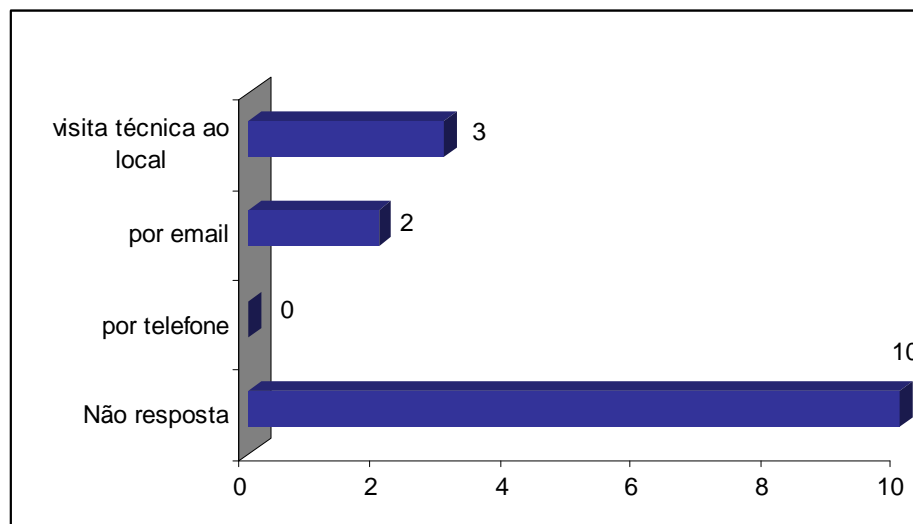
Museu Municipal de Bom Jesus.

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul.

Gráfico 9 – Acompanhamento IBRAM pós-projeto

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus que receberam visita técnica foram: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, Museu de Venâncio Aires, Núcleo de Memória da FURG NUME.

Gráfico 10 - Como foi acompanhamento do IBRAM depois do projeto?

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Na fase de implementação dos projetos o acompanhamento do IBRAM foi de 60% por telefone ou e-mail na maioria dos casos, com apenas uma visita técnica no local. E a maior frequência de contatos foram três vezes. Após a realização do mesmo o acompanhamento técnico se viu reduzido a 33,3% com três visitas técnicas no local ou

email, e na frequência de uma vez foram os contatos. As políticas para museus não avaliam com intensidade e frequência seus associados, como deveriam ou poderiam, naquilo que se propõem visando à qualificação dos museus.

Como a sociedade tem usufruído deste projeto?

Antropológico Diretor Pestana

Com relação ao projeto Dinamização ele mudou totalmente a qualidade do nosso trabalho, pois permitiu que equipássemos nosso auditório potencializando as atividades paralelas as exposições. Hoje nosso auditório é solicitado também para realização de cursos, palestras de vários setores da comunidade externa e da universidade. É difícil enumerar, pois todos os visitantes do museu têm acesso à exibição de documentários, faz parte do roteiro oferecido na visita.

Museu Histórico Regional Passo Fundo

No primeiro projeto, como foi feita a reorganização e modernização da Reserva Técnica foi possibilitando o recebimento de mais acervo, e a abertura da Reserva Técnica a visita da comunidade.

No segundo projeto que está sendo implementado, a comunidade terá acesso ao acervo iconográfico organizado, possibilitando ampliação da pesquisa, com equipamentos disponíveis para a mesma. Maior acesso a oficinas de educação.

Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha

Novamente, enquanto em funcionamento, a Casa do Leite serve como memorial do município e sede do arquivo de fotos históricas, além de possuir um espaço de exposições, ocupadas por meio de edital, e de oferecer oficinas para a comunidade.

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul

A parte histórica melhorou bastante, em termos de melhoria de auto-estima, as pessoas valorizam o visual que melhorou. A iluminação também foi adequada, está muito boa. Relatou que não sente apoio e interesse da universidade de Santa Maria que é mais próxima, não há estímulo aos estudantes para irem mais a este museu. Além de ter um problema sério de catalogação, por falta de profissional capacitado para esta atividade.

Museu Municipal de Cachoeira do Sul

A sociedade usufrui na melhoria dos serviços oferecidos pelo Museu. Com os equipamentos recebidos pelo Projeto de Modernização foi possível a aquisição de internet e com ela a criação de um site para o Museu; armazenamento de documentos em um banco de dados que pode ser consultado por interessados; consultas on line sobre dados históricos; agilização no agendamento de atividades oferecidas pela instituição; melhoria nas palestras oferecidas, agora com equipamentos de datashow. Além disso, o patrimônio histórico cultural, o acervo do Museu, que é um bem de toda a comunidade passou a ser protegido por um sistema de alarme contra roubos e contra incêndio. O scanner planetário, também aquisição do Projeto, permite que documentos valiosos de nossa história, particulares ou de outras instituições histórico culturais, possam ser preservados.

Analisando os comentários dos entrevistados, percebe-se ainda uma tímida participação e envolvimento das comunidades na fruição dos museus, ainda em busca de melhorias na organização e conservação dos seus acervos. Não relataram, por exemplo, atividades e programas atrativos para comunidade local, de modo geral.

Após efetivação do projeto aponte pontos fortes e pontos fracos resultantes:

PONTOS FORTES

Antropológico Diretor Pestana

1. Melhoria no processamento e acondicionamento do acervo
2. Maior possibilidade de desenvolvimento de ações educativas
3. Maior interação e representatividade com a comunidade

Museu Histórico Regional Passo Fundo

1. Acervo mais organizado
2. Ampliação do espaço de guarda e acondicionamento
3. Espaço visitável.

Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha

1. Aumento da capacidade de atendimento.

Museu Público Municipal do Imigrante Jacutinga

1. Melhor visibilidade dos objetos expostos
2. Melhoria na estrutura do museu

Museu Municipal de Bom Jesus

1. A parte física melhorou bastante, os expositores.
2. Divulgação do projeto (boca a boca) as pessoas difundem

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul

1. Iluminação adequada.
2. Distribuição das obras, antes colecionismo, está mais seletivo o ambiente, mais profissional
3. Ação educativa mais consistente.

Museu Municipal de Cachoeira do Sul

1. Aquisição do scanner planetário
2. Criação do site do Museu
3. Sistema de proteção contra incêndio e roubo

Museu de Venâncio Aires

1. Adquirir material
2. Ampliar o trabalho museológico para comunidade

Museu Julio de Castilhos

1. Melhoria na conservação
2. Segurança do acervo
3. Facilidade de localização

Museu da Baronesa

1. Desenvolvimento de ações educativas pela equipe do museu

Núcleo de Memória da FURG NUME

1. Maior demanda de pessoas visitantes
2. Outros projetos vinculados
3. Possibilidade de transformação em laboratório de pesquisa, através de curso

Museu Antropológico de Osório

1. Possibilidade de ampliar o acervo de fotos antigas que contam a história da cidade.

Os pontos fortes mais destacados em primeiro lugar fazem referência direta ao acervo, quanto sua organização, conservação, exposição, ampliação, iluminação e aquisição de material específico bem como melhorias da estrutura física dos museus. Avalio que poucas referências foram feitas como maior demanda de visitantes e ação educativa mais consistente.

PONTOS FRACOS

Museu Antropológico Diretor Pestana

1. O processamento técnico ainda não é o desejado
2. Faltam outros equipamentos para melhor atender a comunidade
3. Existem problemas de gestão das ações desenvolvidas no Museu

Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe

1. Falta de agilidade do IBRAM
2. Liberação do auxílio com maior antecedência

Museu Histórico Regional Passo Fundo

1. Muitas dúvidas em relação a elaboração do projeto
2. Durante a implementação do projeto, aplicação do recurso.
3. Os arquivos adquiridos em função de preços, apresentaram problemas

Ecomuseu Casa do Leite Cachoeirinha

1. Falta de maior investimento na manutenção das reformas.

Museu Público Municipal do Imigrante Jacutinga

1. Valores aquém do necessário

Museu Municipal de Bom Jesus

1. A cultura da região não valoriza as coisas regionais
2. Falta interesse do povo local

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul

1. Não tem equipamentos para reserva técnica;
2. Não tem espaço para distribuição de material;

Museu Municipal de Cachoeira do Sul

1. A não elaboração do plano museológico
2. Os equipamentos não foram acompanhados de mobiliário adequado
3. Distância da assistência do scanner

Museu de Venâncio Aires

1. Pouco acompanhamento do IPHAN

Museu Julio de Castilhos

1. Não foi possível mudar o local da Reserva Técnica
2. Poderíamos ter adquirido alguns armários deslizantes, mas isto aumentaria o valor total.

Museu da Baronesa

1. Projeto desenvolvido parcialmente, sem efetivação dos recursos financeiros.

Museu Antropológico de Osório

1. Não utilização de todo o recurso disponibilizado com outras necessidades do museu.

Quanto aos pontos fracos foi apontado acompanhamento insuficiente pelo IPHAN/IBRAM, a falta de equipamentos e investimentos financeiros especialmente.

O que sugere um descontentamento com as políticas implementadas para museus no que diz respeito a sua promoção, aplicação, avaliação e qualificação dos projetos.

O museu inscreveu projetos em edições anteriores/posteriores do Edital Modernização de Museus?

Basicamente metade da amostra (46,7%) enviou projetos em outras edições do Prêmio IBRAM, e a outra metade (46,7%) não enviou.

Observações feitas pelos respondentes quanto ao envio de projetos para participar de editais:

Antropológico Diretor Pestana (em 2007)

Na realidade a equipe do MADP tem participado quase que anualmente dos editais do IBRAM, ressalva para o ano de 2007.

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul (em 2008)

OBS: A diretora do museu Janete Dallacosta respondeu ao questionário. Disse que o centro cultural é conhecido por "Museu Histórico Fernando Ferrari" e abriga também o Museu Paleontológico Walter Ilha. (entendi que ambos funcionam no mesmo espaço físico). Reclamou que no IBRAM consta o endereço errado, pois é o endereço particular da antiga Diretora.

Museu Antropológico de Osório

Através do projeto o museu foi contemplado com o total de R\$ 59.265,53. Foi utilizado somente R\$ 10.960,00, pois a equipe diretiva da época perdeu o prazo para aquisição do material estipulado no projeto. Tal acontecimento se deve, no meu entendimento, devido o fato de que o projeto NÃO foi discutido nem proposto pela equipe do museu, mas pela equipe da secretaria de cultura e do setor de planejamento da prefeitura.

Quadro 29 - Caso tenha inscrito e o projeto não tenha sido contemplado, acredita que foi por quê?

Não foi contemplado por quê?	Nº de respostas	%
O projeto foi mal formatado	3	20,0
Faltam oficinas de formação para formatação de projetos	3	20,0
Existem oficinas, mas, não são de boa qualidade	0	0,0
O museu não tem equipe preparada para formatar projetos	3	20,0
Outros motivos	4	26,7
Não Resposta	8	53,3
TOTAL	15	

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (5 no máximo).

Os museus que participaram desta pesquisa demonstraram que não tem pessoal habilitado para formatação de projetos para concorrer nos editais, nem recebem orientações dos sistemas estaduais ou nacional que poderiam implantar ações e programas na qualificação destas instituições, tal como se propõe enquanto políticas públicas do setor.

Outros motivos apontados pelos respondentes foram:

Antropológico Diretor Pestana (em 2007)

Na realidade acredito que hoje, 2012, o Museu conta com uma equipe mais preparada, no entanto ainda percebo a importância de capacitação para que todos os

profissionais do museu estejam aptos. A meu ver este é o principal motivo para a não aprovação em editais, os projetos, mesmo com indicações, acabavam sendo um pouco prematuros e sempre amarrados a questões/problemas imediatos e a contrapartida.

Museu Histórico Regional Passo Fundo

Falta de preparação de pessoal. Estamos qualificando a equipe, entretanto tal qualificação é obtida por meio de estudos próprios, bem como a troca de informações com instituições vizinhas. Porém, é de extrema importância oferecer formação nestas áreas de elaboração de projetos, conhecimento e aplicação das leis de incentivo (Lei Rouanet, LIC), mecanismos de cadastramento de projetos, uso dos recursos em aplicações de projetos contemplados, entre outros aspectos relevantes, onde os ministrantes sejam pessoas que atuem nessas instituições, uma vez que as informações serão mais precisas, mais diretas.

Centro Cultural Fernando Ferrari São Pedro do Sul

Como já tínhamos ganhado o de 2006 antes acho que por isso não aprovou, por que o projeto foi bem avaliado, em condições de concorrer, porém ficou como suplente.

Museu de Venâncio Aires

Não houve explicação convincente, não nos deram uma boa explicação, faltou parecer. Por exemplo, se o valor era de 100.000,00 e o nosso projeto ficou um pouco abaixo do valor? Isso seria motivo de recusa da proposta? Foi engraçado, por isso não entendi a explicação.

Pelas respostas dadas pelos museus, percebe-se dificuldade de compreensão de como funciona a forma de análise e retorno sobre a contemplação do projeto.

4.3.2. Pesquisa com Museus do Paraná

A amostra do Paraná compõe-se de nove editais contemplados, sendo que o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss aprovou duas vezes, conforme tabela acima. No total apenas três museus do Paraná responderam à pesquisa referentes a quatro editais.

Quadro 30 – Retorno Museus Paraná

N. o	Museus que responderam a pesquisa	Cidade	Ano do benefício	N.º editais
1	Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória	Ibiporã	2009	1
2	Museu Histórico de Londrina PE. Carlos Weiss	Londrina	2004/2008	2
3	Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná)	Curitiba	2004	1
3				4

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Da amostra de nove editais, obtivemos o retorno de quatro editais/museus (44 %), e cinco museus (56 %) informaram que não efetivaram convênio sendo que dois destes não responderam em tempo.

Da mesma forma que os dados do Rio Grande do Sul, nos amparamos no IPHAN e no portal da transparência do IBRAM. Neste último nos deparamos com algumas contradições de informações expostas no quadro das duas páginas a seguir. Outros justificaram a não realização de convênio como a Casa João Turim e o Museu Histórico de Londrina que não obteve o benefício em um dos editais.

Quadro 31 – Concretização da pesquisa (PR)

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS	FONE	E-MAIL	TIPO DE ENTREVISTA	RESPOSTA	RETORNO IPHAN	PORTAL TRANSPARÊNCIA
Museu de Arte da UFPR	Curitiba	2004	Segurança para o museu	7.105,60	(41) 3310-2601 / 3310-2634	cultura@ufpr.br	envio em 15/8 reenvio em 23/8	ok - Ronaldo	existe convênio	não tem
Museu Histórico de Londrina	Londrina	2004	Revitalização do museu	19.844,49	(43) 3323-0082	museu@uel.br	envio em 15/8 reenvio em 23/8	ok - Gina	existe convênio	não tem
Museu de Arqueologia e Etnologia	Curitiba	2005/2006	Sala de exposição educativa do MAE no centro histórico da UFPR em Curitiba	38.400,00	(41) 3721-1200 / 3313-2042	diretoria.me@ufpr.br	envio em 15/8 reenvio em 23/8	ok - fone Marcia Rosatto	não existe convênio	tem
Museu Histórico de Cambé	Cambé	2007	Museus, ontem, hoje e amanhã	60.407,99	(43)3174-2600	museu@cambe.pr.gov.br	envio em 23/8	falado com fone por Camila repassará a outra pessoa	não existe convênio	tem
Casa João Turim	Curitiba	2007	Otimização da Casa João Turim	11.616,00	(41) 3223-1182 / 3323-5715	cjturin@seec.pr.gov.br	envio em 15/8	fechado	não existe convênio	não tem
Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	Londrina	2007	Implantação do setor de ação cultural e educativa do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	96.450,00	(43)3323-0082	museu@uel.br	envio em 15/8 reenvio em 23/8	ok - Gina	não existe convênio	não tem
Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	Londrina	2008	Implantação do setor de ação cultural e educativa	100.000,00	(43)3323-0082	museu@uel.br	envio em 15/8 reenvio em 23/8	ok - Gina	existe convênio	tem

MUSEU	LOCAL	ANO	PROJETO	VALOR EM REAIS	FONE	E-MAIL	TIPO DE ENTREVISTA	RESPOSTA	RETORNO IPHAN	PORTAL TRANSPARÊNCIA
Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória	Ibiporã	2009	Modernização do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã	101.720,14	(43) 3178-8454	juliodutraarq@gmail.com	envio em 23/8	ok - Julio	existe convênio	tem
Museu de Arte de Cascavel - MAC	Cascavel	2010	MAC 2010 - O ano da modernização	165.056,15	(45) 3321-2020	silviaprado14@gmail.com	envio em 23/8	falado por fone reencaminhou a Ana Lucia Simão (45)3902-1370	não tem conhecimento	tem

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2011/2012.

Museu Histórico de Cambé

Não obtivemos retorno da pesquisa, após contato por telefone. Na planilha do IPHAN consta que não existe convênio, e no portal de transparência informam o mesmo, mas em anos anteriores houve verba para manutenção de centro cultural e criação de centro cultural, com convênio do ministério do turismo e cultura. Para Construção de centro cultural em 2008, para Apoio ao Projeto: "Malha Cultural e Cidadania" em 2006, e aquisição de equipamentos/material permanente para Centro Cultural de Cambé em 1999.

Museu de Arte de Cascavel – MAC

Fizemos contatos por telefone e e-mail com este museu, e a pessoa que ficou de retornar a pesquisa estava sem computador na época para retornar e por fim não respondeu. O IPHAN não tem conhecimento deste convênio, que consta do ano de 2010. Mas no portal da transparência consta que o projeto está em execução e observamos que o Museu de Arte de Cascavel que ganhou no ano de 2010, aparece percebendo a verba de R\$ 148.550,58 em 24/01/2012, concedida pelo IBRAM. O valor é diferente em poucos reais. O de 2010 tinha como valor R\$156.056,15 e o projeto acima indicado tem valor de R\$165.062,76.

MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná

E-mail enviado em 15 de setembro de 2012:

“Cara Marcia,

Antes, desculpo-me pelo tempo transcorrido, alheio à minha vontade.

Quanto aos dados que você solicita, esclareço que o MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná submeteu por 04 anos consecutivos projeto para o Edital de Modernização de Museus e não foi contemplado em nenhuma das edições.

Não respondi ao questionário, pois não há um campo apropriado para este dado.

Ao que vi, sua pesquisa diz respeito aos museus contemplados com recursos IBRAM; fica a sugestão de incorporar, talvez como comparativo, o índice de Museus Universitários que submetem projeto ao IBRAM e não recebem nenhum tipo de apoio. Talvez esse dado possa mostrar alguma coisa sobre a política do IBRAM para utilização dos recursos no universo dos museus universitários.”

Contrapondo as informações dadas pelo museu e os dados do IPHAN que diz que não houve convênio, no portal de transparência consta que o projeto foi concluído, mas com verba concedida pela Universidade Federal do Paraná em 12/12/2006.

Casa João Turim

Informações por telefone em 24 de agosto de 2012:

“O motivo do projeto IBRAM não ter sido completado, foi por que o Estado não cumpriu com a contrapartida prometida na época (questões de documentos, certidões negativas, pendências) que acabaram prejudicando o pessoal que fez projeto, a parte deles tava tudo certo, por isso lamentou perder o benefício do IBRAM.”

Do projeto da Casa João Turim obtivemos a informação por telefone com a ex-diretora de que a casa foi fechada em 2012. O espaço foi fechado pelo próprio governo que deveria mantê-la, assim parte do acervo foi para outro local (Museu Oscar Niemayer) e outra parte, que era de propriedade particular, será vendida ou já foi vendida.

Mas este museu ainda consta no site da COSEM (acesso em 02/12/2012).

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Apenas em 2007 não obteve convênio, mas nos anos de 2004 e 2008, sim.

A seguir as respostas obtidas por questionário enviadas pelos museus que participaram da pesquisa.

De quem foi a ideia de realizar o projeto?**Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória**

A idéia foi da equipe Secretaria de Cultura de Ibiporã que tomou conhecimento do edital.

Museu Histórico de Londrina PE. Carlos Weiss

Os projetos são desenvolvidos a partir da diretoria após constatado a necessidade da instituição com a colaboração da equipe no repasse de algumas informações.

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

O Edital do IPHAN foi aberto e o Museu de Arte da UFPR - MUSA apresentou uma proposta pelo responsável pelo MUSA.

Nos editais propostos por estes museus do Paraná fica evidente que a autoria parte de cargos de chefia ou diretoria, com colaboração e discussão com equipes que trabalham nas instituições museais. Passam a idéia de uma relação mais formal com os funcionários

(no caso do museu histórico de Londrina) na medida em que se refere a eles como colaboradores no repasse de informação, não nos dando uma idéia de discussão e proposição por parte dos mesmos.

Quadro 32 - Quem confeccionou o projeto?

Quem fez projeto	Nº de respostas	%
Empresa especializada contratada	0	0,0
Serviços de terceiros contratado	0	0,0
Funcionários da própria instituição	3	100
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Os projetos dos três museus pesquisados foram formatados por funcionários das instituições.

Quadro 33 - Você acha que o que foi solicitado correspondia à prioridade do Museu no momento?

Prioridade	Nº de respostas	%
Sim	3	100
Não	0	0,00
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

O MUSA precisava de um sistema de controle visual das visitas aos espaços expositivos e na Reserva Técnica.

Os museus consideram que suas demandas foram atendidas pelo projeto naquele momento, mas deixa a questão em aberto quando diz que existem inúmeras demandas a serem satisfeitas.

As melhorias (equipamentos de informatização, mobiliário, projetos educacionais, etc.) que o museu obteve com este projeto poderão ser disponibilizadas ou compartilhadas com outros museus de sua vizinhança?

Quadro 34 – Melhorias compartilhadas

Melhorias compartilhadas	Nº de respostas	%
Sim	0	0,0
Não	2	66,7
Não Resposta	1	33,3
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus que responderam “não” foram Museu de Arte da UFPR – MUSA e Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória, e o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss não respondeu a questão, mas comentou a seguir:

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Enviamos o projeto, mas não tivemos a verba da contrapartida em 2001. O projeto do setor educativo pelo IPHAN em 2008 contemplou as necessidades do setor.

Quais são as principais instituições com as quais você (respondente) em sua área de atuação, interage?

Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória

Nenhum.

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

O Museu com a UEL e outras instituições locais quando solicitado a gerir coleções. O MHL regularmente interage com a rede pública de ensino.

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

Museu de Arte Contemporânea - MAC/PR, Museu Oscar Niemeyer - MON, Museu Alfredo Andersen, Casa Andrade Muricy.

Observamos que estes museus interagem especificamente com outros museus, com exceção do Museu Histórico de Ibiporã, que não reportou nenhuma instituição. E o Museu Histórico de Londrina que estabelece relação com instituições de ensino. Chama a atenção que nenhum deles citou os sistemas estadual e brasileiro de museus, ao contrário do que vimos nos museus do Rio Grande do Sul.

Quadro 35 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM durante a realização do projeto com sua instituição?

Acompanhamento DURANTE	Nº de respostas	%
Sim	2	66,7
Não	1	33,3
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus que obtiveram acompanhamento do IBRAM foram: Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória e Museu Histórico de Londrina PE. Carlos Weiss. O Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná) não teve acompanhamento.

Quadro 36 - De que forma foi?

De que forma foi acompanhamento DURANTE	Nº de respostas	%
Por telefone	2	66,7
Por email	2	66,7
Visita técnica ao local	1	33,3
Pelo correio prestação de contas	0	0,0
Não resposta	1	33,3
TOTAL	3	

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (4 no máximo).

O museu que recebeu visita técnica no local foi o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

Quadro 37 - Quantas vezes ocorreu este acompanhamento?

Quantas vezes	Nº de respostas	%
1 vez	0	0,0
2 vezes	0	0,0
3 vezes	0	0,0
Mais de 5 vezes	2	66,7
Nenhuma	1	33,3
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Os museus Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória e o Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss tiveram acompanhamento mais de cinco vezes por email e telefone, além da visita técnica ao segundo, de Londrina. Depois de implementados os projetos não tiveram nenhum contato com o IBRAM.

Quadro 38 - Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM depois de realizada a prestação de contas?

Acompanhamento DEPOIS	Nº de respostas	%
Sim	0	0,0
Não	3	100
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Como a sociedade tem usufruído deste projeto?

Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória

Participando ativamente de entrevistas e da utilização do espaço que contempla exposições e projetos referentes a história do município.

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Com a utilização da infra-estrutura disponibilizada nos projetos, seja por mobiliário, sistemas de armazenamento das coleções disponibilizada em pesquisas entre outros.

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

O sistema de segurança por câmeras possibilitou que o acervo que está acondicionado na Reserva Técnica do MUSA e as peças expostas nas salas expositivas ficassem protegidos que atos prejudiciais a integridade do Acervo e das peças.

A sociedade usufrui destes museus como expectadora das exposições, como pesquisadora dos acervos, e o MUSA responde com a questão da segurança do acervo como imperativo do museu.

Após efetivação do projeto aponte pontos fortes e pontos fracos resultantes:

PONTOS FORTES

Museu Histórico e de Artes de Ibiporã Espaço de Memória

- 1 - Melhor visibilidade do trabalho
- 2 - Melhores condições de realizar o trabalho
- 3 - Valorização das atividades com equipamentos de ultima geração

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

- 1 - Apoio na infra-estrutura
- 2 - Implantação de atividade
- 3 - Apoio a pesquisa

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

- 1 - Implantação de um Sistema de Segurança por câmeras.
- 2 - Controle visual dos Espaços expositivos e da Reserva Técnica.
- 3 - Otimização dos trabalhos da equipe do MUSA.

Os pontos fortes destacados em primeiro lugar tratam da visibilidade do museu, sua infra-estrutura e aprimoramento do sistema de segurança.

PONTOS FRACOS

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

- 1 - Não acompanhamento do responsável pelo projeto a longo prazo
- 2 - Prazo reduzido do projeto em relação a entrega do recurso
- 3 - Mudança de diretoria=mudança de política museal

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

- 1 - Os equipamentos ficaram defasados em pouco tempo.
- 2 - Necessidade de manutenção constante.
- 3 - A tela do monitor ficou instalada em local errado porque o público tinha acesso às imagens.

O museu de Ibiporã não apontou pontos fracos. O Museu de Londrina chamou a atenção sobre a descontinuidade do acompanhamento aos projetos depois de implantados, bem como a mudança de diretoria e simultânea mudança de política museal. O MUSA destacou a defasagem dos equipamentos num breve período de tempo, e a necessidade

constante de manutenção. Por estas razões deveriam refletir as políticas públicas de museus, como um trabalho constante de promoção, avaliação e desenvolvimento de atividades no setor.

Quadro 39 - O museu inscreveu projetos em edições anteriores/posteriores do Edital Modernização de Museus?

Enviou projetos em outras edições?	Nº de respostas	%
Sim	3	100
Não	0	0,0
TOTAL	3	100

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Todos os três museus enviaram projetos, sendo que o de Londrina obteve o convênio em 02 editais em 2004 e 2008, e não firmou convênio em 2007. O MUSA enviou nos anos de 2007 e 2008, porém não foi contemplado nestes anos.

Quadro 40 - Caso tenha inscrito e o projeto não tenha sido contemplado, acredita que foi por quê?

Não foi contemplado por quê?	Nº de respostas	%
O projeto foi mal formatado	0	0,0
Faltam oficinas de formação para formatação de projetos	1	33,3
Existem oficinas, mas, não são de boa qualidade	0	0,0
O museu não tem equipe preparada para formatar projetos	1	33,3
Outros motivos	2	66,7
TOTAL	3	

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2012.

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (5 no máximo).

O Museu Histórico e de Artes de Iporã Espaço de Memória foi quem apontou que faltam oficinas para formatação de projetos, e que não possuem equipe preparada para formatar projetos.

No Paraná, tal como no Rio Grande do Sul, também se ressentem com a falta de capacitação de profissionais para formatação e elaboração de projetos. O Museu de Londrina expõe em seu comentário a insatisfação com a política do IBRAM atual, o que demonstra que a questão não se restringe a formatação de projetos, mas uma revisão nas necessidades dos museus e na legislação orçamentária que rege os editais, nos requisitos exigidos, contrapondo com a realidade destes museus. O MUSA ainda se refere à grande quantidade de projetos enviados e poucos aprovados e escolhidos.

Outros motivos apontados pelos respondentes foram:

Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

A política do IBRAM/IPHAN não contempla a necessidade atual da maioria dos museus. Apesar de toda a legislação da área desta última década, as instituições não conseguem cumprir com os requisitos mínimos para o desenvolvimento das atividades museológicas. A questão da contrapartida nos editais do IBRAM/IPHAN é muito complicada. O valor deve ser requerido na previsão orçamentária do próximo exercício. A coisa complica quando acrescentamos nesta questão do fator de risco, que é a aprovação do projeto enviado e da contrapartida. Gina Issberner. Museóloga. Conselheira/ COREM 5ªR PR/SC.

Museu de Arte da UFPR - MUSA (Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná).

Muitas instituições apresentaram propostas e foram contempladas apenas poucas instituições.

Depoimentos que extraí de consultas a sites de museus contemplados dão conta de que se terceirizam profissionais para confeccionar projetos, ou seja, seria necessário inicialmente ter uma equipe no museu apta a fazer o projeto ou que recebesse uma assessoria técnica para esta confecção. Apesar da existência de oficinas de formação, elas não são permanentes e aí propõe-se – por entendermos absolutamente necessário e termos a convicção de que virá a trazer qualificação – uma formação de nível médio, que venha a suprir tal lacuna e que possa também aportar mão de obra para acompanhamento no dia a dia do museu.

A diretora do Museu Municipal de Cachoeira, Mirian Ritzel, em 2009 comentou:

“A oportunidade bate agora à nossa porta. O edital de modernização de museus instituído pelo Ministério da Cultura aprovou, em segundo lugar no país, o projeto apresentado pela Defender⁹⁵ tendo como objeto o nosso museu. Cabe à comunidade, mais uma vez, abraçar a oportunidade e colaborar para que a contrapartida exigida possa viabilizar a aquisição de equipamentos tecnológicos capazes de dar esperanças de difusão e perpetuação de milhares de fotografias e documentos únicos que registram a história do quinto município criado no Rio Grande do Sul. [...] Digitalizar acervos é o sonho de pesquisadores, historiadores e gestores de museus e arquivos. Significa expandir a informação além do suporte original de papel, frágil por natureza e pela passagem inclemente do tempo.” (Ritzel, 2009)

⁹⁵ A Defender é uma OSCIP com atuação nas áreas da cultura, patrimônio histórico e artístico, turismo cultural e social, meio ambiente e cidadania, sem fins lucrativos. Mais detalhes em www.defender.org.br.

Existe demanda de que a comunidade usufrua, mas este museu, de uma cidade pequena, para citar neste momento, somente um exemplo, necessitaria de um equipamento desta grandeza? Já que sua reserva técnica não é equipada? Será que os funcionários saberão preservar as imagens ou haverá descarte e manutenção somente das digitalizadas? Seria este o primeiro passo a dar nesta entrega de uma política de controle, acompanhamento e mesmo gestão para a população.

São questionamentos que deveriam ser observados por ocasião da avaliação em primeira instância pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, que já teve tempo suficiente para ter realizado uma radiografia pormenorizada da situação de todas as regiões. A avaliação prévia e regional seria uma comunhão de fato com a política nacional.

Os investimentos poderiam ser realizados, ou melhor, repassados somente após a confecção de um cadastro prévio que o SEM/RS fizesse, já que conheceria a priori a realidade dos museus da região e poderia fazer parte dos estudos para a organização dos projetos. Inclusive estes estudos e esta consultoria seriam uma espécie de oficina a ser realizada em conjunto com instituições de ensino médio que tivessem o ensino técnico ainda não desenvolvido.

Seria através da rede sistêmica formada e bem formatada que tanto o SEM/RS quanto o SEM/PR poderiam trabalhar, no sentido pensado por Luhmann, que embasa a análise procedida nesta tese. As coordenações regionais tem capacidade de acompanhar este desenvolvimento e propor projetos que atenderiam, inclusive, mais de um museu, como no citado projeto de Cachoeira do Sul, onde o mesmo equipamento, se fosse instalado em local centralizado, atenderia mais de um museu, distribuiria os serviços em conjunto, como uma estação central, e faria jus à aquisição de um equipamento que, para além de ter um custo alto, utiliza expressivo espaço físico.

Os sistemas estaduais de museus poderiam acompanhar, fazer sondagem e cadastro prévio, fazer a avaliação e servir como braço efetivo de apoio do IBRAM e do SBM.

Ampliando o entendimento para a inovação proposta, discorre-se sobre conceitos de avaliação, a fim de trazer o aprendizado e compreensão de que é pela avaliação de um projeto e seu acompanhamento que ele pode ter continuidade e desdobramentos sociais.

No relatório de Gestão (2010), é ressaltado:

“Avaliar é mais do que a compreender o contexto. Avaliar implica o uso de informações adequadas, mas também o estabelecimento de critérios que permitam valorar as ações e corrigi-las, se for o caso, mantê-las ou intensificá-las, quando necessário. Dimensionar e analisar os resultados da ação pública é uma maneira de quantificar o esforço e a qualidade da sua atuação no fomento e apoio a certas necessidades, avaliando se o empenho foi adequado e suficiente”. (Relatório de Gestão, 2010, p. 296)

É chegado o momento de o IBRAM colocar em prática seu próprio discurso, compreender que é preciso dar continuidade ao processo para que o sistema seja, de fato, autopoietico, se reestruturar e se refaça, na qualidade de eficácia e excelência que postula e diz trabalhar.

Para o SEM/RS, isto deveria servir de base e complementar as ações que devem ser cumpridas e que estão no decreto de criação.

Para Marília Cury:

“A avaliação museológica constitui-se em atividade hoje considerada essencial à vida dos museus. Essencial, mas ainda pouco praticada pelas instituições brasileiras de museologia. A falta de processos de avaliação em museus no Brasil, acredito, está ligada à falta de conhecimento sobre um quadro teórico referencial e sobre metodologias apropriadas para o desenvolvimento de processos avaliatórios fundamentados. A consciência da importância existe, mas não está sendo o suficiente para a implantação de mecanismos de avaliação. Outros motivos podem ser levantados, como a falta de recursos humanos e materiais, pois como sabemos, avaliar exige pessoal disponível e recursos financeiros por longos períodos, ou melhor, permanentemente, pois a avaliação institucional deve ser prática sistemática.” (Cury, 2005, p.121)

As colocações de Cury coadunam-se ao nosso estudo, pois falta maturidade para as equipes dos museus e comprometimento para os órgãos formuladores. É bem verdade que está disseminada uma cultura de não controlar e não avaliar por parte dos sistemas. Há planejamento, não existe falta de verbas, mas falta a prestação de contas para o próprio museu e para a comunidade envolvida. Interessante seria se os pequenos municípios, com seus museus, pudessem mostrar através de uma prestação de contas, ou de um acompanhamento, como o museu está trabalhando.

Avaliar e diligenciar são aspectos ainda falhos na política estadual e federal. Na política regional, há desconhecimento das ações dos museus.

A Declaração de Caracas recomenda, desde 1992:

“ [...] Que os planos e programas elaborados com instrumentos de planejamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso, e que a realização de tais planos e programas leve em conta as necessidades prioritárias do museu e defina objetivos e metas a longo, médio e curto prazo; Que o museu em sua necessidade de gerar recursos determine políticas claras de autofinanciamento, e que também recorra a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados que lhe permitam executar projetos; [...] Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu.” (ICOM, Declaração de Caracas, 1992)

Os dados provenientes das três pesquisas realizadas junto aos profissionais de museus e ao grande público foram analisados levando em consideração os objetivos desta pesquisa, na busca de comprovações ou não das hipóteses. As informações que foram cruzadas entre um estado e outro e mesmo entre um museu e outro corroboram com

nossas assertivas de que ainda existem lacunas em todas as áreas em que os museus atuam, seja na organização interna, seja na formação de pessoal, seja na visibilidade e fruição do acesso ao público.

O que parece encaminhar para uma falta de planejamento, mais pura e simples. Se isto fosse orientado de antemão, é possível que os projetos que solicitam fomento para melhorias pudessem efetivamente atender a necessidade mais premente. Na nossa prática como oficinaira, na grande maioria dos cursos ministrados, apareceu a dificuldade de saber o que pedir ao formatar um projeto, já que as carências são tantas. Seria a oportunidade de fazer mais oficinas de planejamento museológico.

Como os museus não vêem uma continuidade em suas gestões, passam a imaginar que a contemplação num edital poderá vir a resolver todos os problemas, o que ficou demonstrado não ser verdade, pelas respostas dos museus. A falta de continuidade gera a carência de conhecimento e planejamento.

Ao finalizar este capítulo reapresentamos o quadro comparativo (já apresentado no capítulo 2), nas cinco páginas seguintes, complementado com as categorias de análise destacadas da teoria luhmanniana que servem de complemento para as observações e comprovação para as hipóteses apontadas na introdução.

Quadro 41 – Quadro comparativo do Sistema de Museus Rio Grande do Sul, Paraná e Sistema Brasileiro de Museus, com a minha interpretação

QUADRO COMPARATIVO DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL, SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DO PARANÁ E SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS, CATEGORIAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO					
ITEM	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004	CATEGORIAS DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
ATRIBUIÇÕES	definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do sistema	promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, programática e técnica	promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica	poder	Luhmann considera que quem detém o poder é quem tem maiores possibilidades de ação dentro dos sistemas sociais, neste caso o Sistema Brasileiro de Museus está para o sistema museal como os sistemas estaduais são subsistemas
	estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado		estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com suas especificidades	comunicação	A comunicação é um dos conceitos mais importantes para Luhmann, já que ela é social e como tal é elemento dos sistemas sociais. O que deve dar continuidade à sociedade é o que foi realizado, quer dizer o acompanhamento geraria mais comunicação

I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004	CATEGORIAS DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
ATRIBUIÇÕES	estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus	desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus	divulgar padrões e procedimento técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas	comunicação e subsistema	O subsistema atua em conjunto com o sistema, para gerar a comunicação e permitir a recriação do sistema.
	proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico	promover programas de capacitação de recursos humanos destinados à área museológica	estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas	poder, autopoiesis, acoplamento estrutural	A autopoiesis social precisa dos elementos da sociedade para produção e reprodução, precisa compor seus elementos para recriação. Já o acoplamento estrutural para Luhmann é traduzido como a ponte entre um sistema e outro, onde há a troca de informações entre sistemas
	estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade	incentivar a realização de atividades culturais: dos museus junto à comunidade	estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico	sistema social comunicação contingência	A contingência reduz a complexidade, fazendo seleção dos elementos que fazem a relação do sistema com o ambiente

I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004	CATEGORIAS DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
ATRIBUIÇÕES	estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades	sugerir formas de visitação aos museus, com destaque para o sentido didático	estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas	comunicação, fronteiras, sistema e entorno	As fronteiras conservam o sistema, mas são abstratas. Já o entorno é meio-ambiente, estimulando o sistema
	promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais e internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos sistemas	manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais	incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus	fronteiras, sistema e entorno	As fronteiras conservam o sistema, mas são abstratas. Já o entorno é meio-ambiente, estimulando o sistema
	propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado	estabelecer um padrão museológico baseado no papel que cada museu desempenha na comunidade;	propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas do país	fronteiras, sistema e entorno	As fronteiras conservam o sistema, mas são abstratas. Já o entorno é meio-ambiente, estimulando o sistema

I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004	CATEGORIAS DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
ATRIBUIÇÕES	acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados	acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados		autopoiésis, acoplamento e comunicação	A autopoiésis social precisa dos elementos da sociedade para produção e reprodução, precisa compor seus elementos para recriação. Já o acoplamento estrutural para Luhmann é traduzido como a ponte entre um sistema e outro, onde há a troca de informações entre sistemas
	prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus	fomentar as atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento	estimular práticas voltadas para a permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos	comunicação, autopoiésis, sistema, subsistema	A autopoiésis social precisa dos elementos da sociedade para produção e reprodução, precisa compor seus elementos para recriação. Já o acoplamento estrutural para Luhmann é traduzido como a ponte entre um sistema e outro, onde há a troca de informações entre sistemas

I T E M	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS RS Decreto 33791 de 21/01/1991	SISTEMA DE MUSEUS DO PARANÁ Lei 9375 de 24/09/1990	SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS Lei 5264 de 05/11/2004	CATEGORIAS DE ANÁLISE	INTERPRETAÇÃO
ATRIBUIÇÕES		estimular a participação da iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema	incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas	autopoiésis, acoplamento e comunicação	A autopoiésis social precisa dos elementos da sociedade para produção e reprodução, precisa compor seus elementos para recriação. Já o acoplamento estrutural para Luhmann é traduzido como a ponte entre um sistema e outro, onde há a troca de informações entre sistemas

Fonte: pesquisa exclusiva para a tese – 2011/2012.

A partir das categorias de análise, a interpretação foi formulada na busca de fazer o comparativo das atribuições dos três sistemas com a teoria luhmanniana, que estabelece diálogos, mas não vemos funcionar na prática. O diálogo também se estabelece ao apresentarmos o resultado das pesquisas, que será concluído no próximo capítulo.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa, como todas as outras, possui momentos de expressiva reflexão, mudança, acertos e erros, compreensão, acréscimos e decréscimos até chegar ao fechamento, com as conclusões. Dificuldades na escolha do objeto não apareceram em nenhum momento desta escalada, embora fosse muitas vezes intrincado decidir qual o melhor caminho a pesquisar. O contributo maior que se percebe é apontar para a melhoria da sistemática avaliativa e da compreensão e convencimento aos interessados e participantes de que o assunto política pública é fundamental para a concretização de boas práticas nos museus.

Preliminarmente podemos apontar que o sistema museológico brasileiro e na região analisada, organizado como está, seja estadual ou federal, não é autopoietico, porque não tem absorvido as irritações do entorno como um todo. Talvez venha a absorver no futuro, mas pela sua ideologia de criação, comprovamos não existir preocupação com uma teoria sistêmica. As organizações estudadas existem não na possibilidade sistêmica desenvolvida por Niklas Luhmann e outros autores que trabalham com esta categoria de pensamento. Apesar de usar a denominação, ele não é um sistema tal qual definiu o autor. Mas a denominação é absorvida para dar a ideia de conjunto, como compreendida no senso comum e não científico, como privilegiado nesta tese. A pesquisa empírica identifica as convergências e divergências nestes processos.

Para que um sistema museológico exista é preciso ter: pessoal capacitado, rede de comunicação atuante, oportunidades de trabalho, atendimento a demandas populacionais (públicas), respeito às fronteiras de atuação, limites de poder, controle e diligenciamento. Para que um sistema museológico funcione e exerça suas funções básicas e para as quais foi instituído é preciso que tudo isto, além de estar na estrutura, esteja, de fato, estruturado na prática.

Na pesquisa ora realizada a percepção é da existência, mas não do funcionamento desta sistematização. O Sistema Brasileiro de Museus, que dentre seus objetivos preconiza: “I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais” (Lei 5.264 de 05/11/2004) é também responsável por: promover a articulação entre as instituições museológicas, estimular o desenvolvimento de projetos e atividades para valorização do

patrimônio, divulgar padrões e procedimentos técnicos, estimular e apoiar a qualificação profissional, estimular a participação da sociedade nos programas e projetos das instituições museológicas, estimular o desenvolvimento de programas e atividades educativas, estimular a criação e articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais, implementar o Cadastro Nacional de Museus, propor medidas de segurança e proteção de acervos, dentre outros. Cabe ao Instituto Brasileiro de Museus: “coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes e estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas” (Lei 11.906 de 20/01/2009). Aos sistemas estaduais do Paraná e do Rio Grande do Sul pertencem também as atribuições de dialogar, estimular a conformação em rede, implementar e fiscalizar, conforme quadro destacado no capítulo 4.

Neste sentido enfatizamos que o comportamento como um sistema é falho e carente. Os órgãos estaduais atuam em descompasso com o órgão sistematizador federal. E, por que motivo? Porque não existe nos vértices deste triângulo pontos de interesse mútuo e de atividades de atuação conjunta. É este o motivo de que tanto no Paraná quanto no Rio Grande do Sul existirem museus que não percebem na prática o funcionamento e atribuições dos sistemas, não conhecem como funcionam as organizações, e de outra parte, os sistemas estaduais ao invés de atuarem para reforçar o papel do Sistema Brasileiro, acabam por esperar passivamente por um apoio que vem emergencialmente, quando a situação já é de desesperança. Então, aparentemente, aos olhos do grande público existe um organismo que poderá estender a mão, mas é este mesmo organismo que deveria em seu âmago, cumprir a sua função de diligenciar, apoiar, estimular no momento anterior e não no limite.

Parte representativa dos museus pesquisados tem dúvidas, não recebe incentivo de seus mantenedores (muitos municípios não tem sequer hospital e é complicado manter o museu local), não tem pessoal capacitado, desconhece procedimentos técnicos, não tem equipe para desenvolver projetos e programas nas mais diversas áreas e acaba por manter o museu aberto, quando isto é possível. Então: onde está a rede sistêmica, onde está a voz dos operadores de museus (que no mais das vezes são contratados como cargos de confiança e a cada término de governo deixam as instituições), onde está a comunicação, onde está o investimento? A intenção é responder a estes questionamentos ao apontar que a estrutura não funciona, alertar às autoridades para a realização de encontros, discussões, aproximação com a academia e realização efetiva de ações que não deixem os museus no retrocesso, mas os impulsionem ao futuro.

De outra parte, há carência de cursos de formação que deveriam existir em maior grau, não somente em nível superior, mas também com cursos técnicos (onde há ainda

mais lacunas). Os cursos de formação profissional de nível médio, já indicados por Waldisa Rússio nos anos 1970 não são pensados, já que não há preocupação em manter profissionais para preservar, pesquisar e comunicar os acervos e mesmo para realizar as atividades básicas e até mesmo para formatar projetos.

Na década de 80 do século XX, existiu uma tentativa de realização de um curso de nível médio em Porto Alegre, que foi esquecida e não mais retomada, sequer noutros moldes, visando uma formação técnica e um elo importante de ligação que está por findar: a interface e o diálogo entre os profissionais mais antigos que ainda restam nos museus e os novos profissionais que o mercado deixa de contratar por falta de investimento. Estes profissionais de nível médio seriam os componentes de ligação da lacuna geracional que se formou nesta, e também noutras áreas, demonstrando descaso e falta de planejamento que deveriam ser atribuição dos sistemas estaduais.

Prolifera, nos últimos anos, a criação de cursos de graduação em museologia – dado o represamento de décadas – importantes, para a qualificação de novos profissionais, mas o que se nota, especialmente no Rio Grande do Sul é que, além destes profissionais saírem dos cursos com uma formação deficiente, a atuação em museus está distante de ser efetivada e, nos atuais quadros, quem está atuando nos museus não está se qualificando na área museológica. Ademais na direção dos cursos não há museólogos de formação, mas professores aproveitados de outros cursos. A interdisciplinaridade é algo fundamental e recomendado pela sociomuseologia, mas não se pode admitir que profissionais sem nenhuma formação regular de museologia sejam diretores de faculdade de museologia.

Some-se a isto que, na esfera pública do Rio Grande do Sul, não há concurso para museólogo há duas décadas. Situação semelhante ocorre nos municípios do interior do estado onde as autoridades, por desconhecimento, não vislumbram um concurso para museólogo até mesmo pela falta de pessoal em outras secretarias tidas como essenciais para a sobrevivência local. No Paraná, onde não há cursos de graduação em funcionamento, a situação é ainda mais complicada.

Parte deste estudo tem o intento de trazer melhorias aos museus, observamos – através das análises que foram feitas até aqui – que é no método comparativo e de análise de discurso que encontramos os subsídios, para propor uma prática inovadora para as novas oportunidades de avaliação e diligenciamento.

Entende-se que uma política para museus deveria dar conta de:

1. Desenvolvimento de cadastro de museus da região e atualização constante;
3. Estabelecimento de política para aquisição e manutenção de acervo;
4. Legislação de criação;
5. Programas de informatização;

6. Programas de fomento;
7. Desenvolvimento de padrões técnico-científicos básicos em nível de ensino médio;
8. Ações de valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus.

As políticas públicas para museus devem ser capazes de atuar onde as condições de acesso são desiguais, exatamente visando corrigir ou complementar o que pode melhorar ou o que não está tendo sua possibilidade de fruição, buscando compensar.

Há muitos municípios brasileiros que sequer tem museus e, onde os museus existem, são na maior parte das vezes, mal mantidos, especialmente os públicos. Importante é o edital Mais Museus que fomenta a criação de novas unidades museais.

No terceiro bloco de pesquisas realizadas obtivemos dados diferenciados em razão de analisar museus públicos e privados, com maioria de participação de museus públicos, o que significa que são as instituições públicas que acorrem mais a estas oportunidades de fomento do IBRAM, mas são os que possuem menos condições técnicas e de qualificação para a confecção de projeto visando concorrer a recursos com museus de todas as tutelas.

Ao analisar o entorno dos museus em que foram aplicadas as pesquisas, podemos destacar uma série de fatores que interferem diretamente nos objetivos deste estudo:

1. Até o presente momento não existem cursos de graduação no Paraná. Por longo período não havia cursos de formação superior no Rio Grande do Sul. Atualmente duas universidades federais (UFRGS e UFPEL) disponibilizam cursos de graduação em museologia no Rio Grande do Sul. Não há cursos de nível médio em nenhum dos dois estados. Os cursos de graduação, antes restritos aos estados do Rio de Janeiro e da Bahia, hoje proliferam no Brasil. Cursos em nível de aperfeiçoamento e mestrados na área têm sido criados em praticamente todas as regiões do Brasil, ainda que não com a mesma frequência que os cursos de bacharelado. Em 2011 foi criado o primeiro curso de Doutorado em Museologia no Brasil, na Universidade do Rio de Janeiro, coincidentemente (ou não) na mesma instituição que abrigou o primeiro curso de museologia (1932) em nível superior. Todos estes órgãos fazem parte de um sistema museológico global no âmbito brasileiro.

2. Há hoje 51 profissionais provisionados por lei e registrados no COREM/RS, mas somente 41 podem exercer a profissão por estarem quites com a tesouraria, provavelmente porque já se aposentaram e/ou não atuam mais nesta área. Já foram 125 museólogos registrados. O número tende a crescer com o registro de novos formandos nos dois cursos de museologia no estado. No Paraná são 51 profissionais cadastrados, mas os registros vem sendo realizados esporadicamente, pela falta dos cursos de formação locais. Estes profissionais estão destacados dentre os subsistemas que formam o sistema museal brasileiro.

3. O cadastro de museus é feito de forma sazonal pelo SEM/RS e pelo SEM/PR, descolados com o Cadastro Nacional, promovido pelo IBRAM.

4. Os museus carecem de comissão de discussão sobre o acervo e política de acervo

5. Os museus são criados sem documentação específica que possa garantir sua permanência.

6. Os recursos de informática disponíveis são incipientes.

7. Os programas de fomento são do IBRAM exclusivamente. O Estado do Rio Grande do Sul que já teve um programa da FAPERGS⁹⁶ hoje amarga a inexistência de projetos específicos para museus. Em 2012, programa de fomento aos museus municipais, o FAC dos Museus⁹⁷ teve 21 contemplados.

8. Não possuímos uma unicidade de padrões de documentação e conservação que sirva de base mínima para estas variáveis.

9. Muita coisa está fora do museu e o que tem dentro pode ser descartado a qualquer momento sem um estudo pormenorizado.

O estudo que neste momento estamos findando poderá ter continuidade se forem pesquisados itens apontados acima, seja através de entrevistas, seja através da verificação de atas de reuniões dos museus pertencentes aos sistemas estaduais de museus ou mesmo pesquisas junto ao COREM e aos profissionais que são museólogos com registro, seu perfil, periodicidade, inadimplência, atuação.

É visível a dificuldade dos órgãos formuladores em (re)conhecerem a situação em que os museus se encontram, mas não há como compreender a falta de investimento e inserção. Moutinho (2008) comenta: o serviço prestado pelo museu deve ser produzido e consumido em simultâneo, ser feito a tempo para ser acolhido pelo público, caso contrário, o círculo não se fecha.

As discussões e decisões, já apontadas anteriormente, ocorridas em Santiago do Chile, em Quebec, Canadá e em Caracas, Venezuela recomendaram o museu integral, o aperfeiçoamento de pessoal, a difusão de pesquisas, a preocupação com a inclusão da comunidade, a preservação dos acervos, a carência de políticas públicas e a sociomuseologia. A Carta de Rio Grande (anexo V) documento organizado por representantes de várias regiões do Brasil, presentes ao 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul propôs a retomada dos sistemas estaduais de museus e do sistema nacional, propondo que os candidatos a governos estaduais e presidência do país levassem

⁹⁶ Programa formatado e idealizado pelo SEM/RS em 1999.

⁹⁷ Programa de fomento Fundo de Apoio a Cultura – Museus, aos museus do Rio Grande do Sul, disponível no site www.cultura.rs.gov.br (acesso em 26/11/2012)

em consideração as propostas descritas neste documento, a fim de trazer melhorias ao setor cultural.

Com base nas pesquisas empíricas e nas políticas hoje existentes e levando em consideração a teoria sistêmica é oportuno falar que há falta de acompanhamento e de cumprimento, já que a política formalmente existe e os documentos de criação são enfáticos nas propostas, mas ainda carecem de diligenciamento.

Levando em conta os dados da pesquisa com o público, mais de 90% do universo pesquisado entende que o investimento público em museus é escasso e deveria ocorrer com mais propriedade em divulgação, qualificação e descentralização. O grande público não visualiza e tampouco se apropria destas políticas públicas existentes. Mas, é o pensamento deste mesmo público que é a matéria-prima para que os formuladores de políticas possam compreender e incluir nas pautas de suas reuniões.

Apresentamos e agora detalhamos para a conclusão das pesquisas, algumas das categorias conceituais: autopoiesis social, sistema-entorno, acoplamento estrutural, contingência, sistema, subsistema, poder e comunicação, a fim de compreender os sistemas, a partir do conceito de autopoiesis introduzido no estudo da sociedade.

Por conceito, podemos dizer que um sistema autopoietico:

- a) é um sistema porque seus componentes manifestam-se de modo processual;
- b) é um sistema fechado porque existe uma circularidade necessária e suficiente de seus componentes para que toda e qualquer operacionalização com vistas à manutenção do próprio sistema se realize;
- c) seus limites (sua fronteira) ou ainda as suas bordas diferenciam-se do meio-ambiente (entorno) em que está acoplado;
- d) é um sistema autopoietico porque produz e reproduz a si próprio de forma semântica, ou seja, mesmo sendo um sistema operacionalmente fechado, responde às transformações do meio-ambiente em que está acoplado, a partir de seus componentes operacionais, com vistas à sua permanência como sistema.

Tudo o que o ambiente externo faz é irritar o sistema que se auto-organiza. O conceito de comunicação é fundamental para a compreensão do sistema social. A comunicação é um fato emergente tal como a vida e a consciência e se realiza como tal porque traz em si três dimensões distintas, quais sejam: informação, mensagem e comunicação na análise que fazemos nesta tese.

Descrevemos o sistema museológico em que estamos inseridos: o sistema brasileiro de museus é um dos componentes, junto com os sistemas regionais de todos os estados, no nosso estudo: Paraná e Rio Grande do Sul. O entorno é o meio-ambiente. A comunicação são as redes entre estes sistemas implantados. A política nacional de museus

é também comunicação e atua nos limites e fronteiras. O poder permeia estas redes e relações. Mas o aspecto importante é a irritação ao sistema que é realizada pelo público e que torna o sistema autopoietico, que o faz reorganizar-se e reinventar-se, o que, como comprovado não está ocorrendo no sistema museológico brasileiro. As vozes não são ouvidas, as ideias e colaborações não são absorvidas e conseqüentemente as falhas na aplicação das propostas dos SEMs e SBM transparecem.

Ao examinarmos as atribuições do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul em seu decreto de criação, observa-se que poderia atuar mais efetivamente na promoção de contatos dentre os museus e entidades nacionais, no provimento de recursos, no acompanhamento de programas e projetos, na prestação de assistência técnica e na reformulação de muitos museus.

Especificamente na contemplação do edital de modernização de museus, vemos que se os sistemas museológicos regionais dessem conta de suas atribuições, seriam bem vistos os retornos e com certeza reduziriam as inconsistências de dados e de repasse de verbas de que alguns museus se ressentem.

Um dos museus que recebeu verba do edital de modernização de museus obteve uma visita técnica após contemplação. Este é um caso de exceção e deveria ser a regra. Conforme anexo VI destaco a notícia encontrada no site do Museu Municipal de Cachoeira do Sul detalhando a visita técnica e demonstrando para a comunidade de que forma se pode ter uma política pública aplicada e atendendo ao que a legislação se propõe. O Sistema Estadual de Museus do RS poderia fazer este papel de fiscalização, o que viria, inclusive, a reduzir custos e promover a integração entre os sistemas, tarefa prevista nas atribuições dos três sistemas analisados.

Dentre os comparativos das atribuições que destaquei no quadro, creio ser oportuno falar que quem detém o poder é quem apresenta maiores possibilidades de ação dentro dos sistemas sociais. Em sendo assim, o Sistema Brasileiro de Museus, através do IBRAM exerce poder sobre os demais sistemas e sobre a comunidade e os outros órgãos que gravitam neste sistema museológico e, assim sendo, acaba muitas vezes por encobrir, ideologicamente, a real situação em que os museus se encontram, já que tem o poder de comunicar e se aproximar, pelos recursos tecnológicos de que dispõe, dos museus. Contudo deixa de lado a oportunidade de engajar os sistemas regionais nesta comunicação. É o que Niklas Luhmann denomina de comunicação que ainda não gerou mais comunicação. A sociedade não sabe que os museus são importantes, ou seja, o sistema museológico não se comunica com a sociedade.

Outra categoria que indica o poder, como visto para Luhmann é a falta de fiscalização ou a falta de profissionais para atuarem nos museus. Identificamos turismólogos

em cargos de direção, o que não compactua com as atribuições sistêmicas, onde a qualificação profissional deveria ser levada em conta em primeiro lugar. É possível que muitos municípios não tenham capacidade de indicação e colocação de profissionais com esta formação, devido à carência e novidade dos cursos de formação, mas já deveria ter sido pensada e colocada em prática, a formação de nível médio que, com grau de conhecimento intermediário, dariam conta de atender, com menor custo e possibilidade de acesso via concurso público (e consequentemente de carreira), formando uma base de conhecimento e continuidade, mais do que necessários.

Quanto às fronteiras, os limites não são fixos e são abstratos. O sistema brasileiro faz convênios e articulações internacionais, trata-se de compreender as fronteiras e realizar o acoplamento estrutural que internamente (nacionalmente) ainda é falho neste item.

É visível que o acoplamento estrutural, a ponte, onde se concentra a troca de informações, entre os sistemas não se realiza. Há acoplamento estrutural através das ações que o IBRAM determina aos sistemas regionais, mas este acoplamento não se completa dos sistemas regionais para suas regiões, pois não há ações dos sistemas para eles ou são mínimas. Parece-nos que os sistemas só existem para obedecer ao sistema brasileiro e não existe, na prática, políticas dos sistemas estaduais autônomas.

Ainda pelos resultados das amostras, identifica-se que o público que visita museus e o público que trabalha nos museus apontam carências na aplicação de políticas públicas, que não irritam o sistema e as vozes não são ouvidas. Isto faz com que o sistema não seja autopoietico. Aqui entra conceituação de poder e a necessidade de desenvolvimento de ações junto à comunidade, que não é efetivada, é a contingência, que traz frustração às expectativas. Nas representações regionais há reuniões com a comunidade, o que não se dá no sistema brasileiro, que pode realizar a comunicação através das regionalidades sistêmicas. Então, os sistemas que analisamos não são autopoieticos, porque neles não se pode observar um modo de operação específico e exclusivo.

Com a consolidação do plano museológico executado dentro da PNM, existe a preocupação com a estrutura sistêmica e subsistêmica para esta concretização, o que faz com que a comunicação e a autopoiesis possam ter condições de realizarem-se.

Entrevistas com museólogas do Paraná apontam o desconhecimento quanto à atuação do Sistema Brasileiro de Museus: “Ainda não consegui distinguir exatamente a função do SBM e do IBRAM em nosso trabalho. Entendo que se confundem. Acho que com o tempo vão se dissipando as dúvidas”. Esta entrevista ocorreu em 2011, ambos os organismos já estavam em atuação e poderiam ter sido percebidos.

A população, nas pesquisas realizadas identificam em alto índice (quase 70%) que é necessário divulgar mais os museus e mais de 50% dos entrevistados entende que há

necessidade de contratar pessoal qualificado. Então, ou os museus não comunicam ou a população não se reconhece neles; ou os museus não têm pessoal qualificado ou as atividades não são realizadas. Pessoal de carreira, que é quase diminuto não se interessa pelo atendimento a demandas e o pessoal contratado em cargos de confiança, sabe que ficará pouco tempo e tem pouco interesse em manter as práticas em funcionamento. São vícios que as políticas também poderiam tratar de contemplar.

Em relação ao que o IBRAM poderia fazer que viesse ao encontro de uma política mais inclusiva citamos: o cuidado com os prazos de execução, a correta divulgação de resultados, a divulgação de resultados efetivos. Há muitos erros na proporção de informações que são divulgadas e o que finalmente é realizado. Isto analisando exclusivamente o Edital de Modernização de Museus.

Numa perspectiva sistêmica buscamos a interrelação entre os três sistemas museais e o que dizem as mesas de discussão. Além disso, os entrevistados nos mais diversos museus e os públicos destes também foram interesse desta interpretação.

Os museus inicialmente investigados foram os de Porto Alegre, bem como as pesquisas com o público visitante desses museus. Num contexto posterior, foi inserida a pesquisa referente a um dos editais do Instituto Brasileiro de Museus e a investigação foi realizada junto aos museus que receberam recursos via edital de Modernização de Museus, entre 2004 (ano de implementação) e 2010.

No quadro de análise a primeira categoria compreende o **poder**, que perpassa todas as pesquisas. De forma mais clara, se consegue identificar relações de poder em todos os decretos de criação dos sistemas, especialmente no decreto do Sistema Brasileiro, exatamente em razão de transparecer a ideologia da política partidária que está no governo do período em que foram criados todos os documentos do sistema brasileiro. O IBRAM, o Sistema Brasileiro e a Política Nacional de Museus são todos deste período.

Os decretos em sua publicação alcançam os objetivos que são determinados contudo, pela teoria que embasa esta interpretação, não existe comunicação e entendimento com os subsistemas.

Ao IBRAM compete coordenar o Sistema Brasileiro para o exercício das atividades sistematizadas. Existe de fato comunicação mediante divulgação de dados, informações sobre cursos, mas não há uma comunicação efetiva. Acaba por ter uma não comunicação, ou seja, permitir uma nova comunicação, desenvolver ações em cima do que é informado, é reproduzir.

Nos anos 90 do século XX, formava-se um grupo, entendendo grupo como: pessoas interagindo regularmente com base em expectativas comuns; segundo palavras recolhidas nas entrevistas, nos anos da década de 90 tínhamos participação no debate

museológico que havia no centro do país, chegando a se constituir perante a população como uma área importante, com uma circulação de idéias.

Para atingir os objetivos propostos, foram formuladas hipóteses de investigação, que reproduzo novamente aqui e respondo aos questionamentos, comprovando-as:

1. As políticas públicas para museus desenvolvidas pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, pelo Sistema Estadual de Museus do Paraná e pelo Sistema Brasileiro de Museus – através da Política Nacional de Museus – promovem, aplicam e avaliam o desenvolvimento de atividades, programas e ações que visam qualificar as instituições museais.

2. Os atores sociais envolvidos nesse processo podem colaborar para formatar as agendas de proposição de políticas públicas.

Há falhas na promoção, aplicação e avaliação das políticas, seja em termos de comunicação, qualificação, análise de dados, conhecimento da situação dos museus que são mantidos pelo estado e dos demais que são cadastrados. Sendo assim, a comunicação inexistente e pode ser vista como não comunicação, a estrutura sistêmica em rede não funciona, as regiões não são atendidas e faltam diligências e pessoal disponível.

Destacamos finalmente pontos em que, conforme a terceira coleta de dados junto aos museus contemplados no edital de modernização de museus, podemos detectar que os sistemas regionais e o federal falham diretamente em situações cotidianas. Destacamos a seguir alguns pontos pesquisados e a análise de onde falham as atribuições.

Perguntados os museus do Paraná com quais instituições interage a resposta é predominantemente de interação com outros museus. Chama a atenção que nenhum deles citou os sistemas estaduais e brasileiro de museus, ao contrário do que vimos nos museus do Rio Grande do Sul. E vê-se que são atribuições do SEM/PR: promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, programática e técnica; manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais. Bem como cabe ao SBM: promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica; incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus; estimular práticas voltadas para a permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Nos museus do Paraná não houve depois de implementados os projetos nenhum contato com o IBRAM. E está dentre as atribuições do SEM/PR: acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados. Apesar de o convênio ser realizado via IBRAM, caberia aqui uma delegação para a

intermediação do sistema estadual com o federal, na oportunidade, para acompanhamento dos projetos efetivados.

No Rio Grande do Sul, a respeito da implementação do projeto e acompanhamento do IBRAM, é interessante observar que na fase de implementação dos projetos o acompanhamento do IBRAM foi de 60% por telefone ou e-mail na maioria dos casos, com apenas uma visita técnica no local. E a maior frequência de contatos foram três vezes. Após a realização do projeto, o acompanhamento técnico se viu reduzido a 33,3% com três visitas técnicas no local ou e-mail, e na frequência de uma vez foram os contatos. Ressaltamos a hipótese de que as políticas de museus não avaliam com intensidade e frequência seus associados, como deveriam ou poderiam, naquilo que se propõem visando à qualificação dos museus. No entanto está como atribuição do SEM/RS: acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados; apesar do convênio ser realizado via IBRAM caberia aqui uma delegação para a intermediação do sistema estadual com o brasileiro, para acompanhamento dos projetos efetivados. É uma das atribuições do SBM: incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus.

Arguidos os museus do Rio Grande do Sul, a respeito dos pontos fortes mais destacados após a efetivação do projeto, em primeiro lugar fazem referência direta ao acervo, quanto a sua organização, conservação, exposição, ampliação, iluminação e aquisição de material específico bem como melhorias da estrutura física dos museus. Poucas referências foram feitas como maior demanda de visitantes e ação educativa mais consistente.

Após efetivação do projeto, os museus do Paraná ao apontarem pontos fortes destacaram em primeiro lugar a visibilidade do museu, sua infra-estrutura e aprimoramento do sistema de segurança.

Neste sentido, nos dois estados, considerando os pontos positivos dos projetos realizados via IBRAM está dentre as atribuições do SBM: estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com suas especificidades. Ponto positivo para a PNM.

Quanto aos pontos fracos foi apontado pelos museus do RS: acompanhamento insuficiente pelo IPHAN/IBRAM, a falta de equipamentos e investimentos financeiros especialmente. O que sugere um descontentamento com as políticas implementadas para museus no que diz respeito a sua promoção, aplicação, avaliação e qualificação dos

projetos. Dentre as atribuições do SEM/RS cabe destacar aqui onde poderiam atuar mais efetivamente: promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais e internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos sistemas; propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do estado; acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos museus integrantes do sistema estadual, avaliando, discutindo e divulgando os resultados; prestar assistência técnica às entidades participantes do sistema e a núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus. E o SBM poderia ser mais efetivo e regular em suas atribuições: divulgando padrões e procedimento técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas; propondo a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas do país.

No Paraná um dos museus entrevistados chamou a atenção sobre a descontinuidade do acompanhamento aos projetos depois de implantados, bem como a mudança de diretoria e simultânea mudança de política museal. Outro museu destacou a defasagem dos equipamentos num breve período de tempo, e a necessidade constante de manutenção. Por estas razões deveriam refletir as políticas públicas de museus, como um trabalho constante de promoção, avaliação e desenvolvimento de atividades no setor. Sendo assim, o SEM/PR poderia dar mais atenção a: desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus; acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados; estimular a participação da iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema. Quanto ao SBM, importante fortalecer a atribuição de integrar e articular os sistemas: incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus.

No Paraná, tal como no Rio Grande do Sul, também se ressentem com a falta de capacitação de profissionais para formatação e elaboração de projetos. Um dos museus expõe em seu comentário a insatisfação com a PNM atual, o que demonstra que o problema não se restringe a formatação de projetos, mas a uma revisão nas necessidades dos museus e na legislação orçamentária que rege os editais, nos requisitos exigidos, contrapondo com a realidade destes museus. Outro museu ainda se refere à grande quantidade de projetos enviados e poucos aprovados e selecionados. Entendemos que o

SBM falha ao não reforçar suas atribuições: estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas; propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas do país; incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas.

Conforme o anexo VII fica comprovado a falta de comunicação e de acompanhamento dos sistemas. Boletim do IBRAM (número 441 de 08/02/2013) comenta apoio financeiro para museus: um do Paraná e um do Rio Grande do Sul. O Museu da Imagem e do Som (Curitiba/PR) foi contemplado no Edital de Modernização de Museus de 2011 e o Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre/RS) foi contemplado em 2004. No caso do Museu Julio de Castilhos a verba de 2004 foi utilizada para ampliação do mobiliário da reserva técnica e neste momento a verba será para revitalização arquitetônica. Já o MIS/PR terá verba a mais para Inventário, digitalização e conservação preventiva do acervo, o mesmo destino que em 2011.

Os atores sociais não são ouvidos em seus interesses e, por isto mesmo identificam que as políticas públicas não são bem aplicadas e nem fiscalizadas.

Permanece a necessidade de buscarem-se novos caminhos, novas análises e novas interpretações. O assunto não se esgota aqui, e as políticas públicas seguirão sendo pensadas e repensadas, aplicadas e refutadas, pautadas em discussões e necessidades. Entendemos que aos operadores de museus cabe a participação eficaz e efetiva para que os institutos de memória cumpram seu papel e a comunidade perceba a necessidade de sua contribuição.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia citada

- Abreu, R. (1996). Síndrome de museus? In Seminário Folclore e Cultura Popular (pp. 51-68). Rio de Janeiro: Funarte, CFCP.
- Abreu, R. (2004). Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do Patrimônio. In Fundação Getúlio Vargas (Eds.). *Resumos e textos*. Seminário Quando o campo é o arquivo. Rio de Janeiro, Brasil, Novembro 25-26, 2004. Retirado a 10 de setembro, 2005, em <http://www.cpdoc.fgv.br/campo-arquivo/htm/resumos.htm>.
- Amaral, A. V. (2003, abr./jun.). Terceiro setor e políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, ano 54, n. 2, p. 33-58.
- Anais do II encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. (1973). Encontro dos Governadores, 2; Salvador, Brasil, 1973. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN.
- Araújo, M. M., & Bruno, M. C. O. (1995). *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM.
- Barroso, V. L. (2010). Entrevista concedida a Márcia Regina Bertotto em 1º de Setembro de 2010.
- Bauman, Z. (2010). *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus.
- Bertotto, M. R. (2007). Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul – Um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Léo Peixoto Rodrigues. Porto Alegre.

- Bomeny, H. (Coord.). (2001). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV.
- Botelho, I. (2001, abr./jun.). Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 73-83.
- Bottomore, T., Gellner, E., Nisbet, R., Outhwaite, W., & Touraine, A. (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Boudon, R. (1989). *Os Métodos em Sociologia*. (L. L. de Oliveira, Trans.). São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1996). *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bruno, M. C. O. (Coord.). (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, ICOM-BR.
- Calabre, L. (2010). *Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Camargo, C. R. (2005). A preservação da memória institucional e o acesso ao saber técnico. Fundamentos para a qualificação de gestores da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR). In Mehedff, C. G. & Garcia, C. (Coord.). *Metodologia para a formação de gestores de políticas públicas* (pp. 116-128). Brasília: FLACSO.
- Campos, V. S. (1960). *Elementos de museologia: história dos museus*. Brasil
- Canclini, N. G. (1997). *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e Sair da Modernidade*. (H. P. Cintrão, A. R. Lessa, Trans.) São Paulo: EDUSP.
- Canclini, N. G. (2008). Imaginários Culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In Teixeira Coelho (Coord.). *A cultura pela cidade* (pp. 15 - 31). São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.

- Cardoso, C., & Pedreira, R. (2004, junho). Biomuseologia – Preservação da biodiversidade e da diversidade no cotidiano. In: UFBA, Instituto de Ciência da Informação / Programa de Pós-graduação (Coord.). *V CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação*. Salvador, Bahia, Brasil, Junho 28-30, 2004. Acedido em 12 de Fevereiro, 2012 em http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/ritadecassiaoliveirapedreira.html
- Carvalho, C. A. P. (2009). O estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In Calabre, L. (Coord.). *Políticas culturais: reflexões e ações* (pp. 18 - 33). São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Chagas, M., & Nascimento Jr., J. (Coord.). (2008). *Ibermuseus: Reflexões e Comunicações*. Brasília/DF: IPHAN/DEMU.
- Chagas, Mário. (2008). Museus, Memórias e Movimentos Sociais. Texto da aula inaugural do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. Revista Museu. Acedido a 25 de Março de 2012, em <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=16512>.
- Chagas, M. S. (1985, jul./dez.). Um novo (velho) conceito de museu. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 1, n. 2, p. 183-192.
- Chagas, M. S. (1996). *O museu-casa como problema: comunicação e educação em processo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Coelho Neto, J. T. (1986). *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coelho Neto, J. T. (1999). *Dicionário crítico de políticas culturais*. São Paulo: Iluminuras.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal.
- Corrêa, G. B. F., Lex, S., Moraes, C. A., Perez, G., Vidal, P. G. & Zilber, M. A. (2003). A Inovação e Seus Fatores Organizacionais Determinantes. In [http://www.aom.com.br/downloads/A%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20Seus%](http://www.aom.com.br/downloads/A%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20Seus%20Fatores%20Organizacionais%20Determinantes.pdf)

20Fatores%20Organizacionais%20Determinantes.pdf. Acedido em 12 de Novembro de 2010 em <http://www.aom.com.br>.

Costa, S. (1997, mar.). Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 179-192.

Cycity Beta (2012). www.cycity.com, acedido em 16 de Fevereiro de 2012.

Cury, M. X. (2005). *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume.

Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970. Sistematiza as atividades de Museus do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em Nov. de 2004 .

Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986. Cria o Sistema Estadual de Museus (SISEM/SP). Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=19424>. Acesso em Nov. de 2004.

Decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991. Cria o Sistema Estadual de Museus no Rio Grande do Sul (SEM/RS). Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em Nov. de 2004.

Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Cria o Sistema Brasileiro de Museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5264.htm. Acesso em Out. de 2010.

Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009. Rege a Secretaria de Políticas Culturais no Brasil. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/sobre/secretarias/secretaria-de-politicas-culturais>. Acesso em Out. de 2010.

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.iphan.org.br>. Acesso em Nov. de 2010.

Duarte Cândido, M. (2010). Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: BRUNO, Cristina. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:*

textos e contextos de uma trajetória profissional. (v. 2, pp. 145-154). São Paulo: Pinacoteca do Estado / Secretaria de Estado da Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional.

Duverger, M. (1969). *Metodos de las ciencias sociales*. Barcelona: Ediciones Ariel.

Encontro Paulista de Museus. (2009). http://www.abacai.org.br/encontro_museus/index.php.
Acedido a 06 de Junho, 2010 de www.abacai.org.br.

Falcão, J. (1985). A política cultural de Aloísio Magalhães. In: Magalhães, A. *E triunfo?* (p. 13-36). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória.

Faria, H. (2003). Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: Brant, L. (Coord.). *Políticas culturais* (v. 1, pp. 35-51). São Paulo: Manole.

Fedozi, L. (1997). A Nova Teoria de Sistemas de Niklas Luhmann: uma leitura introdutória. In: Neves, C. E. B., & Samios, E. M. B. (Coord.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas* (pp.18-33). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS e Goethe-Institut/ICBA.

Feijó, M. C. (1992). *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Fraga, T. G. (2004). Os Subterrâneos emergem: A institucionalização da Cultura e a temporada dos Museus no Rio Grande do Sul (1987-1990). Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Sandra Jatahy Pesavento, Porto Alegre.

Frey, K. (2000, jun.). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259.

Geomundo (2012). <http://www.geomundo.com.br/geografia-30146.htm>. Acedido a 23 de Fevereiro, 2012 de Geomundo em www.geomundo.com.br.

Giddens, A. (2009). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Giddens, A. (2005). *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed.

Goldenberg, M. (1999). *A Arte de Pesquisar – Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record.

Guia de Museus do Rio Grande do Sul. (2005). Porto Alegre: SEM/RS.

Halbwachs, M. (2004). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.

Harvey, D. (2002). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Horta, M. L. P. (1995). 20 Anos depois de Santiago: A Declaração de Caracas – 1992. In: Araujo, M. M., & Bruno, M. C. O. (Coord.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e depoimentos* (pp. 32-35). Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM.

Houaiss, A. (2008). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva.

ICOM (Comitê Venezuelano). (1992). *Declaração de Caracas*. Governo do Paraná, Secretaria da Cultura, Coordenação do Sistema Estadual de Museus. [Brochura].

International Movement for a New Museology [MINOM-ICOM]. (2012). <http://www.minom-icom.net/index.php>. Acedido a 18 de Fevereiro, 2011 de MINOM-ICOM em www.minom-icom.net.

Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM]. (2011). *Museus em números*. Brasília: IBRAM. Retirado: Junho, 13, 2012, de <http://www.museus.gov.br/publicacoes-e-documentos/museus-em-numeros/>.

Julião, L. (2002). *Apontamentos sobre a história do museu – Caderno de Diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus.

- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2005). *Fundamentos de Metodologia Científica* (6ª ed.). São Paulo: Atlas. (Trabalho original publicado em 1985)
- Lamounier, B., & Figueiredo, R. (Coord.). (2002). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura.
- Lei nº 8.313, de 24 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.iphan.org.br>. Acesso em 18 de Outubro, 2006.
- Lei nº. 9375, de 24 de setembro de 1990. Cria o Sistema de Museus do Paraná. Disponível em: http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/noticias/lei_9375.pdf. Acesso em 18 de Setembro, 2010.
- Leite, P., & Primo, J. (s/d). Olhares biográficos em Museologia: o desafio da intersubjetividade. Acedido em 18 de Fevereiro de 2012, em http://coimbra.academia.edu/PLeite/Papers/1174402/Olhares_Biograficos_na_Museologia_O_Desafio_da_Intersubjetividade.
- Lobato, F., & Santos, R. E. (Coord.) (2003). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Luhmann, N. (2009). *Introdução à teoria dos sistemas*. (A. C. A. Nasser, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Luhmann, Niklas (1998). S/ título. In: Nafarrete, J.T. (Coord.). *Sistemas sociales: Lineamentos para uma teoria general*. Rubí (Barcelona); Anthopos (México): Universidad Iberiamericana; Santafé de Bogotá: CEJA, Pontificia Universidad Javeriana.
- Luhmann, Niklas (1995). *Poder*. México, Madrid e Santiago: Universidad Iberoamericana, Anthopos e Universidad Católica de Chile, 1995. Capítulos I e VIII.

- Luhmann, N. (1990). *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, SA ICE/UAB.
- Lyotard, J. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- Maccioni, L. (2002). Valoración de la democracia y resignificación de “política” y “cultura”: Sobre las políticas culturales como metapolíticas. In: Mato, D. (Coord.). *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder* (pp. 189-200). Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela.
- Machado, M. B. (1984). Notas sobre política cultural no Brasil. In Miceli, S. (Coord.). *Estado e Cultura no Brasil* (pp. 5 - 19). São Paulo: DIFEL.
- Mapa do Cone Sul. (s. d.). Acedido a 07 de Outubro, 2010 de <http://panisetsemsono.blogspot.com>.
- Medrado, B. & Spink, M. J. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In Spink, M. J. (Coord.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2ª ed.) (pp. 41 – 61). São Paulo: Cortez. (Trabalho original publicado em 1999)
- Mendonça, D., & Rodrigues, L. P. (Coord.). (2006). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-funcionalismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Miceli, S. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ministério da Cultura [MINC]. (2007). Carta de Salvador. http://www.cultura.gov.br/upload/Carta%20de%20Salvador%202007_1183495707.pdf. Acedido a 25 de Novembro, 2010 de MINC em www.cultura.gov.br.
- Ministério da Cultura [MINC]. (2011). <http://www.cultura.gov.br>. Acedido a 15 de Julho, 2011 de MINC em www.cultura.gov.br.

- Ministério da Cultura [MINC]. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. (2006). *Política nacional de museus. Relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Autor.
- Moraes, N. A. (2009, jan/jul). Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Revista Museologia e Patrimônio*, vol.II, nº1, 54-69.
- Moreira, D. A., & Queiroz, A. C. (2007). *Inovação Organizacional e Tecnologia*. Salvador: Bahia Livros.
- Moutinho, M. C. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, nº 12, p. 36-43.
- Moutinho, M. C. (2007, Setembro). *XIII Atelier Internacional do MINOM. Definição evolutiva de Sociomuseologia – Proposta de reflexão*. Lisboa / Setúbal. Acedido a 12 de Fevereiro, 2012, em <http://sociomuseologia.ning.com/>.
- Moutinho, M. C. (1995). A Declaração de Quebec de 1984. In: Araujo, M. M., & Bruno, M. C. O. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e depoimentos* (pp. 26 - 29). Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM.
- Moutinho, M. C. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia*, nº 1. Retirado a 23 de Janeiro, 2010, em <http://www.mestrado-museologia.net/Moutinho.htm#Sobre o Conceito de Museologia Social>.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia [MINOM – ICOM]. (2011). <http://www.minom-icom.net>. Acedido a 21 de Março, 2011 de MINOM – ICOM em www.minom-icom.net.
- Nafarrete, J. T. (2006). Nota a la version en español. In: Luhmann, N. *Sociología del riesgo* (p. 26). México: Universidade Iberoamericana.
- Nascimento, J., Jr. (2006, 12 jan.). "Operibus credit et non verbis". *Folha de São Paulo*. Tendências/Debates.

Neves, C. E. B., & Samios, E. M. B. (Coord.). (1997). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, Goethe-Institut/ICBA.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO]. (2011). <http://www.unesco.org>. Acedido a 21 de Março, 2011 de UNESCO em www.unesco.org.

Pereira, L. H. (1998). A análise de conteúdo: um approach do social. *Cadernos de Sociologia PPGS Ufrgs*, v. 9, p. 87-114.

Ministério da Educação e Cultura (1975). *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Ed. Depto de Comunicação e Divulgação

Plano Nacional Setorial de Museus – 2010-2020. Brasília: Ibram, 2010.

Pollak, M.(1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3.

Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010. Brasília: MINC/IBRAM.

Portaria Normativa nº 1 de 05 de Julho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Porto, M. (2004, set./dez.). Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio. *Pensar Iberoamérica Revista de Cultura*, n. 7. Retirado a 11 de outubro, 2005, em <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric07a03.htm>.

Prefeitura Municipal de Bagé – Rio Grande do Sul. (2012). <http://www.bage.rs.gov.br>. Acedido a 02 de Março, 2012 de Prefeitura Municipal de Bagé em www.bage.rs.br.

Primo, J. (2006). A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, ano 2, n. 2, p. 87-93.

Ribeiro, S. B. (2005). *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume.

- Ritzel, M. (2009). Por que modernizar o museu? In <http://www.museucachoeira.com.br/index.php?area=artigos&id=1>. Acedido em 22 de Outubro de 2011 em www.museucachoeira.com.br.
- Rivière, G. H. (2010, ago.). Definição evolutiva de ecomuseu. In <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-evolutiva-de-ecomuseu-por.html>. Acedido em 24 de Março de 2012 em <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br>.
- Rodrigues, L. P. (2000, jan/jun). Autopoiésis e o sistema social de Niklas Luhmann: a propósito de alguns conceitos. *Sociologias*, ano 2, n. 3, p. 254-285.
- Rodrigues, L. et al. (Coord). (2006). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: Pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- Rússio, W. (2011) Algumas considerações sobre uma política cultural para o estado de São Paulo. In: Bruno, M. C. O. (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (Volume 1, pp. 57-68) São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, ICOM-BR.
- Rússio, W. G. (1984). Produzindo o passado. In Arantes, A. A. (Coord.), *Produzindo o passado* (1ª ed, pp. 59-93). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Santos, H. (2002, jun.). Grupos de interesse e redes de políticas públicas – uma análise da formulação de política industrial. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, ano 2, n. 1, p. 193-210.
- Santos, M. C. M. (2008). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e museu*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Santos, M. S. (2004, jun.). Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 53-72.

- Schneider, S., & Schmitt, C. J. (1998). O uso do método comparativo nas ciências sociais. *Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia*, v. 9, p. 49-87.
- Silva, F. A. B. S. (2007). *IPEA – Coleção Cadernos de Políticas Culturais - Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura.
- Silva, P. L. B., & Melo, A. B. (2000). *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. Campinas: UNICAMP-NEPP.
- Sistema Estadual de Museus do Paraná [COSEM-PR]. (2010). <http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/>. Acedido a 13 de Setembro, 2010 de COSEM-PR em www.cosem.cultura.pr.gov.br.
- Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul [SEM]. (2011). <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br>. Acedido a 15 de Julho, 2011 de SEM em www.sistemademuseus.rs.gov.br.
- Spinelli, T. (2010). Entrevista concedida a Márcia Regina Bertotto em 12 de Agosto de 2010.
- Spink, M. J. (Coord.). (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2ª ed.). São Paulo: Cortez. Trabalho original publicado em 1999.
- Teixeira Coelho (Coord.). (2008). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.
- Theatro São Pedro / Multipalco. (2012). <http://www.teatrosaopedro.com.br/multipalco/contribua>. Acedido a 05 de Março de 2012 de Teatro São Pedro / Multipalco em www.teatrosaopedro.com.br.
- Torrejón, A. T. (2008). Panorama de los museos em Chile. In: Chagas, M., & Nascimento Jr., J. (Coord.). *Ibermuseus: Panoramas Museológicos da Ibero-américa* (pp. 57 - 66). Brasília/DF: IPHAN/DEMU.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], Patrimônio Histórico e Cultural. (2012). <http://www.predioshistoricos.ufrgs.br>. Acedido a 05 de Março de 2012 de UFRGS em www.predioshistoricos.ufrgs.br.

Varine, H. (1995). A respeito da Mesa-redonda de Santiago. In: Araujo, M. M., & Bruno, M. C. O. (Coord.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e depoimentos* (pp. 17-19). Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM.

Bibliografia de referência

Abreu, R. (2004). Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do Patrimônio. In: Fundação Getúlio Vargas (Eds.). *Resumos e textos*. Seminário Quando o campo é o arquivo. Rio de Janeiro, Brasil, Novembro 25-26, 2004. Retirado a 10 de setembro, 2005, em <http://www.cpdoc.fgv.br/campo-arquivo/htm/resumos.htm>.

Aidar, G. (2002, jan./jun.). Museus e inclusão social. *Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras*, n. 31, p. 53-62.

Bourdieu, P. (2007). *O Poder simbólico*. (F. Tomaz, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (1995). La lógica de los campos. In Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. *Respuestas por una antropología reflexiva*. (pp. 63 - 78). México: Grijalbo.

Brasil. (1975). *Política nacional de cultura*. Brasília: Ministério da Educação de Cultura.

Bruno, C. (2002, jan./jun.). A museologia como uma pedagogia para o patrimônio. *Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 87-97.

Campos, V. S. (1960). *Elementos de museologia: história dos museus*. Brasil

- Cândido, M. D. (2010). Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: Bruno, M. C. O. (Coord.). (2010). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. (Volume 2, pp. 145-154) São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, ICOM-BR.
- Cândido, M. M. D. (2002, jan./jun.). Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. *Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras*, n. 31, p. 63-75.
- Carneiro, C. M. S. B. (2001). O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná (1902-1928). Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de mestre, orientada por Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, Curitiba.
- Cerávolo, S. M. (2004, jun./dez.). Delineamentos para uma teoria da museologia. *Anais do Museu Paulista*, v. 12, n. 12, p. 268-327.
- Chagas, M. S. (1996). *O museu-casa como problema: comunicação e educação em processo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Conselho Internacional de Museus. (2006). *ICOM código de ética para museus*. [s.l.]: Autor
- Cortes, S. M. V. (1998). Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: Côrrea, M. B., & Neves, C. E. B. (Coord.). *Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas* (pp. 11 - 47). *Cadernos de Sociologia UFRGS/PPGS*, 9.
- Costa, H. H. (2004). A história dos profissionais vinculados ao patrimônio histórico. In: *Encontro Nacional de Integração entre arquivologia, história e museologia da Universidade Federal de Santa Maria* (pp. 12-13). Santa Maria, Brasil, 2004. Santa Maria: UFSM.
- Cruz Neto, O., Deslandes, S. F., Gomes, R., & Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes. Trabalho original publicado em 1993.

Cuellar, J. P. (1997). *Nossa diversidade criadora - Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus.

Encontro de Museus do Paraná – Memória - 1. (1988). Guarapuava. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura/ Coordenadoria de Museus.

Encontro de Museus do Paraná – Memória - 2. (1989). Cascavel. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura/ Coordenadoria de Museus.

Falcão, J. (1985). A política cultural de Aloísio Magalhães. In Magalhães, A. *E triunfo?* (p. 13-36). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória.

Faria, H. (2003). Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In Brant, L. (Coord.). *Políticas culturais* (pp. 35-51). São Paulo: Manole, v. 1.

Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Coordenadoria dos Direitos e da Cidadania. *Implantando o museu municipal: subsídios para a administração*. Porto Alegre: Autor, 2001.

Fernandez, L. A. (1999). *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.

Flores, M. (1990). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão.

Foucault, M. (s. d.). Entretien sur Les mots et les choses. In: Coelho, E. P. (Coord.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos* (Entrevista conduzida por Madeleine Chapsal, pp. 29-36). São Paulo: Martins Fontes.

Giraudy, D., & Bouilhet, H. (1990). *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória. Porto Alegre: IEL. Belo Horizonte: UFMG.

Guarnieri, W. R. C. (1990). Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, n. 3.

Guarnieri, W. R. C. (1984). Cultura, patrimônio e preservação. In: Arantes, A. A. (Coord.). *Produzindo o passado* (pp. 59-78). São Paulo: Brasiliense.

Halbwachs, M. (2009). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Kahtalian, M. (2002). Marketing de serviços. In: Mendes, J. T. G. (Coord.). *Marketing*. (Coleção Gestão Empresarial, pp. 19 - 29). Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. Acedido a 03 de Março de 2012 em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/mkt/2.pdf>

Katz, D., & Kahn, R. (1976). *Psicologia Social das organizações*. São Paulo: Atlas.

Klisberg, B. (1998). *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez.

Kunzler, C. M. (2002). O cotidiano da Câmara Municipal de Porto Alegre uma análise com base na teoria sistêmica de Niklas Luhmann. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Emil Albert Sobottka, Porto Alegre.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* (6ª ed.). São Paulo: Atlas. Trabalho original publicado em 1983.

Lijphart, A. (2003). Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lourenço, M. C. F. (1999). *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Luhmann, N. (2006). *Sociologia del riesgo*. México (DF): Universidade Iberoamericana.

Mathias, A. (1998). A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. In www.infoamerica.org. Acedido em 04 de Janeiro de 2011 em http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.

Mensch, P., Piet, J. M. P., & Frans, F. J. S. (1990, out.). Metodologia da museologia e treinamento profissional. *Cadernos Museológicos*, n. 3, p. 57-64.

Minayo, M. C. S. (2000). *O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde* (7ª ed.). São Paulo, Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco. (Trabalho original publicado em 1992)

Ministério da cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. (2005). *O que é museu: definição de museu*. Brasília: IPHAN/MINC. Retirado a 6 de fevereiro, 2006, em <http://www.museus.gov.br/index1.htm>.

Ministério da cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. (2006). *Política nacional de museus. Relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Autor.

Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1975.

Moraes, N. A. (2009, jan/jul). Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Revista Museologia e Patrimônio*, vol. II, nº1, 54-69

Moraes, R. (1999, mar.). Análise de conteúdo. *Educação – Revista da Faculdade de Educação PUCRS*, v. 22, n. 37, p. 7-31.

Museu de Arte do Rio Grande do Sul [MARGS]. <http://www.margs.rs.gov.br>. Acedido a 10 de Julho, 2011 de MARGS em www.margs.rs.gov.br.

Museu Julio de Castilhos (2011). <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com/p/historico-do-museu.html>. Acedido a 10 de Julho, 2011 de Museu Julio de Castilhos em <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com/>.

Nascimento, J., Jr., & Chagas, M. S. (Coord.). (2007). *Panoramas Museológicos da Ibero-américa*. Brasília/DF: IPHAN/DEMU.

Nascimento, J., Jr. (2006, 12 jan.). "Operibus credit et non verbis". *Folha de São Paulo*. Tendências/Debates.

- Neves, C. E. B. (1997). Niklas Luhmann e sua obra. In: Neves, C. E. B., & Samios, E. M. B. (Coord.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas* (pp. 9 - 17). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS e Goethe-Institut/ICBA.
- Neves, C. E. B., & Samios, E. M. B. (Coord.). (1997). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, Goethe-Institut/ICBA.
- Orçamento Participativo [OP] da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (n.d.). <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op/>. Acedido a 22 de Janeiro, 2007 de OP em www.portoalegre.rs.gov.br/op.
- Ortiz, R. (1985). *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Pesavento, S. J. (1992). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Corsetti, E., Pedroso, E. M. K., Petresen, A., & Ulrich, M. A. A. (1988). *Ciência política: textos introdutórios*. Porto Alegre: Mundo Jovem.
- Plano Nacional Setorial de Museus – 2010-2020. Brasília: Ibram, 2010.
- Primo, J. (2006). A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, ano 2, n. 2, p. 87-93.
- Primo, J. (1999). Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16. Retirado a 26 de fevereiro, 2006 em <http://www.mestrado-Museologia.net/juditeprimo.htm>.
- Primo, J. (1999). Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15.
- Putnam, R. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

- Rede Histórica. (2011). <http://historica.me/profiles/blogs/o-museu-comunit-rio-lomba-do-pinheiro-est-selecionando-estagi>. Acedido a 07 de Setembro, 2011 de Rede Histórica em <http://historica.me/>.
- Reverbel, C. (1986). *O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata*. Porto Alegre: LPM.
- Ribeiro, S. B. (2005). *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume.
- Rivière, G. H. (1993). *La Museología*. Madrid: Ediciones Akal.
- Rocha, D. R., & Deusdará, B. (2005, jul/ dez.). Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, vol. 7, n. 2.
- Rodrigues, Léo, Jr. (2000, jan/jun). Autopoiésis e o sistema social de Niklas Luhmann: a propósito de alguns conceitos. *Sociologias*, ano 2, nº 3, p. 254-285.
- Santos, H. (2002, jun.). Grupos de interesse e redes de políticas públicas – uma análise da formulação de política industrial. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, ano 2, n. 1, p. 193-210.
- Santos, M. C. T. M. S. (1996). A construção do conhecimento na museologia: reconstruindo um percurso histórico e demarcando posições. In: Santos, M. C. T. M. S. *Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário* (pp. 85-115). Salvador: UFBA.
- Santos, M. M. B. (2003). A universidade como organização: uma abordagem da estrutura organizacional da Universidade de Santa Cruz do Sul sob a perspectiva construtivista-sistêmica de Niklas Luhmann. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientado por Emil A. Sobottka, Porto Alegre.

- Santos, M. S. (2004, jun.). Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 53-72.
- Sartori, G. (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada*. (Vol. 1). Rio de Janeiro: Ática.
- Schneider, S., & Schmitt, C. J. (1998). O Uso do Método comparativo nas Ciências Sociais. In: Côrrea, M. B., & Neves, C. E. B. (Coord.). *Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas* (pp. 49 - 86). *Cadernos de Sociologia UFRGS/PPGS*, 9.
- Secretaria de Estado da Cultura [SEC]. (2011). <http://www.cultura.rs.gov.br>. Acedido a 10 de Julho, 2011 de SEC em www.cultura.rs.gov.br.
- Soto, W. H. G. (1998). A Análise do Discurso nas Ciências Sociais. In: Côrrea, M. B., & Neves, C. E. B. (Coord.). *Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas* (pp. 161 - 187). *Cadernos de Sociologia UFRGS/PPGS*, 9.
- Spinelli, T. I. F. (1990, dez.). *Política museológica (Subsídios para uma História da Museologia no RS)*. [Brochura]. Manuscrito não publicado. Porto Alegre.
- Silva, F. A. B. (2007). *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura.
- Suano, M. (1986). *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Turino, C. (2005). Uma gestão cultural transformadora: proposta para uma política pública de cultura. www.cultura.gov.br. Acedido em 6 de Outubro de 2005 em http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/noticias/materias_especiais/index.php?p=10425&more=1&c=1&pb=1.
- Varine, H. (2007) Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt>. Acedido em 5 de Março de 2007 em http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2005%20-1996.pdf.

ÍNDICE REMISSIVO

Atores Sociais	13, 14, 20, 21, 40, 84, 91, 96, 105, 150, 155, 197, 200.	Bem-estar	83.
Avaliação	13, 14, 31, 37, 39, 48, 49, 74, 88, 93, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 125, 136, 140, 164, 177, 179, 180, 190, 197, 198, 199.	Burocracia	95.
Avanços técnicos	15.	Contemporaneidade	51, 88.
Autoridade	44, 52, 53, 62, 65, 69, 74, 83, 86, 87, 102, 189, 190.	Campos	54.
Acesso	14, 15, 17, 18, 19, 23, 33, 51, 52, 54, 59, 83, 84, 92, 99, 100, 104, 108, 109, 111, 116, 118, 124, 127, 132, 134, 160, 171, 176, 181, 191, 195.	Comunicação	24, 27, 28, 33, 34, 36, 43, 45, 46, 48, 53, 65, 69, 71, 72, 88, 91, 92, 97, 109, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 148, 152, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 200.
Ações Públicas	14, 25, 66.	Contingência	24, 47, 183, 193, 195.
Antagônicas	51.	Cidadão	14, 23, 51, 52, 53, 83, 84, 90, 100, 104, 105.
Assessoria	54, 61, 64, 65, 76, 178.	Comunitários	30, 91, 110.
Ativistas	94.	Ciência	13, 17, 18, 21, 28, 30, 33, 34, 36, 37, 53, 60, 83.
Agências Educativas	99.	Coletividade	39, 84, 111.
		Comitê gestor	108, 109.
		Cidadania	35, 83, 86, 90, 92, 96, 106, 109, 111, 112, 170, 178.

Coleções	17, 30, 32, 37, 58, 82, 97, 99, 132, 173, 175.	Direito	14, 31, 45, 47, 72, 83, 88, 91, 105, 106, 110.
Concurso	37, 43, 65, 74, 107, 129, 190, 195.	Diagrama	49.
Comunidade	13, 15, 16, 21, 23, 28, 29, 31, 32, 36, 40, 41, 43, 44, 48, 52, 54, 64, 75, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 97, 99, 102, 106, 111, 112, 116, 120, 121, 127, 130, 134, 137, 139, 140, 141, 145, 152, 155, 160, 161, 162, 163, 178, 179, 182, 183, 184, 192, 193, 194, 195, 198, 200.	Diversidade	18, 39, 51, 55, 78, 83, 86, 90, 98, 105, 106, 108, 111, 132, 182.
Consciência histórica	88.	Diversidade cultural	18, 78, 83, 86, 105, 111, 182.
Contexto	16, 21, 28, 38, 39, 45, 84, 85, 92, 96, 104, 179, 196.	Demanda	15, 19, 59, 66, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 90, 104, 105, 130, 141, 162, 163, 172, 179, 188, 196, 198.
Classe operária	87, 88.	Desenvolvimento sustentável	28, 86.
Democracia	14, 69, 84, 87, 91, 92, 104, 105.	Estado Liberal	88.
Decreto	65, 70, 20, 21, 24, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 92, 93, 94, 95, 100, 102, 103, 108, 130, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 194, 196.	Empresas	19, 38, 52, 88, 100, 101.
		Esfera privada	100, 105.
		Estado da arte	18, 26, 39.
		Ensino médio	74, 179, 191.
		Estrutura	20, 22, 31, 41, 42, 43, 46, 53, 55, 57, 68, 69, 71, 83, 87, 89, 91, 108, 112, 129, 141, 149, 161, 163, 188, 189, 195, 197, 198.

Economia criativa	86.	Inovação	15, 19, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 69, 179.
Estatísticas	102, 103.	Ideário	94, 95.
Fomento	16, 39, 43, 49, 72, 75, 105, 109, 111, 122, 133, 136, 150, 179, 181, 191, 192.	Identidades	51, 69, 83, 92, 106, 119.
Gestão	28, 30, 31, 32, 52, 54, 57, 59, 61, 69, 72, 86, 88, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 132, 137, 139, 140, 141, 143, 148, 149, 163, 170, 179, 180.	Iniciativa privada	19, 79, 88, 100, 101, 186, 199.
Gustavo Barroso	33, 93.	Mudança social	29.
Gestão cultural	52, 86, 88.	Memória social	54.
Heterogeneidade	100.	Mercado	37, 38, 73, 84, 88, 101, 112, 190.
Hugues de Varine	29.	Metas	31, 86, 99, 103, 107, 180.
Habermas	50.	Multiculturalidade	31, 51, 52.
Hábito	98, 115, 116.	Mecenato	87.
Inclusiva	15, 23, 33, 35, 39, 51, 100, 196.	Néstor Canclini	19, 49.
Inclusão	14, 15, 17, 19, 23, 28, 39, 76, 83, 90, 93, 100, 105, 108, 109, 110, 124, 125, 127, 130, 139, 145, 192.	Operadores museais	36, 49.
		Polifonia	35.
		Poder	19, 21, 30, 40, 42, 45, 52, 54, 68, 72, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 91, 92, 99, 101, 135, 136, 182, 183, 188, 193, 194, 195, 196.

Parceria	19, 52, 55, 65, 75, 85, 89, 90, 91, 101, 111, 141, 153, 154.	Redes	21, 41, 54, 55, 79, 80, 85, 86, 154, 184, 189, 193, 194, 197, 198, 199.
Participativa	30, 39, 59, 71, 90, 105, 108.	Regional	55, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 125, 126, 131, 132, 134, 139, 145, 147, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 163, 166, 179, 180.
Pessoas jurídicas	89.	Simbiose	52.
Planejamento	19, 31, 61, 76, 88, 90, 93, 98, 105, 107, 125, 126, 127, 130, 133, 148, 165, 180, 181, 190.	Síntese	45.
Patrimônio cultural	14, 18, 19, 28, 31, 32, 34, 35, 39, 44, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 71, 73, 78, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105, 107, 108, 109, 110, 132, 161, 182, 189, 191, 198.	Serviço	15, 19, 20, 21, 28, 31, 35, 37, 38, 39, 53, 85, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 111, 121, 133, 150, 160, 172, 179, 192.
Processo inovador	28.	Sociomuseologia	17, 18, 24, 27, 28, 31, 34, 36, 39, 40, 44, 52, 92, 109, 190, 192.
Produção cultural	18, 92, 149.	Salvaguarda patrimonial	93, 94.
Plano museológico	57, 110, 125, 131, 132, 136, 163, 195.	Sujeitos	23, 39, 115, 123.
Pessoa física	89.	Testemunhos	15, 16, 82, 93, 100, 106, 112, 117.
Preservar	82, 99, 109, 149, 179, 190.	Trajetória	112.
Qualidade de vida	14, 23, 39, 83.	Universalidade	14, 83.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Pesquisa com público de museus

Pesquisa para Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa. Departamento de Museologia (2010/2011)

OBS.: Estas informações são para uso exclusivo de estudo, você não será identificado.

Código 03 (Público)

1. Data: _____
2. Cidade: _____

BLOCO I - Conhecendo você:

1.1 Sexo: 1.() Masculino 2.() Feminino

1.2 Faixa etária:

1. () 16 a 24 anos
2. () 25 a 34 anos
3. () 35 a 44 anos
4. () 45 a 59 anos
5. () 60 anos ou +

1.3 Escolaridade:

1. () sem instrução escolar
2. () ensino fundamental incompleto
3. () ensino fundamental completo
4. () ensino médio incompleto
5. () ensino médio completo
6. () ensino superior incompleto
7. () ensino superior completo _____
8. () Pós-graduação: _____

1.4	Qual sua atividade atual?
1	Empregado do setor privado
2	Empregado do setor public
3	Profissional liberal
4	Autônomo
5	Empresário
6	Desempregado
7	Estudante
8	Dona de Casa
9	Aposentado (a)
10	Trabalhador agrícola
11	Economia informal
12	Outro:

1.5	Sua Renda Familiar * (considerando todos os rendimentos de sua família):
1	Até R\$ 484,97
2	De R\$ 484,97a R\$ 726,26
3	De R\$ 726,26 a R\$ 1.194,53
4	De R\$ 1.194,53 a R\$ 2.012,67
5	De R\$ 2.012,67 a R\$ 3.479,36
6	De R\$ 3.479,36 a R\$ 6.563,73

7	De R\$ 6.563,73 a R\$ 9.733,47
8	De R\$ 9.733,47 para cima

* Utilizando o novo Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil – ABEP/2008

BLOCO II – Hábitos e opiniões

2.1 Como lazer que tipo de atividades você mais gosta? (resposta múltipla)

1	Viajar
2	Exercícios físicos, esportes
3	Assistir a jogos/esportes in loco
4	Assistir TV
5	Jardinagem/ plantas
6	Fazer compras, shopping
7	Sair à noite/ir a festas
8	Dançar/cantar
9	Ler livros
10	Ficar em casa
11	Ir ao teatro
12	Ir a cinema
13	Visitar Museus
14	Ir a shows musicais
15	Ir a clubes sociais
16	Ir a parques
17	Ouvir música
18	Visitar amigos, família
19	Visitar mostras culturais (Bienal, artes, etc.)

2.2 Você considera uma visita ao museu como um programa de lazer e cultura?

1. ☐ sim

2. ☐ não.

Caso não, por quê? _____

2.3 Você costuma ir aos museus com que frequência?

1. ☐ sempre

2. ☐ quase sempre

3. ☐ esporadicamente

4. ☐ raramente

5. ☐ nunca. Se nunca por quê? _____

2.4 Quando foi sua última visita a um Museu?

1. ☐ há menos de 6 meses

2. ☐ entre 6 meses e 1 ano

3. ☐ entre 1 e 2 anos

4. ☐ entre 2 e 5 anos

5. ☐ há + de 5 anos

2.5 O que você busca no museu?

1. ☐ informações

2. ☐ pesquisa

3. ☐ entretenimento

4. ☐ exótico

5. ☐ inacessível

6. ☐ outro: _____

2.6 O que lhe motiva na escolha de conhecer um museu? (resposta múltipla)

1. ☐ interesse pelo tema da exposição

2. ☐ as obras de arte

3. ☐ o raro/excêntrico

4. ☐ a arquitetura do prédio (estilo/construção)

5. ☐ conhecer o local

6. ☐ rever uma exposição

7. ☐ pesquisar um determinado tema

8. ☐ participar de (cursos, oficinas, palestras, etc)

9. ☐ assistir algum espetáculo promovido (concerto, cinema, vídeo, etc.)

10. ☐ acompanhar amigos, convidados

11. ☐ entrada gratuita

12. ☐ outro: _____

2.7 Que tipos de museus lhe interessam visitar:

1. () história
2. () artes visuais
3. () esportivos
4. () temáticos, institucionais
5. () Ciências
6. () outros: _____

2.8 Como você fica sabendo da existência de Museus? (resposta múltipla)

1. () passando em frente
2. () visitando outros museus
3. () na televisão
4. () no rádio
5. () por meio de panfletos, cartazes
6. () por meio de jornais ou revistas
7. () guia turístico
8. () recomendação de amigos/familiares
9. () recomendação de professores
10. () sinalização de rua
11. () internet
12. () Outro: _____

2.9 Que dificuldades você encontra para visitar Museus da sua cidade? (resposta múltipla)

1. () falta de informação
2. () falta de tempo
3. () falta de hábito
4. () desinteresse pelo assunto
5. () a localização dos mesmos (acesso difícil ou distantes)
6. () outro motivo → qual? _____

2.10 Em relação a museus que você conhece como avalia os seguintes itens:

Serviços	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei
A exposição que viu						
Sinalização (entrada, saída, banheiros, etc.)						
Conforto (banheiro, guarda-volume, temperatura salas, assentos, bebedouros, lanchonete, etc.)						
Conservação e manutenção (equipamentos, objetos expostos, etc.)						
Limpeza						
Iluminação						
Segurança						
Informações disponíveis (painéis, textos, áudios, guias, etc.)						
Acolhimento (recepção, monitoria, guia, guarda)						
Acesso (transporte, sinalização de ruas, estacionamento)						
Horário de funcionamento						

2.11 Em poucas palavras como você definiria um museu? _____

2.12 Você pagaria ingresso para visitar o museu?

1. () sim
2. () não

2.13 Você acha que o governo deveria investir mais em museus?:

1. () Sim
2. () Não

2.14 Se sim, indique quais destas atitudes são mais adequadas para estimular os museus:

1. () Organizar exposições que expliquem a história da cidade
2. () Ampliar a divulgação dessas instituições
3. () Consultar a comunidade sobre o que gostaria de ver no museu
4. () Levar exposições para fora dos museus, em bairros populares
5. () Modernizar instalações
6. () Dotar de equipamentos tecnológicos voltados às mídias digitais
7. () Contratar pessoal qualificado

Obrigado pela sua participação.

APÊNDICE 2 – Pesquisa sobre Políticas Públicas em Museus

Pesquisa sobre Políticas Públicas culturais para dissertação de Márcia Bertotto, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Artes de Lisboa (2010/2011)

OBS.: Estas informações são para uso exclusivo de estudo, você não será identificado.

Código 01 (Políticas Culturais)

1. Museu _____
2. Contato: _____
3. Cargo: _____
4. Data: _____
5. Cidade: _____

BLOCO I - Conhecendo você:

1.1 Sexo: 1. () Masculino 2. () Feminino

1.2 Faixa etária:

1. () 16 a 24 anos
2. () 25 a 34 anos
3. () 35 a 44 anos
4. () 45 a 59 anos
5. () 60 anos ou +

1.3 Escolaridade:

1. () sem instrução escolar
2. () ensino fundamental incompleto
3. () ensino fundamental completo
4. () ensino médio incompleto
5. () ensino médio completo
6. () ensino superior incompleto
7. () ensino superior completo _____
8. () Pós-graduação: _____

1.4 Qual é o seu vínculo com a instituição?

1. () concurso público
2. () contrato temporário
3. () cargo de confiança
4. () estagiário
5. () Outro _____

1.5	Sua Faixa de Renda é: *
1	Até R\$ 484,97
2	De R\$ 484,97a R\$ 726,26
3	De R\$ 726,26 a R\$ 1.194,53
4	De R\$ 1.194,53 a R\$ 2.012,67
5	De R\$ 2.012,67 a R\$ 3.479,36
6	De R\$ 3.479,36 a R\$ 6.563,73
7	De R\$ 6.563,73 a R\$ 9.733,47
8	De R\$ 9.733,47 para cima

* Utilizando o novo Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil – ABEP/2008

BLOCO II – Dados gerais:

2.1 Qual o número de funcionários deste museu: _____

2.2 Quantos têm formação específica em Museologia? _____

2.3 O museu cobra uma taxa ou ingresso para visitantes? 1. () sim → 2.3.1.1 Quanto? _____ 2. () não

2.4 Você diria que o museu no qual trabalha caracteriza-se:

1. () pela museologia tradicional, na forma de expor e conservar coleções
 2. () pela utilização da prática de reserva técnica, selecionando exposições pontuais, temáticas
 3. () pelo uso de novas tecnologias audiovisuais, interativas, digitais
 4. () desenvolve práticas educativas com o público, voltadas ao conhecimento → 2.4.4.1 Especificar, quais:
-

BLOCO III – Políticas públicas

3.1 Como você avalia a situação do seu museu em relação aos seguintes aspectos:

Aspectos:	Muito satisfeito	Satisfeito	Não Sabe	Pouco satisfeito	Insatisfeito
1. Incentivos públicos e/ou privados					
2. Ações coletivas junto a outras associações ou museus					
3. Intercâmbio com outras instituições museológicas					
4. Conhecimento da política nacional de museus					
5. Elaboração de ações pedagógicas e de pesquisa					
6. Planejamento de políticas estaduais de cultura p/museu					
7. Atuação do Conselho Regional Museologia COREM					
8. Atuação do ICOM					
9. Atuação da ASPM					

3.2 Você observa avanços nas políticas públicas de cultura refletidas em que setores:

1. () participação da comunidade
2. () questões técnicas de guarda e conservação de acervos
3. () novas práticas de exposição do acervo
4. () qualificação profissional dos técnicos de museu
5. () ampliação do acesso e inclusão de público
6. () outros: _____

3.3 Em relação às instituições listadas abaixo, com que frequência seu Museu mantém contato:

Instituições	Sempre	Quase sempre	Esporadicamente	Raramente	Nunca
1. Sistema Estadual					
2. Sistema Nacional					
3. ICOM					
4. ABM					
5. COREM					

3.4 Caso tenha respondido nunca, por quê? _____

3.5 De modo geral, consideram que a comunicação entre estas instituições e o seu museu é:

1. () Muito boa
2. () Boa
3. () Regular
4. () Ruim
5. () Péssima

3.6 De que forma poderiam aprimorar o intercâmbio dos museus e as instituições que legislam sobre a área?

3.7 Dentre as atribuições do Sistema Estadual do seu estado, indique quais ocorrem efetivamente:

1. () Promover a articulação entre os museus existentes no estado
2. () Definir diretrizes gerais de orientação museológica
3. () Estabelecer e acompanhar programas de atividades
4. () Propor formas de provimento de recursos para área
5. () Promover contatos dos museus com entidades aptas a contribuir na viabilização dos projetos
6. () Promover exposições
7. () Oferecer programas de capacitação de recursos humanos e intercâmbio com entidades congêneres
8. () Apoiar projetos voltados aos interesses da comunidade

3.8 Em que áreas você percebeu mudanças na sua instituição após a criação do Sistema Brasileiro de Museus em 2004?

1. () na comunicação entre os museus
2. () discussões sobre políticas públicas voltadas ao setor
3. () diretrizes de aquisição, preservação e descarte de acervos
4. () recomendações técnicas de exposição de acervos e documentos
5. () propostas de viabilidade econômico-financeiras dos projetos
6. () planejamento de ações de divulgação e inclusão social
7. () modernização e adequação as exigências do público em relação às mídias digitais
8. () outra: _____

3.9 Quais suas considerações sobre a missão e a política de atuação do museu em que você trabalha:

3.10 Em sua opinião, os museus se regem exclusivamente pela política governamental, ou já conquistaram certa autonomia e sustentabilidade na sua gestão?

BLOCO IV – Acervo e pesquisa

4.1 Como se comporta a política de aquisição, preservação e descarte de acervos neste museu?

4.2 Com relação a procedimentos técnicos que atividades realizam de forma permanente:

1. () exposições temporárias, temáticas
2. () exposição permanente do acervo
3. () intercâmbio com empresas
4. () atividades voltadas ao público escolar e/ou acadêmico
5. () ampla divulgação das atividades do museu para comunidade
6. () cursos e oficinas para público em geral
7. () capacitação técnica na área museológica
8. () ampliação ou diversificação de acervo
9. () estímulo a pesquisa e educação
10. () outro: _____

Obrigada pela sua contribuição.

APÊNDICE 3 – Questionário aplicado a museus pesquisados

NOME MUSEU:

QUESTIONÁRIO

1. De quem foi a ideia de realizar o projeto?
2. Antes de inscrever o projeto que contemplou o museu com uma linha de fomento houve discussão interna com a equipe?
3. Quem confeccionou o projeto?
() empresa especializada contratada. Nome empresa:
() serviços de terceiros contratado:
() funcionários da própria instituição
4. Você acha que o que foi solicitado correspondia à prioridade do Museu no momento?
() Sim () Não Por quê?
5. As melhorias (equipamentos de informatização, mobiliário, projetos educacionais, etc.) que o museu obteve com este projeto poderão ser disponibilizadas ou compartilhadas com outros museus de sua vizinhança?
() Sim () Não Com quais instituições?
6. Quais são as principais instituições com as quais você (respondente) em sua área de atuação, interage?
7. Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM **durante** a realização do projeto com sua instituição? () Sim () Não
De que forma foi: () por telefone () por email () Visita técnica ao local. Quantas vezes ocorreu este acompanhamento: () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes
() + de 5 vezes () nenhuma.
8. Houve acompanhamento de técnicos do IBRAM **depois** de realizada a prestação de contas? () Sim () Não
De que forma foi: () por telefone () por email () Visita técnica ao local Quantas vezes ocorreu este acompanhamento: () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () + de 5 vezes () nenhuma.

9. Como a sociedade tem usufruído deste projeto?

10. Como fazem a divulgação para a comunidade?

11. Após efetivação do projeto aponte pontos fortes e pontos fracos resultantes:

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
1.	1.
2.	2.
3.	3.

12. O museu inscreveu projetos em edições anteriores/posteriores do Edital Modernização de Museus? () Sim () não Ano: ()

13. Caso tenha inscrito e o projeto não tenha sido contemplado, acredita que foi por quê?

() o projeto foi mal formatado

() faltam oficinas de formação para formatação de projetos

() existem oficinas, mas, não são de boa qualidade

() o museu não tem equipe preparada para formatar projetos

() outros motivos. Quais:

Obrigada pela sua participação.

ANEXOS

ANEXO I – Decreto nº33.791, de 21 de janeiro de 1991

DECRETO Nº 33.791, DE 21 DE JANEIRO DE 1991

Organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, inciso VII, e 224 da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - As atividades dos museus do Estado do Rio Grande do Sul serão desenvolvidas sob a forma de sistema, organizado nos termos do Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970, e denominado Sistema de Museus do Estado Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Constituem atribuições do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul:

I-promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

II-definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;

III-estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua;

IV-estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;

V-estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;

VI prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;

VII - proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;

VIII - propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado;

IX - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;

X -estimar propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;

XI -acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;

XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas;

XIII - promover o aprimoramento do Sistema.

Art. 3º - Para fins deste Decreto, consideram-se unidades museológicas os museus ou entidades afins, desde que sejam instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidas por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinadas a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer.

Art. 4º - A coordenação geral do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul é feita pela Central do Sistema, à qual compete identificar alternativas com vistas ao traçado de diretrizes para o exercício da atividade sistematizada, estabelecendo orientação normativa e supervisão técnica, emitindo, para tanto, Recomendações e Resoluções e outros pronunciamentos sobre matéria de sua competência.

Art. 5º - A Central do Sistema, localizada na Secretaria da Cultura, tendo como Chefe o Secretário de Estado da Cultura, é constituída:

I -pelo Coordenador-Geral da Comissão de Coordenação do Sistema, previsto no art. 8º deste Decreto;

II -por um museólogo representante dos órgãos de intercâmbio;

III -por representantes das Secretarias que desenvolvem, diretamente ou através de entidades a elas vinculadas, atividades específicas em áreas de museologia.

Art. 6º - A Central do Sistema reunir-se-á, em caráter ordinário, mensalmente e, extraordinariamente, por convocação do Secretário de Estado da Cultura.

Art. 7º - É órgão de integração a Comissão de Coordenação, à qual estará afeta a articulação dos órgãos integrados ao sistema e do apoio técnico e administrativo ao órgão central.

Art. 8º - A Comissão de Coordenação é constituída:

I-pelo diretor do Instituto Estadual de Museus da Secretaria da Cultura;

II-por um representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado;

III-por um representante da Associação Rio-grandense de Museologia ou outra entidade de classe;

IV-por um representante dos museus mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul;

V-por representantes de regiões museológicas constituídas pelos órgãos de intercâmbio - museus municipais, federais ou privados;

VI-por um representante do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

§ 1º - O Coordenador-Geral da Comissão de Coordenação será o titular da Coordenadoria Estadual de Museus da Secretaria da Cultura.

§ 2º - Os integrantes da Comissão de Coordenação serão indicados pelos órgãos acima referidos e referendados pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º - Os membros de que tratam os itens I, III, IV e V serão indicados dentre os profissionais museólogos.

§ 4º - Nas regiões a que se refere o inciso V, onde não houver um mínimo de dois museólogos, poderá ser representante pessoa que venha exercendo atividades na área museológica e que esteja inscrita na Associação Rio-grandense de Museologia.

Art.9º - São órgãos integrados ao Sistema:

I - como Agentes Setoriais, incumbidos da coordenação executiva da atividade sistematizada, no âmbito de competência do Gabinete do Governador e das Secretarias e órgãos a ela vinculados, os museus do Estado ou outras unidades de trabalho cuja principal atividade envolva diretamente os museus;

II - como órgãos Operacionais, as unidades que, no âmbito da Administração Direta ou Indireta, se incumbam da execução de atividades concernentes aos museus;

III - como órgãos de Apoio Operacional, os que, em razão de suas atribuições específicas na esfera da Administração Pública Estadual, venham a emprestar apoio permanente ou eventual à atividade sistematizada;

IV - como Órgão de Intercâmbio, os museus municipais, federais ou privados que venham a participar da atividade sistematizada, através de instrumentos legais, de forma eventual ou permanente.

Parágrafo único - Para participar do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul, as instituições museológicas referidas no inciso IV deste artigo deverão manifestar sua adesão, comprovando sua caracterização, nos termos do artigo 3º deste Decreto.

Art. 10 - Ao Secretário de Estado da Cultura, Chefe da Central do Sistema, incumbe expedir, aos órgãos partícipes da atividade sistematizada, as normas definindo as medidas necessárias à implantação e funcionamento do Sistema, bem como os meios de atuação.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de janeiro de 1991.

ANEXO II – Lei nº. 9375

Lei nº. 9375

Data 24 de setembro de 1990

Data DIOE: 24/09/1990

Súmula: Institui o Sistema Estadual de Museus do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema Estadual de Museus do Paraná, nos termos desta lei.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, consideram-se museus os organismos caracterizados como instituições formais, dotados de quadro funcional, com acervo aberto ao público, destinados a coletar, pesquisar, conservar, expor e divulgar esse acervo com objetivos educacionais, culturais e de lazer.

Art. 2º. Constituem objetivos do Sistema Estadual de Museus do Paraná:

- I - estabelecer um padrão museológico baseado no papel que cada museu desempenha na comunidade;
- II - promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico - administrativa, programática e técnica;
- III - desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;
- IV - promover programas de capacitação de recursos humanos destinados à área museológica;
- V - estimular a participação da iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema;
- VI - incentivar a realização de atividades culturais: dos museus junto à comunidade;
- VII - acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados;
- VIII - fomentar as atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento;
- IX - sugerir formas de visitação aos museus, com destaque para o sentido didático;
- X - manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais.

Art. 3º. O Sistema Estadual de Museus do Paraná será; gerido pela Secretaria de Estado da Cultura, através da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná - COSEM.

Art. 4º. Para atender ao disposto no artigo anterior, fica transformada a Coordenadoria de Museus, unidade do nível de execução programática da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura, em Coordenação do Sistema Estadual de Museus do

Panará.

Art. 5º. Integrarão o Sistema Estadual de Museus do Paraná os organismos museológicos estaduais oficiais, podendo dele também participar, mediante a celebração de convênios com o órgão central do Sistema, entidades públicas municipais, federais e privadas com atuação no Estado do Paraná.

§ 1º. - Integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná, na categoria de museus estaduais oficiais, as seguintes unidades

- I - Museu Alfredo Andersen;
- II - Museu de Arte Contemporânea;
- III - Museu de Arte do Paraná;
- IV - Museu de História Natural;
- V - Museu da Imagem e do Som;
- VI - Museu Paranaense.

§ 2º. São integrantes do Sistema, como prolongamento dos museus, o Parque Histórico do Mate, a Casa João Turin e o Centro . Juvenil de Artes Plásticas, ligados ao Museu Paranaense, ao Museu de Arte do Paraná e ao Museu Alfredo Andersen, respectivamente.

§ 3º. A Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná é responsável pela programação da Sala Miguel Bakun, do Hall da Secretaria de Estado da Cultura e de outras exposições ocasionais.

Art. 6º. São atribuições da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná

- I - a programação e a operacionalização dos procedimentos técnicos inerentes ao Sistema;
- II - a elaboração de programas de divulgação das atividades do Sistema;
- III - a organização e a manutenção de um cadastro geral de museus do Estado;
- IV - a organização e a manutenção de inventários e registros do acervo dos museus vinculados ao Sistema;
- V - a promoção de cursos de capacitação de aperfeiçoamento de recursos humanos envolvidos na área museológica;
- VI - a elaboração e a divulgação de padrões e de procedimentos técnicos para orientação aos responsáveis pelos museus que integram o Sistema;
- VII - a organização de eventos culturais e educativos e de encontros de museus no Estado;
- VIII - a identificação de fontes de recursos, através de contatos com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais que detenham interesse na área museológica;

IX - a análise e o parecer prévio sobre a concessão de recursos financeiros aos museus integrantes do Sistema;

X - as providências quanto à celebração de convênios, contratos e acordos entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando ao atingimento dos objetivos do Sistema;

XI - a administração dos acordos de que trata o inciso anterior e o acompanhamento do cumprimento dos seus objetivos;

XII - o controle da aplicação de recursos financeiros concedidos aos museus integrantes do Sistema, através do acompanhamento da execução de projetos que envolvam tais recursos;

XIII - a produção de textos e de publicações de interesse da área museológica;

XIV - a representação do Estado do Paraná junto ao Sistema Nacional de Museus;

XV - o apoio técnico aos trabalhos de restauro de bens culturais móveis;

XVI - a proposta de criação de novas unidades no âmbito do Sistema Estadual de Museus do Paraná;

XVII - a elaboração de projetos visando o estímulo das atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento;

XVIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 7º. Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná.

Parágrafo único. São mantidos os atuais Conselhos Consultivos das unidades museológicas oficiais que integram o Sistema.

Art. 8º. São atribuições do Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná:

I - a emissão de parecer sobre as matérias referidas no artigo 6º desta lei;

II - a sugestão de medidas administrativas e culturais visando ao desenvolvimento do Sistema;

III - a avaliação bianual do funcionamento do Sistema

IV - o desempenho de outras atividades correlatas;

Art. 9º. O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná será presidido pelo Secretário de Estado da Cultura e composto de mais 10 (dez) membros, a saber:

I - o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Cultura;

II - o Chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná;

III - 01 (um) representante do Conselho Regional de Museologia (COREM);

IV - 01 (um) representante do órgão estadual responsável pela área de Ciência e Tecnologia;

V - 01 (um) representante do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC;

VI - 05 (cinco) representantes da comunidade, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

§ 1º. Os membros mencionados nos incisos III a VI serão nomeados pelo Governador do Estado, por indicação do Secretário de Estado da Cultura, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. O desempenho das funções de membro do Conselho não será remunerado, sendo considerado relevante serviço prestado ao Estado.

Art. 10. O Conselho Consultivo do Sistema Estadual e Museus do Paraná reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes por ano, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria de seus membros.

Art. 11. O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná contará com o apoio técnico e administrativo da Secretaria de Estado da Cultura para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 12. O Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná terá o seu funcionamento regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 13. Para efeitos de implantação desta lei, na estrutura de cargos da Secretária de Estado da Cultura:

I – fica alterada a denominação de : 01 (um) cargo de Chefe da Coordenadoria de Museus, símbolo DAS – 5, para 01 (um) cargo de Diretor de Museu, símbolo DAS – 5; 04 (quatro) cargos de Diretor de Museu, símbolo 1-C, para 01 (um) cargo de Diretor do Parque Histórico do Mate, símbolo 1-C, 01 (um) cargo de Diretor do Centro Juvenil de Artes Plásticas, símbolo 1-C, 01 (um) cargo de Diretor do Atelier do Museu Alfredo Andersen, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Diretor da Casa João Turin, símbolo 1-C;

II - ficam criados: 01 (um) cargo de Chefe da Coordenação do Sistema Estadual de Museus, símbolo DAS-4, e 05 (cinco) cargos de Diretor de Museu, símbolo DAS-5;

III - ficam extintos 02 (dois) cargos de Diretor de Museu, símbolo 1-C.

Art. 14. Para fins de implantação e de manutenção do Sistema instituído por esta lei, a Secretaria de Estado da Cultura poderá captar recursos, através da celebração de convênios, contratos e acordos, que, para efeitos de registros contábeis no Tesouro Geral do Estado, constituirão Receitas Escriturais, ficando depositados em contas vinculadas.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de setembro de 1990

Álvaro Dias
Governador do Estado

Rene Ariel Dotti
Secretário de Estado da Cultura

ANEXO III - Decreto nº 5.264 de 5 de novembro de 2004

DECRETO Nº 5.264 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2004

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

- I - a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;
- II - a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;
- III - a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e
- IV - o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

- I - o trabalho permanente com patrimônio cultural;
- II - a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;
- III - o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e
- IV - a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

- I - outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;
- II - as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;
- III - as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;
- IV - as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e
- V - outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

- I - promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;
- II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;
- III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;
- IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;
- V - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;
- VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;
- VII - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;
- VIII - contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;
- IX - propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;
- X - propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;
- XI - incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e
- XII - estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I - dois do Ministério da Cultura;
- II - um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- III - um do Ministério da Educação;
- IV - um do Ministério da Defesa;
- V - um do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- VI - um do Ministério do Turismo;
- VII - um dos sistemas estaduais de museus;
- VIII - um dos sistemas municipais de museus;
- IX - um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;
- X - um do Conselho Federal de Museologia;
- XI - um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;
- XII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;
- XIII - um da Associação Brasileira de Museologia, e
- XIV - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§ 2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e

privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§ 5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilbero Gil

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.11.2004

ANEXO IV - Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937

Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais:

6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, si o quisér impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado. que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta sequestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá sequestrada em garantia do pagamento, e até que êste se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dôbro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dôbro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a sequestrar a coisa e a impôr a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acôrdos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sôbre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sôbre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sôbre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A. autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sôbre o valor da coisa, se êste fôr inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sôbre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sôbre o privilégio a que se refere êste artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 6.12.1937

ANEXO V – Carta de Rio Grande

Carta de Rio Grande

Por uma política pública de inclusão social e democrática para construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Na expectativa de renovação dos governos estaduais e federal, em momento eleitoral tão importante, abre-se a perspectiva do debate sobre a implantação de políticas culturais amplas em todo o país, que possibilitem discutir o setor museológico. Nossas instituições de memória, que deveriam ocupar papel estratégico nas políticas culturais, têm buscado garantir a conservação do patrimônio cultural nacional, mesmo sem políticas definidas, sobrevivendo com seus próprios meios ou com os poucos recursos destinados pelo setor público.

Compreendemos que é urgente a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural que valorize a cultura nacional e promova a percepção das diversas identidades culturais existentes no país. Consideramos que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que, portanto, as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.

Neste sentido, durante a assembléia do dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus), no encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus (realizado de 13 a 18 de maio de 2002, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul), foi aprovada, por todos os cerca de 200 participantes com representações de 12 estados – entidades em nível nacional, estadual e municipal, trabalhadores de museus, representantes de instituições museológicas, técnicos da área do patrimônio e estudantes -, a **Carta de Rio Grande**, documento que visa propor aos candidatos a governador dos diversos estados e aos candidatos a presidente, a necessária implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estaduais e federal:

1. Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus

Estabelecimento de políticas na área de patrimônio cultural e museus que visem a democratização do acesso aos bens culturais nacionais e estaduais, buscando a consolidação das políticas públicas no resgate da memória e das identidades locais;

A valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo que estes têm valor estratégico nacional na afirmação das diversas identidades regionais;

Respeito à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos processos de homogeneização decorrentes da globalização;

- 1.4 Ampliação e garantia do acesso público ao patrimônio cultural nacional, regional e municipal frente a subordinação das políticas públicas, as exigências de auto-sustentabilidade do patrimônio cultural e aos processos de apropriação privada das referências da cultura nacional;
- 1.5 Reconhecimento dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os técnicos de patrimônio, dos processos de tombamento (discussão, aplicação, fiscalização) e definição do patrimônio a ser preservado;

2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico

- 2.1 Política de reestruturação do setor com a retomada do Sistema Nacional de Museus e dos respectivos Sistemas Estaduais;
- 2.2 Revitalização do Programa Nacional de Museus;
- 2.3 Criação de uma legislação que oriente a atuação dos museus em todo país;
- 2.4 Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando registrar a realidade das mais de 2.000 instituições existentes no país;
- 2.5 Integração de todas as instâncias governamentais à gestão do patrimônio cultural, que passariam a ter responsabilidades pela preservação de nossos bens culturais;

3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais em aberto para acréscimos ou excluir

- 3.1 Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros;
- 3.2 Apoiar e facilitar o processo de digitalização de informações de caráter científico e museológico existentes nos museus brasileiros;
- 3.3 Apoio a criação de redes virtuais de informação entre os museus brasileiros, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento;

4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais

- 4.1 Criação do Fundo de Apoio ao patrimônio cultural e museus em nível federal e nos estados;
- 4.2 Criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq e CAPES e Fundações de Amparo à Pesquisa nos estados;
- 4.3 Criação de políticas de apoio e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais e estaduais, bem como de seus acervos;
- 4.4 Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e iniciativa privada, possuidores de bens culturais, com base em critérios técnicos relativos à preservação do patrimônio cultural;

5. Políticas de Capacitação e Formação

- 5.1 Criação de Programas de Capacitação para técnicos do setor, com a ampliação da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus;
- 5.2 Inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares;
- 5.3 Apoio a realizações de seminários e congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção científica;
- 5.4 Criação de políticas de apoio à publicação intelectual e científica e à difusão da produção editorial na área de museologia;

6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais

- 6.1 Criação de políticas de aquisição, documentação, pesquisa e conservação dos acervos nos níveis estaduais e nacional;
- 6.2 Regulamentação do uso do espaço público a fim de melhor ser utilizado pela iniciativa privada;

- 6.3 Estabelecimento de política de regramento em relação à comercialização dos acervos e coleções privadas, de forma a impedir as transferências ou vendas destes, que já pertencem à história de uma comunidade

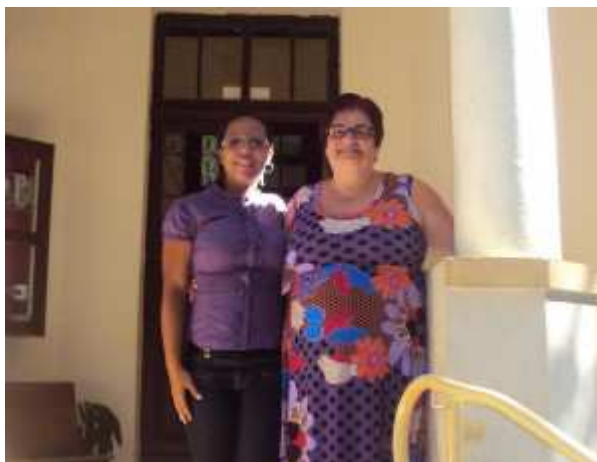
Rio Grande, 18 de maio de 2002 – Dia Internacional dos Museus

ANEXO VI - Reportagem

<http://www.museucachoeira.com.br/index.php?area=noticias&id=58>

Notícias Clique no item para ver mais

Museóloga do IBRAM visita o Museu Municipal
28 de Fevereiro de 2012



O Museu Municipal de Cachoeira do Sul - Patrono Edyr Lima recebeu, no último dia 28 de fevereiro, a visita da Museóloga do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) Rafaela Caroline Noronha Almeida que veio fiscalizar o investimento nacional do Projeto de Modernização do Museu Municipal, contemplado por edital do Ministério da Cultura, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e IBRAM em 2009.

A museóloga, baiana de nascimento, verificou toda a parte técnica, os equipamentos recebidos, o funcionamento e alimentação do site do Museu, do escâner planetário e como está sendo aproveitado pela instituição e pela comunidade todo o sistema previsto no projeto apresentado pela OSCIP Defender.

A museóloga, que está cumprindo agenda semelhante em outras instituições museológicas do Estado, foi recebida pela diretora Márcia Patel e sua equipe, saindo satisfeita com o resultado apresentado pelo nosso Museu.

ANEXO VII – Boletim eletrônico e-museus (IBRAM)

Boletim eletrônico e-museus número 441 08/02/2013 (e-mail)

Ibram firma convênios voltados a museus do PR e RS

O Ibram assinou, na última sexta-feira (1º), dois convênios para repassar recursos a museus do Paraná ([publicado no Diário Oficial da União do dia 4](#)) e do Rio Grande do Sul ([publicado no Diário Oficial da União de hoje, 8](#)).

O acordo firmado com a Secretaria da Cultura do RS beneficiará o Museu Júlio de Castilhos, localizado em Porto Alegre. Já o firmado com a Secretaria da Cultura do PR destinará recursos ao Museu da Imagem e do Som do Paraná, que fica em Curitiba.

O Museu Júlio de Castilhos receberá R\$ 325.837,31 para fazer o levantamento arquitetônico, o diagnóstico de conservação e o projeto executivo de sua restauração. Já o MIS –PR receberá R\$ 350.922,37 para digitalizar e higienizar 13 mil itens de seu acervo Iconográfico e Documental, além de auxiliar na viabilização do acesso à pesquisa.

As ações objeto dos convênios têm até o final de 2013 para serem executadas.

Os museus – O [Museu da Imagem e do Som \(MIS\) do Paraná](#) é um dos primeiros a serem construídos no País com a finalidade de preservar e conservar a memória audiovisual. Seu acervo possui mais de 1 milhão de itens entre discos, fitas de áudio, filmes, fotografias e publicações relacionadas ao tema.

O [Museu Julio de Castilhos](#) é a primeira instituição museológica do Rio Grande do Sul. Foi criado em 1903 e hoje é reconhecido como um dos mais importantes museus históricos do estado. Seu acervo possui cerca de dez mil objetos tombados.